DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, ARTES E HUMANIDADES
MESTRADO EM HISTÓRIA E PATRIMÓNIOS
UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA
"LUÍS DE CAMÕES"

Pesquisa sobre os Visitantes ilustres do Museu dos Coches (1905 – 1940)

Relatório de Estágio para a obtenção do grau de Mestre em História e Patrimónios

Autora: Ana Rita Fialho Silveira Piedade
Orientadora: Professora Doutora Aline Gallasch-Hall de Beuvink
Número da candidata: 30012326

Abril de 2026

Agradecimentos

Este trabalho é o resultado de um percurso exigente, mas nunca solitário.

À **Professora Doutora Aline Gallasch-Hall de Beuvink**, pela orientação, disponibilidade e confiança, essenciais ao longo de todo este caminho, mesmo quando se tornava bastante difícil de concluir.

Ao meu companheiro, **Diogo**, pelo apoio constante, pela paciência e por nunca me deixar desistir.

Aos meus **pais**, **avós e irmã**, pelo encorajamento contínuo e pela insistência que tantas vezes fez a diferença e não me deixou desistir.

Aos meus **amigos**, pelo carinho e por estarem sempre presentes, mesmo na ausência.

A **todos**, porque este percurso também é vosso.

Resumo

O presente trabalho decorre de uma investigação realizada no âmbito de um estágio curricular desenvolvido no Museu Nacional dos Coches, entre outubro de 2024 e janeiro de 2025. O estudo foca-se na identificação e análise das visitas de personalidades ilustres ao Museu entre 1905 e 1940, um período marcado por profundas mudanças políticas, sociais e culturais em Portugal, que influenciaram diretamente a trajetória da instituição.

Fundado em 1905 pela Rainha D. Amélia (1865-1951), o Museu Nacional dos Coches destacou-se desde o início pela preservação de uma coleção única de viaturas reais, atraindo figuras de grande importância, como membros da realeza, diplomatas e intelectuais. Com a implantação da República em 1910, a instituição enfrentou desafios significativos relacionados com a reestruturação administrativa e mudanças na gestão do património nacional, mas conseguiu manter-se como um espaço central na salvaguarda e promoção da história e identidade cultural portuguesas das épocas representadas.

A pesquisa desenvolvida teve como principal objetivo compreender o impacto que estas visitas ilustres tiveram no fortalecimento do papel do Museu como uma instituição cultural relevante, especialmente no contexto das relações diplomáticas e sociais da época. Neste contexto, foi realizado um levantamento documental exaustivo, que incluiu a análise de fontes primárias e secundárias, culminando na elaboração de um guião temático para uma futura exposição temporária. Através deste trabalho, pretende-se destacar a relevância das visitas de figuras notáveis para a construção e afirmação da identidade do Museu Nacional dos Coches.

Este estudo visa, assim, contribuir para a valorização da história do Museu Nacional dos Carros, proporcionando uma compreensão mais aprofundada do seu papel na promoção do património histórico e cultural português, enquanto reflete a interação entre a proteção da memória histórica e as exigências de uma sociedade em constante transformação.

Palavras-chave: Museu Nacional dos Coches; Visitantes Ilustres; Estágio Curricular; Património; Memória; Iconografia; Arquivo.

Abstract

This work stems from research carried out as part of a curricular internship at the National Coach Museum between October 2024 and January 2025. The study focuses on identifying and analyzing the visits of illustrious personalities to the Museum between 1905 and 1940, a period that was marked by profound political, social, and cultural changes in Portugal, directly influencing the trajectory of the institution.

Founded in 1905 by Queen Amélia, the National Coach Museum stood out from the start for preserving a unique collection of royal vehicles, attracting important figures such as royalty, diplomats, and intellectuals. With the Implantation of the Republic in 1910, the institution faced significant challenges related to administrative restructuring and changes in the management of National Heritage, but managed to remain a central space in the preservation and promotion of Portuguese history and cultural identity of the eras represented.

The main aim of the research was to understand the impact that these illustrious visits had on strengthening the Museum's role as a relevant cultural institution, especially in the context of the diplomatic and social relations of the time. To this end, an exhaustive documentary survey was carried out, which included the analysis of primary and secondary sources, culminating in the drafting of a thematic script for a future temporary exhibition. This work aims to highlight the importance of visits by notable figures in building and affirming the identity of the National Coach Museum.

This study thus aims to contribute to enhancing the history of the National Coach Museum, providing a deeper understanding of its role in promoting Portuguese historical and cultural heritage, while reflecting the interaction between the preservation of historical memory and the demands of a constantly changing society.

Keywords: National Coach Museum; Illustrious Visitors; Curricular Internship; Heritage; Memory; Iconography; Archive.

Índice Geral

Introdução 16
Atividades propostas 20
Capítulo I: História dos Museus em Portugal 22
Capítulo II: O Museu Nacional dos Coches 27
Das Origens à Institucionalização (1726–1943) 27
Consolidação institucional, missão e evolução das coleções 32
Relações internacionais e projeção externa 33
Na contemporaneidade 35
Integração metodológica e enquadramento museológico 36
Capítulo III: Estágio 39
Caracterização da instituição 39
Génese e consolidação institucional 39
Enquadramento jurídico e orgânico contemporâneo 40
Coleção: composição, proveniência e valor patrimonial 40
Transformação arquitetónica e reconfiguração museográfica 41
Inserção no panorama museológico nacional e internacional 41
Fundamentação teórica 43
Objetivos 45
Metodologia 47
Atividades Desenvolvidas 48
Competências desenvolvidas 50
Obstáculos/ Dificuldades 52
Capítulo IV: Os Visitantes Ilustres do Museu Nacional dos Coches entre 1905 e 1940 55
Visitantes ilustres? 55
Contextualização histórica e cultural de Portugal entre 1905 e 1940 56
O Museu Nacional dos Coches no Contexto (1905-1940) 58
Visitantes ilustres do Museu entre 1905 e 1910 59
Visitantes ilustres entre 1911 e 1935 71
Os visitantes ilustres entre 1936 e 1940 81
Resultados/ Dificuldades 84

Impacto formativo e projeção profissional 86
Autoavaliação do Estágio 88
Reflexões críticas 89
Conclusão final 92
Bibliografia 94
Anexos 98

Lista de fotografias e ilustrações

1- Inauguração da sucursal de O Século no Dafundo. Data: 10 de julho de 1928. Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0010/0998C. Cota atual: Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais n.º 10, doc. Arquivo: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Data de criação: 16 de outubro de 2008. Última modificação: 19 de maio de 2022. Descrição: Identificados no álbum- José de Oliveira (1), Policarpo Fernandes da Graça (2), Frederico Gomes (3), Fausto Joaquim Gil (4), Severiano Monteiro (5), Francisco Monteiro (6), José Moreira Rato (7), Manuel F. de Simas (8), Joaquim Abellard de Macedo (9), Arinando de Carvalho (10). Este documento refere-se à inauguração da sucursal do jornal O Século no Dafundo, com as identidades das pessoas presentes no evento registadas no álbum. 62

2- Retrato de Rosendo de Carvalheira, em formato postal. Autor material: Guedes, Rua Aurea, 80 - Lisboa (edição). Fonte: Arquivo Municipal de Almada. 63

3- Retrato do pintor José Malhoa, em formato postal anterior ao ano de 1911. Autor(es): Autor não identificado. Nome associado: Papelaria e Tipografia de Paulo Guedes e Saraiva. 1905-1922. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. 64

4- A Rainha Dona Amélia com a Princesa Matilde da Saxónia (1907). Fotógrafo: Joshua Benoliel (1873-1932). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: JBN002130. 66

5- Visita do Príncipe Guilherme de Hohenzollern e da Princesa Matilde de Saxe a Portugal (1907). Fotógrafo: António Novais (1854-1940). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: ANV000101. Fotografia capturada entre 18 e 30 de março de 1907. 67

6- O Rei de Saxe no Hipódromo de Belém (1907). Fotógrafo: Alberto Carlos Lima (1872-1949). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: LIM001953. Fotografia de 1907, capturada durante a visita real de Frederico Augusto III, Rei da Saxónia, ao hipódromo de Belém, em Lisboa, acompanhado por Carlos I, Rei de Portugal. 68

7- A Rainha Dona Amélia, Afonso XIII de Espanha e Dom Manuel II (1909). Fotógrafo: Alberto Carlos Lima (1872-1949). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: LIM000283. Fotografia capturada entre 12 e 15 de fevereiro de 1909, durante a visita de Afonso XIII de Espanha a Vila Viçosa. A imagem mostra a Rainha Dona Amélia, o Rei Afonso XIII e Dom Manuel II, acompanhados por vestuário e uniformes típicos da época. 69

8- Dom Manuel II com o Marechal Hermes da Fonseca (1910). Fotógrafo: Alberto Carlos Lima (1872-1949). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: LIM000367.

Fotografia capturada em outubro de 1910, mostrando Dom Manuel II, Rei de Portugal, juntamente com o Marechal Hermes da Fonseca, em Lisboa. 71

9- Chegada a Lisboa do Presidente da República do Brasil, Epitácio Pessoa, em Visita Oficial (1919). Fotógrafo: Serra Ribeiro. Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: EFC001403. Fotografia capturada em 1919, retratando a chegada do Presidente Epitácio Pessoa, do Brasil, a Lisboa, durante sua visita oficial. A imagem mostra o momento da chegada no cais, com destaque para as colunas. 73

10- Visita de Alberto I da Bélgica e de sua esposa (1920). Fotógrafo: Joshua Benoliel (1873-1932). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo: Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: JBN002099. Fotografia capturada durante a visita real de Alberto I da Bélgica e sua esposa, a Rainha Isabel, a Lisboa em 1920. 74

11- Visita de Guglielmo Marconi, inventor, ao Museu dos Coches. Data de Produção: 25 de setembro de 1929. Código de Referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0014/1329D. Arquivo: Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais nº 14 e Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Data de Criação: 30/10/2008. 76

12- Guglielmo Marconi, inventor, à saída do Museu dos Coches. Data de Produção: 25 de setembro de 1929. Código de Referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0014/1330D. Arquivo: Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais nº 14 e Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Data de Criação: 30/10/2008. 77

Figura 13- Visita dos príncipes japoneses ao Museu dos Coches. Data: 10 de novembro de 1930. Museu dos Coches, Lisboa. Empresa Pública Jornal O Século. Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0018/1412E. Cota atual: Álbum Geral n.º 18, documento e Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 78

14- Visita dos intelectuais estrangeiros ao Museu dos Coches. Data: 8 de junho de 1935. Museu dos Coches, Lisboa. Empresa Pública Jornal O Século. Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0035/1032J. Cota atual: Álbum Geral n.º 35, documento e Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 80

15- Intelectuais estrangeiros à saída do Museu dos Coches. Data: 8 de junho de 1935. Museu dos Coches, Lisboa. Empresa Pública Jornal O Século. Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0035/1033J. Cota atual: Álbum Geral n.º 35, documento e Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 80

16- Exposição do Mundo Português, Duque de Kent (30 de junho de 1940). Fotógrafo: António Bivar (1903-1964). Dimensões: 35 mm. Arquivo: Arquivo Municipal de Lisboa. Cota:

ANB000143. Fotografia registrada durante a visita do Duque de Kent à Exposição do Mundo Português, realizada em Belém, Lisboa, em 1940. 83

Figura 17- Representação da fachada principal do Picadeiro Real já enquanto Museu, nas décadas de 30/40. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa (Consultado no dia: 3 de dezembro de 2024). 124

Figura 18- Interior do Museu Nacional dos Coches, ainda no edifício do Picadeiro, nos inícios de 1905. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. (Consultado no dia 3 de dezembro de 2024) 124

Figura 19- Retrato do Rei D. João V. Neste momento sob a alçada do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Consultado no dia 3 de dezembro de 2024) 125

Figura 20- Retrato da Rainha D. Amélia, captada pelo fotógrafo Joshua Benoliei em 1906. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa (Consultado no dia 5 de dezembro de 2024) 125

Figura 21- Coche de Filipe II. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. Data: 1965. Autor: Serôdio, Armando Maia. (Consultado no dia 17 de dezembro de 2024) 126

Figura 22- Retrato do Rei D. Carlos I a óleo, realizado por José Malhoa e fotografado por Joshua Benoliel, na Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Medicina. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa (Consultado no dia 17 de dezembro de 2024) 247

Figura 23-Autorretrato de Nicolas Delerive (1755-1818). Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa (Consultado no dia 18 de dezembro de 2024) 247

Figura 24- Postal referente à Exposição Universal de Paris em 1900. Fonte: Hulton Archive. (Consultado no dia 21 de janeiro de 2025) 248

Figura 25-Artigo de capa do jornal francês "Le Petit Journal", representando a inauguração da Exposição Universal de Paris, 1900. Fonte: Hulton Archive. (Consultado no dia 21 de janeiro de 2025) 248

Figura 26- Representação de um espaço expositivo da Exposição Universal de Paris, 1900. Fonte: Hulton Archive. (Consultado no dia 21 de janeiro de 2025) 249

Figura 27- Vídeo que retrata a antecipação sentida pela Exposição Universal de Paris em 1900, durante uma emissão de telejornal francesa. Fonte: Plataforma Youtube (Consultado no dia 21 de janeiro de 2025) 249

Figura 28- Planta de adaptação do Picadeiro Real a Museu, da autoria do arquiteto Rosendo Carvalheira. Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 250

Figura 29- António Conceição e Silva retratado numa pintura existente no teto da galeria

poente do Salão Nobre do Museu Nacional dos Coches, ainda no antigo Picadeiro Real. Fonte: museudoscoches.gov.pt 250

Figura 30- Pormenor pintado no teto do Picadeiro Real, referente aos artistas e envolvidos no embelezamento e estruturação do espaço. Autoria: Nuno Augusto MNC, fev. 2024. 251

Figura 31-Pormenor da inscrição do livro representado na pintura do primeiro medalhão oval. Autoria: Nuno Augusto MNC, fev. 2024. 251

Figura 32- Reprodução de Microfilme, retirada da primeira página do jornal "O Século", dia 26 de maio de 1905. Notícia da abertura das portas do Museu ao público, após a sua inauguração pela Rainha D. Amélia (1865-1951). 252

Figura 33- Edição do jornal "O Século" do dia 24 de maio de 1905, com uma ilustração da notícia da inauguração do Museu no dia 23 de maio de 1905. 252

Figura 34- Auto de inauguração do Museu dos Coches Reais no antigo Picadeiro do Palácio de Belém, Lisboa, 23 de maio de 1905. Museu: Museu Nacional dos Coches. Nº de Inventário: HD 0120. Autor: Atanázio, José (-). Datação: 1905. 253

Figura 35- Excerto da Carta de Lei de 3 de setembro de 1908, com destaque para o art. 2.º, alínea 4.ª, que comprova a alteração do Museu dos Coches para o patamar de Museu Nacional. 254

Figura 36- Cortejo Real da Visita do Presidente Loubet a Lisboa com D. Carlos no Coche da Coroa (1905). Autor: Mcespi. Museu Nacional dos Coches. Número de Inventário: IC 0117. 255

Figura 37- Retrato de João de Alarcão. Autor: Desconhecido. Fonte: Pedro Almeida Vieira. 255

Figura 38- Retrato do Senhor Fernando de Serpa. 256

Figura 39- Retrato do Tenente-Coronel do Regimento de Lanceiros 2, Alfredo Augusto José de Albuquerque. Museu: Museu Nacional dos Coches. Nº de Inventário: HD 0122. Autor: Vidal & Fonseca (Fotógrafo). Datação: 1906. 256

Figura 40- Descrição do retrato de Afonso de Albuquerque. Funções desempenhadas pelo primeiro diretor do Museu. Museu Nacional dos Coches. Nº de inventário: HD 0122. Autor: Vidal & Fonseca (Fotógrafo). Datação: 1906. 257

Figura 41-Tenente Francisco Figueira Freire da Câmara, Oficial às Ordens de El-Rei D. Carlos I. Autor: Desconhecido (Fotógrafo não identificado). Francisco Figueira Freire da Câmara, Oficial às Ordens de El-Rei D. Carlos I, que abateu Manuel Buíça e Alfredo Costa durante o Regicídio de 1908. Data: 1898. Origem: Palácio do Correio Velho: Leilão 365 ("Leilão Coleção

Teresa e Joaquim Ribeiro da Cunha - Médico"), 12-14 de dezembro de 2018, Lote 794. 257

Figura 42- Excerto de notícia no jornal "O Século", referente aos convidados para o dia da inauguração do Museu, por parte da Rainha D. Amélia. BESSONE, S. (coord.) – De Picadeiro a Museu, De Museu a Picadeiro. [S.l.]: [s.n.], 1995. p. 10-128. 258

Figura 43- Breve mensagem de parabéns à Revista Atlântida, após a visita a Portugal em 1919. Hemeroteca Digital. Suplemento ao nº 36. 258

Figura 44- Nota de agradecimento a Epitácio Pessoa pelos esforços enviados para o efeito de um estreitamento das relações luso-brasileiras, por ocasião da sua visita a Portugal (1919). Revista Atlântida. Hemeroteca Digital de Lisboa, suplemento ao nº 36. 259

Figura 45-Rei Alberto I e Rainha Elizabete da Bélgica (1900). Fotógrafa: Sophia Goudtikker. Dimensões: 16,5 x 10,6 cm. Arquivo: Palácio Nacional da Ajuda. Nº de Inventário: 61497. Retrato de estúdio do casal real, em plano americano, com o Rei Alberto I (1875-1931934) em fato escuro e gravata, e a Rainha Elizabete (1876-1965) em vestido claro, colar de pérolas e pulseiras, segurando as luvas nas mãos. 260

Figura 46-Inventor Marconi. United States Library of Congress's Prints and Photographs division. Data: 1908. 260

Figura 47-Príncipe Takamatsu. Data: 1940. Seção de Fotografia da Seção de Comunicação do Exército. 261

Figura 48-Princesa Takamatsu Kikuko. Data: Antes de 1937. O livro Kōshitsu Kōzoku Seikan Shōwa-hen, publicado em 1937 pela Associação de Cultura Oriental. 261

Figura 49- Artigo publicado no jornal "A voz", secção "Tribuna Livre": "Os intelectuais estranjeiros". Autor: Pimenta, Alfredo. Arquivo Alfredo Pimenta. Este artigo descreve parte dos intelectuais que se deslocaram a Portugal em 1935, no âmbito do convite feito por António Ferro. 263

Lista de abreviaturas

Cap. – capítulo

Fig. – figura

N.º – número

P. – página

PP. – páginas

Lista de Siglas

DGPC – Direção-Geral do Património Cultural

ICOM – *International Council of Museums*

MNC – Museu Nacional dos Coches

Glossário

Acervo – Conjunto de bens culturais, objetos e documentos que integram a coleção de uma instituição museológica.

Arquivo – Conjunto organizado de documentos produzidos ou recebidos por uma instituição, conservados pelo seu valor histórico e informativo.

Diplomacia cultural – Utilização da cultura como instrumento de afirmação internacional e de construção de relações políticas e simbólicas entre Estados.

Exposição temporária – Mostra organizada por um período limitado, estruturada em torno de um tema específico e sustentada por um discurso expositivo.

Fontes primárias – Documentos produzidos no período em estudo, como jornais, relatórios, fotografias ou correspondência.

Fontes secundárias – Trabalhos académicos ou estudos interpretativos baseados na análise de fontes primárias.

Guião expositivo – Documento que estrutura a narrativa de uma exposição, definindo conteúdos, organização temática e articulação dos elementos expostos.

Instituição museológica – Entidade dedicada à recolha, conservação, estudo, interpretação e exposição de património cultural.

Mediação cultural – Conjunto de práticas que visam facilitar a interpretação e apropriação dos conteúdos culturais por parte dos públicos.

Memória coletiva – Construção social do passado partilhada por uma comunidade, fundamental para a definição da sua identidade.

Musealização – Processo pelo qual um objeto é retirado do seu contexto original e integrado num contexto museológico, adquirindo novos significados culturais e simbólicos.

Museografia – Conjunto de técnicas e práticas relacionadas com a organização do espaço expositivo e apresentação dos objetos.

Museologia – Disciplina que estuda os museus, as suas funções, práticas e o seu papel na sociedade.

Património cultural – Conjunto de bens materiais e imateriais considerados relevantes para a identidade e memória coletiva.

Património material – Elementos físicos do património, como objetos, edifícios ou coleções.

Património imaterial – Práticas, representações e conhecimentos transmitidos entre gerações.

Projeção institucional – Processo de afirmação e reconhecimento público de uma instituição

a nível nacional e internacional.

Rede Portuguesa de Museus – Estrutura que promove a qualificação, articulação e cooperação entre museus em Portugal.

Visitante ilustre – Personalidade de relevância política, social, cultural ou diplomática cuja presença numa instituição adquire valor simbólico e institucional.

Lieu de mémoire – Expressão francesa que designa "lugar de memória", referindo-se a espaços, objetos ou práticas onde a memória coletiva se concentra e se transmite.

New Museology – Corrente da museologia contemporânea que valoriza o papel social dos museus, a participação dos públicos e a dimensão crítica das instituições culturais.

Introdução

O presente Relatório de Estágio insere-se no âmbito do Mestrado em História e Patrimónios da Universidade Autónoma de Lisboa e resulta do estágio curricular realizado no Museu Nacional dos Coches entre os dias 7 de outubro de 2024 e 29 de janeiro de 2025. O trabalho desenvolvido teve como foco a investigação das visitas de personalidades ilustres à instituição entre 1905 e 1940, período particularmente significativo para a história política e cultural portuguesa.

A fundação do Museu Nacional dos Coches, em 1905, por iniciativa da Rainha D. Amélia (1865-1951), marcou um momento relevante no processo de institucionalização do património histórico em Portugal. Desde a sua origem, o Museu destacou-se pela preservação de um conjunto excecional de viaturas régias e cerimoniais, testemunhos materiais de práticas políticas, diplomáticas e culturais associadas à monarquia portuguesa. Ao longo das primeiras décadas do século XX, a instituição recebeu diversas personalidades nacionais e estrangeiras, cuja presença contribuiu para reforçar o prestígio simbólico do Museu e a sua projeção cultural.

A pesquisa realizada procurou identificar e contextualizar essas visitas, analisando a sua relevância, o enquadramento histórico e o seu significado no processo de afirmação institucional do Museu. Para tal, recorreu-se à análise de fontes primárias e secundárias, incluindo documentação arquivística, imprensa histórica e estudos académicos dedicados à história do Património e da museologia em Portugal.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho articulou abordagens da história cultural, da museologia e da antropologia do Património, permitindo compreender o Museu não apenas como espaço de conservação de objetos históricos, mas também como contexto institucional onde se constroem narrativas sobre o passado e se produzem significados culturais. Neste sentido, a análise das visitas ilustres permitiu observar como determinadas presenças contribuíram para consolidar a visibilidade pública da instituição e reforçar a sua posição no panorama cultural e museológico português.

O relatório encontra-se estruturado em diferentes secções. Inicialmente apresenta-se um enquadramento histórico da evolução dos museus em Portugal e da trajetória institucional do Museu Nacional dos Coches. Segue-se a descrição do estágio, incluindo a caracterização da instituição, a fundamentação teórica, os objetivos e a metodologia adotada. Posteriormente, são analisadas as atividades desenvolvidas durante o estágio e os resultados obtidos a partir da investigação realizada. Por fim, o relatório integra uma reflexão crítica sobre a experiência formativa e sobre o papel do museu na construção de memória e identidade cultural.

Apresentação do Plano de Estágio

Tema

O Museu Nacional dos Coches, fundado em 1905 por iniciativa da Rainha D. Amélia, consolidou-se como uma instituição de referência na preservação do património régio português. Entre 1905 e 1940, período marcado por profundas mudanças políticas e sociais, o Museu recebeu diversas personalidades ilustres, incluindo monarcas, diplomatas e intelectuais, cujas visitas reforçaram o seu prestígio e importância cultural. A investigação realizada no âmbito do estágio centrou-se na identificação e contextualização dessas visitas, com o objetivo de compreender o seu impacto na projeção institucional do Museu e no fortalecimento da sua identidade museológica. A análise baseou-se em fontes documentais diversas e integrou uma abordagem interdisciplinar, cruzando elementos da história cultural, museologia e diplomacia. O estudo pretende contribuir para a valorização do Museu como espaço de memória e representação cultural, evidenciando a sua relevância no cenário nacional e internacional.

Delimitação

O estágio no Museu Nacional dos Coches decorreu de 7 de outubro de 2024 a 29 de janeiro de 2025, com uma carga horária de dois dias semanais, totalizando sete horas, sob a orientação da Professora Doutora Aline Gallasch-Hall de Beuvink e com o apoio de membros da equipa do Museu. A investigação desenvolvida centrou-se no período de 1905 a 1940 e adveio de uma análise documental aprofundada, incluindo arquivos digitais e jornais digitalizados. O relatório de estágio descreve detalhadamente o trabalho realizado e os resultados obtidos, focando-se na identificação de personalidades ilustres que visitaram o Museu nesse período, com vista à integração dessas informações numa futura exposição temporária. O objetivo principal é compreender o impacto dessas visitas no fortalecimento da posição do Museu enquanto centro cultural e explorar as interações entre os visitantes e o acervo, destacando-se a influência dessas figuras na construção da identidade museológica da instituição, com base em documentação comprovada.

Formulação dos problemas

Antes do início desta pesquisa densa, foi fundamental definir as questões centrais que orientariam o estudo sobre os visitantes ilustres do Museu Nacional dos Coches entre 1905 e 1940. A pesquisa suscitou desafios como a identificação das personalidades que visitaram o Museu e a análise das relações estabelecidas entre estes notáveis e a instituição, considerando as dinâmicas culturais e diplomáticas envolvidas. Além disso, tornou-se essencial situar essas visitas no contexto histórico e

social da época, avaliando o impacto de acontecimentos nacionais e internacionais na afluência ao Museu. Por fim, a investigação procurou compreender o efeito dessas visitas na consolidação da identidade museológica da instituição, na valorização do seu acervo e na sua projeção cultural. Estas questões estruturam a pesquisa, permitindo uma análise aprofundada do papel do Museu na história cultural de Portugal no início do século XX.

Objetivos

O estágio teve como principal objetivo proporcionar uma experiência prática densificada, complementando a formação académica no domínio da História e Patrimónios. A investigação centrou-se no estudo das visitas ilustres ao Museu Nacional dos Coches entre 1905 e 1940, permitindo o desenvolvimento de competências em pesquisa histórica e análise documental. Além disso, possibilitou a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos no Mestrado a um contexto museológico, promovendo a familiarização com a gestão de arquivos e fontes documentais. O estágio permitiu ainda uma compreensão mais abrangente do funcionamento interno de um museu nacional, contribuindo para a historiografia da instituição. Por último, a elaboração do relatório final consolidou competências de redação académica e análise crítica, refletindo os resultados obtidos e a metodologia aplicada.

Justificação

O estágio no Museu Nacional dos Coches representou uma oportunidade singular para integrar a investigação académica com a prática museológica, permitindo o aprofundamento da formação adquirida no Mestrado em História e Patrimónios. A pesquisa sobre os visitantes ilustres entre 1905 e 1940 contribuiu para a valorização do património cultural português, articulando-se com a criação de uma exposição temporária e reforçando a importância do Museu na construção de narrativas históricas. Além disso, o estágio possibilitou a colaboração com profissionais do setor, a recolha dos seus ensinamentos e experiência, potenciando competências de trabalho em equipa e gestão museológica. A investigação destacou o Museu como um espaço de representação simbólica, influenciado por fatores históricos, patrimoniais e diplomáticos, e evidenciou o impacto das visitas ilustres na projeção internacional da instituição. A análise da diplomacia cultural e das relações políticas da época também revelou o papel destas visitas na legitimação do Museu como um agente de promoção do património nacional. Assim, o estudo reforçou a importância das visitas ilustres na consolidação da identidade cultural portuguesa e na afirmação do Museu enquanto referência no panorama museológico.

Fundamentação teórica

O estudo dos visitantes ilustres do Museu Nacional dos Coches entre 1905 e 1940 insere-se numa abordagem interdisciplinar que articula história cultural, história social e museologia, oferecendo uma perspetiva integrada sobre o papel do Museu no contexto do início do século XX. Inaugurado em 1905 por iniciativa da Rainha D. Amélia, o Museu destacou-se como um espaço inovador na museologia portuguesa, assumindo um papel simbólico tanto durante a monarquia quanto na República. As visitas de figuras ilustres reforçaram a sua projeção diplomática e cultural, consolidando a sua relevância institucional a nível nacional e internacional.

Com base em teorias clássicas da museologia, como as de Bourdieu (1979) e Duncan (1995), que enfatizam o papel dos museus na construção de narrativas históricas e na mediação cultural, o estudo evidencia o Museu Nacional dos Coches não apenas como um repositório de património, mas como um espaço de representação e legitimação do discurso histórico. A análise de fontes documentais e fotográficas, provenientes de arquivos como a Torre do Tombo e a Hemeroteca Digital, permitiu identificar personalidades que visitaram o Museu, embora a investigação tenha enfrentado limitações devido à escassez de registos detalhados. Apesar dessas dificuldades, os documentos analisados fornecem contributos significativos para a compreensão do impacto simbólico dessas visitas na história do Museu e na diplomacia cultural da época. Assim, o estudo pretende preencher uma lacuna historiográfica, evidenciando a relevância das visitas ilustres para a consolidação da identidade do Museu e para a promoção do património cultural português.

Metodologia

A metodologia adotada no estágio estruturou-se em três fases fundamentais que se interpenetram: investigação, organização da informação e execução das tarefas institucionais.

Na fase de pesquisa e investigação, foi realizado um levantamento de fontes primárias e secundárias, incluindo documentos históricos, jornais, fotografias e relatórios, com o objetivo de identificar visitantes ilustres do Museu Nacional dos Coches entre 1905 e 1940. Esta etapa revelou desafios, nomeadamente a dificuldade de confirmar a presença efetiva de determinadas personalidades no Museu, dada a escassez de registos específicos.

A fase seguinte consistiu na sistematização da informação recolhida, organizada numa base de dados em Excel, permitindo a identificação e análise dos dados mais relevantes. Paralelamente, procedeu-se à seleção de peças associadas às visitas, à redação de descrições técnicas e à estruturação de conteúdos para um guião temático que fundamentasse a futura exposição.

Por fim, na fase de execução, foi desenvolvido o guião expositivo, articulando a investigação

com a construção de um discurso museológico adequado, incluindo imagens, textos e legendas previamente elaboradas. Todo o processo privilegiou a colaboração com a equipa do Museu, assegurando a conformidade com as diretrizes institucionais e promovendo uma integração eficaz entre investigação académica e prática museológica.

Cronograma

Tarefas	Designação	out/24	nov/24	dez/24	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25
1	Aulas	M1			D1						
2	Estágio				D2						
3	Redação do Relatório de Estágio						M2		M3	D3	D4
4	Reuniões com a Orientadora										

Marcos:
M1: Definição e aprovação do Plano de Estágio
M2: Primeira grande revisão dos conteúdos
M3: Segunda grande revisão dos conteúdos

Entregas:
D1: Entrega e defesa do plano de estágio
D2: Entrega do guião temático
D3: Entrega do relatório de estágio
D4: Defesa do relatório

Mestrado - Relatório de Estágio
Estágio- Investigação, criação de um guião temático para uma exposição temporária, criação de uma lista de documentos e execução de legendas e descritivos das peças
Orientação- Reuniões

Atividades propostas

As atividades propostas no âmbito do estágio foram delineadas de forma a contribuir significativamente para o desenvolvimento de uma investigação histórica e museológica centrada na presença de visitantes ilustres no Museu Nacional dos Coches entre 1905 e 1940. Estas atividades tiveram como principal objetivo a construção de um projeto expositivo devidamente fundamentado, articulando a pesquisa académica com as exigências interpretativas de uma exposição temporária.

Uma das principais tarefas consistiu na realização de uma pesquisa aprofundada sobre as personalidades que visitaram o Museu no período em análise, recorrendo a fontes primárias e secundárias, como arquivos históricos, periódicos da época, documentação institucional e registos iconográficos. Esta investigação visou não só identificar as figuras de relevo associadas ao Museu, mas também analisar o contexto histórico, político e diplomático que motivou essas visitas, permitindo compreender o impacto que tiveram na projeção institucional do Museu e na sua afirmação enquanto espaço de referência no panorama cultural português.

Com base nos dados recolhidos, procedeu-se à elaboração de um guião temático para a exposição, estruturado segundo um enquadramento historiográfico rigoroso e uma narrativa museológica coesa. O desenvolvimento deste guião implicou a definição de eixos interpretativos

fundamentais, a seleção criteriosa de conteúdos e a articulação das visitas ilustres com a evolução histórica da instituição, assegurando que a exposição refletisse uma abordagem crítica e fundamentada do tema.

Adicionalmente, foram realizadas a identificação e sistematização de documentos e materiais passíveis de integrar a exposição, incluindo registos fotográficos, artigos de imprensa, correspondência diplomática e outros documentos históricos relevantes. Esta tarefa exigiu um trabalho meticuloso de catalogação e análise documental, garantindo que os conteúdos selecionados fossem detalhadamente representativos da relevância histórica do tema em estudo.

Por último, foi desenvolvida a redação de legendas e descrições técnicas das peças a expor, com vista à sua adequada contextualização no discurso expositivo. Esta atividade implicou a aplicação de critérios de redação académica e museográfica, assegurando que a informação transmitida ao público refletisse não apenas o valor patrimonial dos objetos, mas também a sua relação com o tema central da exposição.

Desta forma, as atividades propostas no decorrer do estágio integraram investigação académica, análise documental e prática museológica, promovendo uma abordagem interdisciplinar e contribuindo para o enriquecimento da historiografia do Museu Nacional dos Coches, bem como para a valorização do seu acervo e da sua memória institucional.

Capítulo I: História dos Museus em Portugal

A compreensão da **história dos Museus em Portugal** revela-se fundamental para a análise das políticas culturais e patrimoniais que moldaram a identidade nacional ao longo dos séculos. Enquanto espaços de recolha, conservação, interpretação e exposição de bens culturais e científicos, os museus são, simultaneamente, um reflexo das estruturas de poder vigentes e agentes ativos na construção da memória coletiva, como se pode interpretar através da obra de Pierre Nora (1984). Este capítulo propõe uma leitura crítica e aprofundada do percurso da museologia portuguesa, desde os seus primórdios no seio das coleções régias e privadas, passando pela sua institucionalização oitocentista, até às transformações paradigmáticas do século XXI. Tal análise visa, ainda, fornecer o enquadramento necessário à compreensão do contexto específico da fundação e do desenvolvimento do Museu Nacional dos Coches, que se segue no subcapítulo deste tópico.

Nos séculos XVII e XVIII, a musealização em Portugal ainda se apresentava sob formas embrionárias, nomeadamente no que toca aos chamados "gabinetes de curiosidades" (Brigola, 2003). Estes espaços privados, geralmente pertencentes a académicos eruditos ou membros da nobreza, reuniam objetos provenientes de diversas partes do mundo e alusivos a diversas disciplinas, apresentando no seu repertório artigos que iam desde fósseis e espécimes zoológicos até artefactos arqueológicos e obras artísticas. A função destes "gabinetes" (Brigola, 2003) centrava-se em aspetos tanto científicos como simbólicos, constituindo uma manifestação do poder que o conhecimento detinha e, simultaneamente, do cosmopolitismo do seu proprietário. Como refere Brigola (2003, p. 57), "(…) estes espaços foram os primeiros mecanismos sistemáticos de organização e exposição do conhecimento material e simbólico do mundo conhecido", fazendo alusão às primeiras formas de exposição e propagação do saber (…)".

Entre os exemplos mais relevantes deste período avulta o Real Gabinete da Ajuda, instituído sob a égide de D. José I e ampliado por D. Maria I, cujos objetivos pedagógicos se centravam no ensino das ciências naturais aos príncipes e membros da nobreza. Este gabinete viria a dar origem ao futuro **Museu de História Natural da Escola Politécnica**, numa transição que assinala o início da museologia pública em Portugal (Brigola, 2003, p. 112), marcando um novo ciclo para o país no que se refere ao campo cultural e artístico.

A Revolução Liberal de 1820 e, posteriormente, a extinção das ordens religiosas em 1834 originaram a apropriação e confisco de vastas coleções artísticas e religiosas por parte dos Poderes Públicos. Deste modo, esta reconfiguração patrimonial deu origem a espaços museológicos com uma vocação mais nacionalista, mas ao mesmo tempo educativa, como é o caso do Museu Portuense fundado em 1833 e do **Museu Nacional de Belas-Artes e Arqueologia** fundado em 1884. Como nota Pimentel

(2005, p. 112), “os Museus oitocentistas consolidam-se como espaços de pedagogia cívica e de expressão do ideário nacional, projetando uma imagem idealizada da cultura portuguesa”, destacando, de certa forma, o papel desempenhado por estes espaços culturais à luz da época em questão. É de destacar que este foi o início do funcionamento dos museus portugueses no decorrer de diversas décadas e séculos.

Por outro lado, a criação do **Museu Etnológico Português**, impulsionada por José Leite de Vasconcelos em 1893, revela uma inflexão no discurso museológico português. Tendo sido inspirado pelo positivismo e pela antropologia europeia da época, o grande antropólogo português defende a ideia de uma museologia mais centrada na ciência, orientada para o estudo das origens da cultura popular e das estruturas identitárias do povo português (Carrilho, 2018, p. 41), no fundo, oferecendo um uso mais ativo à **Antropologia** e à **Etnologia** enquanto áreas científicas de grande relevância, como já estava a acontecer na restante Europa. Esta visão procurava simultaneamente preservar e ordenar as manifestações do chamado "Portugal profundo".

Já no decorrer da Primeira República, os museus foram mobilizados como instrumentos de propaganda republicana e laicizada. Esta perspetiva traduziu-se na reorganização de coleções, bem como na valorização do património arqueológico e artístico como suporte de uma nova narrativa nacional (Carrilho, 2018).

Com a implantação do Estado Novo, os museus foram instrumentalizados pelo poder político enquanto veículos de propaganda nacionalista, intrínsecas do próprio regime. As exposições foram reorientadas para glorificar a epopeia dos Descobrimentos, a história monárquica e o império colonial. Como observa Santos (2010, p. 128), “os museus funcionaram como espaços de monumentalização do passado, subordinados ao discurso unívoco do regime”, que era um grande objetivo de Salazar.

Contudo, este período foi também marcado pela criação de importantes instituições museológicas, como o **Museu de Arte Popular** (1948) e em 1965 o atual **Museu Nacional de Etnologia** surge com novas nuances e objetivos, traduzindo um alargamento dos horizontes disciplinares e científicos da museologia portuguesa através da sua atividade.

No período do pós 25 de abril de 1974, os museus foram evocados a integrar os valores da democracia cultural, da descentralização e da participação cidadã. A institucionalização da **Nova Museologia** (*New Museology*) em Portugal, com uma forte influência das conferências do ICOM (*International Council of Museums*) e da Declaração de Santiago do Chile (1972), marcou o início de um novo paradigma. A criação do **Instituto Português de Museus** em 1991 e da **Rede Portuguesa de Museus** em 2000 institucionalizou práticas de gestão integrada, formação de profissionais e a introdução de critérios de qualidade museológica (Antunes, 2015).

Apesar de todas as implementações e medidas evolutivas no que toca ao campo museológico português, ainda existem muitos aspetos que podem ser considerados para um melhor funcionamento dos mesmos e que os tempos atuais reclamam.

Neste contexto contemporâneo, os museus passaram a ser entendidos não apenas como espaços de preservação patrimonial, mas também como instituições culturais dinâmicas, capazes de estabelecer pontes entre o passado e as problemáticas do presente, através das atividades realizadas e das próprias obras escolhidas. A partir do final do século XX e do início do século XXI, assistiu-se a um reforço da dimensão social da museologia, procurando aproximar as instituições museológicas das comunidades que as rodeiam. A valorização da participação pública, da inclusão social e da acessibilidade tornou-se, assim, um dos eixos centrais das políticas museológicas contemporâneas, acompanhando tendências internacionais no campo da museologia crítica e da chamada museologia social.

Paralelamente, o desenvolvimento tecnológico e a crescente digitalização do património vieram introduzir novas formas de interpretação, mediação e difusão das coleções. A digitalização de acervos, a criação de bases de dados acessíveis ao público e a implementação de recursos multimédia nas exposições constituem atualmente ferramentas fundamentais para ampliar o alcance dos museus e democratizar o acesso ao conhecimento. Como sublinha Antunes (2015, p. 73), "os museus contemporâneos enfrentam o desafio de equilibrar a preservação do património com a necessidade de comunicar de forma eficaz com públicos cada vez mais diversificados", o que implica uma constante atualização das práticas museológicas e das estratégias de mediação cultural.

Simultaneamente, o reforço da cooperação institucional e da articulação em rede, tem desempenhado um papel significativo na consolidação do sistema museológico português. A Rede Portuguesa de Museus, criada no início do século XXI, procurou estabelecer um quadro de referência para o funcionamento das instituições museológicas, promovendo padrões de qualidade, formação especializada e partilha de boas práticas entre profissionais do setor. Este modelo contribuiu para uma maior profissionalização da museologia em Portugal, incentivando igualmente a investigação científica, a conservação preventiva e a valorização dos serviços educativos.

Não obstante os progressos alcançados, a realidade museológica portuguesa continua a enfrentar diversos desafios estruturais. Entre estes, destacam-se as grandes limitações financeiras, a escassez de recursos humanos especializados e a necessidade de adaptar as instituições às exigências de públicos cada vez mais plurais e críticos. Neste sentido, os museus são hoje chamados a repensar os seus modelos de gestão e de comunicação, procurando conciliar a salvaguarda e conservação do património com a promoção de um diálogo aberto e participativo com a sociedade.

Neste enquadramento, importa ainda sublinhar que a evolução recente dos museus se encontra profundamente associada ao reforço da sua dimensão educativa. Como refere Mendes, a expansão do fenómeno museológico nas últimas décadas, frequentemente designada como "explosão museológica", traduz não apenas um crescimento quantitativo, mas sobretudo uma transformação qualitativa das instituições, que passam a assumir funções pedagógicas e sociais mais amplas[1]. Assim, os museus contemporâneos afirmam-se como espaços de aprendizagem contínua, contribuindo para a valorização do património e para a formação cultural dos públicos.

Deste modo, a evolução histórica dos museus em Portugal revela um percurso marcado por profundas transformações conceptuais, institucionais e políticas. Desde as coleções privadas e "gabinetes de curiosidades" (Brigola, 2003) dos séculos modernos até às atuais instituições museológicas orientadas para a participação pública e para a democratização cultural, os museus portugueses refletem as profundas mudanças sociais, ideológicas e científicas que atravessaram o país ao longo do tempo. Este enquadramento histórico, como pano de fundo, permite compreender de forma mais aprofundada o papel desempenhado por instituições específicas no panorama museológico nacional.

Neste enquadramento, torna-se pertinente destacar o Museu Nacional dos Coches enquanto objeto de estudo privilegiado no âmbito da museologia portuguesa. A sua criação, em 1905, inscreve-se num momento particularmente significativo da história cultural do país, marcado por uma crescente valorização do património histórico e artístico enquanto instrumento de construção identitária e de afirmação simbólica do Estado. Como sublinha Antunes (2015, p. 45), "a institucionalização dos museus em Portugal acompanha os processos de construção da memória nacional, assumindo um papel ativo na legitimação de narrativas históricas e identitárias", o que permite enquadrar o surgimento do Museu Nacional dos Coches neste movimento mais amplo.

Enquanto instituição museológica, o Museu Nacional dos Coches distingue-se não apenas pela especificidade do seu acervo, constituído por viaturas de pompa e de elevado valor histórico e artístico, mas também pela forma como, desde a sua génese, se posiciona na interseção entre memória, poder e representação. Neste sentido, importa considerar a perspetiva de Duncan (1995), para quem os museus devem ser entendidos como espaços de ritualização cultural, nos quais se encenam narrativas legitimadoras de determinadas estruturas sociais e políticas. A musealização de objetos associados à monarquia portuguesa insere-se, assim, numa lógica de consagração simbólica, contribuindo para a

[1] Mendes identifica a chamada "explosão museológica" como um fenómeno associado ao aumento do número de museus e à diversificação das suas funções, nomeadamente no domínio educativo, destacando o seu papel crescente na formação cultural e social dos públicos (Mendes, 2013, pp. 9–10).

construção de uma memória coletiva seletiva e socialmente orientada.

Com efeito, a constituição do museu reflete uma lógica de salvaguarda de bens associados à monarquia portuguesa, num período em que se procurava simultaneamente preservar e reinterpretar esse legado à luz de novas dinâmicas políticas e culturais. Como refere Bennett (1995, p. 95), "os museus funcionam como instrumentos de ordenação do passado, organizando os objetos de forma a produzir narrativas coerentes e pedagogicamente orientadas", evidenciando o seu papel na produção de discursos históricos. Neste contexto, a musealização destas coleções não corresponde apenas a um gesto de conservação material, mas também à construção de uma narrativa que enquadra os objetos num discurso mais amplo sobre a história nacional e as formas de representação do poder outrora vigentes.

Por outro lado, o percurso institucional do Museu Nacional dos Coches evidencia as sucessivas reconfigurações do campo museológico português ao longo do século XX, acompanhando mudanças de regime, transformações ideológicas e novas abordagens no domínio da museologia. Tal como observa Carrilho (2018, p. 62), "as instituições museológicas portuguesas refletem, ao longo do tempo, as orientações políticas e culturais dominantes, adaptando os seus discursos e práticas às exigências de cada contexto histórico". Desde a sua instalação no antigo Picadeiro Real de Belém até às transformações mais recentes, o museu constitui um exemplo paradigmático dessas dinâmicas de adaptação e reforço do significado em termos de valor.

Assim, a análise do Museu Nacional dos Coches permite não só compreender a especificidade desta instituição, mas também refletir sobre questões mais amplas relacionadas com a construção da memória, a seleção patrimonial e os discursos museológicos em Portugal. Neste sentido, e tendo em conta a perspetiva de Desvallées e Mairesse (2010), que sublinham a natureza interpretativa e socialmente construída do fenómeno museológico, o capítulo seguinte será dedicado à exploração aprofundada da fundação, evolução histórica e enquadramento institucional do Museu Nacional dos Coches, articulando a sua trajetória com o contexto museológico e político previamente delineado.

Capítulo II: O Museu Nacional dos Coches

Das Origens à Institucionalização (1726–1943)

O **Museu Nacional dos Coches** constitui uma das instituições museológicas mais singulares do panorama português e europeu, não apenas pela excecionalidade do seu acervo, mas também pela sua longa sedimentação histórica, que antecede em muito a sua fundação formal em 1905. A sua constituição deve ser compreendida como o resultado de um processo prolongado de reorganização patrimonial, de redefinição simbólica e de adaptação institucional, inscrito nas mutações políticas e culturais que marcaram a passagem da Monarquia para a República e, posteriormente, a consolidação do Estado Novo (Antunes, 2015; Bessone, 1995; Pimentel, 2005)[2].

Um dos antecedentes mais relevantes da história do Museu encontra-se na aquisição, em 1726, da chamada Quinta de Baixo, em Belém, por D. João V, integrando uma área onde se localizavam já o Palácio de Belém e estruturas ligadas à prática equestre da corte[3]. A posterior demolição do antigo picadeiro e a construção de um novo Picadeiro Real, por iniciativa do Infante D. João, futuro D. João VI, segundo projeto de Giacomo Azzolini, entre 1787 e 1816, conferiram a este espaço uma centralidade acrescida no universo cerimonial da monarquia portuguesa. De feição neoclássica, o edifício afirmava-se não apenas pela sua funcionalidade, mas também pela sua qualidade arquitetónica e decorativa, tornando-se um lugar de representação régia e de encenação da cultura equestre cortesã (Silva, 1999; Bessone, 1995)[4].

Ao longo do século XIX, contudo, o património ligado à Casa Real conheceu um processo de dispersão, transferência e degradação. A inexistência de uma política sistemática de conservação, associada à circulação de viaturas entre diferentes dependências régias e à progressiva obsolescência funcional de muitos destes veículos, contribuiu para o abandono ou alienação de várias peças. Ainda assim, uma parte significativa dos coches, carruagens e outros veículos de aparato manteve-se sob tutela das cocheiras régias de Belém, da Ajuda e das Necessidades, preservando-se enquanto património

[2] A história do Museu Nacional dos Coches deve ser compreendida no quadro mais vasto da evolução da museologia portuguesa, que, entre os séculos XIX e XX, conheceu processos de institucionalização, centralização administrativa e redefinição das funções sociais do património. Neste sentido, o caso do Museu dos Coches articula-se com transformações estruturais da política cultural portuguesa e com a progressiva consolidação do museu enquanto instrumento de preservação, representação e educação pública (Antunes, 2015; Pimentel, 2005; Bessone, 1995).

[3] A aquisição da Quinta de Baixo por D. João V inscreve-se no alargamento e qualificação da zona de Belém enquanto espaço privilegiado da presença régia. A ligação desta área ao universo cortesão, e em particular à prática equestre, é um dado relevante para compreender a futura instalação do Museu num edifício que não foi escolhido ao acaso, mas cuja localização e função tinham já uma forte densidade histórica e simbólica (Bessone, 1995; Silva, 1999).

[4] O Picadeiro Real não era apenas uma infraestrutura funcional destinada ao treino e à exibição equestre. Tratava-se de um espaço de encenação da ordem cortesã, no qual arquitetura, ritual e representação política se articulavam. A sua posterior reutilização como espaço museológico corresponde, por isso, a um processo de voltar a dar significado patrimonial a um lugar originalmente associado à performance do poder régio (Silva, 1999; Bessone, 1995).

funcional ao serviço da corte (Ribeiro, 2008; Bessone, 1995)[5].

Foi no contexto do final do século XIX e do início do século XX, marcado por uma crescente valorização europeia do património histórico e pela consolidação dos museus como instituições de preservação e instrução pública, que surgiu a ideia de reunir e expor de forma permanente as viaturas régias portuguesas. A influência de grandes certames internacionais, como a Exposição Universal de Paris de 1900, reforçou esta sensibilidade para a valorização dos meios de transporte históricos e para a sua leitura enquanto testemunhos da cultura material e da representação do poder e como algo pertencente ao Património (Antunes, 2015; Cardoso, 2011)[6].

Neste quadro, D. Amélia teve um papel determinante na promoção da criação do Museu dos Coches Reais, idealizado como espaço de conservação, exibição e valorização de um conjunto patrimonial particularmente vulnerável à dispersão. A escolha do antigo Picadeiro Real de Belém para acolher a nova instituição revestiu-se de forte coerência simbólica e funcional, uma vez que o edifício mantinha uma relação histórica direta com a cultura equestre e com a vida cerimonial da monarquia (Ribeiro, 2008; Silva, 1999)[7].

Em 1904 tiveram início as obras de adaptação do Picadeiro a espaço museológico, sob a direção do arquiteto Rosendo Carvalheira, procedendo-se igualmente ao restauro de elementos decorativos do edifício, com intervenção de artistas como José Malhoa e António Conceição e Silva. A fundação do Museu dos Coches Reais ocorreu a 23 de maio de 1905, sendo a inauguração oficial realizada no dia seguinte, com ampla repercussão pública e mediática, como testemunha a *Illustração Portugueza* nesse mesmo ano (*Illustração Portugueza*, 1905; Bessone, 1995)[8].

Desde a sua origem, o Museu apresentou-se como mais do que um simples depósito de bens régios. Embora fortemente ligado à Casa Real, o projeto inscrevia-se já numa lógica de salvaguarda patrimonial e de exposição pública, convertendo objetos até então utilitários ou protocolares em peças

[5] A dispersão e degradação das viaturas régias ao longo do século XIX ilustram a fragilidade das políticas de conservação patrimonial num período em que muitos objetos mantinham valor funcional, mas ainda não eram plenamente reconhecidos como bens museológicos. O percurso destas peças entre diferentes cocheiras e dependências da Coroa demonstra a coexistência entre uso protocolar e preservação incipiente (Ribeiro, 2008; Bessone, 1995).

[6] A valorização museológica dos transportes históricos no final do século XIX e início do século XX integra-se num movimento europeu mais amplo de patrimonialização da cultura material. A emergência do museu moderno como lugar de instrução e de classificação, bem como o interesse crescente por objetos associados à história técnica, ao aparato e à vida quotidiana, ajudam a explicar o contexto em que o projeto do Museu dos Coches se tornou possível (Antunes, 2015; Cardoso, 2011).

[7] A iniciativa de D. Amélia deve ser entendida para além de uma simples preocupação conservacionista. A criação do Museu correspondeu também a uma operação de valorização simbólica do património régio, integrando práticas então comuns nas monarquias europeias de conservação e exposição da memória dinástica. Ainda assim, no caso português, essa opção revelou também uma dimensão pioneira no quadro museológico nacional (Ribeiro, 2008; Silva, 1999).

[8] A cobertura dada pela *Illustração Portugueza* à inauguração do Museu é reveladora da relevância pública do acontecimento. O novo Museu surgia como instituição simultaneamente moderna e enraizada na tradição, capaz de converter um conjunto de objetos ligados ao cerimonial régio em património digno de observação pública e valorização cultural (Illustração Portugueza, 1905; Bessone, 1995).

de contemplação, memória e representação histórica. Esta transformação corresponde a um processo mais vasto de musealização, pelo qual determinados objetos perdem progressivamente a sua função primeira para adquirirem novos significados culturais, identitários e educativos (Desvallées & Mairesse, 2010; Pearce, 1992; Choay, 2001)[9].

Nos primeiros anos de funcionamento, sob a direção de Alfredo de Albuquerque, o Museu manteve uma relação estreita com a estrutura administrativa da Casa Real. O quadro de pessoal era composto por elementos ligados ao universo régio, e o acervo permanecia dependente, em larga medida, da Repartição das Reais Cavalariças. Simultaneamente, várias viaturas continuavam a ser utilizadas em cerimónias oficiais e fúnebres, o que demonstra a persistência de uma natureza híbrida da instituição: museu, por um lado, e reserva funcional da monarquia, por outro (Freire, 1923; Bessone, 1995)[10].

Em 1906, o Museu conheceu a sua primeira projeção internacional ao participar, por meio de painéis fotográficos, na Exposição Retrospetiva de Transportes Terrestres de Milão. No mesmo ano foi publicado o primeiro catálogo oficial da instituição, marco importante na sistematização e divulgação do acervo. Estes dois acontecimentos revelam que, desde muito cedo, o Museu procurou afirmar-se não apenas como espaço de conservação interna, mas também como lugar de produção de conhecimento e de projeção cultural para além das fronteiras nacionais (Freire, 1923; Bessone, 1995)[11].

A partir de 1908, o enquadramento institucional da instituição sofreu alterações relevantes. A Carta de Lei de 3 de setembro desse ano determinou a nova designação de Museu Nacional dos Coches Reais e subordinou-o ao Ministério do Reino, através da Direção-Geral de Instrução Superior e Especial. Em 1909, o Regulamento Interno veio consolidar esta reorganização administrativa, ao definir com maior clareza o estatuto patrimonial dos objetos incorporados no Museu. Este conjunto de medidas revela uma progressiva deslocação da instituição da esfera estritamente régia para uma tutela mais próxima do aparelho estatal, ainda antes da queda da Monarquia (Diário do Governo, 1911–1943; Pimentel, 2005)[12].

---

[9] A musealização implica uma mudança de estatuto do objeto. No contexto do Museu dos Coches, as viaturas deixam de ser exclusivamente meios de transporte ou instrumentos do cerimonial para se tornarem documentos materiais, suportes de memória e peças de exposição. Esta transformação corresponde a um processo central da moderna cultura patrimonial (Desvallées & Mairesse, 2010; Pearce, 1992; Choay, 2001).

[10] A permanência do uso cerimonial de algumas viaturas depois da fundação do Museu mostra que a musealização do acervo não foi imediata nem absoluta. Durante este período inicial, o Museu coexistiu com práticas de utilização régia do património, revelando a transição gradual entre funcionalidade e patrimonialização (Freire, 1923; Bessone, 1995).

[11] A participação em Milão e a publicação do catálogo de 1906 constituem dois marcos complementares: um de projeção externa e outro de ordenação interna. Ambos revelam a vontade de afirmar o acervo não apenas como herança régia, mas como coleção histórica passível de descrição, classificação e divulgação (Freire, 1923; Bessone, 1995).

[12] A alteração de tutela e a regulamentação do património do Museu antes de 1910 demonstram que a instituição já se encontrava em processo de autonomização relativa face à pura administração palaciana. Este movimento ajuda a explicar a sua sobrevivência posterior à queda da Monarquia, uma vez que parte do percurso de institucionalização já estava em curso (Diário do Governo, 1911–1943; Pimentel, 2005).

A proclamação da República, em 5 de outubro de 1910, constituiu uma rutura profunda no quadro político e simbólico em que o Museu havia sido criado. A extinção da Casa Real e o afastamento dos códigos de representação monárquica colocaram em causa o lugar institucional de uma coleção fortemente associada ao cerimonial régio. No entanto, em vez de desaparecer, o Museu foi reconfigurado no quadro da nova política patrimonial republicana, que procurou integrar os museus numa lógica de utilidade pública, instrução cívica e valorização histórica da nação sob uma perspetiva laica e estatal (Carrilho, 2018; Torgal, 2010; Leal, 2012)[13].

O Decreto n.º 1 de 1911, ao criar as circunscrições artísticas e os Conselhos de Arte e Arqueologia, constituiu um marco essencial nesta reorganização. O Museu Nacional dos Coches foi integrado na primeira circunscrição artística, sediada em Lisboa, passando a enquadrar-se numa nova arquitetura administrativa do património. Paralelamente, a extinção da Repartição das Equipagens Reais e a incorporação de bens da Coroa no património do Estado modificaram profundamente o estatuto do acervo e a própria função do Museu, agora progressivamente desligado do ritual régio e reinterpretado enquanto testemunho histórico e artístico (Diário do Governo, 1911–1943; Pimentel, 2005; Carrilho, 2018)[14].

Neste processo, a direção de Luciano Freire revelou-se decisiva. Entre 1910 e 1935, o Museu conheceu uma importante reorganização museográfica e simbólica. Procurou-se valorizar as viaturas enquanto objetos de arte, de técnica e de memória histórica, e não apenas como remanescentes de um regime deposto. Foram realizadas obras de beneficiação no edifício, nomeadamente entre 1911 e 1912, e reforçou-se a inventariação e sistematização das coleções. A transferência de objetos provenientes de instituições religiosas extintas e de outras estruturas desativadas alargou também o universo patrimonial sob tutela do Museu, ainda que de modo desigual e nem sempre linear (Freire, 1923; Bessone, 1995; Carrilho, 2018)[15].

Apesar das intenções modernizadoras da Primeira República, os constrangimentos financeiros e administrativos limitaram fortemente a renovação museológica. Ainda assim, o Museu conseguiu preservar a sua especificidade e manter relevância pública. A partir da década de 1920, algumas viaturas

[13] A Primeira República redefiniu o papel dos museus no quadro de uma política cultural laica e nacionalista. Em vez de simples repositórios de objetos de elites ou instrumentos de ostentação régia, as instituições museológicas passaram a ser concebidas como espaços de instrução pública e valorização cívica do património (Carrilho, 2018; Torgal, 2010; Leal, 2012).

[14] O Decreto n.º 1 de 1911 inscreve-se num esforço de reorganização global do património português, articulando tutela administrativa, proteção monumental e enquadramento dos museus. O caso do Museu Nacional dos Coches é particularmente significativo, porque mostra como uma coleção de origem monárquica pôde ser reinscrita na narrativa patrimonial republicana (Diário do Governo, 1911–1943; Pimentel, 2005).

[15] A direção de Luciano Freire foi decisiva para a sobrevivência e reinterpretação do Museu. A sua ação não se limitou à gestão administrativa; incluiu também uma tentativa de reconfiguração simbólica das coleções, destacando o seu valor artístico, técnico e histórico num contexto politicamente adverso à memória régia (Freire, 1923; Carrilho, 2018; Bessone, 1995).

voltaram inclusivamente a ser mobilizadas em cerimónias públicas e reconstituições históricas, evidenciando uma reutilização simbólica do acervo num contexto já profundamente distinto do monárquico (Ribeiro, 2008; Leal, 2015)[16].

Nos anos 1930, a crescente centralização da política patrimonial portuguesa traduziu-se em novas alterações administrativas. Os Decretos nº 19.954, de 1931, e nº 20.985, de 1932, extinguiram os Conselhos de Arte e Arqueologia e concentraram a tutela museológica no Conselho Superior de Belas Artes. O Museu Nacional dos Coches foi formalmente enquadrado na categoria de Museus Nacionais, consolidando o seu estatuto institucional, mas também reforçando a sua dependência de uma estrutura administrativa cada vez mais centralizada (Diário do Governo, 1911–1943; Antunes, 2015; Ferreira, 2009)[17].

Essa tendência culminou, em 1935, com a fusão do Museu Nacional dos Coches com o Museu Nacional de Arte Antiga, determinada pelo Decreto n.º 26.175, de 31 de dezembro. Esta integração, que se prolongou até 1943, deve ser lida no quadro da racionalização administrativa e do controlo estatal promovidos pelo Estado Novo. Ainda que a fusão procurasse uniformizar procedimentos e reduzir custos, tornou evidente a dificuldade de integrar numa mesma estrutura museológica conjuntos patrimoniais tão distintos como as coleções de belas-artes e o acervo hipomóvel de Belém (Couto, 1939; Ferreira, 2009; Santos, 2010)[18].

Nos primeiros anos após a fusão, a direção conjunta esteve a cargo de João Couto. Todavia, a especificidade tipológica, espacial e técnica das coleções do Museu dos Coches dificultava a plena absorção da instituição na lógica das Janelas Verdes. A partir de 1938, a administração do Museu em Belém foi confiada a Luís Keil, cuja ação se revelou crucial para a preservação da sua identidade institucional. A recuperação da autonomia administrativa concretizou-se finalmente em 1943, através do Decreto n.º 33.267, que restabeleceu a separação entre as duas instituições e fixou um quadro próprio de pessoal para o Museu Nacional dos Coches. Este momento pode ser entendido como a verdadeira consolidação institucional do Museu, cuja singularidade patrimonial e museológica ficava, finalmente, formalmente reconhecida (Keil, 1944; Diário do Governo, 1911–1943; Bessone, 1995)[19].

---

[16] A reativação pontual de algumas viaturas em cerimónias públicas demonstra que o seu valor não desapareceu com a República; foi antes transformado. O acervo passou a funcionar como repositório de memória histórica, disponível para novas formas de ritualização pública, já desligadas do exercício efetivo do poder monárquico (Ribeiro, 2008; Leal, 2015).

[17] A centralização administrativa dos anos 1930 deve ser entendida como parte de uma política mais vasta de reforço do controlo do Estado sobre o património e a cultura. A classificação do Museu como Museu Nacional reforçou o seu estatuto, mas inseriu-o simultaneamente numa estrutura mais hierarquizada e dependente (Antunes, 2015; Ferreira, 2009).

[18] A fusão de 1935 ilustra os limites de uma lógica puramente administrativa aplicada ao universo museológico. Embora apresentada como medida de racionalização, ela ignorava em parte a especificidade do Museu dos Coches enquanto instituição especializada, cujo acervo exigia soluções de conservação, exposição e interpretação distintas das de um museu de belas-artes (Couto, 1939; Ferreira, 2009; Santos, 2010).

[19] O Decreto n.º 33.267, de 1943, tem particular importância porque representa o reconhecimento formal da singularidade do

Consolidação institucional, missão e evolução das coleções

A autonomização de 1943 abriu uma nova fase na história do Museu Nacional dos Coches, marcada por maior consolidação institucional, por um reforço da organização museográfica e por uma revalorização simbólica do seu acervo. Sob a direção de Luís Keil, realizaram-se intervenções estruturais significativas, entre as quais a construção de um novo salão lateral, projetado por Raul Lino, na ala nascente do edifício, bem como trabalhos de conservação no salão principal. Estas transformações corresponderam a uma tentativa de adequar o espaço à crescente complexidade e visibilidade da coleção, reforçando a legibilidade expositiva e a capacidade de acolhimento do público (Keil, 1944; Bessone, 1995)[20].

No mesmo contexto, a publicação de um novo catálogo em 1943 constituiu um passo decisivo na sistematização científica do acervo. Estruturado por secções e ilustrado com fotografias e descrições detalhadas, este instrumento editorial reforçou a dimensão documental e historiográfica do Museu, contribuindo para a sua afirmação como instituição de referência no estudo das viaturas históricas e dos objetos associados ao transporte de aparato. Nos primeiros meses de 1944, a apresentação pública de viaturas restauradas veio reforçar esta lógica de valorização patrimonial, integrando-se também numa política cultural que atribuía ao património histórico um importante papel simbólico na legitimação da narrativa nacional (Keil, 1944; Santos, 2010; Melo, 2001)[21].

Desde a sua fundação, a missão do Museu Nacional dos Coches esteve ligada à proteção, conservação e exposição de um património singular, constituído maioritariamente por viaturas de gala e de passeio, arreios, selas, acessórios e elementos de aparato associados ao cerimonial régio e à mobilidade aristocrática. Com o tempo, essa missão foi-se ampliando, passando a incluir de forma mais explícita o estudo, a interpretação e a comunicação pública das coleções, em linha com a evolução da museologia contemporânea (Mendes, 2013; Desvallées & Mairesse, 2010; Hooper-Greenhill, 2000)[22].

O núcleo fundador da coleção era essencialmente composto por viaturas da Casa Real Portuguesa, datadas entre os séculos XVI e XIX, entre as quais se contam algumas das peças mais

Museu Nacional dos Coches. A autonomia recuperada não foi apenas administrativa; correspondeu também à afirmação do Museu como instituição dotada de identidade patrimonial própria (Keil, 1944; Diário do Governo, 1911–1943; Bessone, 1995).

[20] As obras promovidas durante a direção de Luís Keil mostram que a recuperação da autonomia não foi meramente jurídica. Houve um esforço concreto de reorganização do espaço e de qualificação da apresentação museográfica, o que revela uma preocupação em consolidar institucionalmente o Museu num momento decisivo da sua história (Keil, 1944; Bessone, 1995).

[21] A publicação do catálogo de 1943 e a apresentação de viaturas restauradas em 1944 devem ser entendidas no quadro das políticas patrimoniais do Estado Novo, que procuravam mobilizar o passado como instrumento de legitimação simbólica. Contudo, para além dessa dimensão ideológica, estes gestos tiveram também importância científica e museográfica real (Keil, 1944; Santos, 2010; Melo, 2001).

[22] A ampliação da missão do Museu acompanha a própria evolução do conceito de museu. Se inicialmente predominava a lógica de guarda e exibição, progressivamente ganharam relevo as dimensões de investigação, educação, interpretação e comunicação, hoje centrais na definição contemporânea da instituição museológica (Mendes, 2013; Desvallées & Mairesse, 2010; Hooper-Greenhill, 2000).

emblemáticas do Museu, como o Coche de Filipe II e o Coche dos Oceanos. Estas viaturas distinguem-se não apenas pelo seu valor histórico, mas também pela exuberância decorativa, pela qualidade técnica da sua construção e pela densidade simbólica dos programas iconográficos que transportam. São objetos em que se cruzam arte, tecnologia e representação política, funcionando como suportes materiais da autoridade, da diplomacia e da cultura de corte (Ribeiro, 2008; Dargent, 2019)[23].

Ao longo do século XX, o acervo foi sendo progressivamente enriquecido através da incorporação de novas viaturas, peças complementares e documentação. Apesar de o ritmo de incorporações ter sido relativamente irregular, algumas entradas assumiram especial relevância, como as carruagens do Conde de Galveias, dos Duques de Cadaval e do Primeiro Visconde de Porto-Côvo da Bandeira. Para além das viaturas, o Museu conserva um conjunto particularmente importante de arreios, lanternas, ferragens, guarnições, fardamentos, retratos, gravuras, fotografias e documentação administrativa, elementos fundamentais para uma leitura mais completa do universo técnico, logístico e simbólico da mobilidade régia e aristocrática (Bessone, 1995; Ribeiro, 2008; Dargent, 2019)[24].

Numa perspetiva museológica, estas coleções não devem ser entendidas apenas como remanescentes materiais de um passado aristocrático, mas como objetos portadores de múltiplos significados, cuja interpretação depende dos enquadramentos históricos, políticos e culturais a que foram sendo sujeitos. Como lembra Pearce (1992), as coleções museológicas não são conjuntos neutros, resultando de processos de seleção, classificação e atribuição de valor. No caso do Museu Nacional dos Coches, a constituição e reconfiguração do acervo espelham igualmente mudanças na relação entre património, memória e identidade nacional (Pearce, 1992; Smith, 2006; Leal, 2015)[25].

Relações internacionais e projeção externa

A singularidade do acervo do Museu Nacional dos Coches conferiu-lhe, desde cedo, uma vocação internacional, ainda que esta se tenha manifestado de forma desigual e maioritariamente indireta. Ao longo da primeira metade do século XX, o Museu não desenvolveu programas sistemáticos de cooperação internacional comparáveis aos modelos contemporâneos, mas afirmou-se através da

[23] As viaturas mais emblemáticas do Museu não devem ser reduzidas à sua materialidade técnica. São também objetos de forte carga iconográfica e política, concebidos para impressionar visualmente, afirmar estatuto e comunicar mensagens de poder em contextos diplomáticos e cerimoniais (Ribeiro, 2008; Dargent, 2019).

[24] A riqueza do Museu não reside apenas nas grandes viaturas de gala. Os objetos complementares e o arquivo documental são essenciais para reconstituir os contextos de uso, fabrico, manutenção e circulação do transporte hipomóvel. Trata-se de um acervo complexo, que articula materialidade, técnica, protocolo e memória institucional (Bessone, 1995; Ribeiro, 2008; Dargent, 2019).

[25] A coleção do Museu Nacional dos Coches constitui um exemplo claro de que os museus produzem significados através da seleção, da organização e da interpretação dos objetos. O valor patrimonial não é intrínseco nem estático; resulta de processos históricos e culturais de atribuição de importância e de construção de memória (Pearce, 1992; Smith, 2006; Leal, 2015).

circulação de imagens, publicações, visitantes e reconhecimento académico (Bessone, 1995; Ribeiro, 2008)[26].

A participação na Exposição Retrospetiva de Transportes Terrestres de Milão, em 1906, constitui um dos primeiros momentos dessa projeção externa. A opção por enviar painéis fotográficos em vez de deslocar fisicamente as peças demonstra, por um lado, a intenção de afirmar internacionalmente o valor do acervo português e, por outro, a consciência das dificuldades logísticas e dos riscos associados à mobilidade de objetos desta natureza. Essa estratégia de internacionalização indireta, assente na representação visual e documental, prolongar-se-ia nas décadas seguintes (Freire, 1923; Bessone, 1995)[27].

Os catálogos do Museu tiveram, neste contexto, uma função determinante. O catálogo de 1906, o catálogo descritivo e ilustrado de 1923, dirigido por Luciano Freire, e o catálogo de 1943 constituíram instrumentos fundamentais de fixação, classificação e divulgação do acervo. Para além da sua utilidade interna, estes textos contribuíram para dar visibilidade ao Museu junto de investigadores, diplomatas, instituições culturais e visitantes estrangeiros, permitindo que o acervo circulasse simbolicamente através da escrita, da imagem e da descrição erudita (Freire, 1923; Keil, 1944)[28].

Durante a Primeira República e o Estado Novo, a presença do Museu nos circuitos culturais de Lisboa frequentados por visitantes estrangeiros reforçou também a sua notoriedade externa. Embora não existam indícios de uma política sistemática de empréstimos internacionais de viaturas, a sua reputação consolidou-se pela raridade e coerência do conjunto patrimonial preservado em Belém. As relações internacionais do Museu assentaram, assim, menos na circulação física das peças do que na circulação de conhecimento, de reconhecimento e de capital simbólico, característica que corresponde, aliás, à natureza particularmente delicada e monumental do seu acervo (Leal, 2012; Santos, 2010)[29].

[26] A vocação internacional do Museu resulta não apenas da raridade das suas peças, mas também da natureza diplomática e cortesã de muitas delas. Desde cedo, o acervo permitiu projetar uma imagem histórica de Portugal no exterior, mesmo quando tal projeção se fazia sobretudo por vias indiretas (Bessone, 1995; Ribeiro, 2008).

[27] A estratégia adotada em Milão, baseada em representações fotográficas, revela uma forma de internacionalização particularmente adequada à natureza do acervo: monumental, frágil e de transporte difícil. A circulação da imagem funcionou, aqui, como substituto eficaz da circulação do objeto (Freire, 1923; Bessone, 1995).

[28] Os catálogos museológicos desempenham frequentemente um papel duplo: são instrumentos internos de classificação e documentos externos de legitimação científica. No caso do Museu Nacional dos Coches, funcionaram também como mediadores da sua projeção internacional (Freire, 1923; Keil, 1944).

[29] A notoriedade internacional do Museu consolidou-se mais pelo reconhecimento erudito e pela visitação qualificada do que por programas formais de cooperação. Essa especificidade relaciona-se diretamente com a natureza do acervo, pouco propícia à circulação física, mas altamente eficaz em termos de capital simbólico e historiográfico (Leal, 2012; Santos, 2010).

Na contemporaneidade

A partir da segunda metade do século XX, e mais claramente após 1974, o Museu Nacional dos Coches passou a inserir-se num panorama museológico nacional em transformação, marcado pela profissionalização do setor, pela consolidação de políticas de conservação preventiva e pela valorização da mediação cultural. A gradual deslocação de uma museologia centrada exclusivamente no objeto para modelos mais atentos aos públicos, à interpretação e à acessibilidade teve reflexos na forma como o Museu passou a pensar a sua missão e a apresentar as suas coleções (Antunes, 2015; Serrão, 2003; Hooper-Greenhill, 2000)[30].

Neste novo contexto, a monumentalidade histórica do antigo Picadeiro Real começou a ser progressivamente confrontada com as limitações funcionais do edifício. Embora o espaço mantivesse um valor patrimonial inegável e uma forte densidade simbólica, as exigências contemporâneas de conservação, circulação e comunicação museológica tornavam cada vez mais evidente a necessidade de requalificação das condições expositivas. Foi neste quadro que surgiu o projeto de construção de um novo edifício para o Museu, concebido por Paulo Mendes da Rocha e Ricardo Bak Gordon, inaugurado a 23 de maio de 2015 (Direção-Geral do Património Cultural, 2025)[31].

A abertura do novo edifício marcou uma viragem decisiva na história da instituição. Para além de melhores condições de conservação e exposição, o novo espaço permitiu reforçar a contextualização histórica do acervo, diversificar recursos interpretativos e expandir os serviços educativos e de mediação. Esta transição, todavia, não esteve isenta de controvérsia, suscitando debate em torno da localização, da linguagem arquitetónica e da relação entre o novo edifício e a memória do antigo Picadeiro. Ainda assim, o processo ilustra bem a tensão, hoje central em muitos museus históricos, entre preservação da tradição e necessidade de atualização institucional (Direção-Geral do Património Cultural, 2025; Dargent, 2019)[32].

Na atualidade, o Museu Nacional dos Coches apresenta-se como uma instituição de dupla ancoragem: por um lado, preserva a memória histórica do antigo Picadeiro Real; por outro, afirma-se num espaço museológico renovado, orientado para exigências contemporâneas de acessibilidade,

[30] A segunda metade do século XX trouxe importantes transformações à museologia portuguesa, designadamente no que respeita à profissionalização, à valorização educativa e à centralidade dos públicos. O Museu Nacional dos Coches integrou gradualmente estas mudanças, ainda que conservando uma forte ancoragem histórica (Antunes, 2015; Serrão, 2003; Hooper-Greenhill, 2000).

[31] A criação do novo edifício não pode ser entendida apenas como operação arquitetónica. Trata-se também de uma resposta museológica às limitações do antigo espaço e às exigências contemporâneas de conservação, acessibilidade e comunicação patrimonial (Direção-Geral do Património Cultural, 2025).

[32] As controvérsias em torno do novo edifício refletem debates mais amplos da museologia contemporânea sobre a relação entre edifício histórico, requalificação funcional e identidade institucional. No caso do Museu dos Coches, a mudança tornou particularmente visível a tensão entre tradição e renovação (Direção-Geral do Património Cultural, 2025; Dargent, 2019).

comunicação e conservação. Esta condição dual constitui um dos traços mais distintivos da sua identidade atual, permitindo articular herança patrimonial, investigação, fruição pública e renovação museográfica (Direção-Geral do Património Cultural, 2025; Mendes, 2013)[33].

Integração metodológica e enquadramento museológico

A análise do Museu Nacional dos Coches exige um enquadramento teórico que ultrapasse a mera descrição cronológica da instituição ou o inventário material das suas coleções. Com efeito, a compreensão plena do Museu implica considerar não apenas a historicidade dos objetos que preserva, mas também os processos sociais, simbólicos e museológicos que lhes atribuem significado ao longo do tempo. Neste sentido, a leitura do Museu pode beneficiar de duas linhas interpretativas complementares: por um lado, a teoria da memória coletiva; por outro, os contributos da Nova Museologia e da museologia social (Halbwachs, 1992; Brulon Soares, 2015; Hooper-Greenhill, 2000)[34].

Num primeiro plano, a teoria da memória coletiva, desenvolvida por **Maurice Halbwachs**, nomeadamente na sua obra *La mémoire collective* (1950), permite compreender que a memória não constitui um mero depósito estático do passado, mas uma construção social continuamente reorganizada a partir dos quadros coletivos de referência (Halbwachs, 1950/1992). Aplicada ao caso do Museu Nacional dos Coches, esta perspetiva possibilita interpretar as viaturas, os arreios, os acessórios e os restantes objetos do acervo não apenas como testemunhos materiais de um tempo extinto, mas como suportes de memória socialmente partilhada, através dos quais se articulam narrativas de poder, ritual, mobilidade e representação (Halbwachs, 1992; Nora, 1984)[35].

A coleção do Museu adquire, assim, uma densidade interpretativa que excede a sua dimensão técnico-artística. As viaturas de gala, os coches diplomáticos e os objetos associados ao transporte régio não são relevantes apenas pelo seu valor estético ou raridade patrimonial, mas também pela sua capacidade de condensar formas históricas de autoridade, distinção social e encenação política. Ao preservar e expor estes objetos, o Museu não conserva simplesmente artefactos de uma cultura material aristocrática; conserva igualmente os vestígios de uma determinada ordem social e simbólica, tornando visíveis práticas de representação que marcaram a história portuguesa e europeia (Bourdieu, 1979;

[33] A coexistência entre o novo edifício e o antigo Picadeiro Real reforça a identidade plural do Museu, permitindo articular memória arquitetónica, renovação museográfica e diversificação de funções culturais (Direção-Geral do Património Cultural, 2025; Mendes, 2013).

[34] A articulação entre teoria da memória coletiva e Nova Museologia permite enquadrar o Museu para além de uma leitura descritiva, introduzindo uma abordagem que considera simultaneamente a construção social do património e a evolução das funções dos museus enquanto instituições culturais (Halbwachs, 1992; Brulon Soares, 2015; Hooper-Greenhill, 2000).

[35] Maurice Halbwachs, na obra *La mémoire collective*, defende que a memória é estruturada socialmente e constantemente reinterpretada. No contexto museológico, os objetos funcionam como suportes ativos de memória, permitindo reconstruir narrativas sociais e históricas (Halbwachs, 1950/1992; Nora, 1984).

Ribeiro, 2008; Smith, 2006)[36].

Nesta linha de reflexão, o Museu Nacional dos Coches pode também ser entendido como um verdadeiro **lugar de memória**, na aceção proposta por Pierre Nora, isto é, como um espaço onde se concentram, cristalizam e transmitem múltiplas camadas de significação histórica (Nora, 1984). O antigo Picadeiro Real, posteriormente convertido em museu, constitui ele próprio um espaço de elevada densidade memorial, no qual se cruzam a memória da monarquia, a patrimonialização republicana, a apropriação ideológica do passado durante o Estado Novo e, mais recentemente, a reinterpretação museológica contemporânea. O valor do Museu não reside, portanto, apenas na materialidade excecional das suas coleções, mas também na sua capacidade de condensar temporalidades, discursos e disputas simbólicas em torno da identidade nacional e da herança patrimonial (Silva, 1999; Leal, 2015)[37].

Um segundo eixo de análise decorre das perspetivas da Nova Museologia e da museologia social, que vieram problematizar o museu enquanto instituição exclusivamente conservacionista, propondo antes uma visão mais ampla, centrada na mediação cultural, na participação dos públicos e na construção plural de sentidos (Brulon Soares, 2015; Desvallées & Mairesse, 2010). Neste quadro, o museu deixa de ser concebido apenas como espaço de guarda e contemplação de objetos raros, para se afirmar como instituição cultural ativa, educativa e socialmente implicada, capaz de produzir conhecimento, fomentar cidadania e promover leituras críticas do património (Hooper-Greenhill, 2000; Macdonald, 2011)[38].

Esta mudança paradigmática revela-se particularmente útil para interpretar a evolução recente do Museu Nacional dos Coches. A reorganização museográfica do século XXI, em especial com a abertura do novo edifício em 2015, pode ser lida à luz desta transformação conceptual. A adoção de percursos expositivos mais abertos, o reforço dos recursos multimédia, a ampliação dos serviços educativos e a preocupação com a acessibilidade e com a diversificação dos públicos configuram uma recontextualização museológica que desloca o foco do objeto isolado para a relação entre coleções, contextos históricos e comunidades contemporâneas (Direção-Geral do Património Cultural, 2025;

[36] Os objetos museológicos podem ser entendidos como dispositivos de distinção social e representação simbólica. A sua musealização transforma o seu significado, mas mantém a sua ligação a práticas de poder e hierarquia (Bourdieu, 1979; Ribeiro, 2008; Smith, 2006).

[37] O conceito de "lugar de memória", de Pierre Nora, aplica-se ao Museu Nacional dos Coches enquanto espaço que concentra múltiplas camadas de memória histórica e simbólica, articulando diferentes períodos e discursos (Nora, 1984; Silva, 1999; Leal, 2015).

[38] A Nova Museologia propõe uma redefinição do museu enquanto espaço social e cultural, privilegiando a mediação, a participação e a construção de significados, em oposição a uma visão exclusivamente conservacionista (Brulon Soares, 2015; Desvallées & Mairesse, 2010; Hooper-Greenhill, 2000).

Mendes, 2013; Dargent, 2019)[39].

Sob esta perspetiva, o Museu Nacional dos Coches deixa de ser apenas o lugar onde se preserva um conjunto excecional de viaturas régias e passa a afirmar-se como espaço de interpretação histórica e de negociação cultural. A exposição já não se limita à valorização estética ou monumental das peças, mas tende a integrá-las em narrativas mais amplas sobre mobilidade, cerimonial, diplomacia, representação política e cultura material. Esta reorientação aproxima o Museu das tendências internacionais que defendem uma museologia mais reflexiva e inclusiva, na qual os objetos são apresentados não como relíquias neutras, mas como artefactos historicamente situados, abertos a diferentes leituras e interrogações (Bennett, 1995; Duncan, 1995; Macdonald, 2011)[40].

Ao mesmo tempo, a articulação entre memória coletiva e Nova Museologia permite reconhecer que a missão contemporânea dos museus históricos não se esgota na conservação física do património. Salvaguardar implica também interpretar, contextualizar e comunicar. No caso específico do Museu Nacional dos Coches, esta abordagem torna possível relacionar o estudo do acervo com uma reflexão crítica sobre as responsabilidades contemporâneas das instituições museológicas: não apenas proteger bens culturais, mas também produzir conhecimento, ampliar o acesso ao património e estimular a construção de significados plurais por parte dos diferentes públicos (Mendes, 2013; Smith, 2006; Hooper-Greenhill, 2000)[41].

Para um relatório de estágio de Mestrado, este enquadramento metodológico revela-se particularmente pertinente, na medida em que permite articular a investigação sobre as coleções com uma leitura crítica do próprio papel do Museu enquanto instituição cultural. Deste modo, o Museu Nacional dos Coches pode ser analisado simultaneamente como repositório patrimonial, lugar de memória e espaço de mediação contemporânea, onde tradição, conservação, interpretação e participação pública se cruzam de forma dinâmica e historicamente situada (Antunes, 2015; Cardoso, 2011; Desvallées & Mairesse, 2010)[42]. Neste sentido, mais do que um espaço de preservação do passado, o Museu configura-se como um dispositivo ativo de construção de memória, no qual se negociam continuamente significados, identidades e formas de relação com o património, refletindo as tensões

[39] A reorganização recente do Museu Nacional dos Coches, especialmente após 2015, reflete práticas museológicas contemporâneas centradas na acessibilidade, na mediação e na contextualização das coleções (Direção-Geral do Património Cultural, 2025; Mendes, 2013; Dargent, 2019).

[40] A exposição museológica é uma construção discursiva que enquadra os objetos em narrativas específicas, influenciadas por contextos históricos e opções a nível de curadoria (Bennett, 1995; Duncan, 1995; Macdonald, 2011).

[41] Os museus contemporâneos assumem funções que vão além da conservação, incluindo a produção de conhecimento e a promoção da literacia patrimonial (Mendes, 2013; Smith, 2006; Hooper-Greenhill, 2000).

[42] A integração de enquadramentos teóricos em trabalhos académicos permite uma análise crítica das instituições culturais, evidenciando o seu papel na construção de memória e identidade (Antunes, 2015; Cardoso, 2011; Desvallées & Mairesse, 2010).

entre herança, representação e contemporaneidade.

Capítulo III: Estágio

Caracterização da instituição

Génese e consolidação institucional

O Museu Nacional dos Coches (MNC) foi criado por decreto de 23 de maio de 1905, por iniciativa da rainha D. Amélia de Orleães e Bragança (1865-1951), com o propósito de preservar um conjunto significativo de viaturas de aparato pertencentes à Casa Real portuguesa. A sua instalação no antigo Picadeiro Real de Belém, um espaço originalmente destinado a exercícios equestres da corte, não foi circunstancial. Nesta sequência, a adaptação deste edifício implicou a transformação simbólica de um espaço funcional régio num lugar de memória musealizada[43].

A fundação do museu inscreveu-se num momento de redefinição do conceito de património em Portugal, marcado pela crescente institucionalização de políticas de salvaguarda e pela consolidação de práticas museológicas de matriz científica. A transição do regime monárquico para o republicano (1910) não implicou a descontinuidade da instituição, pelo contrário, assistiu-se a um redimensionamento do seu enquadramento enquanto património nacional, desassociando-o da exclusividade régia e integrando-o na esfera pública estatal[44].

Ao longo do século XX, o MNC conheceu sucessivas reconfigurações museográficas e administrativas, acompanhando as transformações do aparelho cultural do Estado português, desde a Direção-Geral do Ensino Superior e Belas-Artes até às atuais estruturas de gestão pública empresarial do património cultural[45].

[43] A transformação do Picadeiro Real em espaço museológico corresponde a um processo de reconfiguração simbólica do espaço régio, integrando-o numa lógica pública de preservação patrimonial (Brigola, J., *Coleções, colecionadores e museus em Portugal*, 2003).

[44] A integração do museu na estrutura republicana demonstra a capacidade de reinterpretação política do património régio, transformando-o de símbolo dinástico em património nacional, acessível ao público. (Pimentel, A., *Museus e Património em Portugal*, 2011).

[45] A evolução administrativa dos museus nacionais reflete as transformações do Estado português ao longo do século XX, nomeadamente a centralização e posterior reestruturação das entidades responsáveis pelo património cultural. (Direção-Geral do Património Cultural, Relatórios Institucionais, vários anos).

Enquadramento jurídico e orgânico contemporâneo

No quadro atual, o Museu Nacional dos Coches integra a rede de museus nacionais sob tutela do Estado português, encontrando-se afeto à entidade pública empresarial responsável pela gestão integrada dos museus, monumentos e palácios nacionais. Esta integração implica o cumprimento de princípios definidos na Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004), designadamente no que respeita às funções de inventário, conservação, investigação, comunicação e educação[46].

A estrutura funcional do museu organiza-se segundo um modelo hierarquizado, contemplando direção científica, serviços técnicos (conservação e restauro, inventário e documentação), áreas de programação e comunicação, serviço educativo e unidades administrativas, essenciais ao bom funcionamento desta instituição museológica. Esta organização permite a articulação entre funções científicas e operacionais, assegurando o cumprimento das responsabilidades museológicas estabelecidas legalmente.

Coleção: composição, proveniência e valor patrimonial

O acervo do MNC é composto maioritariamente por viaturas de tração animal datadas entre os séculos XVI e XIX, incluindo coches de gala, carruagens de passeio, berlindas, liteiras e veículos cerimoniais. A coleção distingue-se pela sua integridade histórica e pela qualidade artística dos exemplares, muitos dos quais apresentam talha dourada, pintura decorativa e elementos escultóricos de elevado valor estético[47].

A proveniência das peças evidencia redes diplomáticas e artísticas europeias, refletindo encomendas realizadas a oficinas portuguesas, italianas, francesas, austríacas e espanholas. Para além das viaturas, o museu conserva núcleos complementares, como arreios, acessórios, trajes e documentação iconográfica, permitindo uma leitura contextualizada das práticas cerimoniais associadas ao Antigo Regime e à monarquia constitucional.

Do ponto de vista patrimonial, estas viaturas constituem testemunhos materiais de sistemas de representação política, diplomática e simbólica, funcionando historicamente como dispositivos performativos de poder. A sua musealização implicou uma reinterpretação do seu estatuto funcional original, convertendo objetos utilitários cerimoniais em artefactos históricos e artísticos[48].

[46] A Lei-Quadro dos Museus Portugueses define juridicamente o conceito de museu e estabelece as suas funções essenciais, reforçando o seu papel enquanto instituição permanente ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento. (Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto).

[47] A coleção do MNC é frequentemente destacada pela sua qualidade artística e pela sua importância histórica na compreensão das práticas diplomáticas e cerimoniais europeias. (Museu Nacional dos Coches, *Guia Oficial*, 2015).

[48] O conceito de musealização refere-se ao processo pelo qual um objeto é retirado do seu contexto funcional original e integrado num sistema de interpretação patrimonial, adquirindo novo significado simbólico. (Desvallées, A. & Mairesse, F., *Conceitos-Chave de Museologia*, 2010).

Transformação arquitetónica e reconfiguração museográfica

Durante mais de um século, o museu funcionou exclusivamente no Picadeiro Real. No entanto, as exigências contemporâneas de conservação preventiva, segurança e ampliação da área expositiva conduziram à construção de um novo edifício, inaugurado em 2015, projetado pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha em colaboração com Ricardo Bak Gordon.

A construção do novo edifício suscitou amplo debate público, não apenas pelo investimento financeiro envolvido, mas também pela introdução de uma linguagem arquitetónica contemporânea numa zona patrimonialmente consolidada como Belém. Este episódio tornou-se emblemático das tensões entre preservação histórica, modernização museológica e políticas culturais do Estado[49].

Atualmente, o museu distribui-se entre o edifício moderno, onde se encontra a exposição principal, e o Picadeiro Real, que mantém função expositiva complementar.

Inserção no panorama museológico nacional e internacional

A inserção do Museu Nacional dos Coches no panorama museológico português deve ser analisada no quadro da consolidação do sistema museológico nacional e da progressiva definição jurídica das funções dos museus públicos. Enquanto museu nacional sob tutela estatal, a instituição integra uma rede estruturada segundo princípios normativos definidos na Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004), já referida previamente no ponto designado como "Enquadramento jurídico e orgânico contemporâneo", diploma que estabelece o museu como instituição permanente ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, com responsabilidades específicas de conservação, inventário, investigação, comunicação e educação. Esta inserção normativa confere ao museu uma dupla dimensão: por um lado, científica e patrimonial; por outro, pública e social.

A sua localização em Belém, uma área de elevada densidade histórica e simbólica na cidade de Lisboa, reforça a centralidade territorial da instituição, integrando-a num eixo cultural estruturante da memória nacional. Esta posição estratégica contribui para a forte projeção turística do museu, inserindo-o nos principais circuitos culturais da capital e colocando-o em contacto direto com públicos internacionais diversificados. Tal circunstância implica uma constante negociação entre rigor científico e acessibilidade comunicacional, uma vez que o museu deve simultaneamente assegurar investigação especializada e oferecer experiências interpretativas inteligíveis para visitantes não especializados.

[49] O debate em torno do novo edifício do museu insere-se numa discussão mais ampla sobre arquitetura contemporânea em contextos patrimoniais históricos e sobre o papel do investimento público na cultura. (Choay, F., *A Alegoria do Património*, 2001).

No contexto internacional, o Museu Nacional dos Coches distingue-se pela coerência temática e dimensão do seu acervo, frequentemente apontado como um dos mais relevantes conjuntos de viaturas de aparato existentes na Europa[50]. A especificidade da coleção posiciona o museu num nicho científico particular, permitindo o desenvolvimento de investigação especializada sobre cultura material da corte, práticas diplomáticas e sistemas de representação política associados à monarquia portuguesa e europeia. Ao mesmo tempo, esta especialização exige um esforço contínuo de contextualização histórica que ultrapasse a dimensão estética das peças, integrando-as em narrativas interpretativas que evidenciem a sua função simbólica e performativa.

A museologia contemporânea tem sublinhado que o património não constitui uma realidade neutra, mas antes um processo de construção discursiva no qual as instituições desempenham papel determinante (Smith, 2006)[51]. Neste sentido, o Museu Nacional dos Coches participa ativamente na produção de significados sobre o passado, ao transformar objetos originalmente funcionais, instrumentos de transporte e representação régia, em artefactos patrimoniais investidos de novo estatuto simbólico. O processo de musealização implica, assim, uma reconfiguração do valor e do sentido destes objetos, enquadrando-os num discurso histórico que articula memória monárquica, identidade nacional e herança cultural europeia.

A inauguração do novo edifício em 2015 constituiu igualmente um momento de redefinição do posicionamento institucional do museu. Para além de responder a necessidades técnicas de conservação e ampliação expositiva, a intervenção arquitetónica representou um investimento público significativo, suscitando debate em torno das políticas culturais, das prioridades orçamentais e da inserção de arquitetura contemporânea em contextos patrimoniais consolidados.[5] Este episódio evidenciou que a inserção do museu no panorama cultural não se limita à sua dimensão científica, mas envolve também decisões políticas e simbólicas que moldam a perceção pública da instituição.

No quadro das políticas culturais portuguesas, marcadas por ciclos de reorganização administrativa e ajustamentos financeiros, o Museu Nacional dos Coches enfrenta desafios comuns às instituições públicas de património, designadamente a necessidade de assegurar sustentabilidade financeira, qualificação técnica e atualização tecnológica[52]. Estes fatores condicionam a capacidade de inovação expositiva e de aprofundamento investigativo, exigindo estratégias de gestão que conciliem missão científica e viabilidade institucional.

[50] A singularidade da coleção do Museu Nacional dos Coches é reiterada em publicações institucionais que sublinham a sua relevância no contexto europeu das viaturas históricas (Museu Nacional dos Coches [MNC], 2015).

[51] Laurajane Smith defende que o património deve ser entendido como prática cultural e discurso autorizado, enfatizando o papel das instituições na legitimação de determinadas narrativas históricas (Smith, 2006).

[52] A evolução das políticas culturais portuguesas e os seus impactos nas instituições museológicas são analisados por Pimentel (2011), evidenciando os desafios estruturais do setor.

Assim, a inserção do Museu Nacional dos Coches no panorama museológico nacional e internacional caracteriza-se por uma articulação complexa entre identidade temática singular, centralidade territorial estratégica, enquadramento jurídico rigoroso e projeção internacional especializada. Mais do que um espaço de exposição de objetos históricos, o museu afirma-se como agente ativo na construção de narrativas sobre poder, mobilidade e representação simbólica, integrando-se num sistema museológico que reflete simultaneamente continuidades históricas e transformações estruturais das políticas culturais contemporâneas.

Fundamentação teórica

A fundamentação teórica do estágio desenvolvido no Museu Nacional dos Coches assenta na articulação entre estudos do património, museologia contemporânea e abordagens historiográficas e antropológicas aplicadas à cultura material. Considerando que o projeto incidiu sobre a identificação de visitantes ilustres entre 1905 e 1940, com vista à elaboração de uma proposta de exposição temporária, tornou-se essencial enquadrar teoricamente tanto o conceito de património enquanto construção discursiva como o museu enquanto produtor de narrativas históricas e simbólicas.

No domínio dos estudos do património, a perspetiva de Laurajane Smith (2006) revelou-se particularmente pertinente. A autora propõe o conceito de *Authorized Heritage Discourse* (AHD), defendendo que o património não é uma realidade intrínseca aos objetos, mas antes o resultado de processos institucionais de seleção, legitimação e interpretação[53]. Esta abordagem permite compreender que a própria escolha de destacar determinadas figuras enquanto "visitantes ilustres" constitui um ato interpretativo e político, que participa na construção de memória institucional. A identificação destes visitantes não se limita, assim, à enumeração factual de presenças registadas, mas integra-se num processo de valorização simbólica que reforça a centralidade histórica do próprio museu.

Paralelamente, a museologia contemporânea, sistematizada por Desvallées e Mairesse (2010), sublinha que o museu deve ser entendido como instituição científica e socialmente comprometida, cuja função ultrapassa a mera conservação de objetos[54]. O museu constitui espaço de mediação cultural, onde se constroem discursos expositivos que organizam e dão sentido ao passado. Neste contexto, a elaboração de um guião temático para uma exposição temporária implicou a aplicação de princípios museológicos relacionados com seleção de conteúdos, definição de percursos narrativos e contextualização histórica das peças.

[53] Smith (2006) argumenta que o património é produzido através de discursos institucionalizados que definem o que deve ser preservado e valorizado, enfatizando o papel das instituições culturais na legitimação de narrativas históricas.
[54] Desvallées e Mairesse (2010) sistematizam os princípios fundamentais da museologia contemporânea, destacando o museu como instituição científica e socialmente responsável.

A noção de musealização assume igualmente relevância neste enquadramento. Segundo Desvallées e Mairesse (2010), musealizar consiste em retirar um objeto do seu contexto funcional original e integrá-lo num sistema interpretativo que lhe atribui novo significado[55]. No caso concreto do estágio, não apenas as viaturas, mas também os próprios registos documentais relativos às visitas passaram por um processo de reinterpretação, sendo mobilizados enquanto elementos constitutivos de uma narrativa histórica sobre o prestígio institucional do museu nas primeiras décadas do século XX.

A dimensão historiográfica do trabalho encontra sustentação nas reflexões de Peter Burke (2001) sobre a escrita da história e a construção de narrativas históricas. O autor sublinha que o historiador não reproduz simplesmente o passado, mas constrói interpretações a partir de fontes disponíveis, condicionadas por enquadramentos culturais e metodológicos[56]. Esta perspetiva foi fundamental na análise dos registos de visitantes, exigindo uma leitura crítica das fontes primárias, documentação alusiva ao tema e respetivos subtemas e referências arquivísticas e a sua contextualização no quadro político e diplomático do período compreendido entre 1905 e 1940.

A formação em Antropologia introduz ainda um contributo metodológico relevante, nomeadamente através da valorização da observação participante e da análise das instituições enquanto sistemas culturais. Clifford Geertz (1973) defende que a interpretação cultural exige uma "descrição densa", capaz de captar significados simbólicos subjacentes às práticas sociais[57]. Esta abordagem permitiu compreender o museu no seu todo não apenas como espaço físico, mas como contexto institucional onde se articulam práticas, discursos e hierarquias, influenciando a produção e validação do conhecimento histórico.

Por outro lado, a reflexão sobre memória e identidade coletiva, desenvolvida por Pierre Nora (1984), contribui para compreender o museu como *lugar de memória*, onde o passado é continuamente reconfigurado no presente[58]. O Museu Nacional dos Coches, enquanto instituição criada ainda em contexto monárquico e posteriormente integrada na República, constitui um espaço privilegiado de sedimentação de memórias políticas e culturais. A análise dos visitantes ilustres permite observar como determinadas presenças reforçaram o estatuto simbólico da instituição ao longo do tempo.

Com base em teorias clássicas da museologia, como as de Bourdieu (1979) e Duncan (1995), que enfatizam o papel dos museus na construção de narrativas históricas e na mediação cultural, o estudo evidencia o Museu Nacional dos Coches não apenas como um repositório de património, mas como um

[55] O conceito de musealização refere-se ao processo de transformação simbólica do objeto quando integrado no espaço museológico (Desvallées & Mairesse, 2010).
[56] Burke (2001) sublinha o caráter interpretativo da escrita da história, enfatizando a mediação cultural na construção do conhecimento histórico.
[57] Geertz (1973) introduz o conceito de "descrição densa" como metodologia interpretativa aplicada à análise cultural.
[58] Nora (1984) define os *lieux de mémoire* como espaços onde a memória coletiva se cristaliza e se transforma.

espaço de representação e legitimação do discurso histórico. A análise de fontes documentais e fotográficas, provenientes de arquivos como a Torre do Tombo e a Hemeroteca Digital, permitiu identificar personalidades que visitaram o Museu, embora a investigação tenha enfrentado limitações devido à escassez de registos detalhados. Apesar dessas dificuldades, os documentos analisados fornecem contributos significativos para a compreensão do impacto simbólico dessas visitas na história do Museu e na diplomacia cultural da época.

A esta perspetiva acrescenta-se ainda o contributo da reflexão em torno da relação entre património, museus e educação, que tem vindo a assumir uma crescente centralidade no campo da museologia. Como sublinha Mendes, o património cultural e os museus devem ser entendidos numa lógica articulada com os processos educativos, assumindo um papel ativo na formação dos indivíduos e das comunidades (Mendes, 2013). Neste sentido, o autor destaca que os museus contemporâneos se afirmam como espaços fundamentais de aprendizagem, funcionando como complemento da educação formal e como agentes centrais da educação não formal, contribuindo para a construção de identidades culturais e para a valorização da memória coletiva. Tal como refere, os museus são hoje "elementos essenciais […] enquanto fatores decisivos, no âmbito da educação não formal"[59], evidenciando a sua importância na formação cultural ao longo da vida.

Assim, o estudo pretende preencher uma lacuna historiográfica, evidenciando a relevância das visitas ilustres para a consolidação da identidade do Museu e para a promoção do património cultural português.

Objetivos

O estágio curricular desenvolvido no Museu Nacional dos Coches teve como objetivo central aplicar os conhecimentos adquiridos no Mestrado em História e Patrimónios a um contexto de investigação histórica e prática museológica. O trabalho centrou-se na identificação e contextualização das visitas de personalidades ilustres ao museu entre 1905 e 1940, procurando compreender o significado dessas presenças na projeção institucional da entidade e no processo de valorização do seu património. Os objetivos gerais do estágio assentaram, em primeiro lugar, na aplicação dos conhecimentos adquiridos no âmbito do Mestrado em História e Patrimónios à investigação histórica desenvolvida em contexto institucional.

Em segundo lugar, na produção de um guião temático estruturado (Anexo, Documento 2), suscetível de sustentar uma futura programação expositiva, acompanhado por descritivos nas legendas

[59] O autor sublinha que os museus desempenham um papel fundamental na educação não formal, sendo agentes ativos na formação cultural e na construção de identidade, em articulação com o património e a memória coletiva (Mendes, 2013, p. 9).

elaboradas no conteúdo do guião nos e objetos e nas imagens retiradas do acervo do próprio museu, que culminaria numa possível exposição temporária, respeitando os pergaminhos e o prestígio da veneranda instituição.

Por fim, outro objetivo do estágio centrou-se também na valorização crítica de documentação histórica relacionada com o percurso institucional desta instituição museológica. A delimitação cronológica, entre a data de fundação da instituição (1905) e o período de consolidação do Estado Novo (década de 1940), permitiu enquadrar a análise num arco temporal marcado por profundas transformações políticas e simbólicas, nomeadamente a transição da Monarquia para a República e a subsequente estabilização autoritária. Esta escolha não foi só meramente cronológica, mas também interpretativa, visando compreender como o museu se posicionou simbolicamente e de modo transversal ao longo destes diferentes regimes.

Especificando, diremos que o projeto visou identificar, a partir de fontes primárias e secundárias, as personalidades cuja presença no museu poderia ser considerada politicamente, diplomaticamente ou culturalmente significativa, teve como fito enquadrar historicamente estas visitas, analisar o seu impacto na construção do prestígio institucional, selecionar objetos do acervo que pudessem dialogar com os episódios em questão e elaborar textos interpretativos adequados a uma narrativa expositiva coerente. A definição destes objetivos teve como pressuposto a compreensão do património enquanto construção discursiva, reconhecendo que a seleção de determinadas figuras como "ilustres" constitui um ato interpretativo e não uma categoria neutra[60].

No plano epistemológico, a investigação desenvolvida inscreveu-se numa abordagem qualitativa de natureza histórico-interpretativa. Assim, assumindo que o conhecimento histórico é construído a partir de fontes condicionadas por contextos de produção específicos, a análise procurou evitar leituras positivistas ou meramente descritivas dos registos documentais[61]. O trabalho baseou-se primordialmente na análise de fontes primárias, designadamente livros pertencentes à biblioteca do museu e fornecidos pela própria equipa nos primórdios do estágio, complementadas por pesquisa em arquivos digitais e consulta de documentação conservada essencialmente na Torre do Tombo.

[60] A noção de património enquanto construção discursiva é desenvolvida por Smith (2006), que sublinha o papel das instituições na legitimação de determinadas narrativas históricas.
[61] Burke (2001) enfatiza o carácter interpretativo da escrita da história, rejeitando a ideia de neutralidade absoluta das fontes.

Metodologia

A metodologia adotada estruturou-se em três fases principais: levantamento das fontes documentais, contextualização histórica das visitas identificadas e construção de uma narrativa interpretativa adequada ao formato museológico. A fase inicial implicou a análise de documentação histórica proveniente de arquivos digitais e institucionais, incluindo o Arquivo Digital de Lisboa, o Arquivo Digital de Cascais, o Arquivo Digital de Almada e a Torre do Tombo. Posteriormente procedeu-se à contextualização histórica das personalidades identificadas, relacionando os registos encontrados com o enquadramento político e diplomático do período em análise. Por fim, os resultados da investigação foram transpostos para um formato interpretativo, através da elaboração de um guião temático destinado a sustentar uma eventual exposição temporária.

A seleção preliminar de objetos do acervo para integrar a proposta expositiva baseou-se em critérios científicos e museográficos. Para além da relevância histórica direta das peças, considerou-se a sua capacidade de ilustrar visualmente as dinâmicas políticas e diplomáticas associadas às visitas analisadas, acompanhadas pelo devido contexto histórico do museu. Esta articulação entre objeto e narrativa encontra sustentação na museologia contemporânea, que enfatiza a necessidade de contextualização interpretativa e rejeita modelos expositivos meramente acumulativos[62].

Importa referir, que o acompanhamento institucional formal se revelou bastante limitado, o que implicou elevado grau de autonomia na condução do projeto. Esta circunstância exigiu reforço do rigor metodológico, particularmente no que respeita à validação das fontes e à fundamentação bibliográfica das interpretações propostas. A ausência de uma partilha de ideias estruturadas relativamente ao guião temático impossibilitou a incorporação de crítica interna intermédia. Todavia, esta insuficiência foi parcialmente colmatada através do recurso sistemático à literatura científica e à triangulação de fontes documentais[63].

Do ponto de vista antropológico, a pesquisa beneficiou ainda de uma leitura institucional atenta às dinâmicas simbólicas do museu enquanto espaço de produção de memória. A observação participante do quotidiano institucional permitiu compreender como determinados episódios históricos são valorizados ou marginalizados nos discursos museológicos, reforçando a ideia de que o museu participa ativamente na construção de significado social[64].

Importa ainda referir que esta abordagem metodológica teve igualmente em consideração a

[62] Desvallées e Mairesse (2010) defendem que a exposição museológica deve privilegiar contextualização e mediação interpretativa, superando modelos classificatórios tradicionais.
[63] O cruzamento de fontes constitui procedimento metodológico reconhecido nas ciências sociais para reforço da validade interpretativa (Silva & Pinto, 1986).
[64] Geertz (1973) introduz o conceito de "descrição densa", relevante para a análise das instituições enquanto sistemas culturais.

dimensão comunicativa e educativa do contexto museológico. Tal como defende Mendes, os museus constituem espaços de mediação cultural, nos quais o conhecimento produzido deve ser interpretado e transmitido de forma acessível aos diferentes públicos[65]. Neste sentido, a construção do guião expositivo procurou articular rigor científico com clareza interpretativa, assegurando a sua adequação ao contexto de comunicação museológica.

Atividades Desenvolvidas

As atividades desenvolvidas no âmbito do estágio no Museu Nacional dos Coches configuraram um percurso que oscilou permanentemente entre a dimensão técnica do trabalho museológico e a sua dimensão interpretativa. Longe de se reduzirem à execução de tarefas operacionais, as ações realizadas implicaram um exercício contínuo de análise crítica, tomada de decisão fundamentada e construção narrativa, evidenciando a natureza intrinsecamente reflexiva da prática patrimonial contemporânea.

A fase inicial do trabalho centrou-se no levantamento sistemático das fontes documentais relativas aos visitantes do museu entre 1905 e 1940. Esta etapa implicou a consulta direta de documentação institucional, exigindo competências de organização de informação histórica. A atividade, aparentemente técnica, revelou-se desde cedo interpretativa, na medida em que a identificação de "visitantes ilustres" implicou critérios de seleção que não estavam previamente definidos nos próprios registos. A distinção entre uma visita protocolar rotineira e uma presença politicamente ou culturalmente relevante exigiu contextualização histórica, análise biográfica e cruzamento com acontecimentos políticos do período.

A recolha de dados foi acompanhada por um processo sistemático de verificação cruzada, recorrendo a arquivos digitais, bases de dados históricas e documentação conservada na Torre do Tombo e outros arquivos digitais previamente mencionados. Este procedimento permitiu validar identidades, cargos e enquadramentos institucionais das personalidades identificadas, reforçando a solidez factual da investigação. Ao mesmo tempo, a análise revelou lacunas documentais, imprecisões nominais e ambiguidades cronológicas que exigiram decisões interpretativas fundamentadas, demonstrando que o trabalho com fontes históricas implica inevitavelmente uma dimensão crítica e reconstrutiva (Burke, 2001).

Paralelamente ao levantamento documental, procedeu-se à inserção histórica das visitas identificadas, balizando-as nas dinâmicas políticas e diplomáticas da Monarquia Constitucional tardia,

[65] Mendes sublinha que os museus assumem um papel central na mediação cultural, sendo responsáveis pela interpretação e comunicação do património, de forma a torná-lo acessível e significativo para diferentes públicos (Mendes, 2013, p. 9).

da Primeira República e do período inicial do Estado Novo. Este enquadramento permitiu compreender que determinadas presenças não constituíam eventos isolados, mas integravam estratégias de representação simbólica do Estado e de afirmação institucional do museu. O reconhecimento deste cenário reforçou a compreensão do museu enquanto espaço de legitimação cultural, alinhado com perspetivas que entendem o património como construção discursiva (Smith, 2006).

A etapa subsequente consistiu na transposição da investigação histórica para um formato museológico, através da elaboração de um guião temático para uma futura eventual exposição temporária. Este processo implicou a definição de eixos narrativos estruturantes, a organização cronológica ou temática das visitas e a seleção de episódios com maior potencial interpretativo. A construção do guião não se limitou à compilação de dados, mas exigiu coerência discursiva, clareza conceptual e capacidade de síntese, procurando articular rigor histórico com inteligibilidade pública.

Em simultâneo, realizou-se a identificação preliminar de objetos do acervo do museu suscetíveis de integrar a proposta expositiva. Esta atividade implicou articulação entre conhecimento histórico e leitura museográfica do espaço, considerando a relevância simbólica das peças e a sua capacidade de dialogar com os episódios históricos analisados. A seleção não foi meramente ilustrativa; procurou-se estabelecer relações significativas entre objetos e acontecimentos, reconhecendo que a exposição museológica constitui um dispositivo interpretativo que organiza sentidos e orienta a perceção do visitante (Desvallées & Mairesse, 2010).

A redação dos textos descritivos representou igualmente um exercício de mediação entre linguagem académica e comunicação museológica. Foi necessária a existência de uma significativa adaptação da densidade informativa ao formato expositivo, mantendo precisão conceptual sem comprometer clareza e fluidez discursiva. Este equilíbrio revelou-se particularmente desafiante, evidenciando a diferença entre escrita académica e escrita interpretativa orientada para públicos diversificados.

Dado que o desenvolvimento destas atividades ocorreu num quadro de acompanhamento institucional limitado, acabou por se reforçar a necessidade de fundamentação bibliográfica consistente e de rigor metodológico acrescido, especialmente na fase de construção do guião temático. A ausência de acompanhamento sobre o produto final não impediu, contudo, a consolidação de um resultado coerente.

A experiência desenvolvida evidenciou, assim, que a prática museológica se situa num ponto de interseção entre técnica e interpretação. O tratamento documental, a análise histórica, a seleção a nível de curadoria, ainda que apenas em espaço de esboço, bem como a redação expositiva constituem etapas interdependentes de um mesmo processo de construção de significado. As atividades realizadas

no estágio demonstraram que o prazeroso trabalho em contexto museológico exige simultaneamente competências técnicas específicas e capacidade crítica para interpretar, organizar e comunicar o passado de forma fundamentada e socialmente relevante.

Competências desenvolvidas

O estágio curricular em questão constituiu um espaço privilegiado de consolidação e aprofundamento de competências que ultrapassam a mera dimensão técnica do exercício profissional, refletindo um processo formativo abrangente que articulou conhecimentos académicos, capacidades analíticas e maturidade institucional. A experiência permitiu desenvolver competências específicas do campo do património, mas também competências transversais essenciais à atuação em contextos culturais complexos.

No plano científico, a investigação realizada exigiu rigor metodológico, interpenetrado e sustentado, reforçando a capacidade de análise crítica de fontes primárias e secundárias. A leitura e interpretação de documentação histórica implicaram não apenas exatidão factual, mas também discernimento hermenêutico, isto é, a capacidade de compreender o contexto de produção das fontes, identificar silêncios documentais e reconhecer limitações intrínsecas aos registos institucionais. Esta competência revelou-se particularmente importante num projeto centrado na identificação de visitantes ilustres, uma vez que a atribuição de relevância histórica exigiu critérios interpretativos consistentes e fundamentados.

A consolidação da competência de sistematização da informação constituiu igualmente um elemento central do percurso desenvolvido. A organização dos dados recolhidos, a sua categorização coerente e a articulação cronológica e temática exigiram capacidade de estruturação lógica e clareza conceptual. A transposição de informação dispersa para um formato interpretativo coerente implicou domínio de técnicas de síntese, evidenciando a importância da organização intelectual na construção de narrativas históricas.

No domínio museológico, a experiência contribuiu para o aprofundamento da competência a nível de curadoria preliminar, entendida como capacidade de relacionar objetos com contextos históricos e de conceber percursos narrativos expositivos. A seleção de peças do acervo para integrar a proposta de exposição exigiu leitura crítica do objeto museológico enquanto portador de significados múltiplos, ultrapassando a sua dimensão material para considerar o seu potencial comunicativo. Esta competência pressupõe sensibilidade interpretativa e compreensão da exposição como dispositivo discursivo, alinhando-se com a conceção contemporânea de museu enquanto espaço de produção de conhecimento socialmente mediado (Desvallées & Mairesse, 2010).

A elaboração de textos descritivos e interpretativos permitiu ainda desenvolver competências de comunicação científica aplicada. A necessidade de adequar o discurso ao contexto expositivo implicou equilíbrio entre precisão terminológica e acessibilidade linguística, reforçando a capacidade de adaptar à escrita académica a formatos de divulgação cultural. Esta competência revela-se particularmente relevante no setor patrimonial, onde a mediação entre investigação especializada e público alargado constitui função estruturante da instituição museológica.

A experiência reforçou também competências relacionadas com autonomia e responsabilidade profissional. A limitação do acompanhamento institucional exigiu capacidade de tomada de decisão independente, planeamento do trabalho e gestão eficiente do tempo disponível. A necessidade de definir prioridades, organizar fases de investigação e cumprir prazos sem supervisão constante, contribuiu para o desenvolvimento de maturidade profissional e confiança na própria capacidade analítica.

No plano interpessoal e institucional, o contacto com diferentes profissionais do museu permitiu compreender e interiorizar a diversidade de funções que compõem a estrutura museológica e a importância da articulação entre áreas técnicas e administrativas. Esta interação favoreceu o desenvolvimento de competências de comunicação interprofissional, escuta ativa e adaptação a dinâmicas organizacionais específicas. A compreensão das limitações estruturais e operacionais da instituição contribuiu para uma perceção mais realista das condições de trabalho no setor cultural.

Do ponto de vista reflexivo, o estágio potenciou o desenvolvimento de consciência crítica sobre o papel do historiador e do profissional do património na construção de narrativas públicas. A experiência patenteou que a produção de conhecimento em contexto institucional tem de envolver responsabilidade ética e rigor interpretativo, uma vez que as narrativas propostas podem influenciar a perceção social do passado. Esta dimensão ética da prática patrimonial reforçou a necessidade de fundamentação sólida e a transparência metodológica.

Importa ainda salientar que a articulação entre formação em Antropologia e especialização em História e Patrimónios possibilitou desenvolver uma abordagem interdisciplinar, combinando análise documental histórica interligada com sensibilidade às dinâmicas culturais e simbólicas da instituição. A capacidade de observar o museu enquanto sistema social, para além da sua dimensão técnica, constituiu uma mais-valia no desenvolvimento do projeto, contribuindo decisivamente para uma compreensão integrada das práticas patrimoniais.

Em síntese, as competências desenvolvidas ao longo do estágio distribuem-se por diferentes níveis, respetivamente científico, museológico, comunicacional, organizacional e reflexivo, configurando um processo formativo abrangente. A enriquecedora experiência consentiu o consolidar de capacidades essenciais à atuação no campo do património cultural, evidenciando que o exercício

profissional neste domínio exige simultaneamente rigor técnico, capacidade interpretativa e consciência crítica do papel social das instituições culturais.

Obstáculos/ Dificuldades

A realização deste estágio permitiu observar, de forma direta, um conjunto de constrangimentos estruturais e desafios institucionais que não se circunscrevem à realidade específica desta instituição, mas que refletem dinâmicas mais amplas do setor patrimonial português. A análise destes fatores limitativos assume particular relevância, não enquanto exercício de crítica circunstancial, mas numa vertente de reflexão sobre as condições materiais, organizacionais e políticas que moldam o funcionamento dos museus públicos contemporâneos.

Um dos condicionamentos mais evidentes relacionou-se com a limitação de acompanhamento institucional sistemático. Embora formalmente atribuída orientação, o acompanhamento efetivo revelou-se reduzido, o que condicionou bastante a existência de momentos estruturados de discussão intermédia e validação crítica do trabalho desenvolvido. Esta situação, que pode ser interpretada como reflexo de sobrecarga funcional e/ou escassez de recursos humanos especializados, evidencia uma tensão recorrente nas instituições culturais públicas, isto é: a dificuldade em conciliar as crescentes exigências operacionais quotidianas com acompanhamento pedagógico individualizado[66].

A limitação que aduzimos não comprometeu, contudo, a realização do projeto, mas implicou elevado grau de autonomia e responsabilidade na definição de critérios interpretativos, seleção de fontes e estruturação do guião temático.

Outro desafio observado relaciona-se com a natureza fragmentária da documentação histórica disponível. A investigação sobre visitantes ilustres entre 1905 e 1940 evidenciou lacunas documentais, inconsistências nominais e ausência de enquadramento em determinados registos. Esta situação obrigou ao confronto sistemático de fontes e à formulação de hipóteses interpretativas prudentes, demonstrando que a prática historiográfica em contexto museológico confronta-se frequentemente com a escassez do arquivo (Burke, 2001).

Paralelamente, a necessidade de transpor investigação histórica para formato expositivo revelou em toda a linha um desafio específico de natureza museográfica, no que respeita à tradução de conhecimento académico para uma narrativa acessível, coerente e comunicável ao público. A construção de um guião temático exigiu escolhas de narrativas que implicaram exclusão de determinados dados e

[66] A escassez de recursos humanos especializados nas instituições culturais públicas portuguesas tem sido apontada como fator estruturante das dificuldades de acompanhamento individualizado e inovação programática (Pimentel, 2011).

valorização de outros, processo que evidencia a dimensão seletiva e interpretativa da exposição enquanto dispositivo discursivo[67].

Observou-se igualmente um desafio estrutural associado à gestão de prioridades institucionais. Como sucede em diversas instituições públicas patrimoniais, a multiplicidade de funções, nomeadamente, a conservação, o inventário, a programação cultural, o acolhimento de públicos, acaba por obrigar a uma distribuição de recursos humanos e temporais de forma programada e exigente. A integração de projetos de investigação específicos pode, nestes contextos, depender da disponibilidade residual de tempo e atenção por parte das equipas técnicas. Esta realidade não constitui particularidade isolada, mas sim um reflexo das condições de funcionamento do setor cultural português, frequentemente marcado por limitações orçamentais e exigências administrativas significativas[68].

A coexistência entre o edifício histórico do Picadeiro Real e o novo edifício contemporâneo coloca também desafios operacionais e simbólicos. A gestão de dois espaços distintos implica articulação logística, coerência discursiva e definição clara de funções expositivas principais e complementares. Para além da dimensão prática, esta dualidade espacial expressa a tensão entre tradição e modernização que caracteriza muitas instituições museológicas contemporâneas[69].

No plano conceptual, a própria temática do projeto, a procura de visitantes ilustres, propôs desafios interpretativos relevantes. A definição do que constitui o epíteto "ilustre" não é objetiva, mas depende de critérios históricos, políticos e culturais. A necessidade de evitar leituras retrógradas ou excessivamente celebrativas exigiu distanciamento crítico e fundamentação rigorosa, reconhecendo que a valorização simbólica de determinadas figuras pode reproduzir hierarquias históricas específicas. Esta consciência crítica revelou-se fulcral para evitar a reprodução acrítica de narrativas institucionais pré-existentes.

Por último, importa salientar que a experiência congregou um desafio transversal ao setor patrimonial contemporâneo, ou seja, uma conciliação entre preservação científica e exigências de visibilidade pública. A forte projeção turística do museu implica adaptação constante a fluxos de visitantes e expectativas diversificadas, o que pode influenciar decisões expositivas e programáticas. A gestão desta dialética constitui-se como um desafio permanente das instituições culturais públicas, exigindo equilíbrio entre rigor académico e acessibilidade social[70].

---

[67] A exposição museológica é entendida como dispositivo interpretativo que organiza significados e orienta leituras do passado (Desvallées & Mairesse, 2010).

[68] A evolução das políticas culturais portuguesas revela ciclos de investimento e contenção que condicionam o funcionamento das instituições museológicas (Pimentel, 2011).

[69] A reflexão sobre arquitetura e identidade institucional em museus contemporâneos é abordada por Choay (2001), que analisa as tensões entre preservação e modernização, não só no caso português.

[70] A conceção do museu como instituição ao serviço da sociedade implica equilíbrio entre missão científica e acessibilidade pública (Lei n.º 47/2004).

De uma forma geral, os constrangimentos e desafios observados durante o estágio revelaram-se simultaneamente, altamente formativos e elucidativos das dinâmicas reais do funcionamento institucional. Ao invés de constituírem obstáculos meramente circunstanciais, estes elementos permitiram compreender as condições estruturais que enquadram a prática museológica contemporânea, reforçando a necessidade de articulação entre rigor científico, sustentabilidade organizacional e responsabilidade social das instituições patrimoniais.

Capítulo IV: Os Visitantes Ilustres do Museu Nacional dos Coches entre 1905 e 1940

Visitantes ilustres?

A categoria de "visitante ilustre", cuja noção só aparentemente se configura simples e autoevidente, revela-se, porém, sob uma perspetiva pessoal, profundamente construída e relacional. Não existe um conceito de "ilustre" em abstrato, mas sim alguém que é reconhecido como tal num determinado contexto social, político e simbólico. A ilustração, enquanto atributo, não é intrínseca ao indivíduo, mas atribuída, validada e performativamente reconhecida.

Do ponto de vista antropológico, a ilustração aproxima-se da noção de capital simbólico desenvolvida por Pierre Bourdieu (1992). Nesta sequência, um visitante é "ilustre" na medida em que detém reconhecimento social legitimado por um campo específico, seja político, diplomático, cultural ou científico, e esse reconhecimento é transposto para o espaço que visita. A presença de uma figura investida de capital simbólico não é neutra, produzindo efeito integrador. Ao entrar no museu, o visitante não apenas observa, confirma ainda, simbolicamente, a relevância do lugar, marcando o próprio espaço, não só mediaticamente e publicamente, mas também a nível histórico e isso observa-se através dos registos fotográficos que conseguiram ser recuperados e retratados neste relatório. Esta ideia reforça mais uma vez o facto de a visita considerada ilustre ser, assim, fruto de um ato performativo.

No sentido desenvolvido por Victor Turner (1969), pode ser entendida como ritual de reconhecimento recíproco, sendo que o visitante legitima e prestigia a instituição pela sua presença, e a instituição, ao recebê-lo, reafirma o seu próprio estatuto.

No contexto específico do Museu Nacional dos Coches, uma instituição criada em contexto monárquico e atravessando diferentes regimes políticos, as visitas ilustres assumem dimensão particularmente reveladora. Neste caso, permitem observar a forma como o museu se inscreve em redes de poder e representação ao longo do tempo. A categoria de ilustre, neste sentido, funciona como marcador das hierarquias reconhecidas em cada período histórico. A título meramente exemplificativo, quem é considerado ilustre em 1908 não corresponde necessariamente ao mesmo perfil em 1935. A ilustração é histórica, não universal.

A antropologia ensina-nos ainda que categorias sociais são sempre dispositivas classificatórias (Douglas, 1966). Ao designar determinados visitantes como ilustres, produz-se uma distinção simbólica que organiza o mundo social. Tal distinção não é inocente e delimita quem merece memória registada e quem permanece na invisibilidade do quotidiano.

Do ponto de vista conceptual, importa reconhecer que a ilustração depende do reconhecimento coletivo. Não basta possuir poder; é necessário que esse poder seja socialmente reconhecido como legítimo. Max Weber (1978) distingue formas de autoridade, tradicional, carismática e legal-racional,

que ajudam a compreender diferentes tipos de ilustração. Um chefe de Estado, um membro da realeza ou uma figura diplomática transporta consigo autoridade legal ou tradicional; um artista ou intelectual pode representar autoridade carismática. O museu, ao registar a visita, valida essa autoridade no seu próprio campo simbólico.

Há ainda uma dimensão performativa da visita enquanto encenação pública. A presença ilustre, sobretudo em contextos protocolares, transforma o museu em palco. A visita não é apenas deslocação física, é gesto político e cultural. O espaço museológico converte-se em cenário onde se encena pertença à nação, continuidade histórica ou afirmação diplomática. Nesse sentido, a visita ilustre constitui ritual de consagração mútua: consagra-se o visitante e consagra-se o museu.

Contudo, uma reflexão antropológica exige ir além da legitimação simbólica. Impõe-se questionar o que fica fora da categoria de ilustre? Quem visita e não é registado? Que presenças não são consideradas dignas de memória institucional? Ao laborar epistemologicamente sobre visitantes ilustres, torna-se inevitável confrontar a dimensão seletiva da memória. A categoria não é apenas descritiva, nem pode ser tida por normativa. Define de forma implícita quem importa.

Esta consciência conduz a uma posição crítica, que reforça a ideia de que estudar visitantes ilustres não é apenas estudar indivíduos relevantes, mas analisar criticamente as razões pelas quais uma instituição constrói relevância.

Num plano mais pessoal e conceptual, a reflexão sobre visitantes ilustres coloca também uma questão identitária relevante: qual é o papel do profissional do património perante estas categorias herdadas? A tarefa não é negar a ilustração, mas de modo integrativo contextualizá-la e problematizá-la. Reconhecer que o prestígio é construído permite evitar leituras celebrativas e introduzir análise crítica das relações entre poder e cultura.

Como corolário, deflui antropologicamente, "visitantes ilustres" não são apenas pessoas importantes que passaram por um museu. São manifestações visíveis de sistemas de reconhecimento social, dispositivos de legitimação simbólica e marcadores de hierarquia histórica.

Contextualização histórica e cultural de Portugal entre 1905 e 1940

Entre 1905 e 1940, Portugal viveu um período de intensas transformações políticas e culturais, fruto endémico da passagem da Monarquia para a República e desta para o Estado Novo, refletindo-se inexoravelmente, nas instituições públicas e no modo como o património era compreendido e valorizado. No início do século, o país encontrava-se ainda sob a monarquia constitucional, fragilizada por crises financeiras e pela contestação social. O reinado de D. Carlos (1863-1908) (Anexo, Figura 6) terminou de forma abrupta com o regicídio de 1908, acelerando a queda da monarquia e a implantação

da Primeira República em 1910. Esta, inaugurou um tempo de instabilidade, marcado por sucessivas mudanças governativas, revoltas militares e dificuldades de afirmação internacional[71].

A Primeira Guerra Mundial já no período do Estado Novo, agravou estas fragilidades, expondo a vulnerabilidade da economia portuguesa, ainda fortemente dependente da agricultura e das colónias[72]. A década de 1920 foi marcada por grande turbulência política, culminando no golpe militar de 1926, que instaurou a Ditadura Militar. A partir de 1933, consolidou-se o Estado Novo sob António de Oliveira Salazar, regime nacionalista e corporativista que controlou não apenas a vida política e social, mas também os espaços culturais e museológicos[73].

No plano cultural, a Primeira República incentivara um ambiente de modernização e renovação artística, por meio do modernismo literário, da experimentação estética e de iniciativas de democratização cultural, como bibliotecas populares e revistas intelectuais[74]. Já nos anos 1930, o Estado Novo orientou a cultura para a exaltação de valores tradicionais e patrióticos, impondo censura cultural e promovendo um discurso identitário assente no passado glorioso e na ruralidade idealizada[75].

A Exposição do Mundo Português (1940) simbolizou esta orientação, concebida como um espetáculo de propaganda nacionalista[76]. Nela se conjugavam arte, património e memória histórica ao serviço da legitimação do regime, mostrando como a cultura fora instrumentalizada como ferramenta

---

[71] A instabilidade política que caracterizou a fase final da monarquia constitucional portuguesa intensificou-se ao longo das primeiras décadas do século XX. O regicídio de 1 de fevereiro de 1908, que vitimou o rei D. Carlos I e o príncipe herdeiro D. Luís Filipe, representou um momento decisivo na crise do regime monárquico, acelerando o processo que culminaria na implantação da República em 5 de outubro de 1910. Este período ficou marcado por tensões sociais, instabilidade governativa e crescente contestação ao regime. (Ramos, R., Sousa, B. V., & Monteiro, N. G. (2009). *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.)

[72] A participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) teve impactos significativos na economia e na estabilidade política do país. A mobilização militar, as dificuldades de abastecimento e a dependência económica de setores tradicionais agravaram a fragilidade estrutural da economia portuguesa, contribuindo para o aumento da instabilidade social e política durante a Primeira República. (Mattoso, J. (Dir.). (1994). *História de Portugal: O Liberalismo (1807-1890)* e volumes subsequentes. Lisboa: Editorial Estampa.)

[73] O Estado Novo, formalmente instituído em 1933 sob a liderança de António de Oliveira Salazar, caracterizou-se por um regime autoritário de natureza corporativista e nacionalista. O regime procurou exercer controlo sobre a vida política, social e cultural, promovendo um discurso identitário baseado na tradição histórica, na exaltação da nação e na valorização simbólica do passado português. (Rosas, F. (1998). *O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Editorial Estampa.)

[74] Durante a Primeira República, verificou-se um dinamismo cultural significativo associado à emergência do modernismo português. Este movimento manifestou-se sobretudo na literatura e nas artes, através de revistas e círculos intelectuais que procuravam renovar a cultura portuguesa e aproximá-la das correntes artísticas europeias. (Santos, M. L. (2001). *Cultura e política cultural em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.)

[75] A política cultural do Estado Novo promoveu uma visão tradicionalista da cultura portuguesa, valorizando elementos considerados autênticos da identidade nacional, como a ruralidade, a religiosidade e a continuidade histórica. Esta orientação implicou também mecanismos de censura e controlo das expressões culturais consideradas divergentes do discurso oficial. (Rosas, F. (2012). *Salazar e o poder: A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta-da-China.; Melo, Daniel – p. 37)

[76] A Exposição do Mundo Português, realizada em Lisboa em 1940, constituiu um dos principais eventos propagandísticos do Estado Novo. Organizada para celebrar os oitocentos anos da fundação de Portugal e os trezentos anos da Restauração da Independência, a exposição procurou afirmar uma narrativa histórica glorificadora do passado nacional e reforçar a legitimidade do regime através da mobilização simbólica do património e da memória histórica. (Acciaiuoli, M. (1998). *Exposições do Estado Novo: 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte; mas também é aconselhável visualizar a Visão – "A Exposição do Mundo Português e a propaganda do Estado Novo". *Visão*, 2 de junho de 2017)

política. A educação e a língua portuguesa assumiram, nesse contexto, papel central na construção de uma identidade unificada e no reforço da ligação às colónias[77].

O Museu Nacional dos Coches no Contexto (1905-1940)

A criação do Museu Nacional dos Coches em 1905 em plena Monarquia inscreve-se neste ambiente de mudança, antecipando preocupações patrimoniais que se tornariam mais visíveis no século XX. Idealizado pela rainha D. Amélia (1865-1951), o museu surgiu inicialmente como espaço de celebração da monarquia e da sua magnificência simbólica, apresentando carruagens régias e objetos associados ao cerimonial da corte[78]. Após a implantação da República em 1910, o museu esteve em risco de perder relevância, já que os símbolos monárquicos foram frequentemente ostracizados, desvalorizados ou eliminados. Contudo, o elevado e proeminente valor artístico e técnico do acervo permitiu a sua preservação e integração no discurso patrimonial republicano, passando a ser valorizado sobretudo como testemunho das artes decorativas e do engenho técnico, para além do seu carácter régio[79].

Durante a Ditadura Militar e, sobretudo, o Estado Novo, o Museu dos Coches adquiriu uma função acrescida enquanto depósito de um passado histórico entendido como herança coletiva, como já foi mencionado anteriormente[80]. As viaturas régias foram reinterpretadas como expressão da tradição e da continuidade da história nacional, enquadrando-se no discurso oficial do regime, que exaltava a memória do passado como forma de legitimar o presente. Ainda que a museografia permanecesse estática e pouco contextualizada, o museu foi integrado na política de valorização patrimonial do Estado,

[77] A criação do Museu Nacional dos Coches foi promovida pela rainha D. Amélia com o objetivo de preservar e expor o conjunto de viaturas históricas pertencentes à Casa Real portuguesa. O projeto inscrevia-se numa preocupação crescente com a salvaguarda do património artístico associado à monarquia e ao cerimonial da corte. (Brigola, J., 2003. *Coleções, colecionadores e museus em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte; Rollo, Maria Fernanda et al. – *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no Século XX*. Lisboa: INCM, 2012, p. 71)

[78] Após a implantação da República, muitos símbolos monárquicos foram removidos ou reinterpretados, mas determinadas coleções artísticas foram preservadas devido ao seu valor histórico e patrimonial. No caso do Museu Nacional dos Coches, o acervo foi progressivamente integrado numa leitura mais ampla das artes decorativas e da história da mobilidade. (Pimentel, A., 2011). *Museus e património em Portugal: História e políticas culturais*. Lisboa: Caleidoscópio; Ribeiro, Maria Antónia Pinto de Matos – *Museu Nacional dos Coches: História e Coleções*. Lisboa: IMC, 2008, p. 16)

[79] Durante o Estado Novo, o património histórico foi frequentemente mobilizado como instrumento de legitimação política. A valorização de monumentos, museus e objetos históricos integrava uma estratégia cultural que procurava reforçar a continuidade histórica da nação portuguesa e a autoridade simbólica do regime. (Rosas, F., 1998). *O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Editorial Estampa; Silva, Raquel Henriques da – "O Museu dos Coches e o Picadeiro Real: um lugar de memória". *Museus e Monumentos*, n.º 5, Lisboa: IPM, 1999, pp. 23-35)

[80] Durante o Estado Novo, o património histórico foi frequentemente mobilizado como instrumento de legitimação política. A valorização de monumentos, museus e objetos históricos integrava uma estratégia cultural que procurava reforçar a continuidade histórica da nação portuguesa e a autoridade simbólica do regime. (Rosas, F., 1998. *O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Editorial Estampa.)

alinhando-se com uma conceção identitária e simbólica do património[81].

Visitantes ilustres do Museu entre 1905 e 1910

O levantamento dos visitantes ilustres ligados ao Museu Nacional dos Coches entre 1905 e 1910 exige uma distinção metodológica essencial: nem sempre a documentação disponível comprova a visita efetiva ao Museu, ainda que confirme a presença da personalidade em Portugal ou em Lisboa. Por essa razão, importa distinguir entre visitantes comprovados do Museu, sobretudo no contexto da inauguração de 1905, e figuras ilustres cuja presença em Portugal se encontra documentada, mas cuja passagem pelo Museu permanece apenas plausível. Esta cautela é indispensável num trabalho de nível de mestrado, pois permite separar o facto documental da hipótese interpretativa. Para a contextualização da instituição, a obra coordenada por Silvana Bessone, *De picadeiro a museu, de museu a picadeiro*, continua a ser uma referência fundamental, devendo ser articulada com estudos mais recentes sobre a coleção e a sua musealização, como a dissertação de Ana Rita Dargent (Bessone, 1995; Dargent, 2019).

1905

O ano de 1905 corresponde ao momento fundador do então Museu dos Coches Reais, inaugurado em maio por iniciativa de D. Amélia. A imprensa ilustrada da época apresentou o novo museu como uma realização cultural e patrimonial de grande alcance simbólico, associada à valorização pública de um património até então ligado sobretudo à Casa Real (Illustração Portugueza, 1905; Dargent, 2019). A criação do Museu deve, por isso, ser entendida como um gesto de musealização do património régio e de afirmação cultural da monarquia portuguesa (Bessone, 1995).

João de Alarcão Velasques Sarmento Osório (1854–1918)

João de Alarcão Velasques Sarmento Osório surge, no contexto da inauguração do Museu, como uma figura particularmente relevante devido ao cargo que então desempenhava como ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria. A sua presença confirma que a fundação do Museu dos Coches não foi apenas uma iniciativa da Casa Real, mas também uma operação com ressonância governativa, técnica e institucional. Como mostra Dargent, João de Alarcão integrou o núcleo de personalidades associadas ao momento inaugural, devendo a sua presença ser lida como sinal da importância atribuída ao Museu enquanto símbolo de modernização patrimonial e afirmação cultural do

[81] A política patrimonial do Estado Novo privilegiou uma abordagem essencialmente identitária do património cultural, enfatizando a continuidade histórica da nação e a valorização simbólica do passado português enquanto elemento estruturante da identidade coletiva. (Santos, M. L. ,2001. *Cultura e política cultural em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.)

regime monárquico (Dargent, 2019).

Do ponto de vista biográfico e institucional, João de Alarcão pertenceu ao universo das elites políticas portuguesas do final da monarquia constitucional. A sua ligação às Obras Públicas ajuda a compreender a sua associação a um projeto que implicava não apenas a valorização de uma coleção, mas também a adaptação de um edifício histórico, o Picadeiro Real, a uma nova função museológica. Assim, a sua participação na inauguração não deve ser entendida como meramente protocolar, mas como representação do poder governativo num projeto de transformação patrimonial (Bessone, 1995; Dargent, 2019).

Fernando de Serpa (1855–1929)

Fernando de Serpa, inspetor dos Reais Palácios e figura de relevo na administração da Casa Real, deve igualmente ser destacado entre os visitantes ilustres da inauguração. A sua presença revela a estreita articulação entre o Museu e os mecanismos de gestão do património régio. Mais do que um convidado ocasional, Fernando de Serpa integrava o universo administrativo que enquadrava a transformação do Picadeiro Real em museu (Bessone, 1995; Dargent, 2019).

A sua relevância decorre, assim, do papel de mediação entre o património da Coroa e os novos modos da sua apresentação pública. A criação do Museu dos Coches correspondeu, em larga medida, à passagem de objetos de uso cortesão para o estatuto de património histórico-artístico. Neste processo, figuras como Fernando de Serpa ajudam a compreender a dimensão institucional da musealização, isto é, a forma como a Casa Real organizou e legitimou a exposição pública dos seus bens (Bessone, 1995; Dargent, 2019).

Alfredo de Albuquerque (1875–?)

Entre as personalidades ligadas à inauguração, Alfredo de Albuquerque ocupa um lugar central. Estribeiro-menor da Casa Real e posteriormente primeiro diretor do Museu, a sua presença em 1905 deve ser entendida não como simples participação cerimonial, mas como parte integrante do processo de instalação e consolidação inicial da instituição. Dargent sublinha a importância da sua ação na organização do Museu, e a sua nomeação posterior para a direção confirma o peso do seu contributo (Dargent, 2019).

Alfredo de Albuquerque foi, neste sentido, uma figura de transição entre a cultura material da Casa Real

e a sua institucionalização museológica. A sua ação relacionou-se com a organização do espaço, a disposição das peças, a relação entre coleção e aparato régio e a definição das primeiras práticas de gestão do Museu. Numa secção dedicada a visitantes ilustres, o seu caso é singular: mais do que visitante, foi protagonista da génese da instituição. A sua inclusão é, por isso, indispensável, pois a cerimónia inaugural representa o momento em que se fixaram os primeiros rostos públicos do Museu (Bessone, 1995; Dargent, 2019).

Severiano Monteiro (?-?)

Severiano Monteiro, então diretor-geral do Ministério das Obras Públicas, surge também entre os nomes ligados à inauguração do Museu. Embora a informação biográfica disponível seja menos abundante do que noutros casos, a sua identificação entre os convidados permite perceber o papel dos quadros técnico-administrativos do Estado no enquadramento do projeto. O Museu dos Coches, ainda que fundado sob impulso régio, não resultou apenas da vontade de D. Amélia; implicou também colaboração ministerial, apoio institucional e articulação com os serviços públicos (Bessone, 1995; Dargent, 2019).

A importância de Severiano Monteiro reside precisamente nessa mediação entre o universo governativo e a concretização material do Museu. A sua presença mostra que a fundação da instituição foi simultaneamente um ato régio, cultural, técnico e administrativo, envolvendo diferentes esferas de poder e de decisão (Bessone, 1995; Dargent, 2019).



1- Inauguração da sucursal de O Século no Dafundo. Data: 10 de julho de 1928. Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0010/0998C. Cota atual: Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais n.º 10, doc. Arquivo: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Data de criação: 16 de outubro de 2008. Última modificação: 19 de maio de 2022. Descrição: Identificados no álbum- José de Oliveira (1), Policarpo Fernandes da Graça (2), Frederico Gomes (3), Fausto Joaquim Gil (4), Severiano Monteiro (5), Francisco Monteiro (6), José Moreira Rato (7), Manuel F. de Simas (8), Joaquim Abellard de Macedo (9), Arinando de Carvalho (10). Este documento refere-se à inauguração da sucursal do jornal O Século no Dafundo, com as identidades das pessoas presentes no evento registadas no álbum.

Rosendo Carvalheira (1861–1919)

Rosendo Carvalheira foi o arquiteto responsável pela adaptação do Picadeiro Real a museu, razão pela qual constitui uma figura incontornável no momento inaugural. A sua presença em 1905 ultrapassa o plano cerimonial: sem a sua intervenção arquitetónica, o espaço dificilmente teria adquirido a configuração museológica necessária para acolher a coleção. A adaptação do Picadeiro foi central para a construção da identidade do Museu, convertendo um espaço de prática equestre e representação cortesã num espaço de memória e exposição patrimonial (Bessone, 1995; Dargent, 2019).

A relevância de Rosendo Carvalheira decorre, portanto, da reconfiguração simbólica e funcional que operou no edifício. O antigo Picadeiro Real não foi simplesmente reutilizado; foi transformado num lugar de exibição pública, onde o património régio passou a ser apresentado como património histórico-

artístico. O seu papel permite compreender que a criação do Museu não dependeu apenas da coleção, mas também da construção de um espaço capaz de a enquadrar museologicamente (Bessone, 1995; Dargent, 2019).



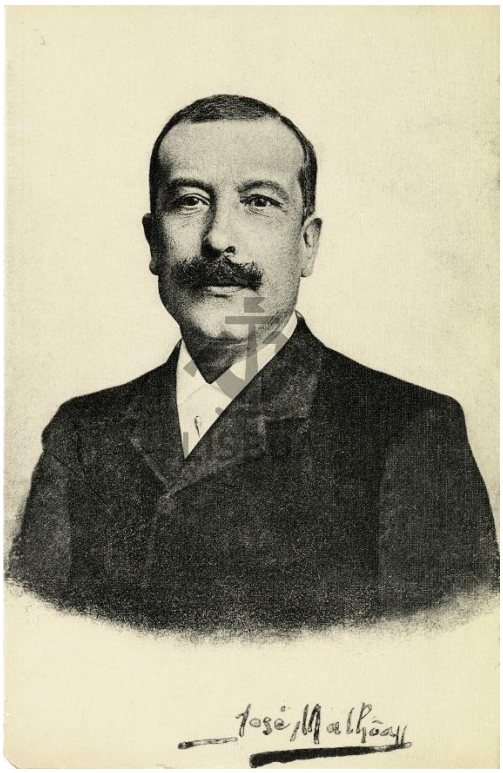
2- Retrato de Rosendo de Carvalheira, em formato postal. Autor material: Guedes, Rua Aurea, 80 - Lisboa (edição). Fonte: Arquivo Municipal de Almada.

José Malhoa (1855–1933)

José Malhoa, um dos mais destacados pintores portugueses do seu tempo, surge igualmente ligado ao momento inaugural do Museu. A sua presença deve ser entendida à luz do envolvimento artístico que antecedeu a abertura pública do espaço, uma vez que participou nos trabalhos decorativos do antigo Picadeiro Real. O seu nome reforça a dimensão estética do projeto, mostrando que a criação do Museu dos Coches não foi apenas uma operação de conservação patrimonial, mas também uma construção visual e simbólica cuidadosamente pensada (Bessone, 1995; Dargent, 2019).

Do ponto de vista biográfico, Malhoa ocupa lugar de destaque na história da pintura portuguesa, associado ao naturalismo e à representação de temas sociais, rurais e urbanos. A sua ligação ao Museu sublinha a proximidade entre criação artística e valorização patrimonial no início do século XX. Esta

articulação é particularmente relevante porque evidencia que o Museu se afirmou simultaneamente como lugar de conservação, exposição e construção simbólica do gosto e da identidade nacional (Bessone, 1995; Dargent, 2019).



3- Retrato do pintor José Malhoa, em formato postal anterior ao ano de 1911. Autor(es): Autor não identificado. Nome associado: Papelaria e Tipografia de Paulo Guedes e Saraiva. 1905-1922. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa.

Francisco Figueira Freire da Câmara (?-?)

Francisco Figueira Freire da Câmara, ajudante do infante D. Afonso, integra igualmente o conjunto de convidados associados à inauguração do Museu. Embora a sua projeção pública seja menor do que a de outras figuras referidas, a sua presença é significativa, pois reforça a ligação entre o Museu, a esfera aristocrático-militar e a cultura cortesã. A sua identificação na documentação trabalhada por Dargent permite incluí-lo entre os visitantes ilustres efetivos do momento inaugural (Dargent, 2019).

A sua presença evidencia ainda que a inauguração do Museu dos Coches foi concebida como acontecimento social e político, reunindo personalidades do universo régio, militar, ministerial e artístico. Por isso, a secção de 1905 deve ser lida menos como uma enumeração de nomes e mais como retrato da sociabilidade de corte em torno da fundação do Museu (Bessone, 1995; Dargent, 2019).

Presidente Émile Loubet (1838–1929)

Ainda em 1905, a visita oficial do presidente francês Émile Loubet assume particular relevância. Loubet foi presidente da República Francesa entre 1899 e 1906, sendo uma figura central da Terceira República, associada à consolidação do regime republicano e à melhoria das relações diplomáticas francesas no contexto europeu (Encyclopaedia Britannica, s.d.; Presidência da República Francesa, s.d.).

A sua visita a Portugal, entre 27 e 29 de outubro de 1905, encontra-se solidamente documentada pelo Arquivo Municipal de Lisboa e pela imprensa ilustrada da época. Os registos fotográficos mostram a receção oficial, os percursos e o aparato cerimonial preparado pela corte de D. Carlos I, revelando a importância política e simbólica da deslocação (Arquivo Municipal de Lisboa, 1905; O Occidente, 1905).

No entanto, apesar de a visita a Portugal estar inequivocamente comprovada, não foi localizada prova documental direta da sua passagem pelo Museu Nacional dos Coches. A sua inclusão deve, por isso, ser feita com prudência: Loubet deve ser apresentado como figura ilustre que visitou Portugal no mesmo ano em que o Museu se afirmava publicamente, mas não como visitante comprovado do espaço museológico. A hipótese de contacto com o Museu é plausível, tendo em conta o seu estatuto recente e a sua função de representação cultural, mas não deve ser formulada como facto consumado (Bessone, 1995; Dargent, 2019).

1907

O ano de 1907 foi marcado pela presença em Portugal de várias figuras da aristocracia e da realeza europeias. Estas visitas devem ser entendidas no quadro das relações dinásticas entre a família real portuguesa e casas reinantes europeias, e não associadas ao casamento de D. Manuel II com Augusta Vitória de Hohenzollern-Sigmaringen, que ocorreu apenas em 1913. Lisboa continuava, neste período, a desempenhar um papel relevante na sociabilidade cortesã internacional.

Matilde da Saxónia (1863–1933)

Matilde da Saxónia foi princesa da Saxónia, filha do rei Jorge I da Saxónia e da infanta portuguesa D. Maria Ana. A Deutsche Biographie fixa o seu nascimento em Dresden, em 1863, e a sua morte em 1933, também em Dresden, confirmando a sua inserção na casa real saxónica e a sua ligação direta à família real portuguesa (Deutsche Biographie, s.d.; Müller, 2006).

A sua visita a Lisboa em 1907 encontra-se documentada em registos fotográficos e publicações da época, nomeadamente através do Arquivo Municipal de Lisboa. Do ponto de vista deste trabalho, a relevância de Matilde reside não apenas na sua posição aristocrática, mas também no modo como a sua presença reforça a dimensão internacional e dinástica da corte portuguesa. Todavia, apesar de a permanência em Portugal estar comprovada, não foi localizada prova direta da sua visita ao Museu Nacional dos Coches. Assim, deve ser apresentada como figura ilustre de passagem por Portugal em 1907, cuja eventual visita ao Museu permanece plausível, mas não comprovada (Arquivo Municipal de Lisboa, 1907; Deutsche Biographie, s.d.).



4- A Rainha Dona Amélia com a Princesa Matilde da Saxónia (1907). Fotógrafo: Joshua Benoliel (1873-1932). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: JBN002130.

Guilherme de Hohenzollern-Sigmaringen (1864–1927)

Guilherme de Hohenzollern-Sigmaringen pertenceu à casa de Hohenzollern-Sigmaringen e teve carreira militar e aristocrática de relevo no espaço germânico. A Deutsche Biographie identifica-o como príncipe e posterior chefe da casa, nascido em 1864 e falecido em 1927, o que confirma a sua importância nas redes de parentesco e representação aristocrática europeia (Deutsche Biographie, s.d.).

A sua presença em Portugal em 1907 deve ser entendida no mesmo quadro de sociabilidade dinástica

que enquadra a visita de Matilde da Saxónia e de Frederico Augusto III. Contudo, tal como nos casos paralelos, não foi localizada prova direta da sua passagem pelo Museu Nacional dos Coches. Em termos académicos, o mais rigoroso é sublinhar a sua visita a Portugal e o contexto aristocrático que a explica, admitindo apenas como hipótese a eventual inclusão do Museu num circuito de visitas culturais (Arquivo Municipal de Lisboa, 1907; Deutsche Biographie, s.d.).



5- Visita do Príncipe Guilherme de Hohenzollern e da Princesa Matilde de Saxe a Portugal (1907). Fotógrafo: António Novais (1854-1940). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: ANV000101. Fotografia capturada entre 18 e 30 de março de 1907.

Frederico Augusto III da Saxónia (1865–1932)

Frederico Augusto III foi o último rei da Saxónia, governando entre 1904 e 1918. Filho da infanta portuguesa D. Maria Ana, encontrava-se ligado de forma próxima à casa real portuguesa, o que torna a sua visita a Portugal, em 1907, coerente no plano dinástico. A Deutsche Biographie confirma a sua importância política no quadro do Império Alemão e o Arquivo Municipal de Lisboa conserva registos visuais da sua presença em Portugal (Deutsche Biographie, s.d.; Arquivo Municipal de Lisboa, 1907).

A documentação permite afirmar com segurança a sua visita ao país, nomeadamente a presença em

eventos oficiais e militares, incluindo registos no hipódromo de Belém. No entanto, tal como sucede com Matilde e Guilherme, não foi localizada prova direta da sua visita ao Museu Nacional dos Coches. Assim, a sua inclusão nesta secção deve fazer-se como visitante ilustre da corte e do país, e não como visitante comprovado do Museu em sentido estrito (Arquivo Municipal de Lisboa, 1907).



6- O Rei de Saxe no Hipódromo de Belém (1907). Fotógrafo: Alberto Carlos Lima (1872-1949). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: LIM001953. Fotografia de 1907, capturada durante a visita real de Frederico Augusto III, Rei da Saxónia, ao hipódromo de Belém, em Lisboa, acompanhado por Carlos I, Rei de Portugal.

1909

O ano de 1909 ficou marcado, no plano diplomático, pela visita a Portugal de Afonso XIII de Espanha. A deslocação ocorreu num momento particularmente sensível para a monarquia portuguesa, ainda marcada pelo regicídio de 1908, e teve grande importância no quadro das relações ibéricas (Nunes, 2006).

Rei Afonso XIII de Espanha (1886–1941)

Afonso XIII foi rei de Espanha desde o nascimento até à proclamação da Segunda República, em 1931. A *Encyclopaedia Britannica* sublinha o carácter conturbado do seu reinado, marcado por sucessivas crises políticas, tensões militares e erosão do regime monárquico (*Encyclopaedia Britannica*, s.d.).

A sua visita a Portugal, em fevereiro de 1909, encontra-se documentada pelo Arquivo Municipal de Lisboa e foi estudada por Teresa Nunes, que a enquadra nas relações ibéricas do período e na tentativa de aproximação entre as duas monarquias peninsulares (Arquivo Municipal de Lisboa, 1909; Nunes, 2006).

Todavia, não foi localizada prova documental direta da sua visita ao Museu Nacional dos Coches. Num trabalho de mestrado, deve manter-se a prudência: pode sustentar-se a plausibilidade da integração do Museu num eventual circuito de visitas de prestígio, mas não apresentá-la como facto comprovado. Afonso XIII deve, portanto, ser tratado como visitante ilustre de Portugal em 1909, e não como visitante comprovado do Museu (Nunes, 2006; Bessone, 1995).



7- A Rainha Dona Amélia, Afonso XIII de Espanha e Dom Manuel II (1909). Fotógrafo: Alberto Carlos Lima (1872-1949). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: LIM000283. Fotografia capturada entre 12 e 15 de fevereiro de 1909, durante a visita de Afonso XIII de Espanha a Vila Viçosa. A imagem mostra a Rainha Dona Amélia, o Rei Afonso XIII e Dom Manuel II, acompanhados por vestuário e uniformes típicos da época.

1910

O ano de 1910 representa o fim da monarquia constitucional portuguesa, assumindo particular relevo no quadro das visitas oficiais e diplomáticas. A presença de figuras estrangeiras em Portugal neste ano deve ser lida à luz de um contexto de instabilidade política interna, mas também de persistência das redes de prestígio e representação que ainda estruturavam a vida pública da monarquia.

Hermes da Fonseca (1855–1923)

Hermes da Fonseca foi militar e político brasileiro, tendo exercido a presidência do Brasil entre 1910 e 1914. O CPDOC-FGV apresenta-o como figura central da Primeira República brasileira, destacando a sua carreira militar, o cargo de ministro da Guerra e a sua eleição para a presidência (CPDOC-FGV, s.d.).

A sua visita a Portugal em outubro de 1910 está associada a um momento de grande significado político: os últimos dias da monarquia portuguesa. O Museu da Presidência da República recorda o jantar oferecido em sua honra como o último banquete da monarquia, pouco antes da Revolução de 5 de outubro (Museu da Presidência da República, s.d.). A presença de Hermes da Fonseca em Portugal revela, assim, a persistência dos circuitos diplomáticos luso-brasileiros mesmo no limiar da mudança de regime.

Contudo, não foi localizada prova documental direta da visita de Hermes da Fonseca ao Museu Nacional dos Coches. O mais seguro é apresentar essa hipótese como plausível no quadro das visitas culturais oficiais da época, mas não como facto comprovado. A sua relevância para esta secção reside sobretudo no contexto político-diplomático da visita e na proximidade temporal com o colapso da monarquia portuguesa (CPDOC-FGV, s.d.; Museu da Presidência da República, s.d.).



8- Dom Manuel II com o Marechal Hermes da Fonseca (1910). Fotógrafo: Alberto Carlos Lima (1872-1949). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: LIM000367. Fotografia capturada em outubro de 1910, mostrando Dom Manuel II, Rei de Portugal, juntamente com o Marechal Hermes da Fonseca, em Lisboa.

Visitantes ilustres entre 1911 e 1935

O período compreendido entre 1911 e 1935 corresponde a uma fase de transformação profunda do panorama político e cultural português, marcada pela transição da monarquia para a Primeira República e, posteriormente, pela consolidação da Ditadura Nacional. Neste contexto, os museus nacionais, incluindo o Museu Nacional dos Coches, mantiveram um papel relevante enquanto espaços de representação simbólica e diplomática, sendo progressivamente integrados nas estratégias culturais do Estado (Leal, 2012). Como refere Bessone, o Museu dos Coches conservou a sua centralidade enquanto "espaço de valorização do património régio e da memória histórica" (Bessone, 1995, p. 47), mesmo num quadro político em mutação.

1919

Epitácio Pessoa (1865–1942)

Epitácio Pessoa destacou-se como uma das figuras mais relevantes da vida política brasileira do início do século XX, tendo desenvolvido uma carreira marcada pela articulação entre direito, diplomacia e governação. Antes de assumir a presidência do Brasil, exerceu funções como ministro da Justiça, senador e juiz do Tribunal Permanente de Arbitragem de Haia, sendo reconhecido pela sua atuação no plano internacional (CPDOC-FGV, s.d.). A sua participação na Conferência de Paz de Paris, em 1919, constituiu um momento decisivo da sua projeção política, num contexto em que "o Brasil procurava afirmar-se no concerto das nações" (Rollo et al., 2012, p. 215).

A sua visita a Portugal, no mesmo ano, deve ser compreendida à luz desse percurso diplomático, inserindo-se num périplo europeu que visava consolidar relações internacionais no pós-guerra. Portugal, igualmente participante no conflito ao lado dos Aliados, procurava reforçar os seus vínculos externos, nomeadamente com o Brasil, país com o qual mantinha uma relação histórica e cultural profundamente enraizada (Rollo et al., 2012). A receção de Epitácio Pessoa pelas autoridades republicanas portuguesas constituiu, assim, um momento de aproximação entre duas repúblicas que partilhavam uma "memória histórica comum de natureza linguística e cultural" (Rollo et al., 2012, p. 198).

No que respeita à dimensão cultural da visita, importa considerar o papel dos museus enquanto dispositivos de representação simbólica do Estado. Como sublinha Leal, os museus nacionais funcionavam como espaços privilegiados de mediação entre passado e presente, sendo frequentemente mobilizados em contextos de diplomacia cultural (Leal, 2012). Neste sentido, o Museu Nacional dos Coches, fundado em 1905, assumia já uma posição de destaque no panorama museológico português, sendo descrito como um dos principais repositórios do património histórico ligado à monarquia (Bessone, 1995).

Todavia, não existem registos documentais que confirmem a visita de Epitácio Pessoa ao Museu. Ainda assim, a sua relevância institucional e simbólica torna plausível a sua inclusão no circuito cultural associado a visitas oficiais, embora tal hipótese deva ser tratada com cautela metodológica. Como lembra Pierre Nora, os espaços patrimoniais funcionam como "lugares de memória", condensando significados históricos e identitários (Nora, 1984, p. XVII), o que reforça a sua importância em contextos diplomáticos.



9- Chegada a Lisboa do Presidente da República do Brasil, Epitácio Pessoa, em Visita Oficial (1919). Fotógrafo: Serra Ribeiro. Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: EFC001403. Fotografia capturada em 1919, retratando a chegada do Presidente Epitácio Pessoa, do Brasil, a Lisboa, durante sua visita oficial. A imagem mostra o momento da chegada no cais, com destaque para as colunas.

1920

Rei Alberto I da Bélgica (1875–1934)

Alberto I da Bélgica foi uma figura central no contexto europeu do início do século XX, particularmente devido ao seu papel durante a Primeira Guerra Mundial. Enquanto monarca, liderou pessoalmente as forças belgas na resistência à invasão alemã, sendo amplamente reconhecido como o "rei-soldado" (*Encyclopaedia Britannica*, s.d.). A sua atuação contribuiu para consolidar a imagem da Bélgica como símbolo de resistência no conflito.

A visita oficial a Portugal, em 1920, insere-se no contexto da reorganização das relações internacionais no pós-guerra. Portugal, à semelhança da Bélgica, procurava afirmar-se no cenário europeu, reforçando os seus laços diplomáticos com países aliados (Rosas, 2020). A receção do monarca belga pelas autoridades portuguesas constituiu um momento de grande relevância política, simbolizando a cooperação entre duas nações que haviam partilhado a experiência do conflito.

No plano cultural, esta visita pode ser interpretada à luz do papel dos museus enquanto

instrumentos de representação nacional. Como refere Bennett, os museus funcionam como espaços onde o poder político se traduz em formas visíveis de ordenação e apresentação do passado (Bennett, 1995). O Museu Nacional dos Coches, enquanto instituição dedicada à preservação do património régio, integrava esse dispositivo simbólico, contribuindo para a construção de uma narrativa histórica legitimadora.

Apesar disso, não existem evidências documentais que confirmem a visita de Alberto I ao Museu. Ainda assim, a centralidade da instituição no panorama cultural lisboeta torna plausível a sua inclusão em itinerários protocolares, ainda que tal permaneça no domínio da hipótese.



10- Visita de Alberto I da Bélgica e de sua esposa (1920). Fotógrafo: Joshua Benoliel (1873-1932). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo: Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: JBN002099. Fotografia capturada durante a visita real de Alberto I da Bélgica e sua esposa, a Rainha Isabel, a Lisboa em 1920.

Rainha Elisabeth da Bélgica (1876–1965)

A rainha Elisabeth da Bélgica destacou-se pela sua atuação humanitária e pelo seu interesse pelas artes, sendo uma figura amplamente respeitada no contexto europeu. Durante a Primeira Guerra Mundial, envolveu-se diretamente no apoio a feridos, contribuindo para a construção de uma imagem pública associada à solidariedade e à cultura (*Encyclopaedia Britannica*, s.d.).

A sua presença em Portugal, em 1920, integrou a visita oficial do casal real belga, assumindo

uma dimensão simultaneamente diplomática e simbólica. Para além dos encontros políticos, estas visitas incluíam frequentemente momentos de contacto com o património cultural do país anfitrião, funcionando como instrumentos de aproximação entre nações (Leal, 2012).

Neste contexto, o Museu Nacional dos Coches, enquanto espaço de exposição da herança histórica portuguesa, constituía um local particularmente relevante. Como sublinha Hooper-Greenhill, os museus não são apenas espaços de conservação, mas também "locais de produção de significados culturais" (Hooper-Greenhill, 2000, p. 15), desempenhando um papel ativo na construção de identidades.

Ainda que não existam provas documentais da visita da rainha Elisabeth ao Museu, o seu perfil cultural e o contexto da visita tornam essa hipótese plausível, devendo, contudo, ser apresentada com a devida prudência crítica.

1929

Guglielmo Marconi (1874–1937)

Guglielmo Marconi destacou-se como uma das figuras mais influentes no desenvolvimento das tecnologias de comunicação no início do século XX, sendo amplamente reconhecido como o pioneiro da telegrafia sem fios. A sua realização da primeira transmissão transatlântica em 1901 constituiu um marco fundamental na história das comunicações, abrindo caminho para a rádio e outras formas de transmissão à distância (Hong, 2001). Este contributo valeu-lhe o Prémio Nobel da Física em 1909, consolidando a sua posição como um dos principais inovadores da sua época (*Encyclopaedia Britannica*, s.d.).

A sua visita a Portugal, em 1929, insere-se no contexto da modernização das infraestruturas tecnológicas do país, num período em que o Estado procurava reforçar as comunicações, tanto no território continental como no espaço colonial. Como sublinha Rollo, o desenvolvimento das comunicações era entendido como um elemento estratégico para a afirmação do Estado e para a gestão do império ultramarino (Rollo et al., 2012). A presença de Marconi em Portugal deve, assim, ser interpretada como um momento de transferência de conhecimento técnico e de legitimação internacional das políticas de modernização.

Para além da dimensão tecnológica, a visita de Marconi teve também um forte significado simbólico. A receção de uma figura de prestígio internacional contribuía para projetar uma imagem de progresso e modernidade, particularmente relevante num período de transição política que antecede a consolidação do Estado Novo (Rosas, 2012). Como refere Melo, o regime procurava associar-se a uma ideia de desenvolvimento técnico, ainda que enquadrada numa narrativa de estabilidade e ordem (Melo,

2001).

No que respeita à relação com o Museu Nacional dos Coches, não existem evidências documentais que confirmem uma visita de Marconi a esta instituição. No entanto, considerando o papel dos museus enquanto espaços de representação cultural, é possível que tenham sido integrados em itinerários institucionais destinados a visitantes estrangeiros. Ainda assim, tal hipótese deve ser apresentada com cautela, evitando extrapolações não sustentadas por fontes.



11- Visita de Guglielmo Marconi, inventor, ao Museu dos Coches. Data de Produção: 25 de setembro de 1929. Código de Referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0014/1329D. Arquivo: Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais nº 14 e Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Data de Criação: 30/10/2008.



12- Guglielmo Marconi, inventor, à saída do Museu dos Coches. Data de Produção: 25 de setembro de 1929. Código de Referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0014/1330D. Arquivo: Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais nº 14 e Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Data de Criação: 30/10/2008.

1930

Príncipe Nobuhito Takamatsu (1905–1987) e Princesa Kikuko Takamatsu (1911–2004)

O príncipe Nobuhito Takamatsu, membro da família imperial japonesa e irmão do imperador Hirohito, desempenhou um papel relevante na diplomacia internacional do Japão durante o período entre guerras. A sua formação militar e o seu estatuto enquanto príncipe imperial conferiam-lhe uma posição estratégica nas relações externas do país, num momento em que o Japão procurava afirmar-se como potência global (Large, 2007).

A visita dos príncipes Takamatsu a Portugal, em 1930, integrou uma viagem mais ampla pela Europa, com o objetivo de reforçar laços diplomáticos e culturais. Este tipo de deslocações deve ser entendido no contexto de uma diplomacia cerimonial, onde a presença física de membros da realeza funcionava como instrumento de aproximação entre Estados (Macdonald, 2011). No caso português, a receção dos príncipes japoneses inscreve-se numa estratégia de projeção internacional, num momento em que o país procurava afirmar a sua estabilidade política e reforçar relações externas (Rosas, 2020).

A dimensão simbólica desta visita é particularmente relevante, na medida em que remete para uma longa história de contactos entre Portugal e o Japão, iniciada no século XVI. Como refere Leal, a evocação dessas relações históricas constituía um elemento importante na construção de narrativas identitárias e diplomáticas (Leal, 2015).

Durante a sua estadia, os príncipes participaram em cerimónias oficiais e visitas a espaços culturais, sendo plausível a inclusão do Museu Nacional dos Coches nesse circuito. Enquanto instituição dedicada à preservação do património histórico da monarquia portuguesa, o Museu constituía um espaço privilegiado de representação cultural. Como observa Bessone, o Museu dos Coches afirmava-se como um "lugar de memória da monarquia portuguesa" (Bessone, 1995, p. 52), funcionando como um dispositivo simbólico de apresentação do passado nacional.

Ainda que não existam registos documentais inequívocos que confirmem essa visita, a sua inclusão em itinerários culturais permanece uma hipótese consistente com as práticas diplomáticas da época.

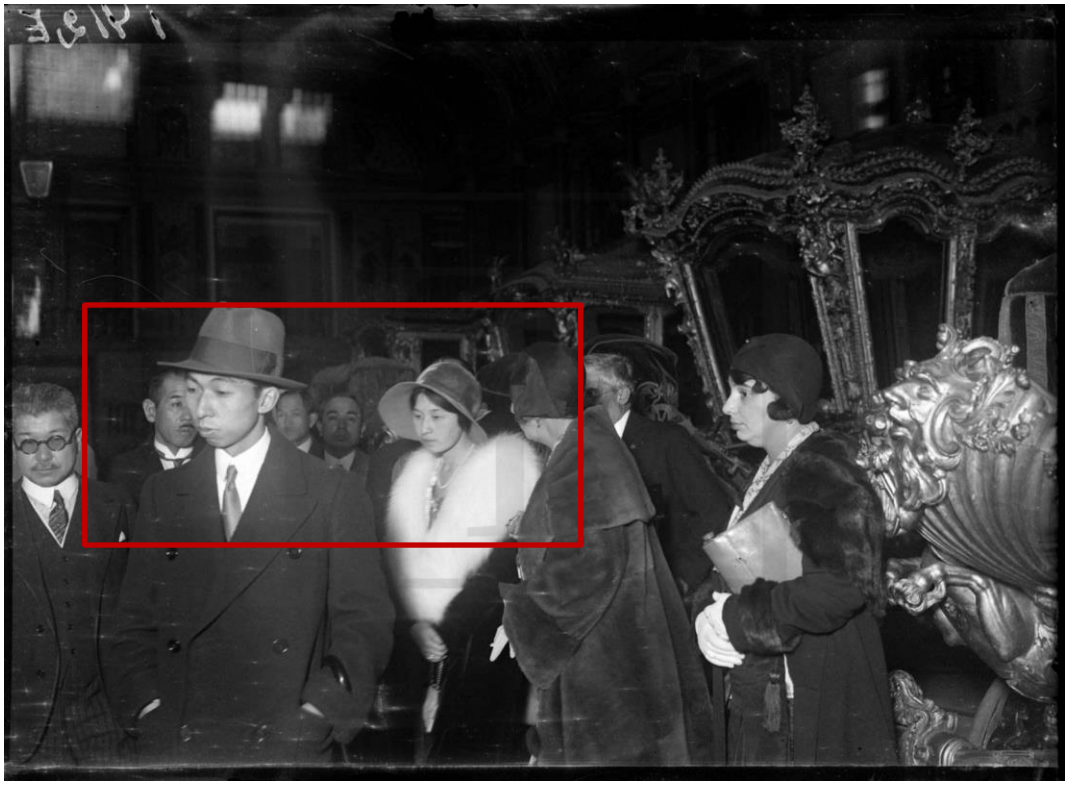


Figura 13- Visita dos príncipes japoneses ao Museu dos Coches. Data: 10 de novembro de 1930. Museu dos Coches, Lisboa. Empresa Pública Jornal O Século. Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0018/1412E. Cota atual: Álbum Geral n.º 18, documento e Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

1935

Intelectuais estrangeiros e a política cultural do Estado Novo

A organização de visitas de intelectuais estrangeiros a Portugal, em 1935, deve ser entendida no quadro da política cultural do Estado Novo, particularmente sob a direção de António Ferro no Secretariado de Propaganda Nacional (SPN). Este organismo desempenhou um papel central na construção de uma imagem internacional do regime, procurando apresentar Portugal como um país simultaneamente moderno e enraizado na tradição (Melo, 2001).

A escolha de figuras como Jacques Maritain, Miguel de Unamuno, Jules Romains, Maurice Maeterlinck e Gabriela Mistral não foi arbitrária, correspondendo a uma estratégia de legitimação cultural através da associação a intelectuais de prestígio internacional. Como refere Torgal, o Estado Novo procurava "instrumentalizar a cultura como forma de afirmação política" (Torgal, 2009, p. 312), utilizando estas visitas como meios de projeção externa.

Neste contexto, os museus nacionais assumiam um papel relevante enquanto espaços de encenação simbólica da identidade nacional. O Museu Nacional dos Coches, com o seu acervo ligado à monarquia, permitia ao regime reinterpretar o passado histórico de forma compatível com a sua narrativa ideológica. Como sublinha Santos, os museus foram progressivamente integrados na política cultural do Estado Novo, funcionando como instrumentos de construção de uma memória nacional controlada (Santos, 2010).

A visita destes intelectuais deve, assim, ser analisada não apenas como um evento cultural, mas como parte de uma estratégia mais ampla de propaganda e diplomacia cultural. Como observa Bourdieu, os campos culturais são espaços de disputa simbólica, onde diferentes agentes procuram afirmar legitimidade e autoridade (Bourdieu, 1979). Neste caso, o Estado Novo utilizou a presença de intelectuais estrangeiros para reforçar a sua própria legitimidade no plano internacional.

Embora não existam registos detalhados sobre visitas específicas ao Museu Nacional dos Coches por parte destes intelectuais, é plausível que este espaço tenha sido incluído nos itinerários culturais organizados pelo SPN, dada a sua relevância simbólica. Ainda assim, a ausência de documentação obriga a uma abordagem prudente, distinguindo claramente entre factos comprovados e hipóteses interpretativas.



14- Visita dos intelectuais estrangeiros ao Museu dos Coches. Data: 8 de junho de 1935. Museu dos Coches, Lisboa. Empresa Pública Jornal O Século. Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0035/1032J. Cota atual: Álbum Geral n.º 35, documento e Arquivo Nacional da Torre do Tombo.



15- Intelectuais estrangeiros à saída do Museu dos Coches. Data: 8 de junho de 1935. Museu dos Coches, Lisboa. Empresa Pública Jornal O Século. Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0035/1033J. Cota atual: Álbum Geral n.º 35, documento e Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Os visitantes ilustres entre 1936 e 1940

O período compreendido entre 1936 e 1940 apresenta características substancialmente distintas das décadas anteriores no que respeita ao registo de visitantes ilustres associados ao Museu Nacional dos Coches. A análise das fontes disponíveis revela uma diminuição significativa de referências a visitas protocolares, fenómeno que pode ser interpretado à luz de dois fatores principais: por um lado, eventuais lacunas documentais; por outro, transformações profundas no enquadramento político, institucional e internacional.

Com efeito, estes anos correspondem a uma fase de consolidação do regime do Estado Novo, no qual as instituições culturais passaram a ser progressivamente integradas numa política ideológica orientada para a construção de uma identidade nacional coerente e controlada. Como sublinha Torgal, o regime procurava "organizar a cultura como instrumento político" (Torgal, 2009, p. 289), conferindo aos museus um papel ativo na legitimação simbólica do poder. Neste contexto, o Museu Nacional dos Coches deixou de ser apenas um espaço de memória da monarquia para se tornar também um dispositivo de representação histórica compatível com a narrativa nacionalista do regime.

Simultaneamente, o enquadramento internacional contribuiu para a redefinição das dinâmicas diplomáticas. A crescente instabilidade europeia, que culminaria na Segunda Guerra Mundial, condicionou fortemente as deslocações de chefes de Estado e de outras figuras de relevo. Como observa Rosas, o final da década de 1930 foi marcado por "um clima de tensão e reconfiguração geopolítica" (Rosas, 2012, p. 145), o que inevitavelmente reduziu a frequência de visitas protocolares e diplomáticas.

Neste quadro, a escassez de registos não deve ser interpretada como ausência de relevância institucional do Museu, mas antes como reflexo de um contexto histórico específico, no qual as práticas de representação e visibilidade pública se encontravam em transformação. Ainda assim, é possível identificar algumas figuras cuja presença em Portugal assume particular significado, destacando-se, entre elas, o duque de Kent em 1940.

1940

Duque de Kent (Jorge de Kent, 1902–1942)

Jorge de Kent, duque de Kent, foi uma figura de relevo da família real britânica, filho do rei Jorge V e irmão do rei Jorge VI. A sua atuação enquanto representante da Coroa britânica inseriu-se num contexto de diplomacia internacional particularmente sensível, marcado pelo eclodir da Segunda Guerra Mundial. Como membro da realeza, desempenhou funções de carácter político e simbólico, contribuindo para a manutenção de alianças estratégicas (Ziegler, 2002).

A sua visita a Portugal em 1940 deve ser compreendida no quadro das relações históricas entre

Portugal e o Reino Unido, tradicionalmente estruturadas em torno da aliança luso-britânica. Durante a Segunda Guerra Mundial, esta relação assumiu uma importância renovada, uma vez que Portugal, sob a liderança de António de Oliveira Salazar, adotou uma posição de neutralidade colaborante. Como refere Rosas, Portugal procurava manter um "equilíbrio diplomático delicado" (Rosas, 2012, p. 201), evitando comprometer-se diretamente com qualquer dos blocos em conflito, mas assegurando simultaneamente relações privilegiadas com os Aliados.

A presença do duque de Kent em território português insere-se, assim, numa estratégia diplomática britânica destinada a garantir essa neutralidade favorável. Portugal assumia, neste contexto, um papel geoestratégico fundamental, nomeadamente devido à importância dos Açores no controlo das rotas atlânticas. Como sublinha Rollo, a posição geográfica portuguesa tornava o país "um ponto-chave nas dinâmicas de guerra e comunicação" (Rollo et al., 2012, p. 233).

Para além da sua dimensão política, a visita do duque de Kent possui também uma leitura simbólica relevante. A deslocação de um membro da realeza britânica a Portugal, num momento de elevada instabilidade internacional, contribuía para reforçar a imagem de continuidade e legitimidade das relações bilaterais, ao mesmo tempo que projetava uma ideia de estabilidade interna do Estado português.

No que respeita à eventual visita ao Museu Nacional dos Coches, não existem registos documentais que a confirmem. No entanto, considerando o papel dos museus enquanto espaços de representação cultural e histórica, é plausível que instituições desta natureza fossem integradas em programas oficiais ou semioficiais. Como refere Bessone, o Museu dos Coches constituía um "símbolo da memória histórica e da identidade nacional" (Bessone, 1995, p. 48), sendo frequentemente mobilizado como instrumento de apresentação cultural do país.

Ainda assim, importa sublinhar a necessidade de rigor metodológico, distinguindo claramente entre evidência documental e hipótese interpretativa. A ausência de confirmação não invalida a plausibilidade da visita, mas exige que esta seja apresentada com a devida prudência, em conformidade com os princípios da investigação histórica.



16- Exposição do Mundo Português, Duque de Kent (30 de junho de 1940). Fotógrafo: António Bivar (1903-1964). Dimensões: 35 mm. Arquivo: Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: ANB000143. Fotografia registrada durante a visita do Duque de Kent à Exposição do Mundo Português, realizada em Belém, Lisboa, em 1940.

Resultados/ Dificuldades

O projeto desenvolvido no âmbito do estágio culminou na produção de um conjunto de resultados que, embora concebidos em contexto académico, apresentam aplicabilidade institucional concreta. O principal resultado material consistiu na elaboração de um guião temático estruturado para uma eventual exposição temporária dedicada aos visitantes ilustres do museu entre 1905 e 1940, acompanhado de proposta de seleção de peças do acervo e respetivos textos interpretativos. Este produto não se limitou à organização cronológica de visitas registadas, mas procurou construir uma explanação coerente que evidenciasse o papel do museu enquanto espaço de representação simbólica ao longo de diferentes conjunturas políticas.

Entre os resultados alcançados destaca-se a sistematização de informação dispersa em múltiplos suportes documentais, permitindo a consolidação de um *corpus* organizado de dados relativos a visitantes com relevância política, diplomática e cultural. A agregação e validação destes dados contribuíram para tornar visível uma dimensão da história institucional do museu que, embora documentada, não se encontrava estruturada sob forma interpretativa integrada. Este exercício permitiu identificar padrões de visita associados a momentos históricos específicos, revelando a forma como o museu se afirmou e consolidou, ao longo das primeiras décadas do século XX, como espaço de legitimação simbólica.

A proposta expositiva elaborada constitui igualmente resultado relevante, na medida em que demonstra a viabilidade de transformar investigação histórica aplicada em projeto museográfico fundamentado. A definição de eixos narrativos, a articulação entre acontecimentos históricos e objetos do acervo e a produção de textos interpretativos adequados a contexto expositivo, evidenciam com acuidade a possibilidade de integrar conhecimento científico em programação cultural estruturada. Ainda que não tenha sido objeto de implementação prática, o guião elaborado apresenta-se como instrumento conceptual passível de desenvolvimento futuro, contribuindo para a diversificação temática da oferta expositiva da instituição.

Para além dos resultados formais, o estágio produziu efeitos de natureza procedimental e processual. A organização metodológica do trabalho e a consolidação de procedimentos de verificação documental reforçaram a consistência da investigação realizada. A sistematização dos dados recolhidos poderá, em contexto institucional, constituir base para estudos posteriores ou para atualização de conteúdos interpretativos relacionados com a história do museu.

Não obstante os resultados alcançados, o percurso foi marcado por dificuldades exogéneas que influenciaram o desenvolvimento do projeto. Uma das principais dificuldades residiu na fragmentação e heterogeneidade das fontes disponíveis. A documentação consultada apresentava, em diversos casos,

lacunas, imprecisões nominais ou ausência de contextualização imediata, o que exigiu cautela interpretativa e recurso sistemático a fontes complementares. A inexistência de registos padronizados ao longo de todo o período analisado atravancou a uniformização de critérios de identificação e classificação dos visitantes.

Outra dificuldade relevante prendeu-se com a necessidade de definir parâmetros de seleção para a categoria de "visitante ilustre". A ausência de critérios institucionais previamente estabelecidos implicou a construção de parâmetros próprios, baseados na relevância histórica, política ou cultural das figuras identificadas. Este processo exigiu equilíbrio entre rigor histórico, prudência exegese interpretativa, evitando tanto a ampliação excessiva do conceito como a sua restrição arbitrária.

A limitação temporal do estágio constituiu igualmente fator condicionante. O período disponível para investigação e elaboração do projeto impôs delimitações no aprofundamento de determinados casos específicos e na exploração de fontes complementares. A amplitude cronológica analisada, abrangendo diferentes regimes políticos, exigiria, idealmente, investigação ~~ainda~~ mais extensa para garantir exaustividade absoluta. Todavia, a necessidade de cumprir prazos definidos implicou decisões estratégicas quanto à profundidade de análise em cada eixo temático.

A inexistência de *feedback* formal, por parte da equipa do museu, relativamente ao produto final representou outra limitação, sobretudo no que respeita à validação interna do guião temático proposto. A ausência de discussão estruturada com orientação especializada impossibilitou a incorporação de sugestões ou ajustes decorrentes de experiência institucional acumulada. Esta circunstância não comprometeu a coerência interna do trabalho, mas cerceou a possibilidade de aperfeiçoamento colaborativo do projeto.

Acresce ainda a dificuldade inerente à transposição de investigação histórica para linguagem expositiva, processo que exige síntese e seleção criteriosa de informação, a qual como se frisou era delimitada e dispersa. A necessidade de tornar inteligível um conjunto vasto de dados sem comprometer o rigor científico revelou-se exercício particularmente exigente, implicando revisões sucessivas e reformulação de textos.

De facto, os resultados obtidos demonstram a viabilidade científica e museológica do projeto desenvolvido, evidenciando a capacidade de integrar investigação histórica aplicada em proposta expositiva estruturada. As barreiras encontradas, longe de constituírem entraves insuperáveis, revelaram-se elementos formativos que contribuíram para o aprofundamento metodológico, a consolidação de critérios interpretativos e o desenvolvimento de maior maturidade profissional. O balanço global do estágio evidencia, assim, um percurso marcado por produção consistente de conhecimento e por aprendizagem decorrente da gestão crítica dos constrangimentos encontrados.

Impacto formativo e projeção profissional

O estágio curricular constituiu um momento determinante no percurso formativo desenvolvido no âmbito do Mestrado em História e Patrimónios, não apenas pela consolidação e interpenetração de competências técnicas e científicas, mas sobretudo pelo aprofundamento de uma consciência crítica sobre o papel do profissional do património na sociedade contemporânea portuguesa. A experiência permitiu transformar conhecimentos teóricos em prática aplicada, evidenciando a interdependência entre investigação académica e intervenção cultural.

Do ponto de vista formativo, o impacto do estágio manifestou-se, essencialmente, na capacidade de poder articular investigação histórica rigorosa com reflexão museológica estruturada. A transposição de dados documentais para uma proposta expositiva exigiu não apenas domínio de conteúdos históricos, mas também compreensão do museu enquanto espaço heterógeno de mediação cultural e produção de um discurso público impactante. Esta articulação entre saber académico e aplicabilidade institucional reforçou a perceção de que a prática patrimonial implica responsabilidade epistemológica e ética, uma vez que as narrativas construídas em contexto museológico participam ativamente na formação de memória coletiva (Smith, 2006).

A singular e indefetível experiência permitiu igualmente consolidar autonomia intelectual e capacidade de decisão fundamentada. A necessidade de estruturar um projeto de investigação com acompanhamento limitado exigiu disciplina metodológica, organização do trabalho e confiança na validade dos procedimentos adotados. Este exercício de autonomia muito contribuiu para o desenvolvimento de maturidade profissional, reforçando a capacidade de atuar em contextos institucionais onde a iniciativa individual constitui fator determinante para a concretização de projetos, o que pode constituir-se como um fator importante noutros campos profissionais.

No plano identitário, o estágio contribuiu para clarificar o posicionamento profissional no campo do património cultural. Ou seja, a articulação entre a formação de base em Antropologia e especialização em História e Patrimónios revelou-se particularmente interessante e diametralmente enriquecedora, permitindo conjugar análise histórica rigorosa com sensibilidade às dimensões simbólicas e institucionais da prática museológica. Esta abordagem interdisciplinar reforçou a perceção de que o profissional do património deve possuir não apenas competências técnicas específicas, mas também capacidade de leitura crítica das dinâmicas sociais e políticas que enquadram as instituições culturais.

A projeção profissional decorrente da experiência inscreve-se, assim, numa lógica de continuidade entre investigação aliada à mediação cultural e um auxílio da curadoria. Deste modo, o desenvolvimento de um guião temático estruturado e fundamentado demonstrou a possibilidade de

conceber projetos expositivos sustentados cientificamente, aptidão particularmente relevante para funções futuras nas áreas da investigação aplicada, programação cultural, implementação e coordenação de projetos patrimoniais. A experiência demonstrou ainda a importância da capacidade de adaptação a contextos institucionais específicos, reconhecendo que cada museu possui as suas próprias dinâmicas, condicionadas por recursos disponíveis, políticas internas e enquadramento administrativo.

Importa sublinhar que o impacto formativo do estágio não se limita à aquisição e absorção de competências técnicas, mas também acaba por incluir um grande desenvolvimento no que toca a uma tomada de consciência crítica sobre os desafios estruturais do setor cultural, mais enfatizado neste caso. A observação direta das condições institucionais reforçou a compreensão de que a prática profissional no domínio do património exige equilíbrio e confluência entre ideal científico e viabilidade organizacional, entre inovação conceptual e constrangimentos materiais. Esta perceção dinâmica e realista constitui elemento essencial para a construção de um percurso profissional sustentável e informado.

Autoavaliação do Estágio

A autoavaliação do estágio realizado no Museu Nacional dos Coches implica um amplo exercício de reflexão crítica que ultrapassa a simples apreciação do trabalho desenvolvido, reclamando uma ponderação sobre o grau de cumprimento dos objetivos definidos, a qualidade metodológica alcançada e o impacto formativo efetivamente consolidado. Este momento assume particular relevância num relatório de estágio ao nível de mestrado, como é o caso, na medida em que permite evidenciar de modo compaginado, maturidade académica, capacidade de autorreflexão e consciência das próprias potencialidades e limitações.

Considerando os objetivos inicialmente delineados, na modesta opinião da signatária, entende-se que os mesmos foram cumpridos de forma consistente, apesar de demorados. A investigação realizada permitiu identificar e contextualizar um conjunto significativo de figuras relevantes, construir uma narrativa coerente e estruturar um guião temático suscetível de desenvolvimento museográfico. O resultado final apresenta coerência interna, fundamentação histórica adequada e articulação consistente entre fontes documentais e enquadramento teórico.

Do ponto de vista metodológico, considera-se que o trabalho foi conduzido com rigor e prudência interpretativa. A verificação cruzada de fontes, o cruzamento de dados arquivísticos e a revisão bibliográfica especializada contribuíram para assegurar consistência científica às interpretações apresentadas. A ausência de acompanhamento institucional sistemático constituiu um desafio, mas simultaneamente um fator de responsabilização acrescida, exigindo autonomia, organização e disciplina intelectual. Nesse sentido, a experiência revelou capacidade de trabalho independente e tomada de decisão fundamentada.

Contudo, numa perspetiva autocrítica, reconhece-se que um acompanhamento mais próximo e um trabalho integrado de equipa, poderiam ter permitido maior aprofundamento em determinados aspetos, nomeadamente na validação intermédia do guião temático e na discussão de opções de objetos que pudessem constituir-se como melhores opções para integrar o trabalho exigido pelo museu. A possibilidade de debate estruturado poderia ter enriquecido o processo interpretativo, introduzindo perspetivas complementares e potenciando ajustes metodológicos. A aduzida limitação não comprometeu a solidez do trabalho realizado, mas constitui elemento a considerar na análise global da experiência.

Importa igualmente reconhecer que a amplitude cronológica do período analisado implicou inevitável seletividade na abordagem de determinados casos. Embora a narrativa construída se apresente coerente, um alargamento temporal do estágio teria permitido aprofundar alguns episódios específicos com maior detalhe contextual. Ainda assim, a gestão do tempo disponível revelou-se, neste pano de

fundo restritivo, adequada, tendo sido cumpridos os prazos e objetivos definidos.

No plano pessoal e profissional, o estágio constituiu um momento de enorme contribuição para a consolidação identitária enquanto futura profissional na área do património cultural. A articulação entre formação em Antropologia e especialização em História e Patrimónios demonstrou-se produtiva, uma osmose perfeita, permitindo conjugar análise histórica rigorosa com sensibilidade às dinâmicas institucionais e simbólicas do museu. A experiência reforçou a convicção de que o trabalho no setor cultural-patrimonial exige não apenas amplo conhecimento técnico, mas também capacidade crítica, adoção de dinamismo, resiliência e responsabilidade ética na construção de narrativas públicas e na defesa transversal do legado cultural.

Destaca-se a importância de procurar, desde fases embrionárias, mecanismos formais e substantivos, que permitam a validação externa do trabalho desenvolvido, bem como a necessidade de documentar de forma ainda mais sistemática e alicerçada de determinadas decisões interpretativas. Estas aprendizagens constituem contributo relevante para o aperfeiçoamento de práticas profissionais futuras.

Em termos globais, considera-se que o estágio cumpriu a sua função formativa e científica, permitindo integrar investigação académica, reflexão museológica e prática institucional num projeto coerente e fundamentado. A experiência tornou evidente a capacidade de adaptação a contextos reais de trabalho, rigor na análise histórica e maturidade na gestão de constrangimentos. Mais do que um requisito curricular, o estágio foi marcante e representou um momento estruturante no percurso académico e profissional, adquirindo e consolidando competências e clarificando a orientação futura no domínio do património cultural.

Reflexões críticas

A experiência de estágio permitiu compreender de forma mais aprofundada o papel do museu enquanto espaço de articulação entre património, conhecimento e sociedade. Para além das dimensões técnicas e científicas, tornou-se evidente a importância da sua função educativa e social, tal como evidenciado por Mendes, que destaca o contributo dos museus para a formação de cidadãos críticos e culturalmente informados[82]. Esta perspetiva reforça a necessidade de pensar os museus não apenas como espaços de conservação, mas como instituições ativas na construção de significados e na valorização da memória coletiva.

A investigação sobre os visitantes ilustres do museu entre 1905 e 1940 tornou particularmente evidente que a atribuição de relevância histórica é sempre resultado de processos de seleção e

[82] O autor destaca o contributo dos museus para a formação de cidadãos culturalmente conscientes, evidenciando a sua função na educação não formal e na promoção de uma relação ativa entre os indivíduos e o património cultural (Mendes, 2013, p. 9).

enquadramento. Como sublinha Laurajane Smith (2006), o património deve ser entendido como prática cultural discursiva, sustentada por aquilo que designa como *Authorized Heritage Discourse*, um conjunto de pressupostos institucionais que legitima determinadas versões do passado em detrimento de outras. A própria categoria de "ilustre", mobilizada no projeto, não se constitui como um dado objetivo, mas efetivamente como uma construção histórica dependente de critérios políticos, sociais e simbólicos específicos. Esta consciência impôs uma abordagem prudente, evitando naturalizar hierarquias herdadas do contexto de produção dos registos institucionais.

Do ponto de vista antropológico, o museu pode ser interpretado como um campo social estruturado por relações de poder e autoridade simbólica. Pierre Bourdieu (1992) demonstra que as instituições culturais participam na reprodução de capital simbólico, funcionando como espaços de consagração e legitimação. A presença de determinadas figuras políticas ou diplomáticas no museu ao longo das primeiras décadas do século XX pode, assim, ser compreendida somente como evento protocolar, mas como ato performativo de reconhecimento mútuo entre instituição e poder político. O museu não apenas recebia essas visitas; era simultaneamente reconhecido por elas como espaço de representação legítima da cultura nacional.

A leitura antropológica do museu enquanto "lugar de memória", conceito desenvolvido por Pierre Nora (1984), revelou-se igualmente pertinente. O Museu Nacional dos Coches, criado ainda em contexto monárquico e posteriormente integrado na República, perpassando também o Estado Novo, constitui um espaço onde diferentes regimes projetaram continuidades simbólicas. A salvaguarda das viaturas régias e a manutenção da sua exposição pública atravessaram e coexistiram com mudanças políticas profundas, demonstrando que o património pode funcionar como elemento de estabilidade simbólica em contextos de transformação institucional. Esta continuidade material não é isenta de significado; pelo contrário, sugere a capacidade das instituições culturais para a cada momento se remodelarem e reconfigurarem narrativas sem romper completamente com o passado, bem pelo contrário, conferindo-lhes linhas de continuidade.

A prática desenvolvida durante o estágio reforçou também a compreensão do museu como espaço de mediação interpretativa. Eilean Hooper-Greenhill (2000) sublinha que o museu contemporâneo deixou de ser apenas lugar de acumulação para se tornar espaço de comunicação e construção de significado. A proposta expositiva elaborada evidenciou que qualquer narrativa museológica resulta de escolhas de objetos pertencentes ao acervo do museu que estruturam a experiência do visitante e orientam a leitura do passado. Esta constatação reforça a responsabilidade ética do profissional do património, cuja intervenção não só se direciona para participar diretamente na modelação da memória pública, como se propugna para a adoção a cada momento de atos concretos que

contribuam para a elevação do património cultural, desiderato da profissão.

A experiência ímpar, permitiu ainda confrontar o ideal normativo da museologia contemporânea com as condições concretas de funcionamento institucional. Tony Bennett (1995) argumenta que o museu moderno emergiu como instrumento de governação cultural, integrando-se em estratégias mais amplas de formação cívica e regulação social. Embora o contexto contemporâneo seja distinto, permanece a dimensão institucional que articula missão científica, políticas públicas e gestão administrativa. O contacto quotidiano com a estrutura organizacional do museu tornou evidente que a produção de conhecimento e a inovação expositiva se desenvolvem num quadro de constrangimentos materiais que moldam as possibilidades de intervenção.

A partir de uma perspetiva antropológica mais ampla, a experiência reforçou a importância da "descrição densa" proposta por Clifford Geertz (1973), no sentido de compreender o museu não apenas como entidade formal, mas como sistema cultural dotado de rituais, práticas e significados próprios. A observação das dinâmicas institucionais evidenciou que decisões aparentemente técnicas se encontram imbricadas em estruturas simbólicas e organizacionais complexas.

Conclusão final

O estágio curricular desenvolvido no Museu Nacional dos Coches constituiu uma etapa determinante no processo de consolidação das competências académicas e profissionais adquiridas ao longo do Mestrado em História e Patrimónios. Para além de proporcionar contacto direto com o funcionamento de uma instituição museológica de referência no panorama cultural português, esta experiência permitiu articular investigação histórica, reflexão teórica e prática museológica num exercício interdisciplinar particularmente enriquecedor, que constitui em si um mote para um percurso profissional.

A investigação realizada incidiu sobre a identificação e contextualização das visitas de personalidades ilustres ao Museu Nacional dos Coches entre 1905 e 1940, período marcado por profundas transformações políticas, sociais e culturais em Portugal. A análise das fontes documentais revelou que o museu desempenhou, desde a sua fundação, um papel que ultrapassa a mera função de preservação patrimonial. Ao acolher figuras de relevo da vida política, diplomática e cultural, a instituição afirmou-se também como espaço de representação simbólica, integrando-se nas dinâmicas de afirmação institucional e diplomática que caracterizaram a sociedade portuguesa do início do século XX.

Neste sentido, o estudo das visitas ilustres permitiu compreender o Museu Nacional dos Coches como um lugar de memória onde se cruzam património, poder e representação social. As presenças registadas ao longo das primeiras décadas do século XX evidenciam a forma como o museu se tornou progressivamente um espaço de legitimação cultural, contribuindo para a projeção pública do património régio português mesmo após a transição do regime monárquico para a República. A continuidade da instituição ao longo destes diferentes contextos políticos demonstra a sua vitalidade e capacidade de reatribuição de um valor simbólico no que toca ao património, cuja valorização passou a assentar menos na dimensão estática e mais na sua relevância histórica, artística e cultural.

Do ponto de vista metodológico, a investigação denotou igualmente os desafios inerentes ao trabalho historiográfico em contexto institucional. A fragmentação das fontes, a ausência de registos sistemáticos e a necessidade de verificação cruzada da informação exigiram uma abordagem crítica e rigorosa, baseada na triangulação de dados provenientes de arquivos, imprensa histórica e documentação institucional. Este processo confirmou que a produção do conhecimento histórico implica necessariamente um exercício interpretativo, no qual o investigador deve articular análise documental, enquadramento teórico e contextualização histórica.

A elaboração de um guião temático para uma eventual exposição temporária constituiu uma das dimensões mais relevantes do estágio e um desafio de relevo, permitindo transformar os resultados

da investigação histórica em conteúdos passíveis de comunicação museológica. Este exercício evidenciou a importância da mediação cultural na prática museológica contemporânea, demonstrando que a seleção e organização dos conteúdos expositivos correspondem a um processo de construção narrativa que procura tornar o património inteligível e significativo para diferentes públicos.

Por outro lado, a experiência de estágio contribuiu para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas institucionais associadas à gestão do património cultural. A observação do funcionamento interno do museu permitiu reconhecer as complexidades que caracterizam o trabalho em contexto museológico, desde a investigação histórica e documental até às questões de conservação, comunicação e programação cultural.

Em termos conceptuais, a reflexão desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu questionar a própria categoria de "visitantes ilustres". Mais do que uma designação objetiva e estanque baseada exclusivamente na notoriedade individual das figuras identificadas, esta categoria revela-se uma construção interpretativa que resulta da forma como as instituições selecionam e valorizam determinados episódios do seu passado. Assim, o estudo das visitas ilustres não revela apenas a importância das personalidades que passaram pelo museu, mas também a maneira como o próprio museu constrói e projeta a sua memória institucional.

Em suma, o estágio realizado no Museu Nacional dos Coches permitiu desenvolver uma investigação que contribui para aprofundar o conhecimento sobre a história institucional desta importante entidade museológica, ao mesmo tempo que reforça a compreensão do património como processo dinâmico de construção de significados culturais. Ao articular investigação histórica, reflexão teórica e prática museológica, este trabalho procura demonstrar que os museus não são apenas depositários de objetos do passado, mas espaços ativos de produção de memória, interpretação histórica e construção cultural. Neste sentido, o Museu Nacional dos Coches revela-se não apenas um espaço de preservação de objetos históricos, mas um lugar onde o passado é continuamente reinterpretado à luz do presente. A investigação desenvolvida ao longo deste estágio procurou precisamente contribuir para essa reflexão, demonstrando que o património museológico não constitui apenas memória material, mas também um campo dinâmico de construção histórica, cultural e simbólica, que se redimensiona no quadro temporal com introdução constante de variáveis que exigem dos seus profissionais uma constante aprendizagem e um compromisso inabalável para com os idiossincráticos valores.

Bibliografia

Fontes Primárias

Couto, J. (1939). *Relatório sobre os Museus Nacionais de Arte Antiga e dos Coches (1936–1938)*. Lisboa: Arquivo do Museu Nacional dos Coches.

Diário do Governo. (1911–1943). *Diversos decretos e portarias entre 1911 e 1943*. Lisboa.

Freire, L. M. (Dir.). (1923). *Museu Nacional dos Coches (e de indumentária dos séculos XVII, XVIII e XIX): Catálogo descritivo e ilustrado*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Illustração Portugueza. (1905). O Museu dos Coches Reaes no Picadeiro do Real Paço de Belém. *Illustração Portugueza*, 28 de agosto de 1905.

Keil, L. (1944). *Relatórios do Museu Nacional dos Coches (1935–1943)*. Lisboa: Arquivo do Museu Nacional dos Coches.

Fontes Secundárias

Antunes, M. (2015). *Museologia em Portugal: História, políticas e práticas*. Lisboa: Edições Colibri.

Antunes, M. (2015). Pelos caminhos da museologia em Portugal. *Revista Iberoamericana de Turismo*, Número Especial, 142–156.

Bennett, T. (1995). *The birth of the museum: History, theory, politics*. London: Routledge.

Bessone, S. (Coord.). (1995). *De picadeiro a museu, de museu a picadeiro*. Lisboa: Instituto Português de Museus / Museu Nacional dos Coches.

Bourdieu, P. (1979). *La distinction: Critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit.

Brigola, J. (2003). *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Brulon Soares, B. (2015). Nova museologia e museologia social: Perspetivas para o século XXI. *Museologia & Interdisciplinaridade*, 4(7), 11–28.

Burke, P. (2001). *History and social theory*. Cambridge: Polity Press.

Cardoso, I. V. (2011). *História e museologia: Temas e percursos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Carrilho, A. J. B. (2018). *História dos museus em Portugal durante a 1.ª República*. Lisboa: Caleidoscópio.

Choay, F. (2001). *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70.

Correia, C. M. L. (2014). *As reservas na conservação preventiva de bens culturais: O Museu*

Nacional dos Coches e as reservas do novo edifício [Dissertação de mestrado, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do ISCTE. http://hdl.handle.net/10071/8821

Dargent, A. R. E. (2019). *Como conservar uma coleção "sobre rodas"? As coleções do Museu Nacional dos Coches: Testemunho de uma mudança* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa].

Desvallées, A., & Mairesse, F. (2010). *Conceitos-chave de museologia*. Lisboa: ICOM Portugal.

Duncan, C. (1995). *Civilizing rituals: Inside public art museums*. London: Routledge.

Ferreira, M. J. (2009). A política do património no Estado Novo: Instituições, discursos e práticas. *Revista de História da Arte*, 6, 67–81.

Figueiredo, J. de. (1933). *A arte e a nação*. Lisboa: Ministério da Instrução Pública.

Geertz, C. (1973). *The interpretation of cultures*. New York: Basic Books.

Halbwachs, M. (1950). *La mémoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France.

Halbwachs, M. (1992). *On collective memory*. Chicago: University of Chicago Press.

Hooper-Greenhill, E. (2000). *Museums and the interpretation of visual culture*. London: Routledge.

Leal, J. (2012). *Museus e nação em Portugal (1910–1940)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Leal, J. (2015). *Património e identidade nacional em Portugal (1890–1940)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Macdonald, S. (Ed.). (2011). *A companion to museum studies*. Oxford: Wiley-Blackwell.

Mattoso, J. (Dir.). (1993). *História de Portugal: O liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa.

Melo, D. (2001). *A cultura do Estado Novo (1930–1960)*. Lisboa: Universidade Aberta.

Müller, T. W. (2006). Agora a capturamos, ó alta duquesa: A princesa Mathilde da Saxônia pintou o retábulo da igreja de Mackenrode. *Eichsfelder Heimatzeitschrift, 50*, 156–160.

Nora, P. (1984). Entre mémoire et histoire: Les lieux de mémoire. In P. Nora (Dir.), *Les lieux de mémoire* (pp. XVII–XLII). Paris: Gallimard.

Pearce, S. (1992). *Museums, objects and collections: A cultural study*. Leicester: Leicester University Press.

Pimentel, C. (2005). *O sistema museológico português (1833–1931)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Ramos, R. (2001). *A segunda fundação (1890–1926)*. Lisboa: Editorial Estampa.

Ribeiro, M. A. P. de M. (2008). *Museu Nacional dos Coches: História e coleções*. Lisboa:

Instituto dos Museus e da Conservação.

Rollo, M. F., Queiroz, M. I., Brandão, T., & Salgueiro, Â. (2012). *Ciência, cultura e língua em Portugal no século XX*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Rosas, F. (2012). *Salazar e o poder: A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta-da-China.

Rosas, F. (2020). *Portugal no século XX*. Lisboa: Tinta da China.

Santos, M. J. (2010). Museus, património e identidade nacional: O papel dos museus na política cultural do Estado Novo. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 10, 123–140.

Santos Silva, C. (2023). *Portugal no século XX – os anos 30*. Lisboa: Book Cover.

Serrão, V. (2003). A museologia em Portugal: Percursos e desafios. *Museologia.pt*, 1, 19–31.

Silva, R. H. da. (1999). O Museu dos Coches e o Picadeiro Real: Um lugar de memória. *Museus e Monumentos*, 5, 23–35.

Silva, R. H. da. (2012). Museu Nacional de Arte Contemporânea / Museu do Chiado. *SIAM. Series Iberoamericanas de Museología*, 6, 77–88.

Smith, L. (2006). *Uses of heritage*. London: Routledge.

Sousa, B. V. (2011). *D. Manuel II*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Torgal, L. R. (2009). *A Primeira República Portuguesa: Entre o liberalismo e o autoritarismo*. Lisboa: Edições Colibri.

Torgal, L. R. (2009). *Ideologia e política cultural do Estado Novo*. Coimbra: Almedina.

Torgal, L. R. (2010). *A cultura e o Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Torgal, L. R. (2010). *A Primeira República e a cultura*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Sitografia

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2025). *Inventário online e orientações de pesquisa*. https://antt.dglab.gov.pt

Direção-Geral do Património Cultural. (2025). *Museu Nacional dos Coches: História e coleções*. https://museudoscoches.gov.pt

Direção-Geral do Património Cultural. (s.d.). *Museu Nacional dos Coches: Missão e funções*. https://www.patrimoniocultural.gov.pt

Revista Visão. (2017). *A Exposição do Mundo Português e a propaganda do Estado Novo*. https://visao.pt

Arquivo Municipal de Lisboa. (1905–1920). *Registos fotográficos de visitas oficiais a*

Portugal. Arquivo Municipal de Lisboa.

CPDOC-FGV. (s.d.). *Biografias de Hermes da Fonseca e Epitácio Pessoa*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

Deutsche Biographie. (s.d.). *Entradas biográficas diversas*.

Encyclopaedia Britannica. (s.d.). *Entradas biográficas diversas*.

Museu da Presidência da República. (s.d.). *Hermes da Fonseca e o último banquete da monarquia portuguesa*.

Anexos

Documento 1- *Screenprint* do plano de estágio realizado no decorrer do mesmo.

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, ARTES E HUMANIDADES

MESTRADO EM HISTÓRIA E PATRIMÓNIOS
UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA "LUÍS DE CAMÕES"

Relatório de Estágio

Pesquisa sobre os Visitantes ilustres do Museu dos Coches (1905 – 1940)

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em História e Patrimónios

Autora: Ana Rita Fialho Silveira Piedade

Orientadora: Professora Doutora Aline Gallasch-Hall de Beuvink

Orientadora de Estágio: Doutora Rita Azevedo

Número da candidata: 30012326

Janeiro de 2025

Lisboa

1

Índice

1.- TEMA 3

2.- DELIMITAÇÃO 7

3.- FORMULAÇÃO DOS PROBLEMAS 8

4.- OBJETIVOS 9

5.- JUSTIFICAÇÃO 10

6.- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 11

7.- METODOLOGIA 13

8.- CRONOGRAMA 14

9.- ÍNDICE OU SUMÁRIO PROVISÓRIO DO RELATÓRIO 14

10.- FONTES E BIBLIOGRAFIA 15

ANEXOS 19

1.- TEMA

O Estágio Curricular realizado no Museu Nacional dos Coches, concretizado no âmbito do Mestrado em História e Patrimónios, teve como principal intuito a pesquisa de um tema cuidadosamente delineado, de modo a responder às necessidades específicas da referida instituição museológica. Desenvolvido ao longo de três meses, o estágio reflete o trabalho de pesquisa realizado, centrando-se no levantamento e identificação das "personalidades" ilustres que visitaram o Museu Nacional dos Coches, entre 1905 e 1940. Este intervalo temporal é particularmente significativo, dado o contexto de profundas transformações políticas, sociais e culturais ocorridas em Portugal.

Desde a sua fundação, a 23 de maio de 1905, no antigo Picadeiro Real, o atual Museu Nacional dos Coches consolidou-se como uma das mais prestigiadas instituições museológicas em Portugal. Cumprindo a missão de preservar, investigar e divulgar um dos mais notáveis acervos de coches reais a nível mundial, o Museu destaca-se não apenas pela riqueza do seu Património, mas também pelo papel desempenhado na valorização da memória histórica nacional.

A coleção foi reunida por iniciativa da Rainha D. Amélia de Bragança (1889-1908), cuja visão esteve alicerçada na salvaguarda dos coches enquanto testemunhos de um modo de transporte sofisticado e como expoentes do esplendor artístico e técnico característicos do Antigo Regime. Simultaneamente, os coches reforçavam a grandiosidade simbólica da Casa Real Portuguesa, cuja magnificência a soberana procurou perpetuar. Desde o início, a instituição conquistou notabilidade, atraindo um público eclético, que incluía membros da realeza, diplomatas estrangeiros, intelectuais e dignitários eclesiásticos.

O período em análise (1905-1940) reveste-se de particular relevância, dado que compreende acontecimentos determinantes para a transformação da sociedade e da política portuguesa, reflexos que se manifestaram também na história do Museu. Entre 1905 e 1910, o Museu, então designado Museu dos Coches Reais, desenvolveu um programa específico, ainda sob a égide das ideias da Rainha D. Amélia e sob a direção de Alfredo de Albuquerque (1875- ?), Tenente-Coronel e Estribeiro-Menor da Casa Real. Este programa visava não apenas a exibição de objetos emblemáticos e das características distintivas da Casa Real, mas também a valorização do seu quadro pessoal, mesmo que reduzido (BESSONE, 1998; MACHUQUEIRO, 2013).

Em 1906, a coleção principal do Museu foi apresentada pela primeira vez além-fronteiras, cumprindo um dos objetivos estratégicos delineados, o que contribuiu para o aumento do número de visitantes e para a relevância institucional. A partir de 1908, a mudança de nomenclatura para Museu Nacional dos Coches Reais assinala uma nova etapa. Esta alteração não se limitou à designação, implicando mudanças internas e legais, destacando-se a transferência da propriedade dos objetos expostos da Casa Real para o próprio Museu. Este facto marcou o início de um afastamento progressivo do envolvimento régio na gestão museológica (BESSONE, 1998).

A demissão de Alfredo de Albuquerque, ocorrida pouco depois, acentuou ainda mais esta transição, com Luciano Freire (1864-1934), um prestigiado pintor português, assumindo a direção de forma provisória, inaugurando um novo ciclo na administração e na orientação estratégica da instituição (BESSONE, 1998; CORREIA, 2014; PINHO, 2004).

Com a Implantação da República, em 1910, o Museu Nacional dos Coches enfrentou novas dinâmicas, no sentido em que deixaram de recorrer à coleção do Museu sempre que ocorria um evento público, marcando o final de um regime.

O fim da soberania real e da sua representatividade determinou que as peças expostas deixassem de ser utilizadas durante mais de uma década, simbolizando o rompimento com as práticas do regime monárquico (BESSONE, 1998).

Em finais de maio de 1911, o governo republicano implementou a primeira grande medida de salvaguarda do património edificado e museológico, com a criação de três circunscrições artísticas: Lisboa, Coimbra e Porto. Nessas sedes, passaram a funcionar Conselhos de Arte e Arqueologia, cuja responsabilidade incluía a proteção dos monumentos e a gestão dos museus. A partir deste momento, os museus começaram a ser concebidos como instrumentos de ensino artístico e a integrar-se no sistema educativo nacional. Contudo, estas medidas legislativas nem sempre foram acompanhadas dos recursos orçamentais necessários para a sua concretização (BESSONE, 1998; CORREIA, 2014; COSTA, 2020).

O então Museu Nacional dos Coches Reais foi integrado na primeira circunscrição territorial e obteve um novo Regulamento Interno. Simultaneamente, no contexto da separação entre o Estado e as Igrejas, muitas carruagens e coches

provenientes de conventos e casas religiosas extintas foram depositados no Palácio de Belém, juntamente com outras já pertencentes ao espólio do Museu, ficando sob a alçada do Ministério do Interior (BESSONE, 1998).

Apesar das adversidades, o diretor Luciano Freire (1864-1934) demonstrou grande capacidade de adaptação às profundas alterações no panorama museológico, conseguindo ampliar o acervo, recuperar peças para exposição e promover campanhas de beneficiação e embelezamento do edifício. A partir de 1920, verificou-se a reintegração de muitas peças, anteriormente imobilizadas, em eventos sociais e cerimónias de Estado, reforçando o protagonismo do Museu na vida cultural e política do País (BESSONE, 1998).

Em 1931, o Museu sofreu importantes alterações decorrentes da publicação dos Decretos-Lei de 27 de junho e de 7 de março do ano seguinte. Estas medidas legislativas determinaram a extinção dos Conselhos de Arte e Arqueologia, centralizando as funções técnico-administrativas num único órgão consultivo vinculado ao Ministério da Instrução Pública, o Conselho Superior de Belas-Artes. Paralelamente, foi implementada uma nova categorização dos museus nacionais, dividindo-os em três categorias distintas. Na primeira categoria, correspondente aos Museus Nacionais, ficaram incluídos o Museu Nacional de Arte Antiga, o Museu Nacional de Arte Contemporânea e o Museu Nacional dos Coches (BESSONE, 1998; COSTA, 2020).

Esta nova designação conferiu ao Museu um peso institucional ainda maior, consolidando-o como um espaço de interesse e prestígio, não apenas para personalidades ligadas à administração pública, mas também para intelectuais, artistas e visitantes estrangeiros interessados no estudo e na compreensão do património histórico e cultural português. As visitas realizadas por diplomatas e políticos estrangeiros, ao longo deste período, reforçaram o papel do Museu Nacional dos Coches como um dos mais emblemáticos pontos de referência cultural e diplomática do País.

A partir de 1933, com a consolidação do regime do Estado Novo, o Museu Nacional dos Coches Reais passou a ser dirigido, interinamente, por José de Figueiredo (1872-1937)[1], que acumulava esta função com o cargo de Secretário-Geral do Ministério

[1] Foi o primeiro diretor do Museu Nacional de Arte Antiga (antigo Museu das Janelas Verdes) e, ao longo da sua vida, adquiriu diversos artefactos que integram o espólio desta instituição. A sua incansável pesquisa e dedicação à procura de obras de arte portuguesa no estrangeiro consolidaram-no como uma figura de

da Instrução Pública. Nos dois anos subsequentes, verificou-se uma perda de autonomia desta instituição, que foi anexada ao antigo Museu das Janelas Verdes, originando os Museus Nacionais de Arte Antiga. Esta nova estrutura foi inicialmente dirigida de forma conjunta por João Couto (1892-1968)[2], um historiador de arte, especialista em pintura portuguesa.

Entretanto, o Museu Nacional dos Coches Reais ficou sob a responsabilidade do conservador Luís Keil (1881-1947)[3] a partir de 1938, garantindo-se, posteriormente, a recuperação da sua autonomia. Esta evolução institucional demonstra as complexas mudanças administrativas e organizacionais enfrentadas pelos museus nacionais durante o período (BESSONE, 1998).

Apesar da debilidade administrativa que caracterizou o Museu durante este período, evidenciada pelo reduzido número de peças integradas no seu acervo, a instituição manteve um certo prestígio. Este facto tornou-se evidente nas visitas realizadas por diversas personalidades políticas e culturais de destaque, tanto a nível nacional como internacional. Entre os visitantes ilustres destacaram-se estadistas, membros de famílias reais em exílio, intelectuais estrangeiros e representantes de regimes aliados do Estado Novo, reforçando assim a importância simbólica e diplomática do Museu Nacional dos Coches enquanto espaço de memória e representação cultural.

A presente investigação, realizada no âmbito do estágio realizado, tem como principal objetivo a compilação e análise de dados relativos ao tema, com vista à conceção de uma futura exposição no Museu Nacional dos Coches, dedicada aos visitantes ilustres que marcaram a sua história entre 1905 e 1940. Neste sentido, o trabalho desenvolveu-se em torno da elaboração de um guião temático para a exposição, acompanhado pela criação de uma lista detalhada de documentos e respetivos locais de origem,

grande relevância na história da museologia em Portugal.

[2] Possuiu um papel determinante na modernização da museologia em Portugal, destacando-se como diretor do Museu Nacional de Arte Antiga (1938-1962). Durante a sua gestão, criou o primeiro Serviço de Extensão Escolar e impulsionou a implementação de serviços educativos em diversos museus. Inspirado em modelos internacionais, defendeu uma abordagem pedagógica inovadora, promovendo uma articulação mais estreita entre os museus e as instituições de ensino.

[3] Foi um importante conservador de arte português, com uma contribuição significativa para a organização do Museu Nacional de Arte Antiga, em parceria com José de Figueiredo. Autor de uma vasta obra de investigação e crítica artística, desempenhou um papel crucial na promoção e no estudo do património artístico de Portugal.

indispensáveis à integração no projeto expositivo. Paralelamente, procedeu-se à execução das legendas e dos descritivos das peças a serem apresentadas, garantindo a coerência e o rigor na interpretação histórica das mesmas.

Para além disso, importa salientar a dimensão simbólica do Museu Nacional dos Coches enquanto espaço de convergência entre diferentes regimes políticos e culturais. Ao salvaguardar um acervo intimamente ligado ao passado régio de Portugal, esta instituição museológica assumiu-se como uma ponte entre distintas épocas históricas, atraindo um público diversificado que procurava compreender e celebrar a evolução histórica, técnica, científica, artística de um País em permanente transformação. Esta dualidade, caracterizada pela preservação do património histórico e pela adaptação às exigências e expectativas contemporâneas, revelou-se um elemento crucial para a manutenção da relevância e do prestígio do Museu ao longo do tempo.

Neste contexto, o período de 1905 a 1940 proporciona uma oportunidade singular para compreender as relações entre o Museu e a sociedade. Através da investigação das visitas de personalidades ilustres (Monarcas, Elementos relevantes da Corte, Arquitetos, Artistas, Imperadores, Intelectuais, Diplomatas) torna-se possível delinear um panorama que não só evidencia a importância cultural da instituição, mas também ilustra o modo como o Museu contribuiu para a reflexão e para a formação da perceção do património português ao longo de diferentes momentos da história nacional, alinhando-se, assim, com o papel desempenhado por outras instituições contemporâneas.

2.- DELIMITAÇÃO

As atividades de pesquisa desenvolvidas ao longo do estágio no Museu Nacional dos Coches, de 7 de outubro de 2024 a 29 de janeiro de 2025, com uma carga horária de dois dias semanais, totalizando sete horas, sob a orientação da Professora Doutora Aline Gallasch-Hall de Beuvink e da Doutora Rita Azevedo, encontram-se limitadas ao período compreendido entre 1905 e 1940. Assim, o trabalho de estágio, tanto presencial quanto remoto, permitiu a realização de uma pesquisa aprofundada e análise documental de grande envergadura, incluindo arquivos digitais, digitalização de jornais e outros estudos realizados sobre a instituição.

O relatório de estágio pretende descrever pormenorizadamente o trabalho realizado durante o tempo de estágio e aprofundar os resultados obtidos através da pesquisa, focando-se na procura de personalidades ilustres que visitaram o Museu Nacional dos Coches entre os anos de 1905 e 1940, com o objetivo de integrar uma futura exposição temporária, abrangendo todos os requisitos necessários para a sua realização. O principal intuito é compreender o impacto que estas visitas oficiais tiveram no fortalecimento da posição do Museu enquanto um centro cultural de grande relevância, e explorar outras eventuais interações entre os visitantes e o acervo da instituição, destacando a influência dessas personalidades na construção da identidade museológica do Museu, com base na comprovação documental.

3.- FORMULAÇÃO DOS PROBLEMAS

Anteriormente ao início da pesquisa propriamente dita, foi imprescindível refletir sobre as questões centrais que viriam a orientar este trabalho. A análise do tema "Os visitantes ilustres do Museu Nacional dos Coches entre 1905 e 1940", bem como o estudo das fontes que sustentam esta pesquisa, suscitou diversos problemas.

O primeiro diz respeito à identificação das personalidades que, de facto, foram consideradas visitantes ilustres[4] do Museu. Ou seja, torna-se necessário apurar quais foram as figuras ligadas à cultura, à história, à política e às questões sociais que visitaram o espaço museológico durante o período em questão. Esta pergunta envolve uma busca detalhada por documentos e registos que permitam traçar o perfil dessas figuras e compreender o seu vínculo com o Museu.

Outra questão relevante prende-se com a análise da dinâmica das relações entre o Museu e esses visitantes. Importa compreender de que forma o Museu se relacionava com essas personalidades, seja formal ou informalmente, e como a natureza destas relações reflete as trocas culturais e diplomáticas de então. É essencial também explorar a relação entre Portugal e os países de origem dos visitantes, assim como as motivações que os levaram a visitar o Museu Nacional dos Coches.

Ademais, surge a necessidade de situar as visitas dentro de um contexto histórico

[4] Termo referido pela supervisora e orientadora de Estágio, Dra. Rita Azevedo.

e social mais amplo. O período de 1905 a 1940 foi marcado por acontecimentos de grande relevância, tanto no âmbito nacional como internacional, e é crucial analisar de que maneira estes eventos influenciaram as visitas oficiais ao Museu. Mais ainda, é importante avaliar o impacto dessas visitas no contexto político e cultural da época.

Por fim, um dos problemas mais relevantes para a investigação é o impacto das visitas ilustres na história do Museu, particularmente no que diz respeito à sua visibilidade cultural e à promoção do seu acervo como elemento patrimonial. Como é que as visitas dessas personalidades contribuíram para a afirmação da identidade do Museu, tanto no contexto nacional como internacional? Esta questão está intimamente ligada à análise do efeito das visitas na preservação do acervo do Museu, bem como nas iniciativas de reestruturação e modernização do espaço museológico ao longo do tempo.

Estas questões centrais serão as guias principais para a análise e pesquisa aprofundada do tema, permitindo uma melhor compreensão do papel e da importância do Museu Nacional dos Coches na leitura identitária da história cultural de Portugal no início do século XX.

4.- OBJETIVOS

O estágio teve como objetivos principais a integração numa experiência prática aprofundada, enquanto estagiária, complementando a formação académica no campo da História e Patrimónios. No fundo, este estágio teve o objetivo de desenvolver competências a nível de pesquisa histórica, com enfoque nas visitas ilustres ao Museu Nacional dos Coches entre 1905 e 1940. Neste sentido, foi realizada uma pesquisa detalhada sobre estas visitas, analisando fontes documentais relevantes.

Outro objetivo essencial passou por proporcionar, através dos meios e fontes do Museu, uma oportunidade para a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do Mestrado, permitindo a exploração da investigação histórica dentro de um contexto museológico, aprofundando o entendimento no que respeita às práticas de gestão de arquivos e fontes documentais.

Além disso, o estágio permitiu a compreensão de uma forma mais abrangente do funcionamento interno de um Museu Nacional, incluindo os processos de investigação,

conservação e gestão de património cultural. Por outro lado, com estes objetivos, era expectável que efetivamente houvesse uma contribuição para a historiografia do Museu Nacional dos Coches, através de um estudo que acrescentasse valor ao conhecimento existente sobre a instituição, particularmente sobre as visitas ilustres e a sua relevância para a história do Museu.

Por fim, o estágio cumpriu o objetivo de proporcionar um maior desenvolvimento de competências de redação académica e análise histórica, através da elaboração de um relatório final que sintetizasse o trabalho realizado durante o estágio. Deste modo, o relatório é o espelho da reflecção e aplicação das metodologias de pesquisa, os resultados obtidos e as conclusões retiradas a partir do tema, contribuindo, assim, para a consolidação das competências fundamentais para o percurso académico e profissional.

5.- JUSTIFICAÇÃO

A realização do estágio no Museu Nacional dos Coches constituiu uma oportunidade para o aprofundamento da formação adquirida no âmbito do Mestrado em História e Patrimónios, integrando a investigação académica com a prática museológica. Esta experiência proporcionou um contacto direto com o acervo museológico e com a dinâmica de uma instituição de referência, elementos fundamentais para o desenvolvimento das competências técnicas e científicas que serão cruciais para a futura inserção no mercado de trabalho.

A investigação centrada nos visitantes ilustres do Museu entre 1905 e 1940 não só refletiu a pesquisa histórica necessária para compreender a evolução e importância do Museu, mas também esteve alinhada com a criação de uma exposição temporária. Esta pesquisa contribui para a valorização e divulgação de uma parte essencial do património cultural português. A realização desta investigação permitiu aprofundar o conhecimento na área da Museologia, ao mesmo tempo que possibilitou a aplicação de metodologias específicas dentro de um contexto real, abrangendo desde a pesquisa inicial até o planeamento e a curadoria de conteúdos.

Além disso, o estágio ofereceu uma excelente oportunidade de colaboração com profissionais do setor, mais especificamente com o Serviço Educativo, do qual fez parte a supervisora e orientadora interna, Doutora Rita Azevedo. Este ambiente permitiu a

consolidação da capacidade de trabalho em equipa e proporcionou desafios práticos no que diz respeito à gestão e exposição das informações produzidas no âmbito do estágio.

A investigação sobre os visitantes ilustres do Museu Nacional dos Coches entre 1905 e 1940 foi orientada por diversos fatores de caráter histórico, patrimonial e coletivo. O estudo permitiu perceber o Museu como um espaço simbólico que contribuiu para a afirmação de uma identidade cultural e patrimonial no período em análise. As visitas de figuras de relevo podem ser vistas como um fator de projeção do Museu enquanto detentor de um património único e relevante, tanto a nível nacional quanto internacional.

Adicionalmente, a pesquisa abordou a conceção do Museu não apenas como um espaço de preservação de objetos históricos, mas também como uma instituição que constrói narrativas e legitima discursos sobre períodos específicos da história e da cultura portuguesa. A investigação sobre os visitantes ilustres suscitou ainda questões de caráter sociológico, refletindo sobre o impacto dessas visitas na diplomacia cultural, nas relações diplomáticas e nas alianças políticas, evidenciando a importância social dessas figuras.

A análise da política internacional e da diplomacia cultural do período também forneceu uma base teórica significativa. As visitas de chefes de Estado, membros da realeza e outras figuras de destaque foram cruciais para a interpretação das estratégias utilizadas na promoção da imagem de Portugal e no fortalecimento das relações internacionais. Por fim, a dimensão coletiva do estudo revelou-se igualmente relevante, pois as visitas ilustres contribuíram para a construção de uma memória partilhada, enaltecendo momentos, personalidades e valores fundamentais associados ao património e à identidade nacional.

Estas perspetivas teóricas fundamentam a relevância do tema investigado, oferecendo uma estrutura interpretativa robusta que explica os motivos e as finalidades da pesquisa, e destacam a importância das visitas ilustres para o reconhecimento do Museu e para a afirmação do património cultural português no cenário internacional.

6.- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O estudo dos visitantes ilustres do Museu Nacional dos Coches entre 1905 e 1940 integra-se numa abordagem interdisciplinar que combina elementos da história

cultural, da história social e da museologia, oferecendo uma visão holística sobre a importância do Museu no contexto histórico e cultural do início do século XX. Inaugurado em 1905 por iniciativa da Rainha D. Amélia, o Museu Nacional dos Coches representa um marco significativo na história museológica de Portugal, destacando-se pela inovação do seu acervo, centrado numa coleção única de viaturas reais, e pelo papel que desempenhou na afirmação do prestígio da monarquia e, mais tarde, da República.

A presença de visitantes ilustres no museu foi particularmente relevante para a projeção simbólica e diplomática da instituição. Esta pesquisa é fundamental para compreender o impacto cultural e social do Museu Nacional dos Coches no contexto das primeiras décadas do século XX, à medida que o Museu se tornou não só um espaço de preservação de património, mas também um ponto de encontro de importância política e diplomática. As visitas dessas personalidades ilustres serviram como um meio de divulgação e reforço da imagem institucional e cultural de Portugal, contribuindo para a sua afirmação tanto a nível nacional quanto internacional.

De acordo com teorias clássicas da museologia, os museus desempenham um papel central não só na preservação de objetos históricos, mas também na construção de narrativas e na mediação da história e da cultura de uma nação (BOURDIEU, 1979; DUNCAN, 1995). Estes espaços não são apenas passivos repositórios de artefactos, mas atuam como pontos de interação entre o público e o património cultural, refletindo os valores e as prioridades da sociedade ao longo do tempo. No caso do Museu Nacional dos Coches, a sua função como uma das vitrinas do património português e como espaço de hospitalidade oficial foi reforçada pelas visitas de figuras de destaque, que contribuíram para a sua visibilidade e prestígio.

A análise de fontes documentais e fotográficas, provenientes de arquivos como o Arquivo da Torre do Tombo, o Arquivo Municipal de Lisboa e de Cascais, a Hemeroteca Digital, a Presidência da República e jornais como o *Diário de Lisboa* e *O Século*, permitiu verificar a presença de diversas personalidades ilustres no museu. No entanto, a investigação encontrou limitações devido à falta de informação mais concreta sobre as visitas realizadas, especialmente em relação à confirmação de visitas específicas ao Museu Nacional dos Coches. Muitas vezes, as visitas de figuras com cargos e importâncias distintas, restringiam-se a outros pontos de Belém ou a diferentes áreas de Lisboa, o que dificultou a verificação de sua presença no museu, contribuindo para as

dificuldades de confirmar a extensão dessas visitas e o seu impacto direto na história da instituição.

Apesar dessas dificuldades, os registos documentais e fotográficos encontrados fornecem evidências valiosas para a compreensão da importância simbólica dessas visitas e da relação do museu com a sociedade portuguesa e com a diplomacia internacional da época. A investigação contribui, assim, para preencher uma lacuna na historiografia do Museu Nacional dos Coches, destacando o papel das visitas ilustres no fortalecimento da sua identidade institucional e na promoção do património cultural português no cenário global.

7.- METODOLOGIA

A metodologia adotada no decorrer do estágio pode ser dividida em três partes: a investigação do tema, organização das informações recolhidas e execução das tarefas pretendidas pela instituição.

Na fase de pesquisa, foi realizado um levantamento de fontes primárias e secundárias, maioritariamente relacionadas com o Museu e também com o tema dos visitantes ilustres do Museu Nacional dos Coches, no período entre 1905 e 1940. Este processo incluiu a consulta de documentos históricos, jornais, fotografias, vídeos, áudios, teses e relatórios de estágio realizados por antigos alunos, relacionados com o próprio Museu e com o tema.

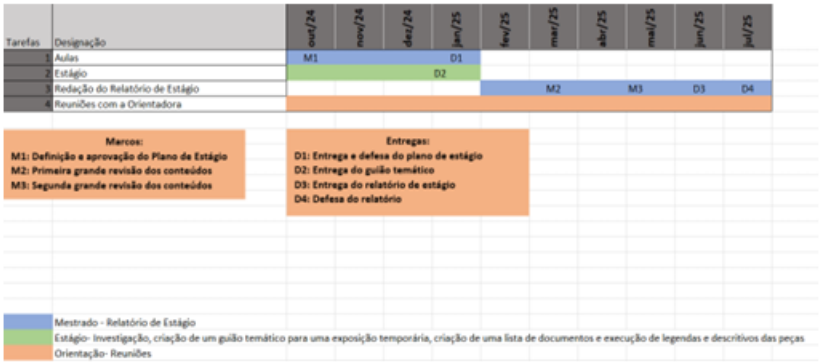
Na fase posterior, durante a análise realizada, foi executado um tratamento e sistematização da informação recolhida, por meio de uma tabela Excel contendo uma base de dados organizada. Esta forma de organização teve como principal intuito a identificação e caracterização de dados considerados mais relevantes para o tema a ser tratado, sendo que, ao longo da pesquisa, também se comprovou que muitos nomes recolhidos efetivamente não se teriam deslocado ao Museu Nacional dos Coches. Assim, houve uma maior dificuldade na identificação dos visitantes do Museu, devido à incerteza e falta de informação sobre a deslocação ao espaço em questão, sem ser apenas uma viagem por Lisboa. Para além disso, este trabalho também incluiu uma seleção de peças relacionadas com os visitantes, uma redação de descrições técnicas e uma organização de

conteúdos destinado à construção de um guião temático que sustente a futura exposição pedida.

Na fase de execução, foi desenvolvido o guião de proposta para exposição temporária, com o apoio de imagens, textos e legendas elaboradas previamente, contando, igualmente, com a parte referente à investigação previamente efetuada ao longo de três meses, articulando as informações selecionadas com o discurso museológico definido.

Ao longo de todo o processo, foi privilegiada a colaboração com a equipa do Museu, assegurando que as metodologias adotadas estariam em conformidade com as práticas e objetivos da instituição. Esta abordagem garantiu um equilíbrio entre a investigação académica e as exigências práticas da museologia, promovendo a integração entre o conhecimento teórico e a aplicação prática. Neste caso, também garantiu o bom funcionamento do processo de investigação e das tarefas subsequentes.

8.- CRONOGRAMA



9.- ÍNDICE OU SUMÁRIO PROVISÓRIO DO RELATÓRIO

O presente trabalho decorre de uma investigação realizada no âmbito de um estágio curricular desenvolvido no Museu Nacional dos Coches, entre outubro de 2024 e janeiro de 2025. O estudo foca-se na identificação e análise das visitas de personalidades ilustres ao Museu entre 1905 e 1940, um período que esteve marcado por profundas mudanças políticas, sociais e culturais em Portugal, influenciando diretamente a trajetória

da instituição.

Fundado em 1905 pela Rainha D. Amélia, o Museu Nacional dos Coches destacou-se desde o início pela preservação de uma coleção única de viaturas reais, atraindo figuras de grande importância, como membros da realeza, diplomatas e intelectuais. Com a Implantação da República em 1910, a instituição enfrentou desafios significativos relacionados com a reestruturação administrativa e mudanças na gestão do Património Nacional, mas conseguiu manter-se como um espaço central na preservação e promoção da história e identidade cultural portuguesa das épocas representadas.

A pesquisa desenvolvida teve como principal objetivo compreender o impacto que estas visitas ilustres tiveram no fortalecimento do papel do Museu como uma instituição cultural relevante, especialmente no contexto das relações diplomáticas e sociais da época. Para isso, foi realizado um levantamento documental exaustivo, que incluiu a análise de fontes primárias e secundárias, culminando na elaboração de um guião temático para uma futura exposição temporária. Através deste trabalho, pretende-se destacar a relevância das visitas de figuras notáveis para a construção e afirmação da identidade do Museu Nacional dos Coches.

Este estudo visa, assim, contribuir para a valorização da história do Museu Nacional dos Coches, proporcionando uma compreensão mais aprofundada do seu papel na promoção do património histórico e cultural português, enquanto reflete a interação entre a preservação da memória histórica e as exigências de uma sociedade em constante transformação.

Palavras-chave: Museu Nacional dos Coches; Visitantes Ilustres; Estágio Curricular; Património; Memória; Iconografia; Arquivo.

10.- FONTES E BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Geral

ALVES, Emiliano Rivello – *Pierre Bourdieu: a distinção de um legado de práticas e valores culturais. Scientific Eletronic Library Online: SCIELO Brasil* [Em linha]. 23:1 (2008) 179-184, atual. jan. 2008 [Consulta 28 nov. 2024]. Disponível em:

https://doi.org/10.1590/S0102-69922008000100009.

BESSONE, S. (coord.) – *De Picadeiro a Museu, De Museu a Picadeiro.* [S.l.]: [s.n.], 1995. p. 10-128.

BESSONE, S. (coord.) – [Lisboa]: imp. Gráfica Gaiadouro, 2015. 107, [1] p.: il.; 21 cm. ISBN 978-989-8456-79-3.

BOURDIEU, Pierre – *Symbolic power. Critique of Anthropology.* Vol. 4, nº 13-14 (1979), p. 77-85.

CADAVEZ, Cândida – António Ferro, um anfitrião na Costa do Sol nos primórdios do Estado Novo. In: *Os 100 anos do Projeto Estoril 1914-2014.* Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2014. p. 49-65. ISBN 978-972-637-270-7.

CORREIA, Cláudia Maria Luís – *As Reservas na Conservação Preventiva de Bens Culturais: o Museu Nacional dos Coches e as Reservas do Novo Edifício.* Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, 2014. p. 2-14.

COSTA, Nuno Miguel Tavares da – *Do exercício moral da consciência: estudos a partir do novo Museu Nacional dos Coches [1917-2017].* Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, 2020. p. 11-60.

DUNCAN, Carol – *Civilizing Rituals. Inside Public Art Museums.* Londres: Routledge, 1995. p. 1, 7-20.

GUEDES, André Rosado – *Ter o Museu na mão. A Tecnologia Beacon no Museu Nacional dos Coches.* Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes, 2018. p. 32-52.

GUERRA, Susana – *O arquivo histórico contra as apropriações simbólicas: as relações entre Portugal e a Tailândia no século XX. Revista Porto.* 3 (2): 58-84, 2013. Disponível em: [Consult. 20 nov. 2024].

MACHUQUEIRO, Pedro Urbano da Gama - *"Nos bastidores da Corte": O Rei e a Casa Real na crise da Monarquia 1889-1908.* Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2013.

MIRANDA, Maria Geralda de; VILLARDI, Raquel Marques *Projeto Horizontes: relação entre capital cultural, na acepção de Bourdieu, e o fracasso escolar. Scientific Eletronic Library Online: SCIELO Brasil* [Em linha]. 25 (2020), p. 1-22, atual. jun. 2020 [Consulta 28 nov. 2024]. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-24782020250025.

NADIR, Mohammed – *As relações diplomáticas entre Portugal e Marrocos do Tratado de Paz (1774) ao Protetorado (1912)*. Dissertação de Doutoramento. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013.

PINHO, Elisa Cristina Carvalho Gomes Garrett – *Proposta de Reprogramação Museológica e de Requalificação do Museu Nacional dos Coches.* Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes, 2004. p. 6-29.

Fontes Digitais:

Arquivo Digital de Coimbra – Disponível em: https://arquivodigital.cm-coimbra.pt/ (Consultado no dia 10 de dez. de 2024).

Arquivo Histórico da Presidência da República – Disponível em: https://www.arquivo.presidencia.pt/ (Consultado no dia 16 de out. de 2024).

Arquivo Histórico de Almada – Disponível em: https://apps.cm-almada.pt/arquivohistorico/ (Consultado no dia 17 de dez. de 2024).

Arquivo Municipal Alberto Sampaio – Disponível em: https://www.arquivoalbertosampaio.org/ (Consultado no dia 17 de dez. de 2024).

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta – Disponível em: https://www.amap.pt/ Consultado no dia 23 de out. de 2024).

Arquivo Municipal de Cascais – Disponível em: https://arquivodigital.cascais.pt/xarqweb/ (Consultado no dia 18 de out. 2024).

Arquivo Municipal de Lisboa – Disponível em: https://arquivomunicipal.lisboa.pt/. (Consultado no dia 8 de out. de 2024 e noutras datas do mesmo mês).

Arquivos da Casa Comum (Fundação Mário Soares) – Disponível em: http://casacomum.org/cc/arquivos. (Consultado no dia 30 de out. de 2024).

Biblioteca de Arte Gulbenkian Digital – Disponível em: https://gulbenkian.pt/biblioteca-arte/ (Consultado no dia 23 de out. de 2024).

Cinemateca Digital Portuguesa – Disponível em: https://www.cinemateca.pt/cinemateca-digital.aspx (Consultado no dia 18 de out. de 2024).

Diário do Governo Digital – Disponível em: https://digigov.cepese.pt/pt/homepage (Consultado no dia 24 de jan. de 2025).

Google Arts & Culture – Disponível em: https://artsandculture.google.com/ (Consultado no dia 15 de dez. de 2024).

Hemeroteca Digital de Lisboa – Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/ (Consultado no dia 20 de out. de 2024).

Museu da Assembleia da República – Disponível em: https://museu.parlamento.pt/ (Consultado no dia 18 de dez. de 2024).

Museu Nacional dos Coches – Disponível em: http://museudoscoches.gov.pt/pt/ (Consultado no dia 11 de dez. de 2024 e noutras datas ao longo do mês).

RAIZ NET- Disponível em: http://raiz.museusemonumentos.pt/ (Consultado no dia 21 de jan. de 2024).

RTP Arquivos – Disponível em: https://arquivos.rtp.pt/ (Consultado no dia 20 de out. de 2024).

RTP Ensina – Disponível em: https://ensina.rtp.pt/ (Consultado no dia 20 de out. de 2024).

Universidade do Porto – Disponível em: https://www.up.pt/portal/pt/ (Consultado no dia 19 de dez. de 2024).

ANEXOS

Determinação: visitantes ilustres	Cargos /Importância	Ano da visita	Motivação	Data
Sr João de Almeida	Ministro das Obras Públicas	1905	Convite por parte da Rainha D. Amélia - inauguração do Museu	Livro
Sr Fernando de Serpa		1905	Convite por parte da Rainha D. Amélia - inauguração do Museu	Livro
Sr Inspetor dos Reais Palácios	Inspetor dos palácios reais	1905	Convite por parte da Rainha D. Amélia - inauguração do Museu	Livro
Alfredo de Albuquerque	Estribeiro-Mor da Casa Real	1905	Convite por parte da Rainha D. Amélia - inauguração do Museu	Livro
	Tenente Coronel		Auxiliou a rainha na realização do projeto	
Sr Severiano Monteiro	Diretor Geral do Ministério das Obras Públicas	1905	Convite por parte da Rainha D. Amélia - inauguração do Museu	Livro
Rosendo da Carvalheira	Arquiteto	1905	Convite por parte da Rainha D. Amélia - inauguração do Museu	Livro
José Malhoa	Pintor	1905	Convite por parte da Rainha D. Amélia - inauguração do Museu	Livro
Francisco Figueira	Tenente	1905	Convite por parte da Rainha D. Amélia - inauguração do Museu	Livro
	Ajudante de Infante D. Afonso			
Sr Falcão Rodrigues		1905	Convite por parte da Rainha D. Amélia - inauguração do Museu	Livro
Frederico Ribeiro	Construtor civil	1905	Convite por parte da Rainha D. Amélia - inauguração do Museu	Livro
João Carlos Mateus	Secretário geral da repartição das repagagens reais	1905-10	Conferência do secretário do museu e dos bens da coroa	Livro
Guglielmo Marconi	Inventor Marconi	1929		Tese
	Ex-senador do Reino da Itália			
Príncipe Yasuhito	124º imperador do Japão: príncipe japonês	1930		Tese
Princesa Nagako	Imperatriz do Japão: princesa japonesa	1930		Tese
Príncipe Nobuhito Takamatsu	Príncipe japonês e irmão do imperador	1930		Tese
Princesa Takamatsu	Princesa japonesa, esposa do irmão do imperador	1930		Tese
Jacques Maritain	Filósofo francês ; intelectual estrangeiro	1955/56	Convite por parte de António Ferro	Arqu
Conde Wladimir d'Ormesson	embaixador junto da Santa Sé	1955/56	Convite por parte de António Ferro	Arqu
Miguel de Unamuno	Ensaísta, romancista, dramaturgo, poeta e filósofo ; Ex-reitor da Universidade de Salamanca	1955/56	Convite por parte de António Ferro	Arqu
Jules Romains	Poeta e escritor francês, membro da Académie Française,	1955/56	Convite por parte de António Ferro	Arqu
Pedro de Chaves Corte de la Hoz y Carrillo de Mendo	1º Marquês de Quintanar	1955/56	Convite por parte de António Ferro	Arqu
Ramiro de Maeztu	Diplomata, ensaísta e crítico literário espanhol	1955/56	Convite por parte de António Ferro	Arqu
Maurice Maeterlink	Dramaturgo, poeta e ensaísta belga	1955/ 56	Convite por parte de António Ferro	Arqu
Luigi Pirandello	Dramaturgo, poeta e romancista italiano	1955 e 1955	Convite por parte de António Ferro	Trab
Robert Kemp	Jornalista francês e crítico literário	1955	Convite por parte de António Ferro	Trab
René Fabre Lebert	Político francês, deputado de Seine-Inférieure	1955	Convite por parte de António Ferro	Trab
Gérard Bauer	Escritor francês	1955	Convite por parte de António Ferro	Trab
Gabriela Mistral	Poetisa, educadora e diplomata chilena	1955/56	Convite por parte de António Ferro	Trab
Abel Aubert du Petit-Thouars	Cruzador francês / Alto oficial da marinha, botânico, etnólogista e político	1914	Assinalar o 4º aniversário da Presidência da República	Arqu

Figura 1- Primeira parte da tabela Excel relativa à organização e pesquisa dos visitantes ilustres do Museu.

George Edward Alexander Edward	Duque de Kent	1940	Visita e alojamento no Palácio Nacional de Belém	Arqu
D. Eulália de Bourbon	Infanta espanhola	1930	Almoço no Palácio Nacional da Ajuda	Arqu
Rüdeo Glaubrecht	Almirante/ Comandante da Esquadra Alemã/ Oficial Naval	1930	Almoço no Palácio Nacional da Ajuda	Arqu
João Pereira de Albuquerque	Presidente eleito do Brasil	1930	Almoço no Palácio Nacional da Ajuda	Arqu
Józef Piłsudski	Marechal/ Ministro da Guerra da República da Polónia	1930	Almoço no Palácio Nacional de Belém	Arqu
Inácio Dalbo	Ministro do Ar do Reino de Itália	1931	Condecoração oficial- Almoço no Palácio de Belém	Arqu
D. Juan Jose Rosa	Ministro da Guerra do Governo da República Espanhola / Ex-Embaixador de Espanha	1931	Almoço no Palácio Nacional de Belém	Arqu
Dr. Oswald Pirow	Ministro da Defesa, dos Caminhos de Ferro e Transportes do Governo da União da África do Sul	1938	Almoço no Palácio Nacional de Belém , Acordo de navegação aérea	Arqu
Robert Delaunay	Pintor e co-fundador do movimento artístico "orfismo"	1911	Exposição - coleção de obras no Centro de Arte Moderna da Gulbenkian	Bibli
Sonia Delaunay	Pintora e co-fundadora do movimento artístico "orfismo"	1911	Exposição - coleção de obras no Centro de Arte Moderna da Gulbenkian	Bibli
Fred Kradolfer	Pintor suíço e pioneiro na introdução das linguagens gráficas modernas em Portugal	1924	Exposição - coleção de obras no Centro de Arte Moderna da Gulbenkian	Bibli
Filippo Tommaso Marinetti	escritor, poeta, pólitico, etc. fundador do movimento futurista	1931	Almoço com outras personalidades, Conferência na Sociedade de Belas Artes	Bibli
Luigi Manzoni	Encarregado de negócios e cônsul de Itália	1932	Almoço com outras personalidades, Conferência na Sociedade de Belas Artes	Bibli
Luigi Calabresi	Secretário do diretor do Instituto Italiano	1932	Almoço com outras personalidades, Conferência na Sociedade de Belas Artes, Apresentador do orador na Conferência	Bibli
Professor Galante	Diretor do Instituto Italiano	1933	Almoço com outras personalidades, Conferência na Sociedade de Belas Artes	Bibli
Antoine de Saint-Exupéry	Escritor francês e criador do "Principezinho"	1940	Passagem para os EUA, para fugir à guerra, Visita a várias partes de Lisboa, evento grandioso realizado em Belém	Bibli
Edmundo da Luz Pinto	Tenente-general do Presidente do Brasil, Getúlio Vargas	1940	Solene sessão na Assembleia da República: Exposição de Mundo Português	RTP
Nicolau Franco	Embaixador de Espanha	1940	Instalações na Exposição do Mundo Português	RTP
Guilherme II	Imperador da Alemanha e Rei da Prússia	1901	Visita real a Portugal - remate de D. Carlos	Arqu
Alberto I	Rei da Bélgica	1920	Visita oficial	Arqu
Elisabeth Isabel	Consorte de Alberto I	1920	Visita oficial	Arqu
Émile Loubet	Ex-Presidente da Rep. De França	1901	Visita presidencial	Arqu
Matilde de Saxe	Princesa alemã e honoria da Rainha Vitória de Inglaterra	1867	Visita real ao S.Pedro de Alcântara	Arqu
Frederico Augusto III	Rei da Saxónia	1907	Visita real	Arqu
Artur Alberto	Duque de Connaught e Strathern	1901	Visita real	Arqu
Luisa Margarida da Prússia	Duquesa de Connaught	1901	Visita real	Arqu
Mawlay Abd-el-Aziz	Ex-sultão marroquino de Marrocos	1910	Visita real a Belém com paxnio por Lisboa e visitas a Sintra- fugir do país	Arqu
Chulalongkorn	Rei da Tailândia/Rei do Sião	1907	Visita real, assinar relações bilaterais com Portugal	Arqu
Afonso XIII	Rei de Espanha	1909	Visita real a Vila Viçosa e a Lisboa: Intensivos diplomáticos	Arqu
Alexandru Ciurcubel	Princesa do RU; Honoricel Lady Ogilvy; Rainha de Inglaterra	1901	Visita real, retribuição da viagem que o rei D.Carlos e a rainha D.Amélia tinham feito a Inglaterra nos finais de 1901 (reinado	Arqu
Guilherme de Hohenzollern-Sigmaringen	Príncipe alemão e primo de D.Carlos	1907	Visita real ao país, almoço e visita à Escola de Enfermeiras	Arqu
Maud Carlota Maria Victoria	Princesa de Gales, Rainha da Noruega por casamento	1901		Arqu
Alexandrina Victoria	Princesa de Inglaterra; Rainha do RU, da GB e da Irlanda; Imperatriz da Índia	1901		Arqu
Haakon VII	Príncipe Carlos da Dinamarca; Rei da Noruega	1901		Arqu
Hermes da Fonseca	Presidente da República do Brasil	1910	Visita presidencial; Palácio de Belém; visita ao Arsenal etc	Arqu
Epitácio Pessoa	Presidente da República do Brasil	1919	Visita presidencial: Fortalecimento das relações internacionais luso-brasileiras	Arqu
Rodrigues Alves	Presidente da República do Brasil	1907	Demora da escala do vapor que conduzia a Europa (8h), visitando diversas partes de Lisboa: "como os Jerónimos e o rio e	Arqu
Madame Virginie Heyet	Delegada Oficial do Yatch Club de France	1929	Visita a Lisboa, Museu Marítimo- náutica, lazer, assuntos oficiais	Arqu
Eduardo VIII	Príncipe de Gales	1931	Apoio ao Governo: altura em que ocorre a revolta da Madeira e aumentam as revoluções populares e estudantes, Palácio da	Arqu

Figura 2- Segunda parte da tabela Excel relativa à organização e pesquisa dos visitantes ilustres do Museu.

Guilherme de Hohenzollern-Sigmaringen	Príncipe alemão e primo de D.Carlos	1907	Visita real ao país, almoço e visita à Escola de Enfermeiras	Arqu
Maud Carlota Maria Victoria	Princesa de Gales, Rainha da Noruega por casamento	1901		Arqu
Alexandrina Victoria	Princesa de Inglaterra; Rainha do RU, da GB e da Irlanda; Imperatriz da Índia	1901		Arqu
Haakon VII	Príncipe Carlos da Dinamarca; Rei da Noruega	1901		Arqu
Hermes da Fonseca	Presidente da República do Brasil	1910	Visita presidencial; Palácio de Belém; visita ao Arsenal etc	Arqu
Epitácio Pessoa	Presidente da República do Brasil	1919	Visita presidencial: Fortalecimento das relações internacionais luso-brasileiras	Arqu
Rodrigues Alves	Presidente da República do Brasil	1907	Demora da escala do vapor que conduzia a Europa (8h), visitando diversas partes de Lisboa: "como os Jerónimos e o rio e	Arqu
Madame Virginie Heyet	Delegada Oficial do Yatch Club de France	1929	Visita a Lisboa, Museu Marítimo- náutica, lazer, assuntos oficiais	Arqu
Eduardo VIII	Príncipe de Gales	1931	Apoio ao Governo: altura em que ocorre a revolta da Madeira e aumentam as revoluções populares e estudantes, Palácio da	Arqu

Figura 3- Terceira e última parte da Tabela de Excel utilizada como modo de organização da pesquisa sobre o tema dos visitantes ilustres do Museu.

ATIVIDADES REALIZADAS ESTÁGIO

DIA 1- 7 DE OUTUBRO DE 2024 (SEGUNDA-FEIRA)

O primeiro dia de estágio teve início no dia 7 de outubro de 2024, mais precisamente a partir das 10 horas da manhã, prolongando-se até às 17 horas do mesmo dia.

Neste início de funções, foi atribuída uma Orientadora Interna, pertencente ao Serviço Educativo do Museu, Rita Azevedo. Neste sentido, como orientadora, facultou um ambiente de trabalho aos estagiários, sendo este, três mesas juntas na sala pertencente aos serviços educativos do MNC, que passará a ser o local de trabalho durante o restante tempo de estágio.

Para além disso, no mesmo dia, de forma eficiente, ficaram estabelecidos os horários de trabalho, bem como os dias a frequentar o Museu ao longo da semana, tendo ficado estipulados dois dias semanais (terças-feiras e quartas-feiras), entre as 10 horas da manhã e as 17 horas da tarde, com uma hora de almoço, totalizando 6 horas de trabalho diárias (12 horas semanais). De seguida, a equipa reuniu-se numa sala específica para o efeito, com o intuito de introduzir a equipa de trabalho direto, estando presentes diversas figuras pertencentes ao Serviço Educativo, nomeadamente, a Orientadora Interna, Rita Azevedo, a Dra. Leonor Palma (a pessoa que gere as reservas de visitas), o Dr. João Mesquita, bem como uma voluntaria de doutoramento e uma estagiária de outra universidade. Para alem disso, na mesma reunião estavam presentes outras figuras pertencentes ao corpo integrante do museu, mais especificamente, a Dra. Ana Paula Lopes, do Apoio à Direção e, por último, a Dra. Rosinda Palma, responsável pelo Serviço de Extensão Cultural do Museu

Neste segmento de ideias, foram decididos os temas a trabalhar por cada estagiário. Deste modo, este relatório de estágio baseia-se na investigação realizada a partir da pergunta de partida **"Quem foram e quem são os visitantes ilustres do Museu Nacional dos Coches, mais precisamente entre os anos de 1910 e 1950 e entre 1950 até à atualidade?"**, destacando sempre a relevância de cada uma das personalidades, concedendo sempre uma biografia dos mesmos e, em simultâneo, contextualizando os motivos que impulsionaram a sua ilustre visita às instalações do Museu. Assim, o tema começou a ser explorado neste

Figura 4- Organização e registo dos dias e tarefas realizadas no decorrer do estágio.

Museu Nacional dos Coches

Guião Temático

Os Visitantes Ilustres do Museu Nacional dos Coches entre 1905 e 1940

2024/2025

Ana Rita Piedade (Estagiária da Universidade Autónoma de Lisboa)

Figura 5- Capa do Guião Temático solicitado pelo Museu.

Museu Nacional dos Coches: Um Símbolo de prestígio (1905-1940)



Figura 1- Interior do Museu Nacional dos Coches, ainda no edifício do Picadeiro, nos inícios de 1905.



Figura 2- Representação da fachada principal do Picadeiro Real já enquanto Museu, nas décadas de 30/40.

Antes de consolidar a sua posição como o emblemático Museu Nacional dos Coches, a instituição percorreu um longo trajeto marcado por significativas transformações, abrangendo alterações de caráter administrativo, estrutural, local e no âmbito do seu acervo patrimonial.

Para compreender o processo de criação e os pressupostos conceptuais que estiveram na génese do Museu, é imperativo recuar no tempo e analisar os seus antecedentes históricos. Em 1726, o rei D. João V (1689-1750) adquiriu a propriedade denominada "Quinta de Baixo" a D. João da

Figura 6- Primeira página do guião Temático solicitado pelo Museu.



Figura 52- Visita de Guglielmo Marconi, inventor, ao Museu dos Coches. Data de Produção: 25 de setembro de 1929. Código de Referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0014/1329D. Arquivo: Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais nº 14 e Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Data de Criação: 30/10/2008.



Figura 53- Guglielmo Marconi, inventor, à saída do Museu dos Coches. Data de Produção: 25 de setembro de 1929. Código de Referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0014/1330D. Arquivo: Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais nº 14 e Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Data de Criação: 30/10/2008.

Figura 7- Uma parte do guião temático solicitado pelo Museu, relativo aos visitantes ilustres, neste caso, é possível visualizar duas fotografias do Inventor Marconi dentro e fora do edifício correspondente ao Museu dos Coches.



Figura 8- Capa do documento solicitado pelo Museu, relativo à execução de legendas e descritivos das peças para a proposta de exposição temporária.



Figura 22- Retrato oval da Rainha D. Amélia de Orléans e Bragança, fundadora do Museu dos Coches Reais. A rainha aparece sentada, com um manto de arminho, vestido de seda rosa pálido e adornos de pérolas e brilhantes, segurando duas rosas brancas no regaço. Autor: Vittorio Matteo Corcos(1905).Museu Nacional dos Coches
Número de Inventário: HD 0032. A obra foi oferecida à República Portuguesa em 1945, após a vontade expressa pela rainha em 1939.



Figura 23- Manto Régio da Rainha D. Amélia (1886). Manto de corte em veludo rosa "argenté", forrado em cetim da mesma cor, com delicado bordado fitomórfico e detalhes em fio de prata. A gola alta, lanceolada, é adornada com pequenas folhas bordadas. Autor: Autoria desconhecida. Museu Nacional dos Coches. Número de Inventário: HD 0001.

Figura 9- Parte do documento solicitado pelo Museu, relativo à execução de legendas e descritivos das peças para a proposta de exposição temporária, mais precisamente, sobre as peças pertencentes ao inventário do próprio Museu Nacional dos Coches.



Lista de documentos e respetivos locais de origem para integrar a futura exposição

2024/2025

Ana Rita Piedade (Estagiária da Universidade Autónoma de Lisboa)

Figura 10- Capa do documento solicitado pelo Museu, relativo à execução de uma lista de documentos e locais de origem para integrar a exposição a ser proposta.

25



Figura 1- Reprodução de Microfilme, retirado da primeira página do jornal "O Século", dia 26 de maio de 1905. Notícia da abertura das portas do Museu ao público, após a sua inauguração pela Rainha D. Amélia.



Figura 2- Edição do jornal "O Século" do dia 24 de maio de 1905, com uma ilustração da notícia da inauguração do Museu no dia 23 de maio de 1905.

Figura 11- Primeira página do documento solicitado pelo Museu, relativo à execução de uma lista de documentos e locais de origem para integrar a exposição a ser proposta.



Figura 17- Representação da fachada principal do Picadeiro Real já enquanto Museu, nas décadas de 30/40. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa (Consultado no dia: 3 de dezembro de 2024).



Figura 18- Interior do Museu Nacional dos Coches, ainda no edifício do Picadeiro, nos inícios de 1905. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. (Consultado no dia 3 de dezembro de 2024)



Figura 19- Retrato do Rei D. João V. Neste momento sob a alçada do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Consultado no dia 3 de dezembro de 2024)



Figura 20- Retrato da Rainha D. Amélia, captada pelo fotógrafo Joshua Benoliei em 1906. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa (Consultado no dia 5 de dezembro de 2024)

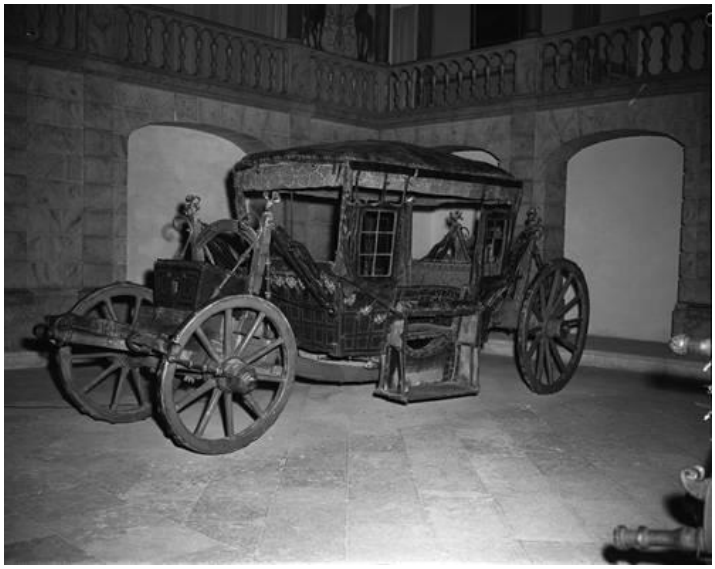


Figura 21- Coche de Filipe II. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. Data: 1965. Autor: Serôdio, Armando Maia. (Consultado no dia 17 de dezembro de 2024)

Documento 2 (Abaixo)- *Printscreen* do Guião Temático para o Museu. Realizado durante o estágio curricular e entregue no dia 29 de janeiro de 2025.

Museu Nacional dos Coches

Guião Temático

Os Visitantes Ilustres do Museu Nacional dos Coches entre 1905 e 1940

2024/2025

Ana Rita Piedade (Estagiária da Universidade Autónoma de Lisboa)

Museu Nacional dos Coches: Um Símbolo de prestígio (1905-1940)



Figura 1- Interior do Museu Nacional dos Coches, ainda no edifício do Picadeiro, nos inícios de 1905.



Figura 2- Representação da fachada principal do Picadeiro Real já enquanto Museu, nas décadas de 30/40.

Antes de consolidar a sua posição como o emblemático Museu Nacional dos Coches, a instituição percorreu um longo trajeto marcado por significativas transformações, abrangendo alterações de caráter administrativo, estrutural, local e no âmbito do seu acervo patrimonial.

Para compreender o processo de criação e os pressupostos conceptuais que estiveram na génese do Museu, é imperativo recuar no tempo e analisar os seus antecedentes históricos. Em 1726, o rei D. João V (1689-1750) adquiriu a propriedade denominada "Quinta de Baixo" a D. João da

Silveira Telo e Meneses (1648-1740), 3.º Conde de Aveiras. Localizada em Belém, nas proximidades do rio Tejo, esta zona caracterizava-se pela concentração de edificações nobres, destacando-se o Palácio de Belém e um Picadeiro.

Todavia, em 1786, já sob o reinado de D. Maria I (1734-1816), o antigo picadeiro foi demolido por ser considerado desatualizado e inadequado. Em seu lugar, ergueu-se uma nova estrutura, fruto da iniciativa do Infante D. João, futuro D. João VI (1767-1826), conhecido pelo seu apreço pela Arte Equestre. Este projeto, concebido para atender aos desígnios do Infante, foi confiado ao arquiteto Giacomo Azzolini (1723-1791), com os trabalhos de construção a iniciarem-se em 1787 e a sua conclusão em 1816, com diversas alterações a nível decorativo em 1828.



Figura 3- Retrato do Rei D. João V. Neste momento sob a alçada do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

O edifício, de matriz neoclássica, evidenciava as características distintivas deste estilo arquitetónico, nomeadamente a simplicidade das formas, a funcionalidade dos espaços e a sobriedade associada à elegância. A sua ornamentação interior contou com a intervenção de artistas de renome, como Nicolas Delerive (1755-1818) e Joaquim José Lopes (1886-1956), que imprimiram ao conjunto decorativo uma estética refinada e harmoniosa, de acordo com os cânones da época. Este novo Picadeiro tornou-se, então, um espaço privilegiado para a realização de Jogos Equestres, aos quais assistiam a Família Real e a Corte.

De Picadeiro a Museu

Em 1833, uma quantidade considerável de veículos encontrava-se dispersa por diversos edifícios, em virtude de obras realizadas no Palácio do Calvário. Este espaço, até então destinado à guarda de um significativo número de bens pertencentes à Coroa, incluindo coches e estufas, albergava objetos cujo estado de conservação se encontrava bastante degradado.

Cerca de uma década mais tarde, a falta de organização e de gestão eficiente deste património, associada à sua quantidade substancial, conduziu ao abandono de muitas viaturas e objetos, que, em consequência, acabaram por ser vendidos, comprometendo assim parte do acervo da Coroa.

Na segunda metade do século XIX, os veículos de maior valor histórico e utilitário foram transferidos para as Cocheiras de Belém, da Ajuda e das Necessidades, sendo redistribuídos pelos diversos serviços da Casa Real. Esta reorganização tinha como finalidade assegurar a funcionalidade das viaturas para responder às necessidades protocolares e cerimoniais do regime monárquico.

No início do século XX, o prestígio alcançado pela Exposição Universal de Paris de 1900, que destacou a evolução das formas de transporte terrestre através da exibição de veículos históricos – como berlindas, carruagens, liteiras, cadeirinhas e carros de gala –, revelou-se uma importante missão para a Rainha D. Amélia (1865-1951). Reconhecendo o impacto cultural e histórico de tais iniciativas, a rainha decidiu promover a criação de um museu em Belém dedicado exclusivamente à preservação e exposição de coches reais. Este empreendimento visava não apenas abrigar e proteger o numeroso acervo de viaturas da Casa Real, evitando a sua dispersão e destruição.



Figura 4- Postal referente à Exposição Universal de Paris em 1900.



Figura 5- Artigo de capa do jornal francês "*Le Petit Journal*", representando a inauguração da Exposição Universal de Paris, 1900.



Figura 6- Representação de um espaço expositivo da Exposição Universal de Paris, 1900.



Figura 7- Vídeo que retrata a antecipação sentida pela Exposição Universal de Paris em 1900, durante uma emissão de telejornal francesa.



Figura 8- Retrato da Rainha D. Amélia, retirado pelo fotógrafo Joshua Benoliei em 1906.

A seleção do edifício recai sobre o antigo Picadeiro Real, que, numa primeira fase, é designado de Depósito I da Repartição das Reais Cavalariças.

O Museu dos Coches Reais

Em 1904, deu-se início aos trabalhos de requalificação do antigo Picadeiro Real, visando a sua adaptação a um espaço museológico, sob a supervisão do arquiteto Rosendo Carvalheira (1861-1919), o autor do projeto de adaptação do Picadeiro a Museu. No contexto destas intervenções, procedeu-se ao restauro da Pintura das galerias e do teto, um processo entregue aos pintores de referência José Malhoa (1855-1933) e António Conceição e Silva (1869-1958).



Figura 9- Retrato de Rosendo de Carvalheira, em formato postal. Autor material: Guedes, Rua Aurea, 80 - Lisboa (edição).

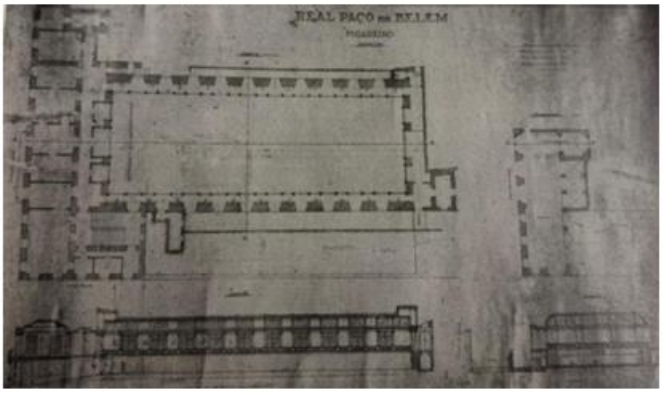


Figura 10- Planta de adaptação do Picadeiro Real a Museu, da autoria do arquiteto Rosendo Carvalheira.



Figura 11- Retrato do pintor José Malhoa, em formato postal anterior ao ano de 1911. Autor(es): Autor não identificado. Nome associado: Papelaria e Tipografia de Paulo Guedes e Saraiva. 1905-1922.



Figura 12- Retrato a óleo, realizado por José Malhoa e fotografado por Joshua Benoliel, na Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Medicina.



Figura 13- António Conceição e Silva retratado numa pintura existente no teto da galeria poente do Salão Nobre do Museu Nacional dos Coches, ainda no antigo Picadeiro Real.



Figura 14- Pormenor pintado no teto do Picadeiro Real, referente aos artistas e envolvidos no embelezamento e estruturação do espaço. Autoria: Nuno Augusto MNC, fev. 2024.



Figura 15- Pormenor da inscrição do livro representado na pintura do primeiro medalhão oval. Autoria: Nuno Augusto MNC, fev. 2024.

O restauro prolongou-se por algum tempo, procedendo-se à transferência das viaturas e à sua instalação definitiva no contexto expositivo. A fundação do Museu dos Coches Reais teve lugar a 23 de maio de 1905 e a inauguração oficial ocorre no dia seguinte, com a presença de inúmeras personalidades nacionais e internacionais e com cobertura informativa por parte da imprensa nacional.



Figura 16- Reprodução de Microfilme, retirado da primeira página do jornal "O Século", dia 26 de maio de 1905. Notícia da abertura das portas do Museu ao público, após a sua inauguração pela Rainha D. Amélia.

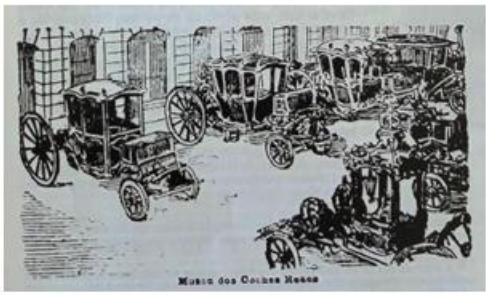


Figura 17- Edição do jornal "O Século" do dia 24 de maio de 1905, com uma ilustração da notícia da inauguração do Museu no dia 23 de maio de 1905.

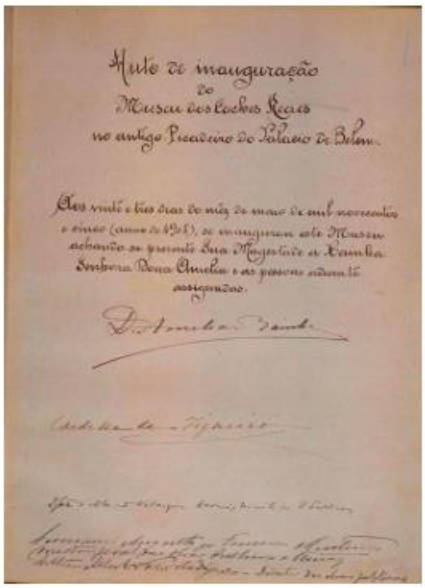

Auto de inauguração
do
Museu dos Coches Reais
no antigo Picadeiro do Palácio de Belem.

Figura 18- Auto de inauguração do Museu dos Coches Reais no antigo Picadeiro do Palácio de Belém, Lisboa 23 de maio de 1905. Museu: Museu Nacional dos Coches. Nº de Inventário: HD 0120. Autor: Atanázio, José (-). Datação: 1905.

A Rainha D. Amélia estabeleceu um protocolo no qual inúmeras personalidades foram convidadas dada a sua participação ativa na criação do Museu dos Coches, destacando-se Severiano Monteiro (?-?), Diretor-Geral do Ministério das Obras Públicas, o arquiteto Rosendo Carvalheira (1861-1919), o pintor José Malhoa (1855-1933) e o Tenente-Coronel e Estribeiro-Menor da Casa Real Alfredo de Albuquerque (1875 -?), que viria a ser o primeiro diretor do Museu.

A Direção de Alfredo de Albuquerque (1905-1910)

No intervalo temporal compreendido entre a fundação do Museu e os primórdios da Primeira República, o quadro de pessoal do Museu encontrava-se restrito exclusivamente a elementos pertencentes à estrutura da Casa Real, entre os quais se inclui Alfredo de Albuquerque (1875 -?).

Nesta fase, o acervo do Museu era constituído, de forma exclusiva, por peças de caráter privado da Família Real e por coleções de bens vinculados à Coroa. Esta configuração revelava uma dependência significativa dos recursos financeiros provenientes da verba régia, destinados à manutenção do edifício e dos seus bens. Tal suporte era garantido, em particular, pela Repartição das Reais Cavalariças.

À semelhança de outras instituições museológicas da época, o Museu dos Coches Reais não se apresentava como uma exceção no que concerne ao aproveitamento máximo do espaço disponível para fins expositivos. A organização do acervo era concebida de forma a privilegiar uma ocupação eficiente das áreas internas, traduzindo-se numa disposição densa de objetos, exibidos em vitrines e armários especialmente elaborados para esse propósito. A estruturação das peças seguia critérios de natureza tipológica e/ou temática, visando não apenas a sua preservação, mas também a sistematização do discurso expositivo.

No ano de 1906, o núcleo principal do Museu dos Coches Reais foi apresentado pela primeira vez no estrangeiro, no âmbito de um esforço de divulgação do património nacional. Por determinação do rei D. Carlos I (1863-1908), foram enviados para a Exposição Retrospetiva de Transportes Terrestres, realizada em Milão, diversos painéis contendo fotografias dos coches e adornos integrados na coleção da Casa Real Portuguesa. No mesmo ano, a 28 de fevereiro, foi publicado um catálogo oficial do Museu, que incluía uma breve sinopse histórica do acervo e anunciava a intenção de construir um anexo adjacente ao salão principal. Esse espaço seria projetado para albergar viaturas de caráter utilitário — designadas "não de gala" — que, até então, permaneciam em depósito, ocupando terrenos e áreas associadas ao Palácio de Belém.

A participação na Exposição de Milão exemplificou o empenho da monarquia na promoção e dignificação do Património histórico e artístico nacional. Contudo, embora as peças fossem reconhecidas pelo seu valor cultural, a Casa Real continuava a utilizá-las como bens funcionais. Neste sentido, as viaturas reais e os acessórios integrados no acervo do Museu permaneceram ao serviço da Coroa, sendo frequentemente utilizados em cerimónias oficiais até à Implementação da República. Esta prática, além de reforçar o simbolismo do luxo palaciano, respondia às necessidades protocolares da monarquia.

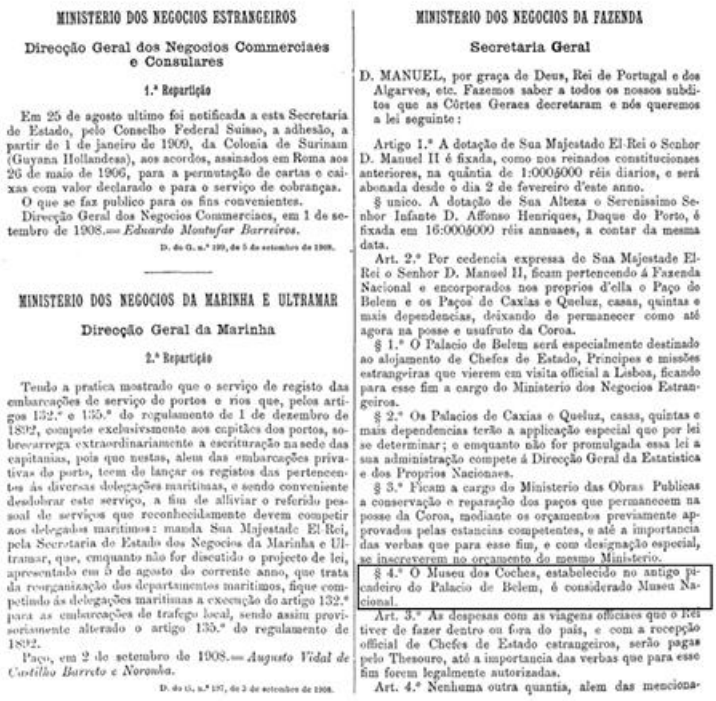
Entre as viaturas reservadas para essas funções encontravam-se quatro carruagens de gala e três coches destinados a cerimónias fúnebres da Família Real, Conselheiros de Estado e Ministros

estrangeiros. Estas peças estavam devidamente registadas no Livro de Inventário Geral do Museu, elaborado antes da nomeação formal de Alfredo de Albuquerque (1875 -?) como primeiro Diretor e Secretário-Conservador da instituição. A sua utilização em cerimónias oficiais estava regulamentada pelo artigo 3.º do novo projeto de organização do Museu, refletindo uma dualidade entre a função prática do acervo e o seu papel como testemunho histórico e cultural.

Por outro lado, as significativas despesas associadas à manutenção do Museu levaram à consideração da possibilidade de uma divisão administrativa do seu espólio. Neste contexto, propunha-se que a parcela constituída por peças de elevado valor museológico, sem uso regular, fosse integrada na dependência da Academia Real das Belas Artes, enquanto as peças frequentemente utilizadas em cerimónias oficiais da Coroa ficassem sob a tutela do Ministério do Reino.

No seguimento desta reorganização, o Museu foi alvo de novas alterações institucionais, formalizadas pela Carta de Lei de 3 de setembro de 1908 (art. 2.º, alínea 4.ª), que determinou a mudança da sua designação para Museu Nacional dos Coches Reais, passando este a ser

subordinado ao Ministério do Reino, através da Direção-Geral de Instrução Superior e Especial.



MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares

1.ª Repartição

Em 25 de agosto ultimo foi notificada a esta Secretaria de Estado, pelo Conselho Federal Suisso, a adhesão, a partir de 1 de janeiro de 1909, da Colonia de Surinam (Guyana Hollandeza), aos acordos, assinados em Roma aos 26 de maio de 1906, para a permutação de cartas e caixas com valor declarado e para o serviço de cobranças.

O que se faz publico para os fins convenientes.

Direcção Geral dos Negocios Commerciaes, em 1 de setembro de 1908.— *Eduardo Montufar Barreiros.*

D. do G. n.º 199, de 5 de setembro de 1908.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

Direcção Geral da Marinha

2.ª Repartição

Tendo a pratica mostrado que o serviço de registo das embarcações de serviço de portos e rios que, pelos artigos 132.º e 135.º do regulamento de 1 de dezembro de 1892, compete exclusivamente aos capitães dos portos, sobrecarrega extraordinariamente a escripturação na sede das capitanias, pois que nestas, alem das embarcações privativas do porto, teem de lançar os registos das pertencentes ás diversas delegações maritimas, e sendo conveniente desdobrar este serviço, a fim de aliviar o referido pessoal de serviços que reconhecidamente devem competir aos delegados maritimos: manda Sua Majestade El-Rei, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, que, emquanto não for discutido o projecto de lei, apresentado em 5 de agosto do corrente anno, que trata da reorganização dos departamentos maritimos, fique competindo ás delegações maritimas a execução do artigo 132.º para as embarcações de trafego local, sendo assim provisoriamente alterado o artigo 135.º do regulamento de 1892.

Paço, em 2 de setembro de 1908.— *Augusto Vidal de Castilho Barreto e Noronha.*

D. do G. n.º 197, de 3 de setembro de 1908.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

Secretaria Geral

D. MANUEL, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que as Côrtes Geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º A dotação de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Manuel II é fixada, como nos reinados constitucionaes anteriores, na quantia de 1:000$000 réis diarios, e será abonada desde o dia 2 de fevereiro d'este anno.

§ unico. A dotação de Sua Alteza o Serenissimo Senhor Infante D. Affonso Henriques, Duque do Porto, é fixada em 16:000$000 réis annuaes, a contar da mesma data.

Art. 2.º Por cedencia expressa de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Manuel II, ficam pertencendo á Fazenda Nacional e encorporados nos proprios d'ella o Paço de Belem e os Paços de Caxias e Queluz, casas, quintas e mais dependencias, deixando de permanecer como até agora na posse e usufruto da Coroa.

§ 1.º O Palacio de Belem será especialmente destinado ao alojamento de Chefes de Estado, Principes e missões estrangeiras que vierem em visita official a Lisboa, ficando para esse fim a cargo do Ministerio dos Negocios Estrangeiros.

§ 2.º Os Palacios de Caxias e Queluz, casas, quintas e mais dependencias terão a applicação especial que por lei se determinar; e emquanto não for promulgada essa lei a sua administração compete á Direcção Geral da Estatistica e dos Proprios Nacionaes.

§ 3.º Ficam a cargo do Ministerio das Obras Publicas a conservação e reparação dos paços que permanecem na posse da Coroa, mediante os orçamentos previamente approvados pelas estancias competentes, e até a importancia das verbas que para esse fim, e com designação especial, se inscreverem no orçamento do mesmo Ministerio.

§ 4.º O Museu dos Coches, estabelecido no antigo picadeiro do Palacio de Belem, é considerado Museu Nacional.

Art. 3.º As despesas com as viagens officiaes que o Rei tiver de fazer dentro ou fora do país, e com a recepção official de Chefes de Estado estrangeiros, serão pagas pelo Thesouro, até a importancia das verbas que para esse fim forem legalmente autorizadas.

Art. 4.º Nenhuma outra quantia, alem das menciona-

Figura 19- Excerto da Carta de Lei de 3 de setembro de 1908, com destaque para o art. 2.º, alínea 4.ª, que comprova a alteração do Museu dos Coches para o patamar de Museu Nacional.

Alfredo de Albuquerque (1875 -?), atento a estas transformações nominais e estatutárias, e incentivado pelo próprio monarca, empenhou-se em assegurar que o Museu permanecesse sob a alçada da Repartição das Reais Cavalariças, justificando essa posição com a conveniência prática associada aos serviços de gala e fúnebres. Simultaneamente, expressou o desejo de continuar a exercer a direção do Museu, recusando, no entanto, honorários estabelecidos pelos membros do governo, reafirmando o seu compromisso pessoal com a instituição e o seu legado.

No final de 1908, a integração de novas peças provenientes do Palácio de Queluz, aliada ao novo estatuto da instituição, tornou imperativa a atualização contínua dos registos existentes. Para esse fim, foram elaborados novos inventários de controlo, conduzidos pela Repartição das Reais Cavalariças em colaboração com a Repartição das Equipagens Reais, assegurando uma

sistematização mais rigorosa e adequada ao crescente volume e importância do acervo, apesar do reduzido corpo de funcionários – 17 empregados e o Diretor.

Em abril de 1909, foi publicado no *Diário do Governo* o Regulamento Interno do Museu, no qual a 2.ª alínea do artigo 3.º estipulava que todos os objetos pertencentes à Coroa passariam a integrar o património do Museu. Contudo, mantinham-se em regime de depósito os bens que faziam parte da coleção particular dos soberanos. Este regulamento marcou uma nova fase de transformação na instituição, que coincidiu com a demissão voluntária de Alfredo de Albuquerque (1875 -?) do cargo de diretor. A sua saída deu lugar à nomeação interina do académico Luciano Martins Freire (1864-1934) para a direção do Museu.

Este período ficou caracterizado por profundas alterações e dificuldades administrativas, agravadas pela instabilidade política que culminou na queda da Monarquia e na implantação da República, a 5 de outubro de 1910, eventos que vieram a influenciar significativamente o futuro da instituição.

A Direção de Luciano Freire (1910-1938)



Figura 20- Autorretrato de Luciano Freire realizado em 1895. Pertence atualmente ao Museu de Arte Contemporânea- Museu do Chiado. Autor: Luciano Freire. Nº de inventário: 37980 TC. Nº de objeto: 796.

Com a proclamação da República e a consolidação dos novos valores defendidos pelo regime republicano, o funcionamento do Museu sofreu significativas alterações. Nesse contexto, foram abolidos os atos cerimoniais e toda a pompa associada ao regime monárquico extinto.

Consequentemente, as peças do acervo deixaram de ser utilizadas, permanecendo inativas durante mais de uma década, o que representou uma mudança profunda no papel funcional da instituição.

No final de maio de 1911, o Governo Republicano adotou a sua primeira medida estrutural para assegurar a salvaguarda do património edificado e museológico do país, mediante a publicação do Decreto n.º 1, assinado por destacadas figuras do regime, como José Relvas (1858-1929), António José de Almeida (1866-1929) e Bernardino Machado (1851-1944). Este diploma estabeleceu três circunscrições artísticas – Lisboa, Coimbra e Porto – onde seriam instalados Conselhos de Arte e Arqueologia, responsáveis pela proteção e conservação de monumentos e pela direção dos museus.

Esta iniciativa traduziu uma nova visão institucional, na qual os museus ultrapassavam a mera função de repositórios de objetos artísticos para se tornarem agentes centrais no ensino artístico e no sistema educativo nacional. Contudo, apesar do caráter pedagógico que norteava as intenções do Governo e do esforço legislativo da Primeira República, estas preocupações não se refletiram num adequado reforço financeiro, limitando, assim, a eficácia e a implementação plena das medidas previstas.

O Museu Nacional dos Coches foi integrado na primeira circunscrição artística e provido de um novo Regulamento Interno, adequado ao enquadramento institucional definido pela Primeira República. Com a promulgação da Lei da Separação do Estado das Igrejas, através do Decreto de 20 de abril de 1911, assinado por Afonso Costa (1871-1937), iniciou-se a transferência de diversos bens provenientes de conventos, igrejas e outras instituições religiosas extintas para o espaço de Belém, um processo que apenas seria concluído no final de 1920.

Simultaneamente, a extinção da Repartição das Equipagens Reais resultou na incorporação dos bens anteriormente sob a sua gestão no património do Estado, sendo os mesmos depositados no Palácio de Belém. Ademais, o artigo 7.º da ata do Congresso da República determinou que a secção do Palácio de Belém ocupada pelo Museu Nacional dos Coches ficasse sob a jurisdição do Ministério do Interior, formalizando a sua administração sob a nova estrutura republicana.

O novo diretor, Luciano Freire (1864-1934), nomeado pelo Governo Republicano, soube acompanhar de forma diligente as transformações profundas introduzidas no panorama museológico português, adotando estratégias inovadoras e alinhadas com os princípios republicanos. Neste contexto, procedeu ao alargamento do espólio do Museu, integrando peças anteriormente limitadas às reservas, ao mesmo tempo que promoveu campanhas de beneficiação e valorização do edifício.

Entre março de 1911 e junho de 1912, o pintor Manuel José Rufino Pereira (?-?) ficou encarregue da decoração interna do espaço museológico, conferindo-lhe uma nova dignidade estética. Este

trabalho incluiu a pintura das 56 colunas do andar nobre, das paredes do Vestíbulo em tom de mármore amarelo, bem como das 40 pilastras da galeria, que foram revestidas em tons vermelhos para imitar a aparência de lioz. Estas intervenções não apenas enriqueceram a qualidade visual do edifício, como também consolidaram a sua função representativa enquanto espaço de preservação e exibição patrimonial.

A partir de 17 de dezembro de 1920, por ocasião da transladação dos restos mortais dos Imperadores do Brasil, muitas das viaturas, até então imobilizadas durante uma década em consequência da introdução do regime republicano, voltaram a ser utilizadas. Estas peças foram reintegradas em diversos contextos cerimoniais de Estado e eventos sociais, como touradas, festejos populares, receções oficiais, encenações de caráter histórico e até produções cinematográficas.

Este período marcou uma revalorização prática e simbólica do acervo, sublinhando a sua capacidade de evocação histórica e de representatividade cultural, mesmo sob a égide dos valores republicanos.

Em 1931, o Museu Nacional dos Coches foi alvo de alterações significativas decorrentes da introdução de um novo Regulamento, estabelecido pelo Decreto n.º 19.954, de 27 de junho, e complementado pelo Decreto n.º 20.985, de 7 de março de 1932. Estas medidas resultaram na extinção dos Conselhos de Arte e Arqueologia, centralizando as funções técnico-administrativas num único órgão consultivo subordinado ao Ministério da Instrução Pública – o Conselho Superior de Belas Artes. Paralelamente, foi instituída uma nova classificação dos museus em três categorias distintas, sendo a primeira designada por Museus Nacionais, na qual se incluíam o Museu Nacional de Arte Antiga, o Museu Nacional de Arte Contemporânea e o Museu Nacional dos Coches.

No ano seguinte, por Portaria de 26 de maio, José de Figueiredo foi nomeado diretor interino do Museu Nacional dos Coches, assumindo o cargo de forma definitiva em 1934, após a sua posse na Secretaria Geral do Ministério da Instrução Pública. Esta nomeação marcou uma nova fase na gestão do Museu, sob a liderança de uma figura de reconhecida relevância no panorama cultural português.

Apesar das diversas tentativas para preservar a autonomia administrativa do Museu Nacional dos Coches, entre 1935 e 1943, esta instituição foi integrada ao Museu Nacional de Arte Antiga – antigo Museu das Janelas Verdes-, em consequência do Decreto n.º 26.175, de 31 de dezembro de 1935. Esta fusão resultou na formação dos Museus Nacionais de Arte Antiga, configurando uma nova organização museológica no panorama nacional.

Nos três primeiros anos após a fusão, a direção conjunta das instituições esteve a cargo de João Couto, figura central na gestão museológica da época. Contudo, a partir de meados de 1938, a administração do Museu de Belém foi confiada ao conservador Luís Keil, o que marcou uma reestruturação na gestão e supervisão do acervo, preservando, ainda assim, a especificidade histórica e cultural do Museu Nacional dos Coches.

Oito anos após a fusão com o Museu Nacional de Arte Antiga, o Museu Nacional dos Coches recuperou a sua autonomia por meio do Decreto n.º 33.267, publicado no *Diário do Governo*, I Série, n.º 256, a 24 de novembro de 1943. Este documento estabelecia que o cargo de diretor do Museu dos Coches deveria ser ocupado pelo conservador mais antigo dos, até então, unificados Museus Nacionais de Arte Antiga.

Além disso, o mesmo decreto regulamentava a organização administrativa e operacional das duas instituições, fixando o quadro de pessoal e procedendo à divisão dos empregados entre ambas, assegurando uma estrutura funcional adequada à nova configuração de autonomia institucional do Museu dos Coches.

Durante este período, o Museu enfrentava não apenas dificuldades no plano técnico-administrativo, mas também desafios significativos no que respeita ao enriquecimento do seu acervo. Neste contexto, registou-se um declínio notório no número de incorporações realizadas, contabilizando-se apenas 271 novas peças entre 1926 e 1966, o que corresponde a uma média aproximada de sete aquisições anuais.

Apesar desta diminuição quantitativa, algumas das peças integradas durante este período destacaram-se pela sua relevância histórica e patrimonial, contribuindo significativamente para a valorização das coleções do Museu. Entre estas, merecem especial menção as carruagens do Conde de Galveias, dos Duques de Cadaval e do Primeiro Visconde de Porto-Côvo da Bandeira.

A Direção de Luís Keil (1938-1947)



Figura 21- Retrato de Luís Keil. Autoria de Photographia Sobral - Quem é Quem na Museologia Portuguesa. Datação: 1910-1915.

Durante a direção de Luís Keil (1881-1947), o Museu Nacional dos Coches foi alvo de intervenções de grande relevância, tanto no plano estrutural como no âmbito da organização museológica. Entre as transformações mais significativas destaca-se a construção de um novo salão lateral, concebido pelo arquiteto Raul Lino (1879-1974), localizado na ala nascente do edifício, no espaço anteriormente ocupado pelo "quintal" do Picadeiro, o que exigiu o prolongamento da fachada principal. Paralelamente, realizaram-se trabalhos de conservação e restauro no salão principal.

No ano de 1943, foi publicado um novo catálogo do Museu, estruturado por secções e enriquecido com fotografias e ilustrações detalhadas das viaturas, bem como dos objetos e documentos integrantes da coleção, refletindo o alargamento e a reorganização da exposição permanente. Nos primeiros meses de 1944, o Museu apresentou ao público uma coleção de viaturas de elevado valor histórico e artístico, recentemente restauradas, numa iniciativa que se enquadra nas políticas de preservação e valorização do Património Cultural promovidas pelo Estado Novo, sob a liderança de António de Oliveira Salazar (1889-1970).

Em 1946, foi integrado no acervo expositivo um retrato a óleo da Rainha D. Amélia, associado ao manto régio oferecido à monarca pela cidade de Paris aquando do seu casamento com o Rei D. Carlos de Portugal.



Figura 22- Retrato oval da Rainha D. Amélia de Orléans e Bragança, fundadora do Museu dos Coches Reais. A rainha aparece sentada, com um manto de arminho, vestido de seda rosa pálido e adornos de pérolas e brilhantes, segurando duas rosas brancas no regaço. Autor: Vittorio Matteo Corcos(1905).Museu Nacional dos Coches
Número de Inventário: HD 0032. A obra foi oferecida à República Portuguesa em 1945, após a vontade expressa pela rainha em 1939.



Figura 23- Manto Régio da Rainha D. Amélia (1886). Manto de corte em veludo rosa "argenté", forrado em cetim da mesma cor, com delicado bordado fitomórfico e detalhes em fio de prata. A gola alta, lanceolada, é adornada com pequenas folhas bordadas. Autor: Autoria desconhecida. Museu Nacional dos Coches. Número de Inventário: HD 0001.



Figura 24- Rainha D. Amélia a usar o seu Manto Régio (1886). Manto de corte em veludo rosa "argenté", forrado em cetim da mesma cor, com delicado bordado fitomórfico e detalhes em fio de prata. A gola alta, lanceolada, é adornada com pequenas folhas bordadas. Autor: Autoria desconhecida. Museu Nacional dos Coches. Número de Inventário: HD 0001.



Figura 25- Recorte de Periódico: Casamento Real de D. Carlos e D. Amélia – Chegada da Princesa a Portugal (1886). Autor: Autoria desconhecida. Museu Nacional dos Coches. Número de Inventário: HD 0887. itografia ilustrando a chegada da princesa à estação ferroviária de Santa Apolónia, em Lisboa. A imagem foi publicada na revista A Ilustração, em junho de 1886.

Visitantes ilustres:

Foram várias as figuras de destaque que se deslocaram à cidade de Lisboa durante o período compreendido entre 1905 e 1940. Entre elas destacam-se:

- **1905**: **Presidente Émile Loubet (1838-1929)**



Figura 26- Cortejo Real da Visita do Presidente Loubet a Lisboa com D. Carlos no Coche da Coroa (1905). Autor: Mcespi. Museu Nacional dos Coches. Número de Inventário: IC 0117.

Émile Loubet foi uma figura proeminente da política francesa, desempenhando um papel crucial no final do século XIX e início do século XX. Entre 1899 e 1906, assumiu a presidência da República Francesa, período em que se destacou pela promoção da estabilidade interna e pelo fortalecimento da posição internacional de França.

Em outubro de 1905, Loubet realizou uma visita oficial a Portugal, integrada numa importante missão diplomática que visava o estreitamento dos laços entre os dois países. Esta visita ocorreu num contexto em que as alianças e a diplomacia desempenhavam um papel essencial no equilíbrio político europeu. Embora Portugal mantivesse uma relação privilegiada e de longa data com o Reino Unido, a deslocação do Presidente francês ao país sublinhou a intenção de reforçar as relações com a França, uma das potências influentes da época.

A estadia de Émile Loubet em Portugal foi marcada por uma receção calorosa e grandiosa, promovida pelo rei D. Carlos I e pela corte portuguesa. Banquetes, desfiles e receções oficiais celebraram a amizade entre as duas nações, fortalecendo os laços diplomáticos e culturais que já

existiam. Este evento, para além do seu significado político, projetou a imagem de Portugal como uma nação respeitada no contexto internacional.

A visita representou, assim, um marco nas relações bilaterais entre Portugal e França, evidenciando a colaboração e a boa vontade mútua num período de rivalidades e reconfigurações estratégicas no cenário europeu. Além disso, simbolizou um momento de valorização das conexões culturais e económicas, que reforçaram a amizade entre as duas nações.

Embora não existam registos concretos que atestem a presença de Émile Loubet no Museu Nacional dos Coches durante a sua visita a Portugal em 1905, seria plausível que o programa oficial, cuidadosamente delineado para impressionar um chefe de Estado estrangeiro, incluísse uma deslocação a este espaço recém-inaugurado. O Museu Nacional dos Coches, enquanto símbolo da cultura e do património nacional, detinha um papel de destaque no panorama museológico da época, sendo uma expressão do legado histórico e artístico português.

Adicionalmente, a rainha D. Amélia, mentora e impulsionadora do projeto que deu origem ao museu, tinha um claro interesse em divulgar e valorizar a cultura portuguesa junto de personalidades estrangeiras de relevo. Nesse sentido, uma visita ao Museu dos Coches teria constituído uma oportunidade ideal para apresentar a Émile Loubet uma faceta marcante da riqueza cultural portuguesa.

Caso Loubet não tenha visitado o museu pessoalmente, é igualmente provável que tenha tido contacto, de forma indireta, com referências à sua coleção ou com outras manifestações do património nacional. A sua visita oficial foi um momento cuidadosamente planeado para exibir as realizações culturais e históricas de Portugal, reforçando a imagem do país enquanto uma nação de tradição e prestígio cultural no panorama europeu.

- **1907**: Matilde de Saxe (1847-1927)



Figura 27- A Rainha Dona Amélia com a Princesa Matilde de Saxe (1907). Fotógrafo: Joshua Benoliel (1873-1932). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: JBN002130.

A princesa Matilde de Saxe-Coburgo-Gota (1847-1927) destacou-se como uma figura relevante da aristocracia europeia, mantendo estreitas ligações familiares com várias casas reais. Filha de Augusto de Saxe-Coburgo-Gota e da princesa Clementina de Orleães, era sobrinha do rei-consorte português D. Fernando II, que fora casado com a rainha D. Maria II, o que a tornava prima direita de D. Carlos I, rei de Portugal à época da sua visita ao país.

Em 1907, a princesa deslocou-se a Portugal no contexto do casamento da sua sobrinha, a princesa Augusta Vitória de Hohenzollern-Sigmaringen, com o infante D. Manuel de Bragança, duque de Beja, que mais tarde ascenderia ao trono como D. Manuel II, após o regicídio de 1908. O matrimónio, celebrado a 4 de novembro na Igreja de São Domingos, em Lisboa, constituiu um evento de grande relevância social e política para a corte portuguesa, reunindo várias figuras da realeza europeia.

A presença da princesa Matilde, para além do seu cariz familiar e protocolar, reforçava os laços dinásticos entre a casa de Saxe-Coburgo-Gota e a dinastia de Bragança. Durante a sua estadia, é altamente provável que tenha participado em diversas celebrações e eventos organizados em honra da ocasião. A sua visita simbolizava, assim, não apenas o fortalecimento das relações familiares, mas também a consolidação das redes diplomáticas que caracterizavam as monarquias

europeias no início do século XX, num período em que alianças dinásticas desempenhavam um papel de grande relevância política e cultural.

Dado o contexto da visita da princesa Matilde de Saxe-Coburgo-Gota a Lisboa em 1907, para o casamento do infante D. Manuel de Bragança, é plausível que a sua estadia tenha incluído uma programação cuidadosamente elaborada, composta por atividades culturais e visitas a locais emblemáticos da cidade. Entre esses, é provável que o Museu Nacional dos Coches, recém-inaugurado e promovido com grande empenho pela rainha D. Amélia, tenha sido integrado no itinerário das celebrações.

A rainha D. Amélia, conhecida pelo seu compromisso com a valorização e divulgação do património cultural português, teria certamente visto o museu como um elemento central da apresentação do legado histórico e artístico do país aos seus ilustres convidados. Neste sentido, a princesa Matilde, como membro da aristocracia europeia e figura proeminente na esfera social da época, estaria entre os destinatários naturais de tal iniciativa.

Embora não existam registos específicos ou fontes documentais que confirmem a visita da princesa Matilde ao Museu Nacional dos Coches, o seu perfil e o contexto do evento tornam bastante plausível que tenha tido contacto com este espaço museológico. Este tipo de programação cultural não só evidenciava a sofisticação da corte portuguesa como também sublinhava o empenho em promover a imagem de Portugal junto das elites europeias, num período em que as alianças dinásticas e os laços culturais desempenhavam um papel estratégico nas relações internacionais.

- **Guilherme de Hohenzollern** (1864-1927)



Figura 28- Visita do Príncipe Guilherme de Hohenzollern e da Princesa Matilde de Saxe a Portugal (1907). Fotógrafo: António Novais (1854-1940). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: ANV000101. Fotografia capturada entre 18 e 30 de março de 1907, durante a visita do Príncipe Guilherme de Hohenzollern e da Princesa Matilde de Saxe a Portugal. A imagem retrata o momento no Castelo de São Jorge, em Lisboa.

O príncipe Guilherme de Hohenzollern (1882-1951), membro da Casa de Hohenzollern-Sigmaringen, foi uma figura importante na aristocracia europeia, com laços familiares estreitos com várias casas reais, incluindo a portuguesa. Filho do príncipe Leopoldo de Hohenzollern-Sigmaringen e da princesa Vitória de Schaumburg-Lippe, ele foi um dos convidados de destaque para o casamento da princesa Augusta Vitória de Hohenzollern-Sigmaringen com o infante D. Manuel de Bragança, celebrado em Lisboa, em 1907.

Este evento teve grande relevância social e política, atraindo várias figuras da realeza e da aristocracia europeia. A presença do príncipe Guilherme sublinhou os vínculos dinásticos entre as casas reais de Hohenzollern e Bragança, refletindo a importância das alianças familiares no panorama político europeu da época. Além de participar nas festividades do casamento, é provável que tenha também participado em outras atividades sociais e culturais organizadas para os convidados da corte portuguesa.

A visita de Guilherme de Hohenzollern foi, portanto, um momento significativo, não só pela sua ligação direta à noiva, mas também como parte das interações protocolares e diplomáticas entre

as casas reais europeias. Neste contexto, é possível que o príncipe tenha sido convidado a visitar o Museu Nacional dos Coches, espaço recém-inaugurado e promovido pela rainha D. Amélia, como parte das atividades culturais organizadas para os convidados de prestígio. Embora não existam registos confirmando esta visita, seria natural incluir uma instituição cultural tão importante na programação de um evento de tal magnitude.

- **Rei de Saxe, Frederico Augusto III (1865-1932)**



Figura 29- O Rei de Saxe no Hipódromo de Belém (1907). Fotógrafo: Alberto Carlos Lima (1872-1949). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: LIM001953. Fotografia de 1907, capturada durante a visita real de Frederico Augusto III, Rei da Saxónia, ao hipódromo de Belém, em Lisboa, acompanhado por Carlos I, Rei de Portugal.

Frederico Augusto III (1865-1932), último rei da Saxónia, governou entre 1904 e 1918, durante um período conturbado da história europeia, marcado pela crescente tensão que levaria à Primeira Guerra Mundial. O seu reinado foi significativo no contexto das relações diplomáticas da Saxônia dentro do Império Alemão e nas dinâmicas políticas europeias.

Em 1907, o rei Frederico Augusto III visitou Portugal para participar nas festividades do casamento da princesa Augusta Vitória de Hohenzollern-Sigmaringen com o infante D. Manuel de Bragança, duque de Beja e futuro rei de Portugal (D. Manuel II). Este casamento, ocorrido em 4 de novembro de 1907, foi um evento de grande importância tanto na corte portuguesa como nas dinastias europeias, atraindo várias figuras da nobreza e das casas reais europeias.

A visita de Frederico Augusto III a Portugal teve um caráter diplomático e cerimonial, com o objetivo de reforçar as relações entre a Saxônia e Portugal. A sua presença nas cerimónias do casamento refletiu a importância das alianças dinásticas na Europa, especialmente entre as casas reais da Alemanha e de Portugal. A visita também serviu para consolidar a ligação entre a Casa de Wettin, da qual Frederico Augusto III era monarca, e a Casa de Bragança, estreitando os laços entre as famílias reais.

A presença do monarca saxão foi um gesto de prestígio, simbolizando o respeito e a amizade entre os dois países. Além das festividades associadas ao casamento, é possível que o rei tenha participado de outros eventos culturais ou de interesse mútuo, e, dado o papel de destaque do Museu Nacional dos Coches na corte portuguesa, seria plausível que o monarca tenha sido convidado a visitar esta instituição cultural, simbolizando o património e a sofisticação da realeza portuguesa. Embora não haja confirmação explícita dessa visita, ela teria sido condizente com o protocolo de visitas de figuras da realeza.

- **Rei do Sião, Chulalongkorn (1853-1910)**



Figura 30- Visita do Rei do Sião (1907). Fotógrafo: José Chaves Cruz (1870-1947). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: CRU000380. Fotografia capturada durante a visita real de Chulalongkorn, Rei da Tailândia, a Lisboa, em fevereiro de 1907. A imagem mostra a carruagem do rei, captada na Rua do Alecrim, na Misericórdia.

O rei Chulalongkorn (Rama V), nascido em 1853 e falecido em 1910, foi um monarca visionário e um dos governantes mais importantes da história do Sião (atualmente Tailândia). Assumiu o

trono em 1868 e manteve-se no poder até à sua morte. Durante o seu reinado, Chulalongkorn implementou reformas significativas no sistema administrativo, na educação, na saúde e na infraestrutura do país, além de procurar garantir a independência do Sião perante a crescente pressão das potências imperialistas ocidentais.

Em 1907, o rei Chulalongkorn realizou uma visita oficial a Portugal, parte de uma série de viagens diplomáticas pela Europa, com o objetivo de estreitar laços internacionais e modernizar o seu reino, absorvendo conhecimentos dos sistemas políticos e administrativos dos países europeus. A visita a Portugal foi um marco nas relações diplomáticas entre o Sião e Portugal, oferecendo uma oportunidade para o monarca tailandês aprender com as práticas europeias em áreas como administração e governança.

Durante a sua estadia, o rei foi recebido com grande honra pela monarquia portuguesa, então sob o reinado de D. Carlos I. Este encontro não só simbolizava o desejo de estreitar as relações entre o Sião e Portugal, como também representava uma oportunidade para Chulalongkorn explorar as possibilidades de cooperação económica e comercial entre os dois países.

A visita de Chulalongkorn a Portugal reflete a sua política externa pragmática e o seu empenho em projetar o Sião como uma nação moderna, capaz de dialogar com as potências ocidentais em pé de igualdade. Neste contexto, seria natural que o monarca tivesse visitado importantes instituições culturais e simbólicas do país, como o Museu Nacional dos Coches, um dos maiores patrimónios da corte portuguesa. Embora não existam registos específicos que confirmem essa visita, dada a relevância do Museu e o seu simbolismo para a monarquia portuguesa, é plausível que tenha sido incluído no programa da sua visita.

- **1909: Rei Afonso XIII de Espanha (1886-1941)**



Figura 31-A Rainha Dona Amélia, Afonso XIII de Espanha e Dom Manuel II (1909). Fotógrafo: Alberto Carlos Lima (1872-1949). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: LIM000283. Fotografia capturada entre 12 e 15 de fevereiro de 1909, durante a visita de Afonso XIII de Espanha a Vila Viçosa. A imagem mostra a Rainha Dona Amélia, o Rei Afonso XIII e Dom Manuel II, acompanhados por vestuário e uniformes típicos da época.

Afonso XIII de Espanha, nascido em 1886, foi o monarca de Espanha entre 1886 e 1931, período marcado por grandes desafios para a monarquia, incluindo uma série de crises políticas, sociais e militares. Embora tenha ascendido ao trono ainda bebé, após a morte do seu pai, Afonso XII, o seu reinado foi um dos mais conturbados da história de Espanha, caracterizado por tentativas de modernização e pela crescente instabilidade política, que culminou com a sua abdicação em 1931, quando a Segunda República Espanhola foi proclamada.

Em 1909, Afonso XIII realizou uma visita oficial a Portugal, evento de grande importância diplomática para os dois países. Esta visita aconteceu num momento de crescente tensão política na Europa, particularmente em relação ao contexto colonial e à rivalidade entre as potências europeias. A visita tinha como principal objetivo fortalecer os laços entre as duas monarquias ibéricas e discutir questões de interesse comum, nomeadamente a situação das colónias e as relações comerciais.

Durante a sua estadia, Afonso XIII foi recebido com grandes honras e pompa pelo rei D. Manuel II de Portugal, e a visita representou um gesto de boa vontade e de estreitamento das relações entre as duas nações. A presença do monarca espanhol em Lisboa foi uma oportunidade para

reforçar os laços dinásticos entre as casas reais de Espanha e Portugal, e para discutir temas de interesse internacional.

O programa da visita incluiu receções oficiais, banquetes e desfiles, assim como outras atividades protocolares que são comuns em visitas de Estado. Também foi uma oportunidade para se discutir assuntos de política internacional, como as questões coloniais, e para alinhar estratégias perante o crescente poder das potências europeias.

Neste contexto, é possível que, durante a visita de Afonso XIII a Lisboa, o Museu Nacional dos Coches tenha sido incluído no itinerário do monarca espanhol, dado o seu prestígio e relevância cultural para a monarquia portuguesa. A rainha D. Amélia, grande impulsionadora do museu, certamente o teria promovido aos seus ilustres convidados, como forma de destacar o património cultural e a sofisticação da corte portuguesa. Embora não existam registos concretos que confirmem a visita de Afonso XIII ao museu, dada a sua importância para a monarquia e o contexto diplomático da visita, é plausível que o monarca tenha sido convidado a conhecer esta instituição emblemática.

- **1910**: **Mawlay Abd el-Aziz (1881-1943)**



Figura 32- O Sultão de Marrocos em Belém (1910). Fotógrafo: Joshua Benoliel (1873-1932). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: JBN001953. Fotografia de 1910, capturando o momento da visita real de Muley Abdel Aziz, Sultão de Marrocos, em Belém, Lisboa.



Figura 33- Visita do Ex-Sultão de Marrocos Ab-del-Azzis ao Mosteiro dos Jerónimos (1910). Fotógrafo: Joshua Benoliel (1873-1932). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: JBN002876. Fotografia capturada em 1910 durante a visita de Muley Abdel Aziz, ex-sultão de Marrocos, ao Mosteiro dos Jerónimos, em Belém. A imagem foi publicada na Ilustração Portuguesa a 14 de novembro de 1910, na capa da revista.

Mawlay Abd el-Aziz foi sultão de Marrocos entre 1894 e 1908, pertencente à dinastia alauita. Subiu ao trono ainda criança, sucedendo ao seu pai, o sultão Hassan I, e o seu governo foi inicialmente tutelado por um regente. Durante o seu reinado, enfrentou grandes desafios internos, como revoltas tribais e oposição da aristocracia marroquina, além de pressões externas das potências europeias, particularmente da França, do Reino Unido e da Alemanha, que disputavam a influência sobre Marrocos. A sua tentativa de modernizar o país, introduzindo reformas administrativas e militares inspiradas nos modelos europeus, gerou forte resistência interna, especialmente entre as elites tradicionais. A sua posição enfraqueceu-se progressivamente, culminando na sua deposição em 1908, quando foi substituído pelo seu irmão, Mawlay Abd al-Hafid. Após a perda do trono, Abd el-Aziz retirou-se da política e passou a viver no estrangeiro, dedicando-se a uma vida mais discreta. Em 1910, o ex-sultão Mawlay Abd el-Aziz visitou Portugal, numa viagem sem caráter oficial, pois já não exercia poder político. A visita fez parte de um périplo por várias cidades europeias, durante o qual manteve contactos com círculos diplomáticos e aristocráticos. Em Lisboa, foi recebido com cortesia pelo rei D. Manuel II, que ainda governava Portugal na época. A sua presença despertou interesse, uma vez que havia sido uma figura central na política norte-africana e um símbolo das transformações e instabilidades de Marrocos no início do século XX. A visita de Abd el-Aziz a Portugal em 1910 foi, assim, um episódio de caráter mais social e privado do que político, refletindo o seu afastamento da governação e o seu interesse em manter relações com círculos europeus. Esse período também

coincidiu com um momento de grande instabilidade em Portugal, uma vez que meses depois, em outubro de 1910, a monarquia portuguesa seria derrubada e instaurada a Primeira República.

Dado o contexto da visita de Mawlay Abd el-Aziz a Portugal em 1910, é possível que o ex-sultão tenha tido a oportunidade de conhecer alguns dos espaços culturais e patrimoniais mais emblemáticos de Lisboa, incluindo o recém-inaugurado Museu Nacional dos Coches. Embora a sua viagem não tenha sido de caráter oficial, era comum que figuras de destaque, mesmo sem poder político ativo, fossem recebidas com deferência e convidadas a visitar locais de interesse histórico e artístico.

A rainha D. Amélia, grande impulsionadora do museu, tinha um interesse especial em promover o património cultural português junto de visitantes ilustres, especialmente membros da aristocracia e da realeza estrangeira. Assim, é plausível que Abd el-Aziz tenha sido convidado a conhecer esta instituição, que representava não apenas o esplendor da monarquia portuguesa, mas também a ligação histórica de Portugal com o mundo islâmico, dado que a coleção incluía coches e berlindas de embaixadas enviadas a países muçulmanos.

Embora não existam registos concretos que confirmem a visita do ex-sultão ao museu, o seu interesse em manter contactos com círculos diplomáticos e aristocráticos europeus torna plausível a sua presença em eventos e locais de relevância cultural durante a sua estadia em Lisboa.

- **Marechal Hermes da Fonseca (1855-1923)**



Figura 34- Dom Manuel II com o Marechal Hermes da Fonseca (1910). Fotógrafo: Alberto Carlos Lima (1872-1949). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: LIM000367. Fotografia capturada em outubro de 1910, mostrando Dom Manuel II, Rei de Portugal, juntamente com o Marechal Hermes da Fonseca, em Lisboa.

O Marechal Hermes da Fonseca (1855-1923) foi uma importante figura militar e política brasileira, sobrinho do Marechal Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente do Brasil. Hermes desempenhou um papel relevante na consolidação da República Brasileira, ocupando cargos de destaque no Exército e chegando ao posto de ministro da Guerra. Posteriormente, foi eleito o 8.º presidente do Brasil, governando entre 1910 e 1914. Em 1910, antes de assumir oficialmente a presidência, Hermes da Fonseca realizou uma viagem à Europa, incluindo uma visita a Portugal. A sua estadia em terras portuguesas ocorreu poucos meses antes da Revolução de 5 de outubro de 1910, que resultou na implantação da República e na abdicação do rei D. Manuel II. A visita teve um caráter diplomático e simbólico, pois era uma oportunidade para reforçar os laços históricos e culturais entre o Brasil e Portugal, marcados pela herança comum e pelas boas relações entre os dois países. A visita de Hermes a Portugal também refletia o interesse do Brasil em fortalecer a sua posição internacional, promovendo contatos com as monarquias europeias e consolidando sua

- **Marechal Hermes da Fonseca (1855-1923)**



Figura 34- Dom Manuel II com o Marechal Hermes da Fonseca (1910). Fotógrafo: Alberto Carlos Lima (1872-1949). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: LIM000367. Fotografia capturada em outubro de 1910, mostrando Dom Manuel II, Rei de Portugal, juntamente com o Marechal Hermes da Fonseca, em Lisboa.

O Marechal Hermes da Fonseca (1855-1923) foi uma importante figura militar e política brasileira, sobrinho do Marechal Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente do Brasil. Hermes desempenhou um papel relevante na consolidação da República Brasileira, ocupando cargos de destaque no Exército e chegando ao posto de ministro da Guerra. Posteriormente, foi eleito o 8.º presidente do Brasil, governando entre 1910 e 1914. Em 1910, antes de assumir oficialmente a presidência, Hermes da Fonseca realizou uma viagem à Europa, incluindo uma visita a Portugal. A sua estadia em terras portuguesas ocorreu poucos meses antes da Revolução de 5 de outubro de 1910, que resultou na implantação da República e na abdicação do rei D. Manuel II. A visita teve um caráter diplomático e simbólico, pois era uma oportunidade para reforçar os laços históricos e culturais entre o Brasil e Portugal, marcados pela herança comum e pelas boas relações entre os dois países. A visita de Hermes a Portugal também refletia o interesse do Brasil em fortalecer a sua posição internacional, promovendo contatos com as monarquias europeias e consolidando sua

imagem como uma jovem república estável e moderna. É provável que o marechal tenha participado de eventos protocolares e diplomáticos, sendo recebido pela monarquia portuguesa num momento em que a situação política em Portugal já era instável devido ao fortalecimento dos movimentos republicanos. A estadia de Hermes da Fonseca em Portugal, portanto, insere-se no contexto de aproximação diplomática e de intercâmbio político entre o Brasil e os países europeus, mesmo num momento em que o regime monárquico português estava à beira de ser substituído pelo regime republicano.

Durante a visita do Marechal Hermes da Fonseca a Portugal, em 1910, é plausível que o programa oficial incluísse atividades culturais e visitas a instituições emblemáticas do património português, como o Museu Nacional dos Coches. Este espaço, promovido pela rainha D. Amélia, era um símbolo da sofisticação e do legado histórico da monarquia portuguesa, frequentemente incluído nos itinerários de visitas de dignitários estrangeiros.

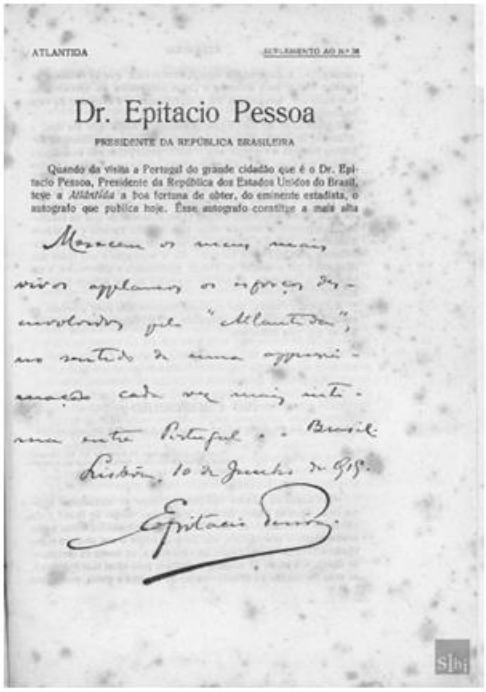
Apesar da visita de Hermes ter ocorrido num período de crescente instabilidade política em Portugal, a receção oficial ao marechal teria seguido os protocolos habituais, reforçando a cordialidade entre as duas nações. A eventual visita ao Museu Nacional dos Coches seria uma oportunidade para apresentar ao representante brasileiro a riqueza cultural de Portugal e as conexões históricas entre os dois países, especialmente tendo em conta a herança lusófona partilhada.

Ainda que não existam registos específicos que confirmem a presença de Hermes da Fonseca no museu, é natural que um local de tanto prestígio, inaugurado em 1905 e amplamente promovido pela corte portuguesa, tenha sido considerado no contexto das suas atividades oficiais. A presença do marechal no museu, caso tenha ocorrido, simbolizaria um gesto de apreço pelas tradições portuguesas e de reforço dos laços culturais e diplomáticos entre Brasil e Portugal.

- 1919: **Epitácio Pessoa (1865-1942)**



Figura 35- Chegada a Lisboa do Presidente da República do Brasil, Epitácio Pessoa, em Visita Oficial (1919). Fotógrafo: Serra Ribeiro. Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: EFC001403. Fotografia capturada em 1919, retratando a chegada do Presidente Epitácio Pessoa, do Brasil, a Lisboa, durante sua visita oficial. A imagem mostra o momento da chegada no cais, com destaque para as colunas.



ATLANTIDA

SUPPLEMENTO AO Nº 36

Dr. Epitacio Pessoa

PRESIDENTE DA REPÚBLICA BRASILEIRA

Quando da visita a Portugal do grande cidadão que é o Dr. Epitacio Pessoa, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, teve a *Atlântida* a boa fortuna de obter, do eminente estadista, o autografo que publica hoje. Êsse autografo constitue a mais alta

Figura 36- Breve mensagem de parabéns à Revista Atlântida, após a visita a Portugal em 1919. Hemeroteca Digital. Suplemento ao nº 36.

encontros políticos e protocolares, a visita teve um caráter simbólico, representando o reconhecimento mútuo da importância da parceria entre Brasil e Portugal num contexto pós-guerra. Pouco depois da sua viagem a Portugal, Epitácio Pessoa foi eleito presidente do Brasil, assumindo o cargo em julho de 1919. A sua passagem por Lisboa inseriu-se, assim, numa fase de grande projeção internacional, consolidando a presença diplomática do Brasil na Europa e fortalecendo as relações luso-brasileiras.

Dado o contexto da visita de Epitácio Pessoa a Portugal em 1919, é provável que a sua estadia tenha incluído uma programação oficial que englobasse encontros políticos, receções diplomáticas e visitas a locais de destaque cultural e histórico. O Museu Nacional dos Coches, sendo um dos espaços mais emblemáticos do património português, pode ter sido um dos locais sugeridos para demonstrar a riqueza cultural do país ao estadista brasileiro.

O museu, criado por iniciativa da rainha D. Amélia em 1905, era já um dos principais pontos de interesse de Lisboa, destacando-se pelo seu acervo único de coches e viaturas da Casa Real e da aristocracia portuguesa. No contexto da visita de Epitácio Pessoa, uma passagem por este espaço representaria uma oportunidade para reforçar os laços históricos e culturais entre Brasil e Portugal, evidenciando o legado comum das duas nações.

Embora não haja registos específicos que confirmem uma visita oficial de Epitácio Pessoa ao museu, a sua presença em Lisboa, associada à relevância do Museu Nacional dos Coches como símbolo do património português, torna plausível que tenha tido contacto com esta instituição, como parte das iniciativas de diplomacia cultural promovidas pelo governo republicano português.

- **1920: Rei Alberto I (1875-1942) e a sua esposa Elisabeth da Bélgica (1876-1965)**



Figura 38- Rei Alberto I e Rainha Elizabete da Bélgica (1900). Fotógrafa: Sophia Goudtikker. Dimensões: 16,5 x 10,6 cm. Arquivo: Palácio Nacional da Ajuda. Nº de Inventário: 61497. Retrato de estúdio do casal real, em plano americano, com o Rei Alberto I (1875-1934) em fato escuro e gravata, e a Rainha Elizabete (1876-1965) em vestido claro, colar de pérolas e pulseiras, segurando as luvas nas mãos.



Figura 39- Visita de Alberto I da Bélgica e de sua esposa (1920). Fotógrafo: Joshua Benoliel (1873-1932). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo: Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: JBN002099. otografia capturada durante a visita real de Alberto I da Bélgica e sua esposa, a Rainha Isabel, a Lisboa em 1920.

O rei Alberto I (1875-1934) e a rainha Elisabeth da Bélgica (1876-1965) foram figuras importantes da monarquia belga e tiveram um papel de destaque durante e após a Primeira Guerra Mundial. Alberto I foi o terceiro rei dos belgas, reinando de 1909 até à sua morte em 1934, e ficou conhecido como o "Rei Soldado" por liderar o seu exército durante o conflito, particularmente na defesa do território belga na frente ocidental. A rainha Elisabeth, por sua vez, era conhecida pelo seu envolvimento humanitário durante a guerra, especialmente como enfermeira e pelo seu apoio às vítimas do conflito.

Em 1920, o rei Alberto I e a rainha Elisabeth realizaram uma visita oficial a Portugal. Esta visita teve como objetivo principal reforçar as relações diplomáticas e culturais entre os dois países, num período de reconstrução pós-guerra e de reorganização das relações internacionais. Portugal, que também tinha participado da Primeira Guerra Mundial ao lado dos Aliados, estava a procurar afirmar o seu lugar no cenário europeu, enquanto a Bélgica tentava recuperar-se das devastadoras consequências do conflito no seu território.

A visita real foi um momento de grande importância para Portugal, que ainda vivia sob o regime republicano instaurado em 1910. Durante a estadia, Alberto I e Elisabeth foram calorosamente

recebidos pelo presidente da República Portuguesa, António José de Almeida, e participaram em várias cerimónias e eventos oficiais que celebravam a amizade entre as duas nações.

Além do caráter diplomático, a visita dos soberanos belgas teve também uma dimensão simbólica, representando o fortalecimento dos laços entre Portugal e a Bélgica, dois países que partilhavam o compromisso com a paz e a cooperação internacional no pós-guerra. É provável que a rainha Elisabeth, com o seu forte interesse pelas artes e pela cultura, tenha mostrado interesse na rica herança cultural portuguesa, incluindo visitas a locais de destaque, como museus e monumentos históricos, tais como o Museu Nacional dos Coches, apesar de não se terem verificado registos do mesmo.

A passagem do casal real belga por Portugal em 1920 foi, assim, um marco significativo nas relações bilaterais, celebrando a aliança entre dois países que procuravam reconstruir-se e reafirmar-se no cenário europeu e global após a Grande Guerra.

- **1940: Duque de Kent (1902-1942)**



Figura 40- Exposição do Mundo Português, Duque de Kent (30 de junho de 1940). Fotógrafo: António Bivar (1903-1964). Dimensões: 35 mm. Arquivo: Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: ANB000143. Fotografia registrada durante a visita do Duque de Kent à Exposição do Mundo Português, realizada em Belém, Lisboa, em 1940.

O duque de Kent, Jorge de Kent (1902-1942), foi um membro da família real britânica, filho do rei Jorge V e da rainha Maria, e irmão mais novo do rei Jorge VI. Casado com a princesa Marina da Grécia e Dinamarca, desempenhou um papel diplomático e representativo para o Reino Unido, especialmente em missões internacionais. Em 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, o duque de Kent visitou Portugal numa missão diplomática. O Reino Unido tinha um grande interesse em manter boas relações com Portugal, que se mantinha neutro no conflito, sob a governação de António de Oliveira Salazar. A visita do duque inseriu-se num contexto de reforço das relações luso-britânicas, garantindo que Portugal mantivesse a sua neutralidade favorável aos Aliados e evitando qualquer influência do Eixo no país. Portugal era um ponto estratégico durante a guerra, principalmente devido às bases nos Açores, que tinham uma posição crucial para o controlo do Atlântico. A diplomacia britânica procurava assegurar que estas ilhas não caíssem sob o domínio alemão, além de manter uma relação próxima com Salazar, que tinha mostrado alguma inclinação para cooperar com os britânicos, apesar da sua política de neutralidade. Assim, a visita do duque de Kent a Portugal em 1940 teve um caráter essencialmente político e diplomático, inserindo-se nos esforços britânicos para garantir a estabilidade das relações com Portugal durante um dos momentos mais críticos da Segunda Guerra Mundial.

Embora não haja registos específicos ou documentações históricas que confirmem uma visita do duque de Kent ao Museu Nacional dos Coches durante a sua estadia em Portugal em 1940, é uma possibilidade plausível, dada a importância cultural do museu e o tipo de visita oficial que realizava.

1905

João de Alarcão Velasques Sarmento Osório:



Figura 41- Retrato de João de Alarcão. Autor: Desconhecido. Fonte: Pedro Almeida Vieira.

Em 1905, João de Alarcão (1854-1918), então Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria de Portugal durante o reinado de D. Carlos I e da rainha D. Amélia, destacou-se como uma das personalidades ilustres que visitaram o recém-inaugurado Museu Nacional dos Coches. A sua presença no evento inaugural reveste-se de particular importância, dado o seu papel relevante no contexto régio português e na esfera governativa da época.

Embora não se tenham identificado registos fotográficos ou quaisquer objetos doados por João de Alarcão ao acervo do Museu, a sua participação na cerimónia inaugural é amplamente documentada por fontes da época, evidenciando a estreita relação entre o poder político e as iniciativas culturais promovidas pela Casa Real. A presença do Ministro, por convite direto da rainha D. Amélia, sublinha a importância atribuída à nova instituição museológica como um símbolo de modernização e afirmação cultural do país no início do século XX.

Fernando de Serpa:



Figura 42- Retrato do Senhor Fernando de Serpa.

Ainda no ano de 1905, Fernando de Serpa (1855-1929), então Inspetor dos Palácios Reais e oficial às ordens do Rei de Portugal, foi um dos visitantes ilustres do Museu Nacional dos Coches. Figura de destaque na estrutura da Casa Real, Fernando de Serpa distinguiu-se por ter sido o último administrador-geral da Fazenda da Casa Real, desempenhando um papel crucial na gestão do património régio.

À semelhança de João de Alarcão (1854-1918), a sua visita ao Museu ocorreu por convite expresso da rainha D. Amélia, fundadora da instituição. Este facto sublinha a relevância atribuída ao Museu Nacional dos Coches no contexto da valorização do património nacional e da afirmação da monarquia perante a sociedade da época. Não obstante a inexistência de registos iconográficos que documentem este evento, as fontes disponíveis permitem confirmar a sua presença, evidenciando a importância da cerimónia de inauguração como um marco significativo no panorama cultural português.

Alfredo de Albuquerque:



Figura 43- Retrato do Tenente-Coronel do Regimento de Lanceiros 2, Alfredo Augusto José de Albuquerque. Museu: Museu Nacional dos Coches. Nº de Inventário: HD 0122. Autor: Vidal & Fonseca (Fotógrafo). Datação: 1906.



Figura 44- Descrição do retrato de Afonso de Albuquerque. Funções desempenhadas pelo primeiro diretor do Museu. Museu Nacional dos Coches. Nº de inventário: HD 0122. Autor: Vidal & Fonseca (Fotógrafo). Datação: 1906.

Alfredo de Albuquerque (1875-?), juntamente com as personalidades anteriormente mencionadas, integrou o núcleo de visitantes ilustres recebidos pelo Museu Nacional dos Coches aquando da sua inauguração em 1905. À semelhança dos demais, o então Estribeiro-Menor da Casa Real e Tenente-Coronel foi convidado a participar na cerimónia inaugural por iniciativa da rainha D. Amélia. Para além da relevância dos cargos que ocupava, a sua presença justificava-se, sobretudo,

pelo contributo prestado à monarca no decurso da concretização do projeto de reabilitação do Picadeiro Real e sua conversão em Museu.

Alfredo de Albuquerque desempenhou um papel determinante neste processo, facto que culminou na sua nomeação como primeiro Diretor oficial do Museu Nacional dos Coches. Apesar de não se terem identificado registos iconográficos que atestem a sua presença na inauguração, a documentação escrita existente confirma inequivocamente a sua participação na consolidação desta instituição museológica. Sendo uma figura central na gestão e organização do Museu, é seguro afirmar que frequentou este espaço em diversas ocasiões ao longo do seu mandato, contribuindo para a definição da identidade e do percurso inicial da instituição.

Severiano Monteiro:



Figura 45- Inauguração da sucursal de O Século no Dafundo. Data: 10 de julho de 1928. Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0010/0998C. Cota atual: Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais n.º 10, doc. Arquivo: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Data de criação: 16 de outubro de 2008. Última modificação: 19 de maio de 2022. Descrição: Identificados no álbum- José de Oliveira (1), Policarpo Fernandes da Graça (2), Frederico Gomes (3), Fausto Joaquim Gil (4), **Severiano Monteiro (5)**, Francisco Monteiro (6), José Moreira Rato (7), Manuel F. de Simas (8), Joaquim Abellard de Macedo (9), Arinando de Carvalho (10). Este

documento refere-se à inauguração da sucursal do jornal O Século no Dafundo, com as identidades das pessoas presentes no evento registadas no álbum.

Ainda em 1905, Severiano Monteiro (?-?), identificado pelo número 5 na fotografia supracitada, então Diretor-Geral do Ministério das Obras Públicas, esteve presente na inauguração do Museu Nacional dos Coches, realizada a 23 de maio, a convite da rainha D. Amélia.

Embora não existam registos fotográficos que atestem a sua participação no evento, a sua presença encontra-se documentada em fontes escritas da época, o que confirma o seu envolvimento nesta ocasião solene. A sua deslocação ao Museu insere-se no contexto da estreita colaboração entre esta instituição e o Ministério das Obras Públicas, sublinhando o papel fundamental do governo na implementação e valorização do património nacional.

Rosendo da Carvalheira:



Figura 46- Rosendo Carvalheira, arquiteto. Data: Antes de 1911. Dimensão: 9 x 14 cm (postal). Autor(es): Autor não identificado. Nome associado: Papelaria e Tipografia de Paulo Guedes e Saraiva (1905-1922) (edição). Código de referência: PT/AMLSB/BPI/000542. Arquivo: Arquivo Municipal de Lisboa. Este documento consiste em um postal não circulado, publicado por Paulo Guedes e Saraiva, com uma fotografia de Rosendo Garcia Carvalheira, arquiteto.



Figura 47- Verso do postal: "Os Nossos Artistas Bilhete Postal 42 - 1568 Guedes Rua Aurea, 80 Lisboa" do retrato do arquiteto Rosendo de Carvalheira. Código de referência: PT/AMLSB/BPI/000542. Arquivo: Arquivo Municipal de Lisboa.

No âmbito da inauguração do Museu Nacional dos Coches, em 1905, destacou-se igualmente a presença do arquiteto da Corte, Rosendo Carvalheira (1861-1919), a quem foi confiada a responsabilidade pelo projeto de adaptação do Picadeiro Real a espaço museológico.

À semelhança dos demais convidados ilustres, não se encontram registos fotográficos que comprovem a sua presença no evento inaugural. No entanto, fontes documentais e diversos relatos atestam a sua participação na cerimónia. Ademais, considerando o seu papel determinante na concretização deste projeto de reabilitação, é razoável inferir que a sua presença no Museu tenha sido uma constante ao longo do desenvolvimento das obras e após a sua conclusão.

José Malhoa:



Figura 48- José Malhoa (Pintor). Museu: Museu Nacional do Teatro e da Dança. Nº de Inventário: MNT 255964. Categoria: Espólio documental. Autor: Castellano, Sevilla. Postal com o retrato do pintor José Malhoa (José Vital Branco Malhoa) (1855-1933), quando este era um homem de meia idade. Na margem inferior do postal, está a reprodução da sua assinatura. O postal faz parte da coleção "Os Nossos Artistas" nº 9. Incorporação: Desconhecido. Este postal retrata José Malhoa, um dos pintores mais importantes da história da arte portuguesa, e faz parte de uma coleção dedicada a artistas notáveis.

No mesmo contexto das personalidades anteriormente mencionadas, destaca-se a presença do pintor José Malhoa (1855-1933) na inauguração do Museu Nacional dos Coches, em 1905, a convite da rainha D. Amélia. A sua ligação ao espaço antecede, contudo, este momento, uma vez que foi um dos artistas responsáveis pelas pinturas decorativas em vários salões do antigo Picadeiro Real, contribuindo ativamente para a adaptação do edifício à sua nova função museológica.

Embora não existam registos iconográficos que comprovem a sua presença no evento inaugural, a sua participação está devidamente documentada em fontes escritas. Para além disso, dado o seu envolvimento direto na execução das obras de adaptação do Picadeiro a Museu, é razoável inferir que a sua presença no espaço tenha sido recorrente ao longo do processo de transformação e concretização do projeto.

Francisco Figueira:



Figura 49- Tenente Francisco Figueira Freire da Câmara, Oficial às Ordens de El-Rei D. Carlos I. Autor: Desconhecido (Fotógrafo não identificado). Francisco Figueira Freire da Câmara, Oficial às Ordens de El-Rei D. Carlos I, que abateu Manuel Buíça e Alfredo Costa durante o Regicídio de 1908. Data: 1898. Origem: Palácio do Correio Velho: Leilão 365 ("Leilão Coleção Teresa e Joaquim Ribeiro da Cunha - Médico"), 12-14 de dezembro de 2018, Lote 794.

O Tenente Francisco Figueira Freire da Câmara (?-?), figura de relevo na história militar do país e ajudante do Infante D. Afonso, esteve igualmente presente no Museu Nacional dos Coches em 1905, a convite da rainha D. Amélia.

Embora não existam registos fotográficos que documentem a sua presença no evento inaugural, a sua participação está confirmada por fontes descritivas, nas quais o seu nome integra a lista oficial de convidados para a cerimónia de inauguração deste novo espaço museológico. A sua presença reflete a ligação simbólica e institucional entre o Museu e a esfera militar e aristocrática, valorizando ainda mais a importância do evento no contexto da época.

"(...) Pelas 4 horas e um quarto da tarde, chegou ao local do Museu, o Sr. João de Alarcão, Ministro das Obras Públicas, que fora convidado por Sua Majestade a Rainha para assistir à inauguração do Museu, estando já ali os Srs. Fernando de Serpa, Inspector dos Reaes Palácios; Tenente-Coronel Alfredo de Albuquerque, Estribeiro-Menor da Casa Real; Severiano Monteiro, Director-Geral do Ministério das Obras Públicas; Arquitecto Rosendo de Carvalheira; Pintor J. Malhôa; Tenente Francisco Figueira, ajudante de Sua Alteza o Infante Senhor D. Afonso; Falcão Rodrigues e Frederico Ribeiro, distinto construtor civil que, com aquele estadista, ficaram no átrio aguardando a Chegada da Rainha.

Figura 50- Excerto de notícia no jornal "O Século", referente aos convidados para o dia da inauguração do Museu, por parte da Rainha D. Amélia. BESSONE, S. (coord.) – De Picadeiro a Museu, De Museu a Picadeiro. [S.l.]: [s.n.], 1995. p. 10-128.

1929:

Inventor Marconi:



Figura 51- Inventor Marconi. *United States Library of Congress's Prints and Photographs division*. Data: 1908.



Figura 52- Visita de Guglielmo Marconi, inventor, ao Museu dos Coches. Data de Produção: 25 de setembro de 1929. Código de Referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0014/1329D. Arquivo: Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais nº 14 e Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Data de Criação: 30/10/2008.



Figura 53- Guglielmo Marconi, inventor, à saída do Museu dos Coches. Data de Produção: 25 de setembro de 1929. Código de Referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0014/1330D. Arquivo: Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais nº 14 e Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Data de Criação: 30/10/2008.

Guglielmo Marconi (1874-1937) foi um cientista, engenheiro e inventor italiano amplamente reconhecido como o pai da rádio. Ele é creditado pela invenção do sistema de telegrafia sem fios, tendo realizado a primeira transmissão transatlântica de sinais de rádio em 1901. O seu trabalho revolucionou as comunicações no início do século XX e lançou as bases para o desenvolvimento de tecnologias modernas como a rádio, a televisão e as telecomunicações. Em 1929, Marconi visitou Portugal no contexto do desenvolvimento e expansão das comunicações sem fios. A sua viagem foi de caráter técnico e diplomático, e estava relacionada com a implementação e modernização de sistemas de telecomunicações no país. Portugal, na época governado pelo regime autoritário de António de Oliveira Salazar, procurava modernizar as suas infraestruturas e fortalecer a sua capacidade de comunicação, especialmente para as suas colónias, como Angola e Moçambique, onde a telegrafia sem fios era fundamental para manter as ligações com a metrópole. Durante a sua visita, Marconi esteve envolvido em encontros técnicos e oficiais para avaliar e contribuir para a instalação de novas estações de rádio em Portugal. Ele participou na inauguração de infraestruturas relacionadas com as telecomunicações e deu contributos técnicos para a melhoria dos sistemas portugueses. A presença de Marconi em Portugal representava um reconhecimento da importância estratégica das comunicações sem fios num mundo cada vez mais interligado. Além do aspeto técnico, a visita de Marconi teve também um simbolismo político e diplomático. A presença de uma figura tão prestigiada internacionalmente foi recebida como um sinal de progresso e modernidade para Portugal, numa altura em que o regime de Salazar procurava projetar uma imagem de estabilidade e avanço técnico. Portanto, a vinda de Marconi a Portugal em 1929 foi um marco importante no desenvolvimento das comunicações no país, contribuindo para a modernização das infraestruturas de telecomunicações e fortalecendo a ligação entre Portugal e as suas colónias ultramarinas.

1930:

Príncipes japoneses de Takamatsu:

- **Príncipe Nobuhito Takamatsu (1905-1987)**



Figura 54- Príncipe Takamatsu. Data: 1940. Seção de Fotografia da Seção de Comunicação do Exército.

- **Princesa Takamatsu (1911-2004)**



Figura 55- Princesa Takamatsu Kikuko. Data: Antes de 1937. O livro *Kōshitsu Kōzoku Seikan Shōwa-hen*, publicado em 1937 pela Associação de Cultura Oriental.

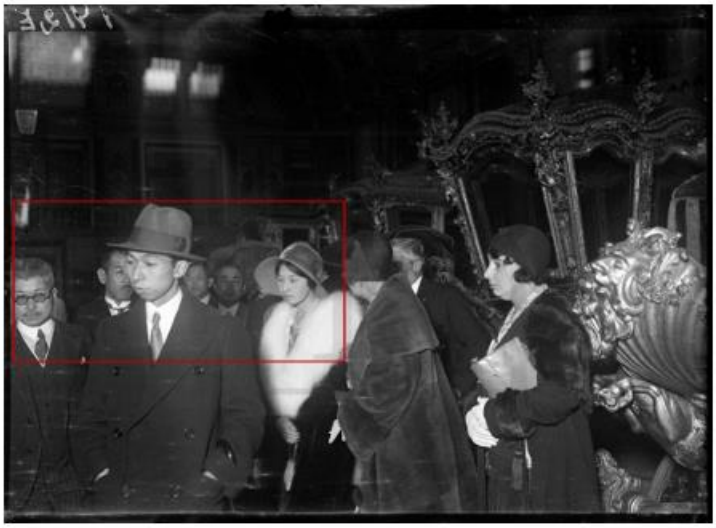


Figura 56- Visita dos príncipes japoneses ao Museu dos Coches. Data: 10 de novembro de 1930. Museu dos Coches, Lisboa. Empresa Pública Jornal O Século. Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0018/1412E. Cota atual: Álbum Geral n.º 18, documento e Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

O príncipe Takamatsu (1905-1987) foi um membro da família imperial do Japão, irmão mais novo do imperador Hirohito. O seu nome de nascimento era Nobuhito, e recebeu o título de

príncipe Takamatsu após ser designado para fundar uma nova casa imperial. Casou-se com a princesa Kikuko Takamatsu (1911-2004), tornando-se um casal de grande importância na diplomacia japonesa. Em 1930, os príncipes Takamatsu realizaram uma visita oficial a Portugal como parte de uma viagem mais ampla pela Europa. Esta deslocação inseriu-se num contexto de fortalecimento das relações diplomáticas e culturais entre o Japão e os países europeus, num período em que o Japão procurava reforçar a sua presença internacional e estreitar laços com potências ocidentais. A visita a Portugal teve um caráter simbólico e protocolar, sendo recebida com grande interesse pelas autoridades portuguesas. Na época, Portugal encontrava-se sob a governação da Ditadura Nacional (que daria origem ao Estado Novo em 1933), e procurava projetar uma imagem de estabilidade e de relações exteriores equilibradas. A presença dos príncipes japoneses reforçava a importância das relações luso-nipónicas, que remontavam ao século XVI, quando os primeiros portugueses chegaram ao Japão. Durante a estadia em Portugal, os príncipes participaram em receções oficiais e visitas a locais de interesse histórico e cultural, como foi o caso do Museu Nacional dos Coches.

A visita dos príncipes Takamatsu em 1930 representou um momento significativo nas relações diplomáticas entre Portugal e o Japão, simbolizando a amizade entre as duas nações e a intenção de manter boas relações num cenário internacional em mudança.

1935:

Intelectuais estrangeiros:



Figura 57- Visita dos intelectuais estrangeiros ao Museu dos Coches. Data: 8 de junho de 1935. Museu dos Coches, Lisboa. Empresa Pública Jornal O Século. Código de referência:

PT/TT/EPJS/SF/001-001/0035/1032J. Cota atual: Álbum Geral n.º 35, documento e Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

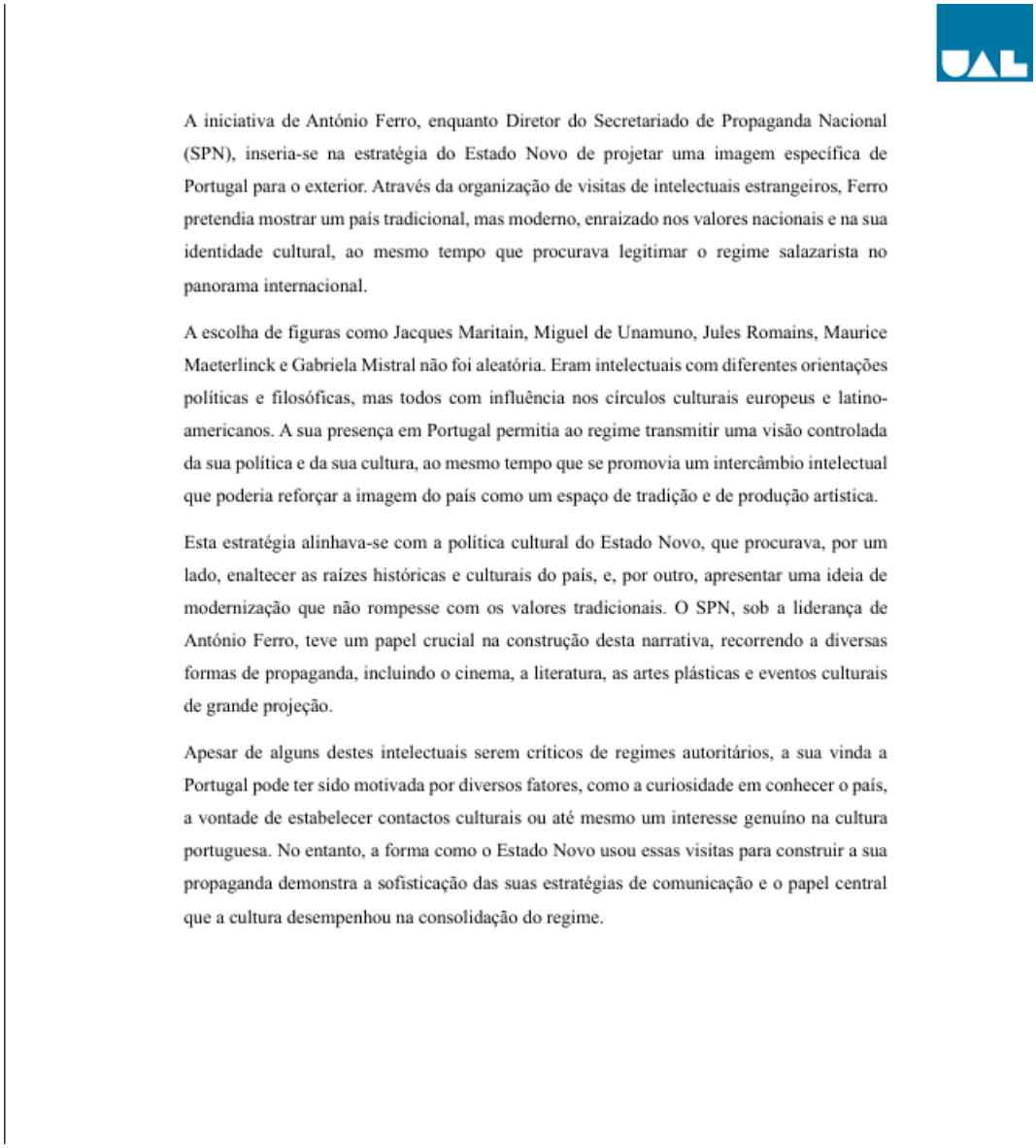


Figura 58- Intelectuais estrangeiros à saída do Museu dos Coches. Data: 8 de junho de 1935. Museu dos Coches, Lisboa. Empresa Pública Jornal O Século. Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0035/1033J. Cota atual: Álbum Geral n.º 35, documento e Arquivo Nacional da Torre do Tombo.


TRIBUNA LIVRE

Os intelectuais estranjeiros

Figura 59- Artigo publicado no jornal "A voz", secção "Tribuna Livre": "*Os intelectuais estranjeiros*". Autor: Pimenta, Alfredo. Arquivo Alfredo Pimenta. Este artigo descreve parte dos intelectuais que se deslocaram a Portugal em 1935, no âmbito do convite feito por António Ferro.



A iniciativa de António Ferro, enquanto Diretor do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), inseria-se na estratégia do Estado Novo de projetar uma imagem específica de Portugal para o exterior. Através da organização de visitas de intelectuais estrangeiros, Ferro pretendia mostrar um país tradicional, mas moderno, enraizado nos valores nacionais e na sua identidade cultural, ao mesmo tempo que procurava legitimar o regime salazarista no panorama internacional.

A escolha de figuras como Jacques Maritain, Miguel de Unamuno, Jules Romains, Maurice Maeterlinck e Gabriela Mistral não foi aleatória. Eram intelectuais com diferentes orientações políticas e filosóficas, mas todos com influência nos círculos culturais europeus e latino-americanos. A sua presença em Portugal permitia ao regime transmitir uma visão controlada da sua política e da sua cultura, ao mesmo tempo que se promovia um intercâmbio intelectual que poderia reforçar a imagem do país como um espaço de tradição e de produção artística.

Esta estratégia alinhava-se com a política cultural do Estado Novo, que procurava, por um lado, enaltecer as raízes históricas e culturais do país, e, por outro, apresentar uma ideia de modernização que não rompesse com os valores tradicionais. O SPN, sob a liderança de António Ferro, teve um papel crucial na construção desta narrativa, recorrendo a diversas formas de propaganda, incluindo o cinema, a literatura, as artes plásticas e eventos culturais de grande projeção.

Apesar de alguns destes intelectuais serem críticos de regimes autoritários, a sua vinda a Portugal pode ter sido motivada por diversos fatores, como a curiosidade em conhecer o país, a vontade de estabelecer contactos culturais ou até mesmo um interesse genuíno na cultura portuguesa. No entanto, a forma como o Estado Novo usou essas visitas para construir a sua propaganda demonstra a sofisticação das suas estratégias de comunicação e o papel central que a cultura desempenhou na consolidação do regime.

Documento 3 (Abaixo)- *Printscreen* da Lista de documentos e respetivos locais de origem para a exposição. Realizado durante o estágio curricular e entregue no dia 29 de janeiro de 2025.

Museu Nacional dos Coches

Lista de documentos e respetivos locais de origem para integrar a futura exposição

2024/2025

Ana Rita Piedade (Estagiária da Universidade Autónoma de Lisboa)

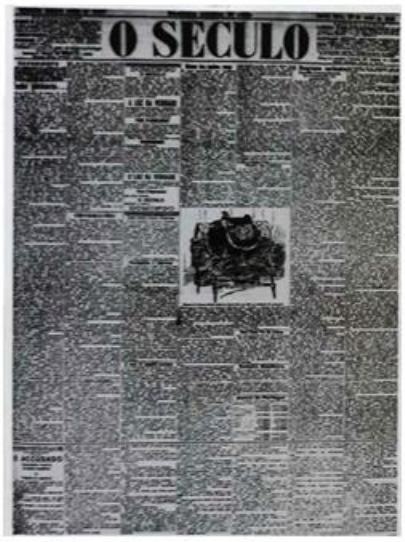


Figura 1- Reprodução de Microfilme, retirado da primeira página do jornal "O Século", dia 26 de maio de 1905. Notícia da abertura das portas do Museu ao público, após a sua inauguração pela Rainha D. Amélia.

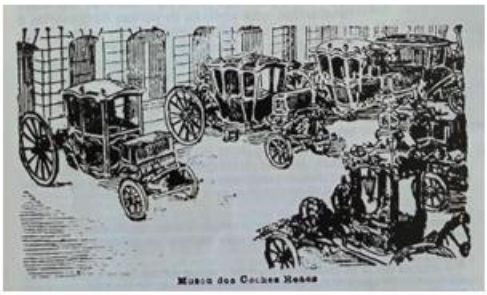


Figura 2- Edição do jornal "O Século" do dia 24 de maio de 1905, com uma ilustração da notícia da inauguração do Museu no dia 23 de maio de 1905.



Auto de inauguração
do
Museu dos Coches Reais
no antigo Picadeiro do Palácio de Belém.

Aos vinte e dois dias do mês de maio do mil novecentos e cinco (anno de 1905), se inaugurou este Museu achando-se presente Sua Magestade a Rainha Senhora Dona Amelia e as pessoas abaixo assignadas.

Figura 3- Auto de inauguração do Museu dos Coches Reais no antigo Picadeiro do Palácio de Belém, Lisboa 23 de maio de 1905. Museu: Museu Nacional dos Coches. Nº de Inventário: HD 0120. Autor: Atanázio, José (-). Datação: 1905.



MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares

1.ª Repartição

Em 25 de agosto ultimo foi notificada a esta Secretaria de Estado, pelo Conselho Federal Suisso, a adhesão, a partir de 1 de janeiro de 1909, da Colonia de Surinam (Guyana Hollandesa), aos acordos, assinados em Roma aos 26 de maio de 1906, para a permutação de cartas e caixas com valor declarado e para o serviço de cobranças.

O que se faz publico para os fins convenientes.

Direcção Geral dos Negocios Commerciaes, em 1 de setembro de 1908.=*Eduardo Montufar Barreiros.*

D. do G., n.º 199, de 5 de setembro de 1908.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

Direcção Geral da Marinha

2.ª Repartição

Tendo a pratica mostrado que o serviço de registo das embarcações de serviço de portos e rios que, pelos artigos 132.º e 135.º do regulamento de 1 de dezembro de 1892, compete exclusivamente aos capitães dos portos, sobrecarrega extraordinariamente a escrituração na sede das capitanias, pois que nestas, alem das embarcações privativas do porto, teem de lançar os registos das pertencentes ás diversas delegações maritimas, e sendo conveniente desdobrar este serviço, a fim de aliviar o referido pessoal de serviços que reconhecidamente devem competir aos delegados maritimos: manda Sua Majestade El-Rei, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, que, emquanto não for discutido o projecto de lei, apresentado em 5 de agosto do corrente anno, que trata da reorganização dos departamentos maritimos, fique competindo ás delegações maritimas a execução do artigo 132.º para as embarcações de trafego local, sendo assim provisoriamente alterado o artigo 135.º do regulamento de 1892.

Paço, em 2 de setembro de 1908.=*Augusto Vidal de Castilho Barreto e Noronha.*

D. do G., n.º 197, de 3 de setembro de 1908.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

Secretaria Geral

D. MANUEL, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que as Côrtes Geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º A dotação de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Manuel II é fixada, como nos reinados constitucionaes anteriores, na quantia de 1:000$000 réis diarios, e será abonada desde o dia 2 de fevereiro d'este anno.

§ unico. A dotação de Sua Alteza o Serenissimo Senhor Infante D. Affonso Henriques, Duque do Porto, é fixada em 16:000$000 réis annuaes, a contar da mesma data.

Art. 2.º Por cedencia expressa de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Manuel II, ficam pertencendo á Fazenda Nacional e encorporados nos proprios d'ella o Paço de Belem e os Paços de Caxias e Queluz, casas, quintas e mais dependencias, deixando de permanecer como até agora na posse e usufruto da Coroa.

§ 1.º O Palacio de Belem será especialmente destinado ao alojamento de Chefes de Estado, Principes e missões estrangeiras que vierem em visita official a Lisboa, ficando para esse fim a cargo do Ministerio dos Negocios Estrangeiros.

§ 2.º Os Palacios de Caxias e Queluz, casas, quintas e mais dependencias terão a applicação especial que por lei se determinar; e emquanto não for promulgada essa lei a sua administração compete á Direcção Geral da Estatistica e dos Proprios Nacionaes.

§ 3.º Ficam a cargo do Ministerio das Obras Publicas a conservação e reparação dos paços que permanecem na posse da Coroa, mediante os orçamentos previamente approvados pelas estancias competentes, e até a importancia das verbas que para esse fim, e com designação especial, se inscreverem no orçamento do mesmo Ministerio.

§ 4.º O Museu dos Coches, estabelecido no antigo picadeiro do Palacio de Belem, é considerado Museu Nacional.

Art. 3.º As despesas com as viagens officiaes que o Rei tiver de fazer dentro ou fora do país, e com a recepção official de Chefes de Estado estrangeiros, serão pagas pelo Thesouro, até a importancia das verbas que para esse fim forem legalmente autorizadas.

Art. 4.º Nenhuma outra quantia, alem das menciona-

Figura 4- Excerto da Carta de Lei de 3 de setembro de 1908, com destaque para o art. 2.º, alínea 4.ª, que comprova a alteração do Museu dos Coches para o patamar de Museu Nacional.



Figura 5- Retrato oval da Rainha D. Amélia de Orléans e Bragança, fundadora do Museu dos Coches Reais. A rainha aparece sentada, com um manto de arminho, vestido de seda rosa pálido

e adornos de pérolas e brilhantes, segurando duas rosas brancas no regaço. Autor: Vittorio Matteo Corcos(1905).Museu Nacional dos Coches
Número de Inventário: HD 0032. A obra foi oferecida à República Portuguesa em 1945, após a vontade expressa pela rainha em 1939.



Figura 6- Manto Régio da Rainha D. Amélia (1886). Manto de corte em veludo rosa "*argenté*", forrado em cetim da mesma cor, com delicado bordado fitomórfico e detalhes em fio de prata. A gola alta, lanceolada, é adornada com pequenas folhas bordadas. Autor: Autoria desconhecida. Museu Nacional dos Coches. Número de Inventário: HD 0001.



Figura 7- Recorte de Periódico: Casamento Real de D. Carlos e D. Amélia – Chegada da Princesa a Portugal (1886). Autor: Autoria desconhecida. Museu Nacional dos Coches. Número de Inventário: HD 0887. itografia ilustrando a chegada da princesa à estação ferroviária de Santa Apolónia, em Lisboa. A imagem foi publicada na revista A Ilustração, em junho de 1886.



Figura 8- Cortejo Real da Visita do Presidente Loubet a Lisboa com D. Carlos no Coche da Coroa (1905). Autor: Mcespi. Museu Nacional dos Coches. Número de Inventário: IC 0117.



Figura 9- A Rainha Dona Amélia com a Princesa Matilde de Saxe (1907). Fotógrafo: Joshua Benoliel (1873-1932). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: JBN002130.



Figura 10- Visita do Príncipe Guilherme de Hohenzollern e da Princesa Matilde de Saxe a Portugal (1907). Fotógrafo: António Novais (1854-1940). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: ANV000101. Fotografia capturada entre 18 e 30 de março de 1907, durante a visita do Príncipe Guilherme de Hohenzollern e da Princesa Matilde de Saxe a Portugal. A imagem retrata o momento no Castelo de São Jorge, em Lisboa.



Figura 11- O Rei de Saxe no Hipódromo de Belém (1907). Fotógrafo: Alberto Carlos Lima (1872-1949). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: LIM001953. Fotografia de 1907, capturada durante a visita real de Frederico Augusto III, Rei da Saxónia, ao hipódromo de Belém, em Lisboa, acompanhado por Carlos I, Rei de Portugal.



Figura 12- Visita do Rei do Sião (1907). Fotógrafo: José Chaves Cruz (1870-1947). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: CRU000380. Fotografia capturada durante a visita real de Chulalongkorn, Rei da Tailândia, a Lisboa, em fevereiro de 1907. A imagem mostra a carruagem do rei, captada na Rua do Alecrim, na Misericórdia.



Figura 13-A Rainha Dona Amélia, Afonso XIII de Espanha e Dom Manuel II (1909). Fotógrafo: Alberto Carlos Lima (1872-1949). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: LIM000283. Fotografia capturada entre 12 e 15 de fevereiro de 1909, durante a visita de Afonso XIII de Espanha a Vila Viçosa. A imagem mostra a Rainha Dona Amélia, o Rei Afonso XIII e Dom Manuel II, acompanhados por vestuário e uniformes típicos da época.



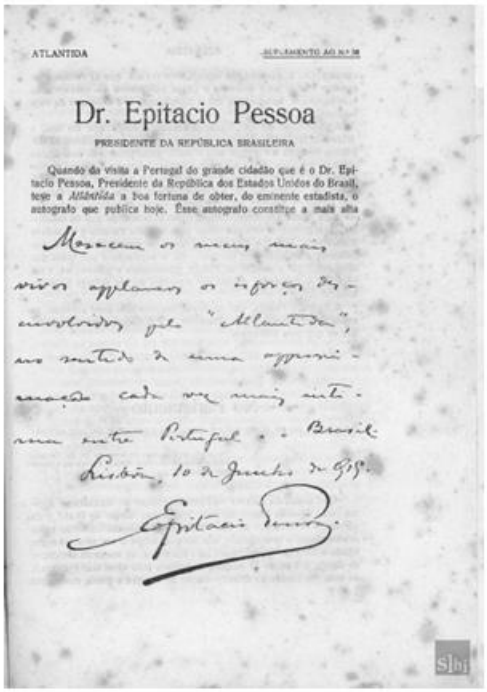
Figura 14- O Sultão de Marrocos em Belém (1910). Fotógrafo: Joshua Benoliel (1873-1932). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: JBN001953. Fotografia de 1910, capturando o momento da visita real de Muley Abdel Aziz, Sultão de Marrocos, em Belém, Lisboa.



Figura 15- Dom Manuel II com o Marechal Hermes da Fonseca (1910). Fotógrafo: Alberto Carlos Lima (1872-1949). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: LIM000367.



Figura 16- Chegada a Lisboa do Presidente da República do Brasil, Epitácio Pessoa, em Visita Oficial (1919). Fotógrafo: Serra Ribeiro. Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: EFC001403. Fotografia capturada em 1919, retratando a chegada do Presidente Epitácio Pessoa, do Brasil, a Lisboa, durante sua visita oficial. A imagem mostra o momento da chegada no cais, com destaque para as colunas.



ATLANTIDA

Dr. Epitacio Pessoa

PRESIDENTE DA REPÚBLICA BRASILEIRA

Quando da visita a Portugal do grande cidadão que é o Dr. Epitacio Pessoa, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, teve a *Atlântida* a boa fortuna de obter, do eminente estadista, o autografo que publica hoje. Êsse autografo constitue a mais alta

Figura 17- Breve mensagem de parabéns à Revista Atlântida, após a visita a Portugal em 1919. Hemeroteca Digital. Suplemento ao nº 36.



6 ATLANTIDA

consagração a que poderia aspirar esta revista, que se fundou e se mantem e vive para defender a causa nobilissima da aproximação luso-brasileira, entre todas util à dignificação e à expansão da raça lusitana.

Agradecendo ao Dr. Epitacio Pessoa a honra que lhe deu, a *Atlântida* faz votos calorosos para que a visita do Presidente da República fraterna a Portugal seja o inicio duma politica de realisações praticas entre os dois paises que tanto se querem e que só governantes mal orientados podem ter afastado um do outro. A agudeza intelligencia, o raro talento, a notavel cultura do Dr. Epitacio Pessoa são, porém, a garantia absoluta de que essa politica vae efectivar-se em toda a sua amplitude, certos, como estamos, de que os estadistas portuguezes a saberão olhar com o maior carinho e o cuidado mais attento. Brasil e Portugal, vibrando no mesmo ideal latino, trabalhando pela grandeza comum — eis a aspiração a que todos que teem entre nós o sentido do Futuro, governantes e governados, e sobretudo, a mocidade, devem dar o melhor do seu esforço e da sua alma.

A Epitacio Pessoa, que no Brasil, encarna esse ideal supremo, as saudações entusiasticas da *Atlantida*, e a admiração comovida de todos os que nela trabalham.

No Parlamento

O DISCURSO DO DR. NUNO SIMÕES, DEPUTADO E DIRECTOR DA «ATLANTIDA»

No ensaio do Congresso em honra do Snr. Dr. Epitacio Pessoa o deputado Dr. Nuno Simões, director da *Atlantida* disse o seguinte:

«Que suava da palavra não porque tivesse de acrescentar alguma coisa de novo depois do justo e caloroso elogio do Brasil e da afectuosa homenagem ao seu ilustre Presidente eleito, feitos pelos oradores que o precederam, mas porque, tendo o seu obscuro nome ligado à obra de aproximação, luso-brasileira, se sentia na obrigação de dirigir, em nome de quantos trabalham pelo ideal luso brasileiro, as suas saudações ao Brasil — nação de riqueza e gloria, nossa irmã

Figura 18- Nota de agradecimento a Epitácio Pessoa pelos esforços enviados para o efeito de um estreitamento das relações luso-brasileiras, por ocasião da sua visita a Portugal (1919). Revista Atlântida. Hemeroteca Digital de Lisboa, suplemento ao nº 36.



Figura 19- Rei Alberto I e Rainha Elizabete da Bélgica (1900). Fotógrafa: Sophia Goudtikker. Dimensões: 16,5 x 10,6 cm. Arquivo: Palácio Nacional da Ajuda. Nº de Inventário: 61497. Retrato de estúdio do casal real, em plano americano, com o Rei Alberto I (1875-1934) em fato escuro e gravata, e a Rainha Elizabete (1876-1965) em vestido claro, colar de pérolas e pulseiras, segurando as luvas nas mãos.



Figura 20- Visita de Alberto I da Bélgica e de sua esposa (1920). Fotógrafo: Joshua Benoliel (1873-1932). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo: Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: JBN002099.

otografia capturada durante a visita real de Alberto I da Bélgica e sua esposa, a Rainha Isabel, a Lisboa em 1920.



Figura 21- Exposição do Mundo Português, Duque de Kent (30 de junho de 1940). Fotógrafo: António Bivar (1903-1964). Dimensões: 35 mm. Arquivo: Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: ANB000143. Fotografia registrada durante a visita do Duque de Kent à Exposição do Mundo Português, realizada em Belém, Lisboa, em 1940.



Figura 22- Retrato de João de Alarcão. Autor: Desconhecido. Fonte: Pedro Almeida Vieira.



Figura 23- Retrato do Senhor Fernando de Serpa.



Figura 24- Retrato do Tenente-Coronel do Regimento de Lanceiros 2, Alfredo Augusto José de Albuquerque. Museu: Museu Nacional dos Coches. Nº de Inventário: HD 0122. Autor: Vidal & Fonseca (Fotógrafo). Datação: 1906.



Figura 25- Descrição do retrato de Afonso de Albuquerque. Funções desempenhadas pelo primeiro diretor do Museu. Museu Nacional dos Coches. Nº de inventário: HD 0122. Autor: Vidal & Fonseca (Fotógrafo). Datação: 1906.



Figura 26- Inauguração da sucursal de O Século no Dafundo. Data: 10 de julho de 1928. Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0010/0998C. Cota atual: Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais n.º 10, doc. Arquivo: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Data de criação: 16 de outubro de 2008. Última modificação: 19 de maio de 2022. Descrição: Identificados no álbum- José de Oliveira (1), Policarpo Fernandes da Graça (2), Frederico Gomes

(3), Fausto Joaquim Gil (4), **Severiano Monteiro (5)**, Francisco Monteiro (6), José Moreira Rato (7), Manuel F. de Simas (8), Joaquim Abellard de Macedo (9), Arinando de Carvalho (10). Este documento refere-se à inauguração da sucursal do jornal O Século no Dafundo, com as identidades das pessoas presentes no evento registadas no álbum.



Figura 27- Rosendo Carvalheira, arquiteto. Data: Antes de 1911. Dimensão: 9 x 14 cm (postal). Autor(es): Autor não identificado. Nome associado: Papelaria e Tipografia de Paulo Guedes e Saraiva (1905-1922) (edição). Código de referência: PT/AMLSB/BPI/000542. Arquivo: Arquivo Municipal de Lisboa. Este documento consiste em um postal não circulado, publicado por Paulo Guedes e Saraiva, com uma fotografia de Rosendo Garcia Carvalheira, arquiteto.



Figura 28- Verso do postal: "Os Nossos Artistas Bilhete Postal 42 - 1568 Guedes Rua Aurea, 80 Lisboa" do retrato do arquiteto Rosendo de Carvalheira. Código de referência: PT/AMLSB/BPI/000542. Arquivo: Arquivo Municipal de Lisboa.



Figura 29- José Malhoa (Pintor). Museu: Museu Nacional do Teatro e da Dança. Nº de Inventário: MNT 255964. Categoria: Espólio documental. Autor: Castellano, Sevilla. Postal com o retrato do pintor José Malhoa (José Vital Branco Malhoa) (1855-1933), quando este era um homem de meia idade. Na margem inferior do postal, está a reprodução da sua assinatura. O postal faz parte da coleção "Os Nossos Artistas" nº 9. Incorporação: Desconhecido. Este postal retrata José Malhoa, um dos pintores mais importantes da história da arte portuguesa, e faz parte de uma coleção dedicada a artistas notáveis.



Figura 30- Tenente Francisco Figueira Freire da Câmara, Oficial às Ordens de El-Rei D. Carlos I. Autor: Desconhecido (Fotógrafo não identificado). Francisco Figueira Freire da Câmara, Oficial às Ordens de El-Rei D. Carlos I, que abateu Manuel Buíça e Alfredo Costa durante o Regicídio de 1908. Data: 1898. Origem: Palácio do Correio Velho: Leilão 365 ("Leilão Coleção Teresa e Joaquim Ribeiro da Cunha - Médico"), 12-14 de dezembro de 2018, Lote 794.

"(...) Pelas 4 horas e um quarto da tarde, chegou ao local do Museu, o Sr. João de Alarcão, Ministro das Obras Públicas, que fora convidado por Sua Majestade a Rainha para assistir à inauguração do Museu, estando já ali os Srs. Fernando de Serpa, Inspector dos Reaes Palácios; Tenente-Coronel Alfredo de Albuquerque, Estribeiro-Menor da Casa Real; Severiano Monteiro, Director-Geral do Ministério das Obras Públicas; Arquitecto Rosendo de Carvalheira; Pintor J. Malhôa; Tenente Francisco Figueira, ajudante de Sua Alteza o Infante Senhor D. Afonso; Falcão Rodrigues e Frederico Ribeiro, distinto construtor civil que, com aquele estadista, ficaram no átrio aguardando a Chegada da Rainha.

Figura 31- Excerto de notícia no jornal "O Século", referente aos convidados para o dia da inauguração do Museu, por parte da Rainha D. Amélia. BESSONE, S. (coord.) – De Picadeiro a Museu, De Museu a Picadeiro. [S.l.]: [s.n.], 1995. p. 10-128.



Figura 32- Inventor Marconi. *United States Library of Congress's Prints and Photographs division*. Data: 1908.



Figura 33- Visita de Guglielmo Marconi, inventor, ao Museu dos Coches. Data de Produção: 25 de setembro de 1929. Código de Referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0014/1329D. Arquivo: Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais nº 14 e Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Data de Criação: 30/10/2008.



Figura 34- Guglielmo Marconi, inventor, à saída do Museu dos Coches. Data de Produção: 25 de setembro de 1929. Código de Referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0014/1330D. Arquivo: Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais nº 14 e Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Data de Criação: 30/10/2008.



Figura 35- Príncipe Takamatsu. Data: 1940. Seção de Fotografia da Seção de Comunicação do Exército.



Figura 36- Princesa Takamatsu Kikuko. Data: Antes de 1937. O livro *Kōshitsu Kōzoku Seikan Shōwa-hen*, publicado em 1937 pela Associação de Cultura Oriental.

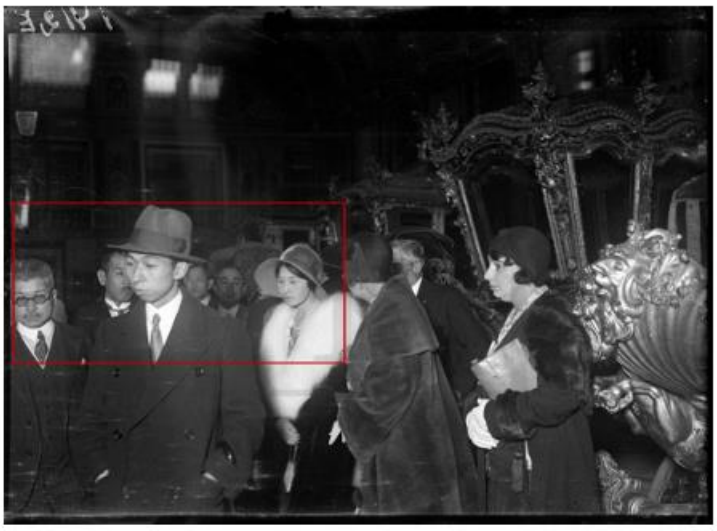


Figura 37- Visita dos príncipes japoneses ao Museu dos Coches. Data: 10 de novembro de 1930. Museu dos Coches, Lisboa. Empresa Pública Jornal O Século. Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0018/1412E. Cota atual: Álbum Geral n.º 18, documento e Arquivo Nacional da Torre do Tombo.



Figura 38- Visita dos intelectuais estrangeiros ao Museu dos Coches. Data: 8 de junho de 1935. Museu dos Coches, Lisboa. Empresa Pública Jornal O Século. Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0035/1032J. Cota atual: Álbum Geral n.º 35, documento e Arquivo Nacional da Torre do Tombo.



Figura 39- Intelectuais estrangeiros à saída do Museu dos Coches. Data: 8 de junho de 1935. Museu dos Coches, Lisboa. Empresa Pública Jornal O Século. Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0035/1033J. Cota atual: Álbum Geral n.º 35, documento e Arquivo Nacional da Torre do Tombo.



TRIBUNA LIVRE

Os intelectuais estranjeiros

Figura 40- Artigo publicado no jornal "A voz", secção "Tribuna Livre": "*Os intelectuais estranjeiros*". Autor: Pimenta, Alfredo. Arquivo Alfredo Pimenta. Este artigo descreve parte dos intelectuais que se deslocaram a Portugal em 1935, no âmbito do convite feito por António Ferro.

Documento 4 (Abaixo)- *Printscreen* das Legendas e descritivos das peças do acervo do museu, com o objetivo de serem utilizados na exposição. Realizado durante o estágio curricular e entregue no dia 29 de janeiro de 2025.

Museu Nacional dos Coches

Legendas e descritivos das peças para a Exposição

2024/2025

Ana Rita Piedade (Estagiária da Universidade Autónoma de Lisboa)



Figura 1- Interior do Museu Nacional dos Coches, ainda no edifício do Picadeiro, nos inícios de 1905.



Figura 2- Representação da fachada principal do Picadeiro Real já enquanto Museu, nas décadas de 30/40.



Figura 3- Retrato do Rei D. João V. Neste momento sob a alçada do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.



Figura 4- Postal referente à Exposição Universal de Paris em 1900.



Figura 5- Artigo de capa do jornal francês "*Le Petit Journal*", representando a inauguração da Exposição Universal de Paris, 1900.



Figura 6- Representação de um espaço expositivo da Exposição Universal de Paris, 1900.



Figura 7- Vídeo que retrata a antecipação sentida pela Exposição Universal de Paris em 1900, durante uma emissão de telejornal francesa.



Figura 8- Retrato da Rainha D. Amélia, retirado pelo fotógrafo Joshua Benoliei em 1906.



Figura 9- Retrato de Rosendo de Carvalheira, em formato postal. Autor material: Guedes, Rua Aurea, 80 - Lisboa (edição).

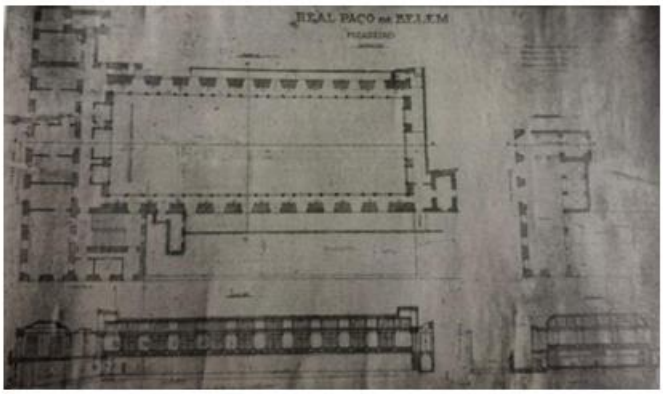


Figura 10- Planta de adaptação do Picadeiro Real a Museu, da autoria do arquiteto Rosendo Carvalheira.



Figura 11- Retrato do pintor José Malhoa, em formato postal anterior ao ano de 1911. Autor(es): Autor não identificado. Nome associado: Papelaria e Tipografia de Paulo Guedes e Saraiva. 1905-1922.



Figura 12- Retrato a óleo, realizado por José Malhoa e fotografado por Joshua Benoliel, na Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Medicina.

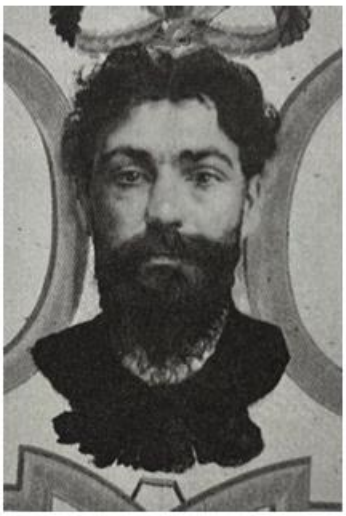


Figura 13- António Conceição e Silva retratado numa pintura existente no teto da galeria poente do Salão Nobre do Museu Nacional dos Coches, ainda no antigo Picadeiro Real.



Figura 14- Pormenor pintado no teto do Picadeiro Real, referente aos artistas e envolvidos no embelezamento e estruturação do espaço. Autoria: Nuno Augusto MNC, fev. 2024.



Figura 15- Pormenor da inscrição do livro representado na pintura do primeiro medalhão oval. Autoria: Nuno Augusto MNC, fev. 2024.

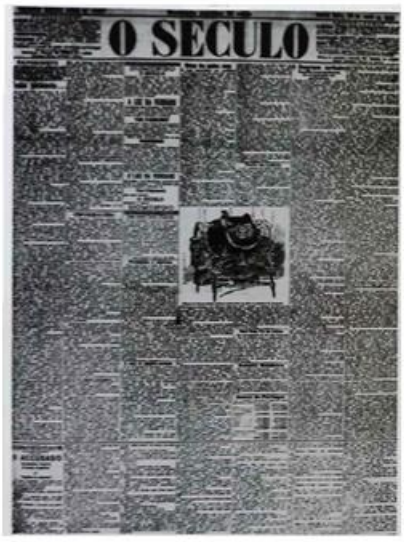


Figura 16- Reprodução de Microfilme, retirado da primeira página do jornal "O Século", dia 26 de maio de 1905. Notícia da abertura das portas do Museu ao público, após a sua inauguração pela Rainha D. Amélia.

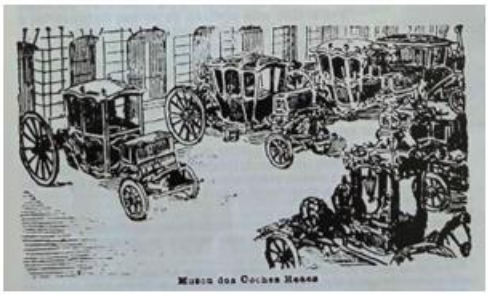


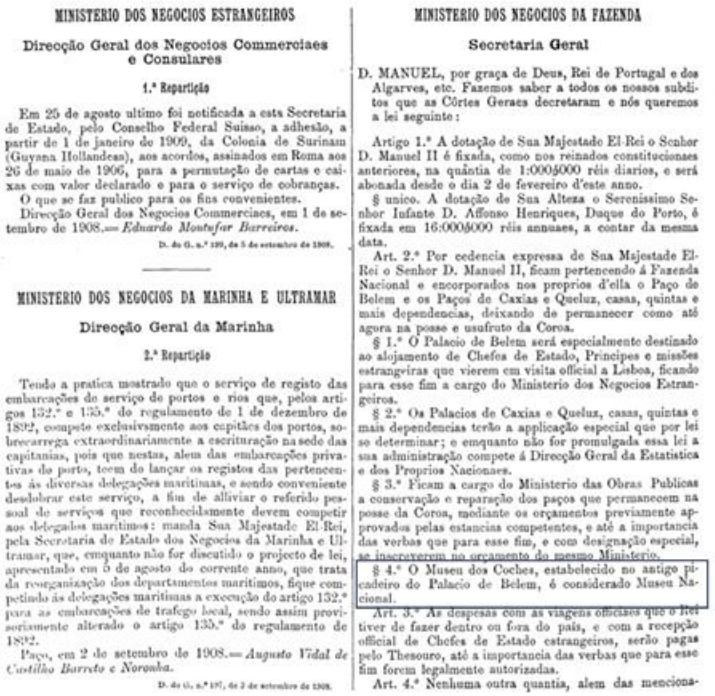
Figura 17- Edição do jornal "O Século" do dia 24 de maio de 1905, com uma ilustração da notícia da inauguração do Museu no dia 23 de maio de 1905.


Auto de inauguração
do
Museu dos Coches Reaes
no antigo Picadeiro do Palácio de Belem.

Aos vinte e três dias do mês de maio de mil novecentos e cinco (anno de 1905), se inauguraram este Museu achando-se presente Sua Magestade a Rainha Senhora Dona Amelia e as pessoas abaixo assignadas.

D. Amelia Saxe.

Figura 18- Auto de inauguração do Museu dos Coches Reais no antigo Picadeiro do Palácio de Belém, Lisboa 23 de maio de 1905. Museu: Museu Nacional dos Coches. Nº de Inventário: HD 0120. Autor: Atanázio, José (-). Datação: 1905.



MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares

1.ª Repartição

Em 25 de agosto ultimo foi notificada a esta Secretaria de Estado, pelo Conselho Federal Suisso, a adhesão, a partir de 1 de janeiro de 1909, da Colonia de Surinam (Guyana Hollandeza), aos accordos, assinados em Roma aos 26 de maio de 1906, para a permutação de cartas e caixas com valor declarado e para o serviço de cobranças.

O que se faz publico para os fins convenientes.

Direcção Geral dos Negocios Commerciaes, em 1 de setembro de 1908.— *Eduardo Montufar Barreiros.*

D. do G. n.º 199, de 5 de setembro de 1908.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

Direcção Geral da Marinha

2.ª Repartição

Tendo a pratica mostrado que o serviço de registo das embarcações de serviço de portos e rios que, pelos artigos 132.º e 135.º do regulamento de 1 de dezembro de 1892, compete exclusivamente aos capitães dos portos, sobrecarrega extraordinariamente a escripturação na sede das capitanias, pois que nestas, alem das embarcações privativas do porto, teem do lançar os registos das pertencentes ás diversas delegações maritimas, e sendo conveniente desdobrar este serviço, a fim de aliviar o referido pessoal de serviços que reconhecidamente devem competir aos delegados maritimos: manda Sua Majestade El-Rei, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, que, emquanto não for discutido o projecto de lei, apresentado em 5 de agosto do corrente anno, que trata da reorganização dos departamentos maritimos, fique competindo ás delegações maritimas a execução do artigo 132.º para as embarcações de trafego local, sendo assim provisoriamente alterado o artigo 135.º do regulamento de 1892.

Paço, em 2 de setembro de 1908.— *Augusto Vidal de Castilho Barreto e Noronha.*

D. do G. n.º 197, de 3 de setembro de 1908.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

Secretaria Geral

D. MANUEL, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que as Côrtes Geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º A dotação de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Manuel II é fixada, como nos reinados constitucionaes anteriores, na quantia de 1:000$000 réis diarios, e será abonada desde o dia 2 de fevereiro d'este anno.

§ unico. A dotação de Sua Alteza o Serenissimo Senhor Infante D. Affonso Henriques, Duque do Porto, é fixada em 16:000$000 réis annuaes, a contar da mesma data.

Art. 2.º Por cedencia expressa de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Manuel II, ficam pertencendo á Fazenda Nacional e encorporados nos proprios d'ella o Paço de Belem e os Paços de Caxias e Queluz, casas, quintas e mais dependencias, deixando de permanecer como até agora na posse e usufruto da Coroa.

§ 1.º O Palacio de Belem será especialmente destinado ao alojamento de Chefes de Estado, Principes e missões estrangeiras que vierem em visita official a Lisboa, ficando para esse fim a cargo do Ministerio dos Negocios Estrangeiros.

§ 2.º Os Palacios de Caxias e Queluz, casas, quintas e mais dependencias terão a applicação especial que por lei se determinar; e emquanto não for promulgada essa lei a sua administração compete á Direcção Geral da Estatistica e dos Proprios Nacionaes.

§ 3.º Ficam a cargo do Ministerio das Obras Publicas a conservação e reparação dos paços que permanecem na posse da Coroa, mediante os orçamentos previamente approvados pelas estancias competentes, e até a importancia das verbas que para esse fim, e com designação especial, se inscreverem no orçamento do mesmo Ministerio.

§ 4.º O Museu dos Coches, estabelecido no antigo picadeiro do Palacio de Belem, é considerado Museu Nacional.

Art. 3.º As despesas com as viagens officiaes que o Rei tiver de fazer dentro ou fora do paiz, e com a recepção official de Chefes de Estado estrangeiros, serão pagas pelo Thesouro, até a importancia das verbas que para esse fim forem legalmente autorizadas.

Art. 4.º Nenhuma outra quantia, alem das menciona-

Figura 19- Excerto da Carta de Lei de 3 de setembro de 1908, com destaque para o art. 2.º, alínea 4.ª, que comprova a alteração do Museu dos Coches para o patamar de Museu Nacional.



Figura 20- Autorretrato de Luciano Freire realizado em 1895. Pertence atualmente ao Museu de Arte Contemporânea- Museu do Chiado. Autor: Luciano Freire. Nº de inventário: 37980 TC. Nº de objeto: 796.



Figura 21- Retrato de Luis Keil. Autoria de Photographia Sobral - Quem é Quem na Museologia Portuguesa. Datação: 1910-1915.



Figura 22- Retrato oval da Rainha D. Amélia de Orléans e Bragança, fundadora do Museu dos Coches Reais. A rainha aparece sentada, com um manto de arminho, vestido de seda rosa pálido e adornos de pérolas e brilhantes, segurando duas rosas brancas no regaço. Autor: Vittorio Matteo Corcos(1905).Museu Nacional dos Coches
Número de Inventário: HD 0032. A obra foi oferecida à República Portuguesa em 1945, após a vontade expressa pela rainha em 1939.



Figura 23- Manto Régio da Rainha D. Amélia (1886). Manto de corte em veludo rosa "argenté", forrado em cetim da mesma cor, com delicado bordado fitomórfico e detalhes em fio de prata. A gola alta, lanceolada, é adornada com pequenas folhas bordadas. Autor: Autoria desconhecida. Museu Nacional dos Coches. Número de Inventário: HD 0001.



Figura 24- Rainha D. Amélia a usar o seu Manto Régio (1886). Manto de corte em veludo rosa "argenté", forrado em cetim da mesma cor, com delicado bordado fitomórfico e detalhes em fio de prata. A gola alta, lanceolada, é adornada com pequenas folhas bordadas. Autor: Autoria desconhecida. Museu Nacional dos Coches. Número de Inventário: HD 0001.



Figura 25- Recorte de Periódico: Casamento Real de D. Carlos e D. Amélia – Chegada da Princesa a Portugal (1886). Autor: Autoria desconhecida. Museu Nacional dos Coches. Número de Inventário: HD 0887. itografia ilustrando a chegada da princesa à estação ferroviária de Santa Apolónia, em Lisboa. A imagem foi publicada na revista A Ilustração, em junho de 1886.



Figura 26- Cortejo Real da Visita do Presidente Loubet a Lisboa com D. Carlos no Coche da Coroa (1905). Autor: Mcespi. Museu Nacional dos Coches. Número de Inventário: IC 0117.



Figura 27- A Rainha Dona Amélia com a Princesa Matilde de Saxe (1907). Fotógrafo: Joshua Benoliel (1873-1932). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: JBN002130.



Figura 28- Visita do Príncipe Guilherme de Hohenzollern e da Princesa Matilde de Saxe a Portugal (1907). Fotógrafo: António Novais (1854-1940). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: ANV000101. Fotografia capturada entre 18 e 30 de março de 1907, durante a visita do Príncipe Guilherme de Hohenzollern e da Princesa Matilde de Saxe a Portugal. A imagem retrata o momento no Castelo de São Jorge, em Lisboa.



Figura 29- O Rei de Saxe no Hipódromo de Belém (1907). Fotógrafo: Alberto Carlos Lima (1872-1949). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: LIM001953. Fotografia de 1907, capturada durante a visita real de Frederico Augusto III, Rei da Saxónia, ao hipódromo de Belém, em Lisboa, acompanhado por Carlos I, Rei de Portugal.



Figura 30- Visita do Rei do Sião (1907). Fotógrafo: José Chaves Cruz (1870-1947). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: CRU000380. Fotografia capturada durante a visita real de Chulalongkorn, Rei da Tailândia, a Lisboa, em fevereiro de 1907. A imagem mostra a carruagem do rei, captada na Rua do Alecrim, na Misericórdia.



Figura 31-A Rainha Dona Amélia, Afonso XIII de Espanha e Dom Manuel II (1909). Fotógrafo: Alberto Carlos Lima (1872-1949). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: LIM000283. Fotografia capturada entre 12 e 15 de fevereiro de 1909, durante a visita de Afonso XIII de Espanha a Vila Viçosa. A imagem mostra a Rainha Dona Amélia, o Rei Afonso XIII e Dom Manuel II, acompanhados por vestuário e uniformes típicos da época.



Figura 32- O Sultão de Marrocos em Belém (1910). Fotógrafo: Joshua Benoliel (1873-1932). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: JBN001953. Fotografia de 1910, capturando o momento da visita real de Muley Abdel Aziz, Sultão de Marrocos, em Belém, Lisboa.



Figura 33- Visita do Ex-Sultão de Marrocos Ab-del-Azzis ao Mosteiro dos Jerónimos (1910). Fotógrafo: Joshua Benoliel (1873-1932). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: JBN002876. Fotografia capturada em 1910 durante a visita de Muley Abdel Aziz, ex-sultão de Marrocos, ao Mosteiro dos Jerónimos, em Belém. A imagem foi publicada na Ilustração Portuguesa a 14 de novembro de 1910, na capa da revista.

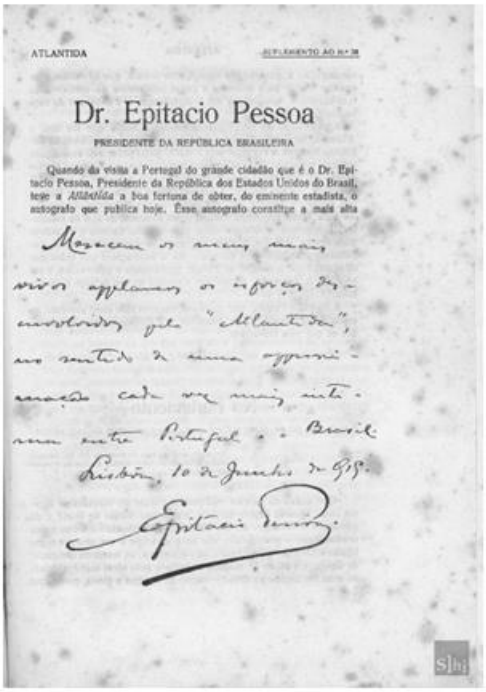


Figura 34- Dom Manuel II com o Marechal Hermes da Fonseca (1910). Fotógrafo: Alberto Carlos Lima (1872-1949). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: LIM000367.

Fotografia capturada em outubro de 1910, mostrando Dom Manuel II, Rei de Portugal, juntamente com o Marechal Hermes da Fonseca, em Lisboa.



Figura 35- Chegada a Lisboa do Presidente da República do Brasil, Epitácio Pessoa, em Visita Oficial (1919). Fotógrafo: Serra Ribeiro. Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: EFC001403. Fotografia capturada em 1919, retratando a chegada do Presidente Epitácio Pessoa, do Brasil, a Lisboa, durante sua visita oficial. A imagem mostra o momento da chegada no cais, com destaque para as colunas.



ATLANTIDA

Dr. Epitacio Pessoa

PRESIDENTE DA REPUBLICA BRASILEIRA

Quando da visita a Portugal do grande cidadão que é o Dr. Epitacio Pessoa, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, teve a *Atlântida* a boa fortuna de obter, do eminente estadista, o autographo que publica hoje. Êsse autographo constitue a mais alta

Figura 36- Breve mensagem de parabéns à Revista Atlântida, após a visita a Portugal em 1919. Hemeroteca Digital. Suplemento ao nº 36.



8 ATLANTIDA

consagração a que poderia aspirar esta revista, que se fundou e se mantem e vive para defender a causa nobilissima da aproximação luso-brasileira, entre todas util á dignificação e á expansão da raça lusitana.

Agradecendo ao Dr. Epitacio Pessoa a honra que lhe deu, a *Atlântida* faz votos calorosos para que a visita do Presidente da Republica fraterna a Portugal seja o inicio duma politica de realisações praticas entre os dois paises que tanto se querem e que só governantes mal orientados podem ter afastado um do outro. A aguda inteligencia, o raro talento, a notavel cultura do Dr. Epitacio Pessoa são, porém, a garantia absoluta de que essa politica vae efectivar-se em toda a sua amplitude, certos, como estamos, de que os estadistas portuguezes a saberão olhar com o maior carinho e o cuidado mais afecto. Brasil e Portugal, vibrando no mesmo ideal latino, trabalhando pela grandeza comum — ela a aspiração a que todos que teem entre nós o sentido do Futuro, governantes e governados, e sobretudo, a mocidade, devem dar o melhor do seu esforço e da sua alma.

A Epitacio Pessoa, que no Brasil, encarna este ideal supremo, as saudações enthusiasticas da *Atlantida*, e a admiração comovida de todos os que nela trabalham.

No Parlamento

O DISCURSO DO DR. NUNO SIMÕES, DEPUTADO E DIRECTOR DA «ATLANTIDA»

No recebo do Congresso em honra do Snr. Dr. Epitacio Pessoa o deputado Dr. Nuno Simões, director da *Atlantida* disse o seguinte:

«Que ousia da palavra não porque tivesse de acrescentar alguma coisa de novo depois do justo e caloroso elogio do Brasil e da afectuosas homenagens ao seu ilustre Presidente eleito, feitos pelos oradores que o precederam, mas porque, tendo o seu obscuro nome ligado á obra da aproximação luso-brasileira, se sentia na obrigação de dirigir, em nome de quantos trabalham pelo ideal luso brasileiro, as suas saudações ao Brasil — nação de riqueza e glória, nossa irmã

Figura 37- Nota de agradecimento a Epitácio Pessoa pelos esforços enviados para o efeito de um estreitamento das relações luso-brasileiras, por ocasião da sua visita a Portugal (1919). Revista Atlântida. Hemeroteca Digital de Lisboa, suplemento ao nº 36.



Figura 38- Rei Alberto I e Rainha Elizabete da Bélgica (1900). Fotógrafa: Sophia Goudtikker. Dimensões: 16,5 x 10,6 cm. Arquivo: Palácio Nacional da Ajuda. Nº de Inventário: 61497. Retrato de estúdio do casal real, em plano americano, com o Rei Alberto I (1875-1934) em fato escuro e gravata, e a Rainha Elizabete (1876-1965) em vestido claro, colar de pérolas e pulseiras, segurando as luvas nas mãos.



Figura 39- Visita de Alberto I da Bélgica e de sua esposa (1920). Fotógrafo: Joshua Benoliel (1873-1932). Dimensões: 9 x 12 cm. Arquivo: Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: JBN002099.

otografia capturada durante a visita real de Alberto I da Bélgica e sua esposa, a Rainha Isabel, a Lisboa em 1920.



Figura 40- Exposição do Mundo Português, Duque de Kent (30 de junho de 1940). Fotógrafo: António Bivar (1903-1964). Dimensões: 35 mm. Arquivo: Arquivo Municipal de Lisboa. Cota: ANB000143. Fotografia registrada durante a visita do Duque de Kent à Exposição do Mundo Português, realizada em Belém, Lisboa, em 1940.



Figura 41- Retrato de João de Alarcão. Autor: Desconhecido. Fonte: Pedro Almeida Vieira.



Figura 42- Retrato do Senhor Fernando de Serpa.



Figura 43- Retrato do Tenente-Coronel do Regimento de Lanceiros 2, Alfredo Augusto José de Albuquerque. Museu: Museu Nacional dos Coches. Nº de Inventário: HD 0122. Autor: Vidal & Fonseca (Fotógrafo). Datação: 1906.



Figura 44- Descrição do retrato de Afonso de Albuquerque. Funções desempenhadas pelo primeiro diretor do Museu. Museu Nacional dos Coches. Nº de inventário: HD 0122. Autor: Vidal & Fonseca (Fotógrafo). Datação: 1906.



Figura 45- Inauguração da sucursal de O Século no Dafundo. Data: 10 de julho de 1928. Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0010/0998C. Cota atual: Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais n.º 10, doc. Arquivo: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Data de criação: 16 de outubro de 2008. Última modificação: 19 de maio de 2022. Descrição: Identificados no álbum- José de Oliveira (1), Policarpo Fernandes da Graça (2), Frederico Gomes

(3), Fausto Joaquim Gil (4), **Severiano Monteiro (5)**, Francisco Monteiro (6), José Moreira Rato (7), Manuel F. de Simas (8), Joaquim Abellard de Macedo (9), Arinando de Carvalho (10). Este documento refere-se à inauguração da sucursal do jornal O Século no Dafundo, com as identidades das pessoas presentes no evento registadas no álbum.



Figura 46- Rosendo Carvalheira, arquiteto. Data: Antes de 1911. Dimensão: 9 x 14 cm (postal). Autor(es): Autor não identificado. Nome associado: Papelaria e Tipografia de Paulo Guedes e Saraiva (1905-1922) (edição). Código de referência: PT/AMLSB/BPI/000542. Arquivo: Arquivo Municipal de Lisboa. Este documento consiste em um postal não circulado, publicado por Paulo Guedes e Saraiva, com uma fotografia de Rosendo Garcia Carvalheira, arquiteto.



Figura 47- Verso do postal: "Os Nossos Artistas Bilhete Postal 42 - 1568 Guedes Rua Aurea, 80 Lisboa" do retrato do arquiteto Rosendo de Carvalheira. Código de referência: PT/AMLSB/BPI/000542. Arquivo: Arquivo Municipal de Lisboa.



Figura 48- José Malhoa (Pintor). Museu: Museu Nacional do Teatro e da Dança. Nº de Inventário: MNT 255964. Categoria: Espólio documental. Autor: Castellano, Sevilla. Postal com o retrato do pintor José Malhoa (José Vital Branco Malhoa) (1855-1933), quando este era um homem de meia idade. Na margem inferior do postal, está a reprodução da sua assinatura. O postal faz parte da coleção "Os Nossos Artistas" nº 9. Incorporação: Desconhecido. Este postal retrata José Malhoa, um dos pintores mais importantes da história da arte portuguesa, e faz parte de uma coleção dedicada a artistas notáveis.



Figura 49- Tenente Francisco Figueira Freire da Câmara, Oficial às Ordens de El-Rei D. Carlos I. Autor: Desconhecido (Fotógrafo não identificado). Francisco Figueira Freire da Câmara, Oficial às Ordens de El-Rei D. Carlos I, que abateu Manuel Buíça e Alfredo Costa durante o Regicídio de 1908. Data: 1898. Origem: Palácio do Correio Velho: Leilão 365 ("Leilão Coleção Teresa e Joaquim Ribeiro da Cunha - Médico"), 12-14 de dezembro de 2018, Lote 794.

"(...) Pelas 4 horas e um quarto da tarde, chegou ao local do Museu, o Sr. João de Alarcão, Ministro das Obras Públicas, que fora convidado por Sua Majestade a Rainha para assistir à inauguração do Museu, estando já ali os Srs. Fernando de Serpa, Inspector dos Reaes Palácios; Tenente-Coronel Alfredo de Albuquerque, Estribeiro-Menor da Casa Real; Severiano Monteiro, Director-Geral do Ministério das Obras Públicas; Arquitecto Rosendo de Carvalheira; Pintor J. Malhôa; Tenente Francisco Figueira, ajudante de Sua Alteza o Infante Senhor D. Afonso; Falcão Rodrigues e Frederico Ribeiro, distinto construtor civil que, com aquele estadista, ficaram no átrio aguardando a Chegada da Rainha.

Figura 50- Excerto de notícia no jornal "O Século", referente aos convidados para o dia da inauguração do Museu, por parte da Rainha D. Amélia. BESSONE, S. (coord.) – De Picadeiro a Museu, De Museu a Picadeiro. [S.l.]: [s.n.], 1995. p. 10-128.



Figura 51- Inventor Marconi. *United States Library of Congress's Prints and Photographs division*. Data: 1908.



Figura 52- Visita de Guglielmo Marconi, inventor, ao Museu dos Coches. Data de Produção: 25 de setembro de 1929. Código de Referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0014/1329D. Arquivo: Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais nº 14 e Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Data de Criação: 30/10/2008.



Figura 53- Guglielmo Marconi, inventor, à saída do Museu dos Coches. Data de Produção: 25 de setembro de 1929. Código de Referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0014/1330D. Arquivo: Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais nº 14 e Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Data de Criação: 30/10/2008.



Figura 54- Príncipe Takamatsu. Data: 1940. Seção de Fotografia da Seção de Comunicação do Exército.



Figura 55- Princesa Takamatsu Kikuko. Data: Antes de 1937. O livro *Kōshitsu Kōzoku Seikan Shōwa-hen*, publicado em 1937 pela Associação de Cultura Oriental.

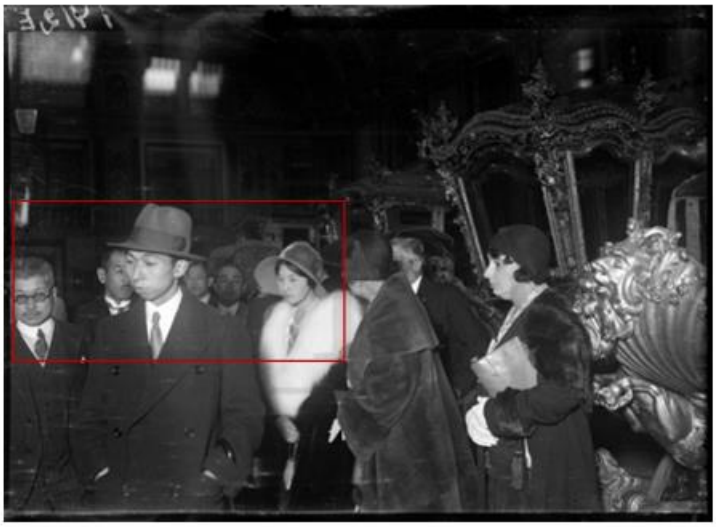


Figura 56- Visita dos príncipes japoneses ao Museu dos Coches. Data: 10 de novembro de 1930. Museu dos Coches, Lisboa. Empresa Pública Jornal O Século. Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0018/1412E. Cota atual: Álbum Geral n.º 18, documento e Arquivo Nacional da Torre do Tombo.



Figura 57- Visita dos intelectuais estrangeiros ao Museu dos Coches. Data: 8 de junho de 1935. Museu dos Coches, Lisboa. Empresa Pública Jornal O Século. Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0035/1032J. Cota atual: Álbum Geral n.º 35, documento e Arquivo Nacional da Torre do Tombo.



Figura 58- Intelectuais estrangeiros à saída do Museu dos Coches. Data: 8 de junho de 1935. Museu dos Coches, Lisboa. Empresa Pública Jornal O Século. Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0035/1033J. Cota atual: Álbum Geral n.º 35, documento e Arquivo Nacional da Torre do Tombo.


TRIBUNA LIVRE

Os intelectuais estranjeiros

Figura 59- Artigo publicado no jornal "A voz", secção "Tribuna Livre": "*Os intelectuais estranjeiros*". Autor: Pimenta, Alfredo. Arquivo Alfredo Pimenta. Este artigo descreve parte dos intelectuais que se deslocaram a Portugal em 1935, no âmbito do convite feito por António Ferro.



Figura 22- Retrato do Rei D. Carlos I a óleo, realizado por José Malhoa e fotografado por Joshua Benoliel, na Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Medicina. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa (Consultado no dia 17 de dezembro de 2024)

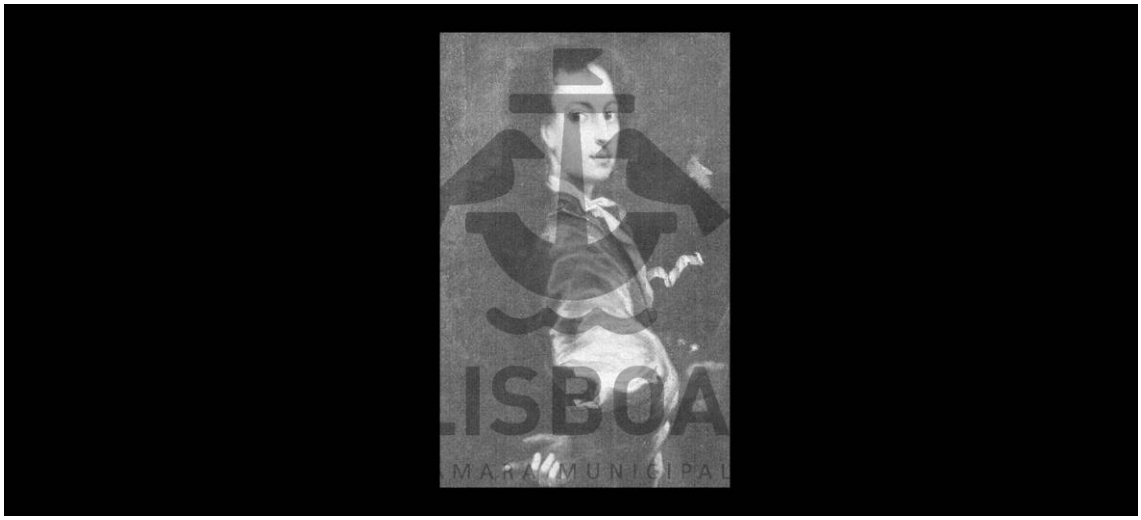


Figura 23-Autorretrato de Nicolas Delerive (1755-1818). Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa (Consultado no dia 18 de dezembro de 2024)



Figura 24- Postal referente à Exposição Universal de Paris em 1900. Fonte: Hulton Archive. (Consultado no dia 21 de janeiro de 2025)



Figura 25-Artigo de capa do jornal francês "Le Petit Journal", representando a inauguração da Exposição Universal de Paris, 1900. Fonte: Hulton Archive. (Consultado no dia 21 de janeiro de 2025)



Figura 26- Representação de um espaço expositivo da Exposição Universal de Paris, 1900. Fonte: Hulton Archive. (Consultado no dia 21 de janeiro de 2025)



Figura 27- Vídeo que retrata a antecipação sentida pela Exposição Universal de Paris em 1900, durante uma emissão de telejornal francesa. Fonte: Plataforma Youtube (Consultado no dia 21 de janeiro de 2025)

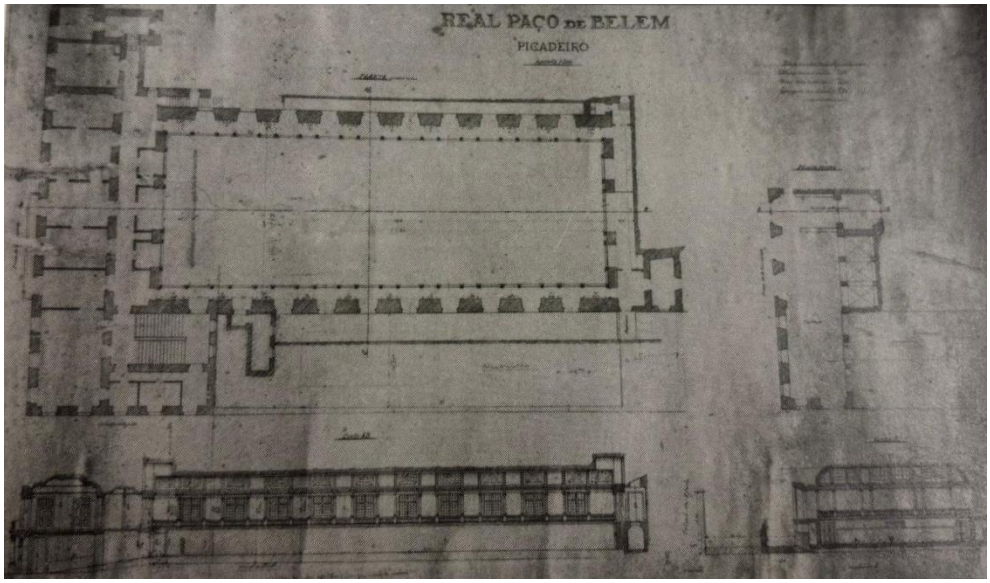
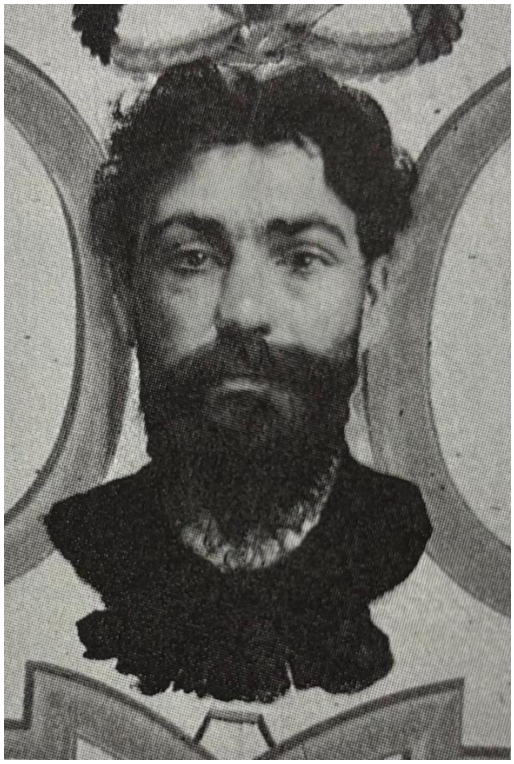


Figura 28- Planta de adaptação do Picadeiro Real a Museu, da autoria do arquiteto Rosendo Carvalheira. Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.


Figura 29- António Conceição e Silva retratado numa pintura existente no teto da galeria poente do Salão Nobre do Museu Nacional dos Coches, ainda no antigo Picadeiro Real. Fonte: museudoscoches.gov.pt

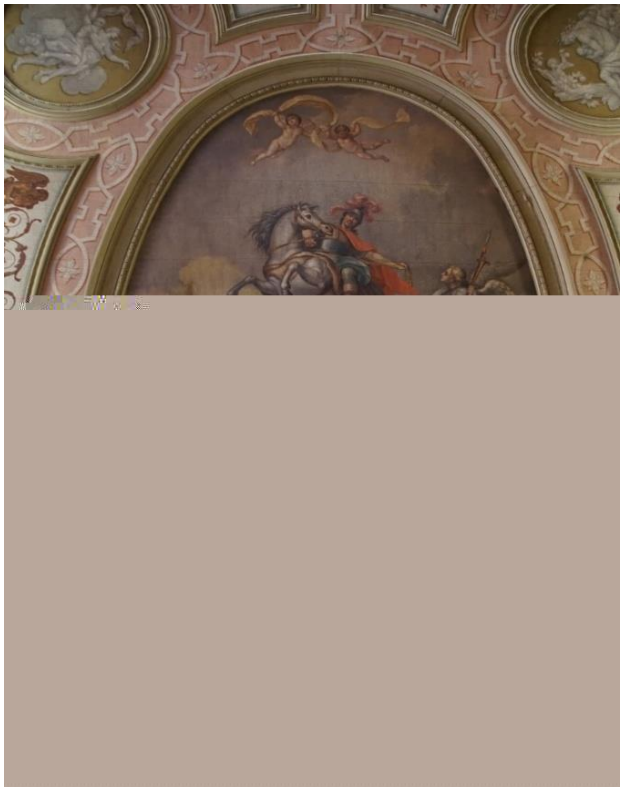


Figura 30- Pormenor pintado no teto do Picadeiro Real, referente aos artistas e envolvidos no embelezamento e estruturação do espaço. Autoria: Nuno Augusto MNC, fev. 2024.



Figura 31-Pormenor da inscrição do livro representado na pintura do primeiro medalhão oval. Autoria: Nuno Augusto MNC, fev. 2024.

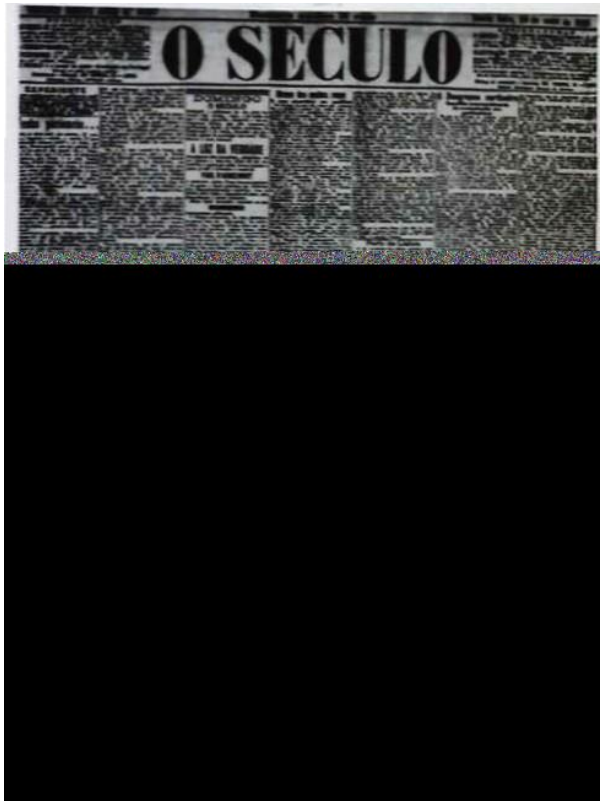


Figura 32- Reprodução de Microfilme, retirada da primeira página do jornal "O Século", dia 26 de maio de 1905. Notícia da abertura das portas do Museu ao público, após a sua inauguração pela Rainha D. Amélia (1865-1951).

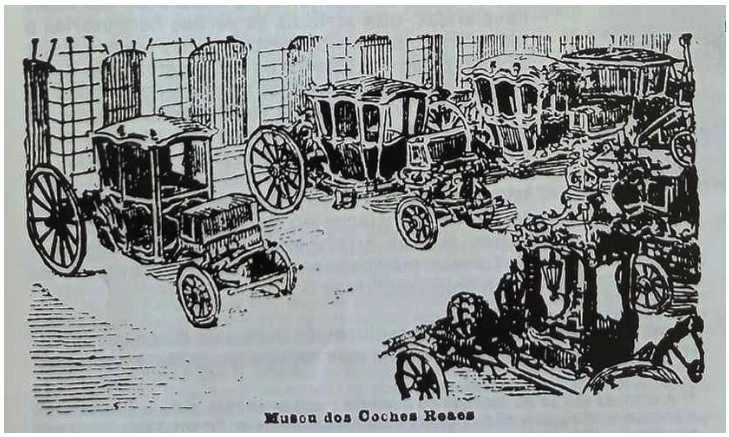
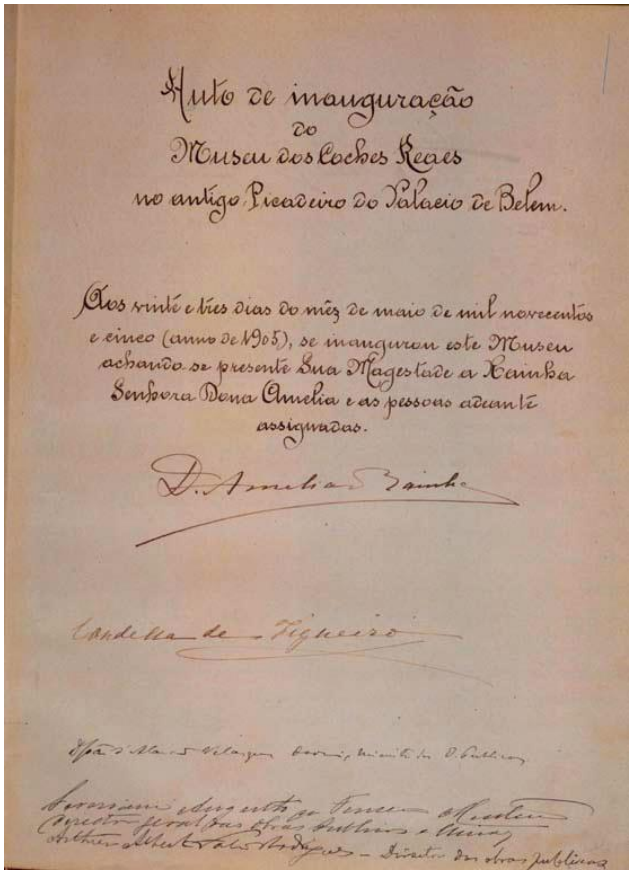


Figura 33- Edição do jornal "O Século" do dia 24 de maio de 1905, com uma ilustração da notícia da inauguração do Museu no dia 23 de maio de 1905.



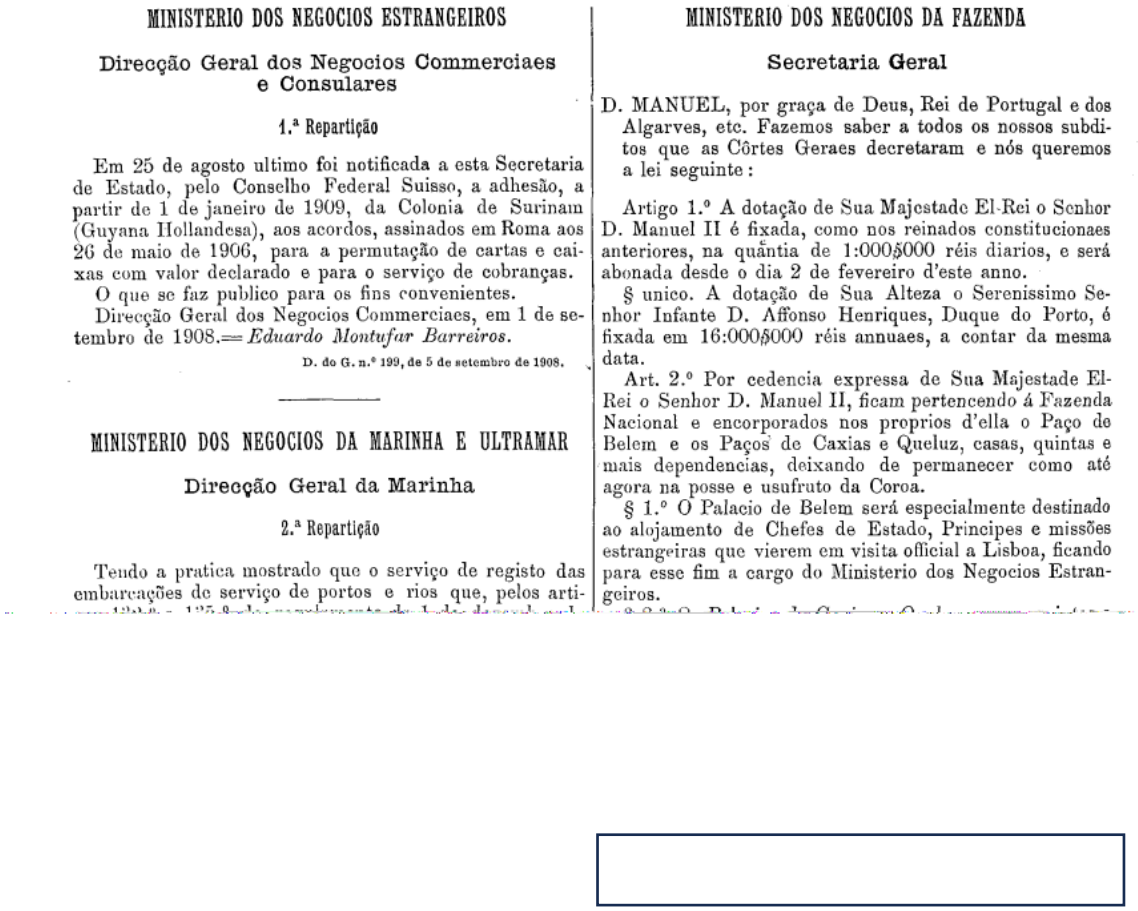
Auto de inauguração
do
Museu dos Coches Reaes
no antigo Picadeiro do Palacio de Belem.

Aos vinte e tres dias do mêz de maio de mil novecentos e cinco (anno de 1905), se inaugurou este Museu achando-se presente Sua Magestade a Rainha Senhora Dona Amelia e as pessoas adiante assignadas.

D. Amelia Rainha

Condessa de Figueiró

Figura 34- Auto de inauguração do Museu dos Coches Reais no antigo Picadeiro do Palácio de Belém, Lisboa, 23 de maio de 1905. Museu: Museu Nacional dos Coches. Nº de Inventário: HD 0120. Autor: Atanázio, José (-). Datação: 1905.



MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares

1.ª Repartição

Em 25 de agosto ultimo foi notificada a esta Secretaria de Estado, pelo Conselho Federal Suisso, a adhesão, a partir de 1 de janeiro de 1909, da Colonia de Surinam (Guyana Hollandesa), aos acordos, assinados em Roma aos 26 de maio de 1906, para a permutação de cartas e caixas com valor declarado e para o serviço de cobranças.

O que se faz publico para os fins convenientes.

Direcção Geral dos Negocios Commerciaes, em 1 de setembro de 1908.= *Eduardo Montufar Barreiros.*

D. do G. n.º 199, de 5 de setembro de 1908.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

Direcção Geral da Marinha

2.ª Repartição

Tendo a pratica mostrado que o serviço de registo das embarcações de serviço de portos e rios que, pelos arti-

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

Secretaria Geral

D. MANUEL, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que as Côrtes Geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º A dotação de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Manuel II é fixada, como nos reinados constitucionaes anteriores, na quantia de 1:000$000 réis diarios, e será abonada desde o dia 2 de fevereiro d'este anno.

§ unico. A dotação de Sua Alteza o Serenissimo Senhor Infante D. Affonso Henriques, Duque do Porto, é fixada em 16:000$000 réis annuaes, a contar da mesma data.

Art. 2.º Por cedencia expressa de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Manuel II, ficam pertencendo á Fazenda Nacional e encorporados nos proprios d'ella o Paço de Belem e os Paços de Caxias e Queluz, casas, quintas e mais dependencias, deixando de permanecer como até agora na posse e usufruto da Coroa.

§ 1.º O Palacio de Belem será especialmente destinado ao alojamento de Chefes de Estado, Principes e missões estrangeiras que vierem em visita official a Lisboa, ficando para esse fim a cargo do Ministerio dos Negocios Estrangeiros.

Figura 35- Excerto da Carta de Lei de 3 de setembro de 1908, com destaque para o art. 2.º, alínea 4.ª, que comprova a alteração do Museu dos Coches para o patamar de Museu Nacional.

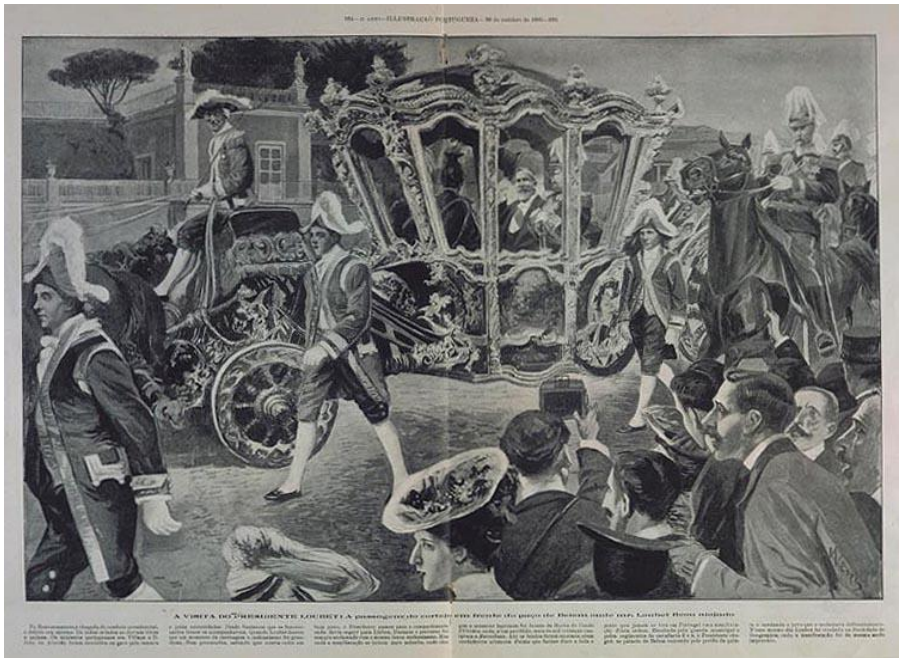


Figura 36- Cortejo Real da Visita do Presidente Loubet a Lisboa com D. Carlos no Coche da Coroa (1905). Autor: Mcespi. Museu Nacional dos Coches. Número de Inventário: IC 0117.



Figura 37- Retrato de João de Alarcão. Autor: Desconhecido. Fonte: Pedro Almeida Vieira.



Figura 38- Retrato do Senhor Fernando de Serpa.



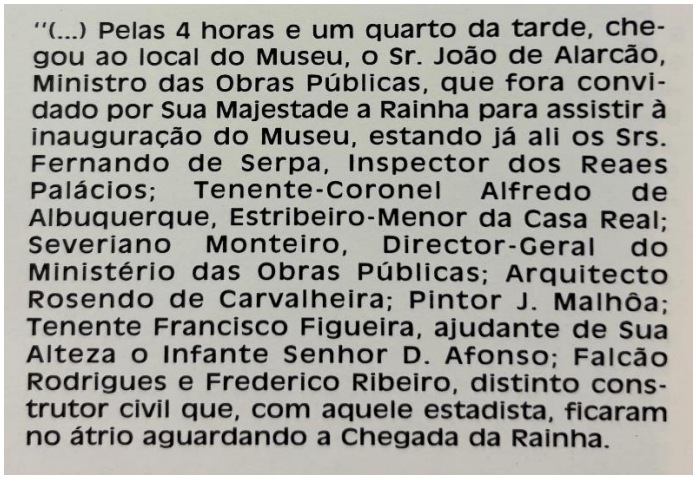
Figura 39- Retrato do Tenente-Coronel do Regimento de Lanceiros 2, Alfredo Augusto José de Albuquerque. Museu: Museu Nacional dos Coches. Nº de Inventário: HD 0122. Autor: Vidal & Fonseca (Fotógrafo). Datação: 1906.



Figura 40- Descrição do retrato de Afonso de Albuquerque. Funções desempenhadas pelo primeiro diretor do Museu. Museu Nacional dos Coches. Nº de inventário: HD 0122. Autor: Vidal & Fonseca (Fotógrafo). Datação: 1906.

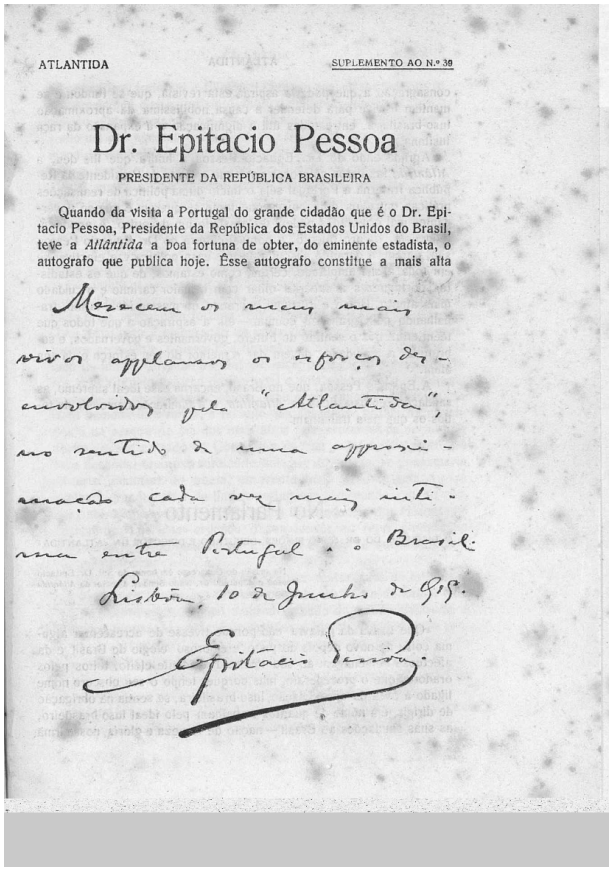


Figura 41-Tenente Francisco Figueira Freire da Câmara, Oficial às Ordens de El-Rei D. Carlos I. Autor: Desconhecido (Fotógrafo não identificado). Francisco Figueira Freire da Câmara, Oficial às Ordens de El-Rei D. Carlos I, que abateu Manuel Buíça e Alfredo Costa durante o Regicídio de 1908. Data: 1898. Origem: Palácio do Correio Velho: Leilão 365 ("Leilão Coleção Teresa e Joaquim Ribeiro da Cunha - Médico"), 12-14 de dezembro de 2018, Lote 794.



"(...) Pelas 4 horas e um quarto da tarde, chegou ao local do Museu, o Sr. João de Alarcão, Ministro das Obras Públicas, que fora convidado por Sua Majestade a Rainha para assistir à inauguração do Museu, estando já ali os Srs. Fernando de Serpa, Inspector dos Reaes Palácios; Tenente-Coronel Alfredo de Albuquerque, Estribeiro-Menor da Casa Real; Severiano Monteiro, Director-Geral do Ministério das Obras Públicas; Arquitecto Rosendo de Carvalheira; Pintor J. Malhôa; Tenente Francisco Figueira, ajudante de Sua Alteza o Infante Senhor D. Afonso; Falcão Rodrigues e Frederico Ribeiro, distinto construtor civil que, com aquele estadista, ficaram no átrio aguardando a Chegada da Rainha.

Figura 42- Excerto de notícia no jornal "O Século", referente aos convidados para o dia da inauguração do Museu, por parte da Rainha D. Amélia. BESSONE, S. (coord.) – De Picadeiro a Museu, De Museu a Picadeiro. [S.l.]: [s.n.], 1995. p. 10-128.



ATLANTIDA SUPLEMENTO AO N.º 36

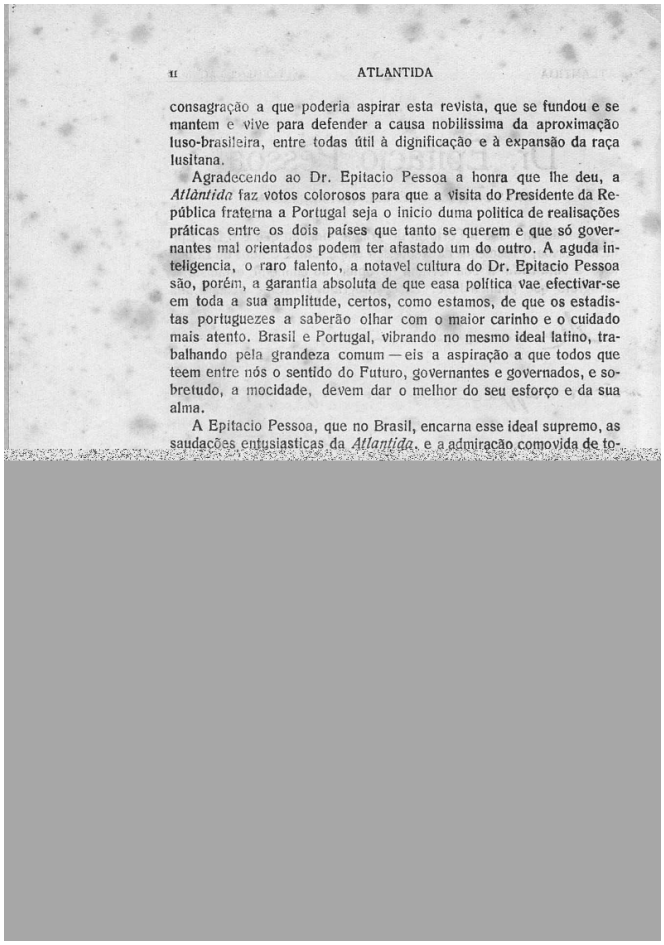
Dr. Epitacio Pessoa

PRESIDENTE DA REPÚBLICA BRASILEIRA

Quando da visita a Portugal do grande cidadão que é o Dr. Epitacio Pessoa, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, teve a *Atlântida* a boa fortuna de obter, do eminente estadista, o autografo que publica hoje. Êsse autografo constitue a mais alta

Mereceu os meus mais
vivos applausos os esforços de-
envolvidos pela "Atlantida",
no sentido de uma approxi-
mação cada vez mais inti-
ma entre Portugal e o Brasil.
Lisboa, 10 de Junho de 919.
Epitacio Pessoa.

Figura 43- Breve mensagem de parabéns à Revista Atlântida, após a visita a Portugal em 1919. Hemeroteca Digital. Suplemento ao nº 36.



ATLANTIDA

consagração a que poderia aspirar esta revista, que se fundou e se mantem e vive para defender a causa nobilissima da aproximação luso-brasileira, entre todas útil à dignificação e à expansão da raça lusitana.

Agradecendo ao Dr. Epitacio Pessoa a honra que lhe deu, a *Atlântida* faz votos colorosos para que a visita do Presidente da República fraterna a Portugal seja o inicio duma politica de realisações práticas entre os dois países que tanto se querem e que só governantes mal orientados podem ter afastado um do outro. A aguda inteligencia, o raro talento, a notavel cultura do Dr. Epitacio Pessoa são, porém, a garantia absoluta de que easa política vae efectivar-se em toda a sua amplitude, certos, como estamos, de que os estadistas portuguezes a saberão olhar com o maior carinho e o cuidado mais atento. Brasil e Portugal, vibrando no mesmo ideal latino, trabalhando pela grandeza comum — eis a aspiração a que todos que teem entre nós o sentido do Futuro, governantes e governados, e sobretudo, a mocidade, devem dar o melhor do seu esforço e da sua alma.

A Epitacio Pessoa, que no Brasil, encarna esse ideal supremo, as saudações entusiasticas da *Atlantida*, e a admiração comovida de to-

Figura 44- Nota de agradecimento a Epitácio Pessoa pelos esforços enviados para o efeito de um estreitamento das relações luso-brasileiras, por ocasião da sua visita a Portugal (1919). Revista Atlântida. Hemeroteca Digital de Lisboa, suplemento ao nº 36.



Figura 45-Rei Alberto I e Rainha Elizabete da Bélgica (1900). Fotógrafa: Sophia Goudtikker. Dimensões: 16,5 x 10,6 cm. Arquivo: Palácio Nacional da Ajuda. Nº de Inventário: 61497. Retrato de estúdio do casal real, em plano americano, com o Rei Alberto I (1875-1931934) em fato escuro e gravata, e a Rainha Elizabete (1876-1965) em vestido claro, colar de pérolas e pulseiras, segurando as luvas nas mãos.



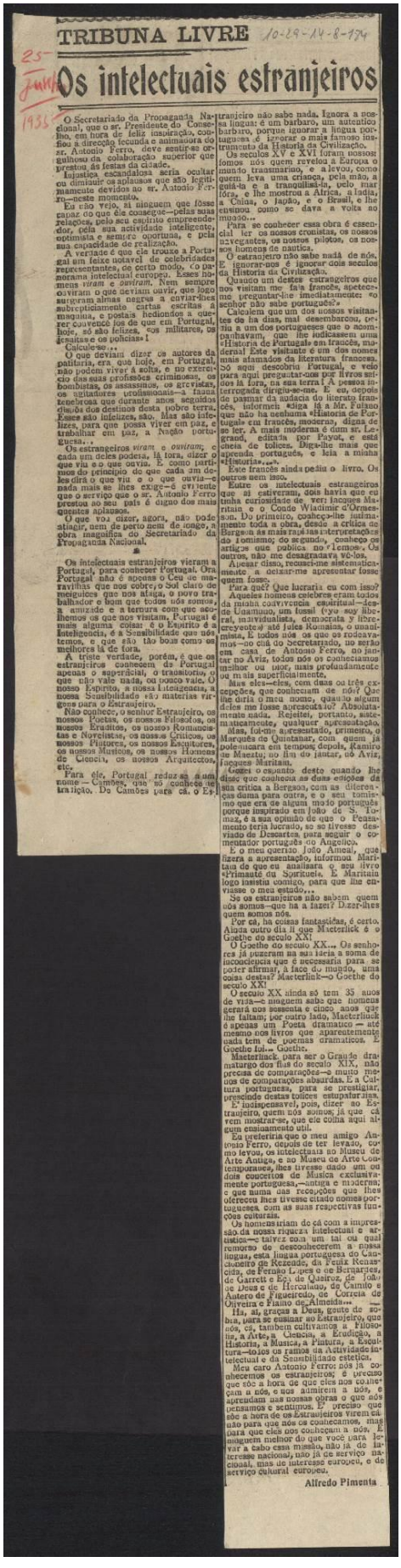
Figura 46-Inventor Marconi. United States Library of Congress's Prints and Photographs division. Data: 1908.



Figura 47-Príncipe Takamatsu. Data: 1940. Seção de Fotografia da Seção de Comunicação do Exército.



Figura 48-Princesa Takamatsu Kikuko. Data: Antes de 1937. O livro Kōshitsu Kōzoku Seikan Shōwa-hen, publicado em 1937 pela Associação de Cultura Oriental.



TRIBUNA LIVRE 10-29-14-8-934

25-Junho-1935

Os intelectuais estranjeiros

O Secretariado da Propaganda Nacional, que o sr. Presidente do Conselho, em hora de feliz inspiração, confiou a direcção fecunda e animadora do sr. Antonio Ferro, deve sentir-se orgulhoso da colaboração superior que prestou ás festas da cidade.

Justiça escandalosa seria ocultar ou diminuir os aplausos que são legitimamente devidos ao sr. Antonio Ferro—neste momento.

Eu não vejo, aí ninguem que fosse capaz do que êle conseguiu—pelas suas relações, pelo seu espírito empreendedor, pela sua actividade inteligente, optimista e sempre oportuna, e pela sua capacidade de realização.

A verdade é que êle trouxe a Portugal um feixe notavel de celebridades representantes, de certo modo, do panorama intelectual europeu. Esses homens *viram* e *ouviram*. Nem sempre ouviram o que deviam ouvir, que logo surgiram almas negras a enviar-lhes subrepticiamente cartas escritas a maquina, e postais hediondos a querer convencê-los de que em Portugal, hoje, só são felizes, os militares, os jesuitas e os polícias!

Calculeis...

O que deviam dizer os autores da patifaria, era que hoje, em Portugal, não podem viver á solta, e no exercício das suas profissões criminosas, os bombistas, os assassinos, os grevistas, os agitadores profissionais—a inata tenebrosa que durante anos seguidos dirigiu os destinos desta pobre terra. Esses são infelizes, são. Mas são infelizes, para que possa viver em paz, e trabalhar em paz, a Nação portuguesa...

Os estranjeiros *viram* e *ouviram*, e cada um deles poderá, lá fora, dizer o que viu e o que ouviu. E como partimos do principio de que cada um deles dirá o que viu e o que ouviu—e nada mais se lhes exige—é evidente que o serviço que o sr. Antonio Ferro prestou ao seu país é digno dos mais ousados aplausos.

O que vou dizer, agora, não pode atingir, nem de perto nem de longe, a obra magnifica do Secretariado da Propaganda Nacional.

*

Os intelectuais estranjeiros vieram a Portugal, para conhecer Portugal. Ora Portugal não é apenas o Ceu de maravilhas que nos cobre, o Sol claro de meiguices que nos afaga, o povo trabalhador e bom que todos nós somos, a amizade e a ternura com que acolhemos os que nos visitam. Portugal é mais alguma coisa: é o Espírito e a Inteligencia, é a Sensibilidade que nós temos, e que são tão boas como as melhores lá de fora.

A triste verdade, porém, é que os estranjeiros conhecem de Portugal apenas o superficial, o transitorio, o que não vale nada, ou pouco vale. O nosso Espírito, a nossa Inteligencia, a nossa Sensibilidade são materias virgens para o Estranjeiro.

Não conhece, o senhor Estranjeiro, os nossos Poetas, os nossos Filosofos, os nossos Eruditos, os nossos Romancistas e Novelistas, os nossos Criticos, os nossos Pintores, os nossos Escultores, os nossos Musicos, os nossos Homens de Ciencia, os nossos Arquitectos, etc.

Para êle, Portugal reduz-se a um nome—Camões, que só conhece de tradição. De Camões para cá, o Estranjeiro não sabe nada. Ignora a nossa lingua: é um barbaro, um autentico barbaro, porque ignorar a lingua portuguesa é ignorar o mais famoso instrumento da Historia da Civilização.

Os seculos XV e XVI foram nossos: fomos nós quem revelou a Europa o mundo transmarino, e a levou, como quem leva uma criança, pela mão, a guiá-la e a tranquilisá-la, pelo mar fóra, e lhe mostrou a Africa, a India, a China, o Japão, e o Brasil, e lhe ensinou como se dava a volta ao mundo...

Para se conhecer essa obra é essencial ler os nossos cronistas, os nossos navegantes, os nossos pilotos, os nossos homens de nautica.

O estranjeiro não sabe nada de nós. E ignorar-nos é ignorar dois seculos da Historia da Civilização.

Quando um destes estranjeiros que nos visitam me fala francês, aconteceme preguntar-lhe imediatamente: «o senhor não sabe português?»

Calculem que um dos nossos visitantes de ha dias, mal desembarcou, pediu a um dos portugueses que o acompanhavam, que lhe indicassem uma «Historia de Portugal» em francês, material. Este visitante é um dos nomes mais afamados da literatura francesa. Só aqui descobriu Portugal, e veio para aqui preguntar-nos por livros sobre lá fora, na sua terra! A pessoa interrogada dirigiu-se-me. E eu, depois de pasmar da audacia do literato francês, informei: «diga lá a Mr. Fulano que não ha nenhuma «Historia de Portugal» em francês, moderna, digna de se ler. A mais moderna é dum sr. Legrand, editada por Payot, e está cheia de tolices. Diga-lhe mais que aprenda português, e leia a minha «Historia»...».

Este francês ainda pediu o livro. Os outros nem isso.

Entre os intelectuais estranjeiros que aí estiveram, dois havia que eu tinha curiosidade de ver: Jacques Maritain e o Conde Wladimir d'Ormesson. Do primeiro, conheço-lhe intimamente toda a obra, desde a crítica de Bergson ás mais rapidas interpretações do Tomismo; do segundo, conheço os artigos que publica no «Temps». Os outros, não me desagradava vê-los.

Apesar disso, recusei-me sistematicamente a deixar-me apresentar fosse quem fosse.

Para quê? Que lucraria eu com isso?

Aqueles homens celebres eram todos da minha convivencia espiritual—desde Unamuno, um fossil (yo soy liberal, individualista, democrata y librecreyente) até Jules Romains, o unanimista. E todos nós os que os rodeavamos—no cais do Secretariado, ou serão em casa de Antonio Ferro, ao jantar no Aviz, todos nós os conhecíamos melhor ou pior, mais profundamente ou mais superficialmente.

Mas eles—eles, com duas ou três excepções, que conheciam de nós? Que lhe diria o meu nome, quando algum deles me fosse apresentado? Absolutamente nada. Rejeitei, portanto, sistematicamente, qualquer apresentação.

Mas, foi-me apresentado, primeiro, o Marquês de Quintanar, com quem já polemicara em tempos; depois, Ramiro de Maeztu; ao fim do jantar, no Aviz, Jacques Maritain.

Gozei o espanto deste quando lhe disse que conhecia as duas edições da sua crítica a Bergson, com as diferenças duma para outra, e o seu tomismo que era de algum modo português porque inspirado em João de S. Tomaz, e a sua opinião de que o Pensamento teria lucrado, se se tivesse desviado de Descartes, para seguir o comentador português do Angelico.

E o meu querido João Ameal, que fizera a apresentação, informou Maritain de que eu analisara o seu livro «Primauté du Spirituel». E Maritain logo insistiu comigo, para que lhe enviasse o meu estudo...

Se os estranjeiros não sabem quem nós somos—que ha a fazer? Dizer-lhes quem somos nós.

Por cá, ha coisas fantasticas, é certo. Ainda outro dia li que Maeterlinck é o Goethe do seculo XX!

O Goethe do seculo XX... Os senhores já puseram na sua lógica a soma de inconsciencia que é necessaria para se poder afirmar, á face do mundo, uma coisa destas? Maeterlinck—o Goethe do seculo XX!

O seculo XX ainda só tem 35 anos de vida—e ninguem sabe que homens gerará nos sessenta e cinco anos que lhe faltam; por outro lado, Maeterlinck é apenas um Poeta dramatico — até mesmo nos livros que aparentemente nada tem de poemas dramaticos. E Goethe foi... Goethe.

Maeterlinck, para ser o Grande dramaturgo dos fins do seculo XIX, não precisa de comparações—e muito menos de comparações absurdas. E a Cultura portuguesa, para se prestigiar, prescinde destas tolices estupefacientes.

E' indispensavel, pois, dizer ao Estranjeiro, quem nós somos; já que cá vem mostrar-se, que êle colha aqui algum ensinamento util.

Eu preferiria que o meu amigo António Ferro, depois de ter levado, como levou, os intelectuais ao Museu de Arte Antiga, e ao Museu de Arte Contemporanea, lhes tivesse dado um ou dois concertos de Musica exclusivamente portuguesa,—antiga e moderna; e que numa das recepções que lhes ofereceu lhes tivesse citado nomes portugueses, com as suas respectivas funções culturais.

Os homens iriam de cá com a impressão da nossa riqueza intelectual e artistica—e talvez cada um lá da qual remorso de desconhecerem a nossa lingua, esta lingua portuguesa do Cancioneiro de Resende, da Feira Renascença, de Fernão Lopes e de Bernardes, de Garrett e Eça de Queiroz, de João de Deus e de Herculano, de Camilo e Antero de Figueiredo, de Correia de Oliveira e Fialho de Almeida... —

Ha, aí, graças a Deus, gente de sobra, para se ensinar ao Estranjeiro, que nós, cá, tambem cultivamos a Filosofia, a Arte, a Ciencia, a Erudição, a Historia, a Musica, a Pintura, a Escultura—todos os ramos da Actividade intelectual e da Sensibilidade estetica.

Mas caro Antonio Ferro: nós já conhecemos os estranjeiros; é preciso que sêr a hora de que eles nos conheçam a nós, e nos admirem a nós, e aprendam nas nossas obras o que nós pensamos e sentimos. E' preciso que sêr a hora de os Estranjeiros virem cá não para que nós os conhecamos, mas para que eles nos conheçam a nós. E ninguem melhor do que você para levar a cabo essa missão, não já de interesse nacional, não já de serviço nacional, mas de interesse europeu, e de serviço cultural europeu.

Alfredo Pimenta

Figura 49- Artigo publicado no jornal "A voz", secção "Tribuna Livre": "Os intelectuais estranjeiros". Autor: Pimenta, Alfredo. Arquivo Alfredo Pimenta. Este artigo descreve parte dos intelectuais que se deslocaram a Portugal em 1935, no âmbito do convite feito por António Ferro.